

GOVERNMENT OF INDIA
ARCHÆOLOGICAL SURVEY OF INDIA

CENTRAL
ARCHÆOLOGICAL
LIBRARY

ACCESSION NO. 59175

CALL No. 946.105/C.P

D.G.A. 79

O ORIENTE PORTUGUÊS

REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLÓGICA
DA INDIA PORTUGUESA

DIRECTOR: — JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

A responsabilidade dos escritos publicados nesta Revista pertence
exclusivamente aos seus autores

Imp. e Admin. e Administração:

Imprensa Nacional do Estado da Índia

Nova Goa

Assinatura anual..... 3:08:00 \$1225
Número avulso..... 0:04:00 \$100
Acresce o porte do correio.

Publica-se em números de 24 páginas
ou mais. Dezoito números formam um
volume, com o seu frontispício, índice
e capa especial.

AS GRANDES VÍTIMAS

Como alguns antigos governadores, em pago de relevantes serviços,
tiveram como prémio a ingratição dos reis de Portugal)

FORAM sempre muito ambicionados os cargos de
vice-reis e governadores da Índia. Nem por-
isso a escolha deixava de recair em indivíduos
de provado valor e de experiência nos negócios do
riente. Não obstante todo esse escrupulo, alguns
deles, uns poucos felizmente, ainda que houvessem
correspondido com toda a lialdade á confiança neles
depositada, empenhando todos os esforços e não
poupando sacrifícios para firmar as bases do império
oriental, alargando-o com novas conquistas, não
nerecer dos reis de Portugal como prémio
a negra ingratição.



Mas bom é que se diga, que para tão inexplicável atitude dos monarcas contribuia muito a inveja, a intriga, o suborno, daqueles que, não podendo dar largas á indole mercantil, mercê da austeridade dalguns deles, canalizavam para os paços reais toda a sorte de infâmias, que, quasi sempre, surtiam efeito.

Como vítima da inveja e da intriga temos em primeiro lugar de apontar Afonso de Albuquerque, o temerário guerreiro, que, sabendo resistir a todas as canceiras, ás águas traiçoeiras dos oceanos, ás lanças do inimigo, caiu fulminado pela ingratição de seu rei, para quem havia conquistado reinos, delimitando as vastissimas fronteiras do império oriental, entresenhado em Portugal desde as descobertas do infante Dom Henrique.

Voltava Albuquerque de Ormuz, depois de cumprir a promessa feita a Cogeatar, e uns dias antes de chegar a Goa, tendo a nau em que vinha cruzado com uma *fusta*, mandou que lhe pedissem notícias de Portugal.

Responderam-lhe que havia chegado o novo governador.

«Boas novas são aquelas pera mym, que os homens que mandey presos, e de que escrevi mal, vem honrados e bradantes». Assim disse Albuquerque quando ainda da *fusta* lhe disseram: «Ven Lopo por Governador, e capitães pera Goa Dom Guterre de Monroy, que se meteu de posse, e pera Cananore Simão da Silveira e Alvaro Telles pera Calecut e pera Cochim Diogo Mendes Vasconcellos, que foy preso ao Reyno».

Justo era portanto que o conquistador dissesse: «Certamente que grandes são os meus peccados ante El-Rey. Pois estou mal ante elle por amor dos homens e mal com o concelho por amor delle».

Foi viti a i i i i i a dos me não m

ram-se à sombra dos suntuosos paços reais e aí obtiveram deferimento às suas calúnias.

E Albuquerque bem sabia que seus inimigos eram muitos, mas nunca supoz que todos êles lhe pudessem malquistar com el-rei, a ponto de este pagar com tamanha ingratidão os seus grandes serviços. E êsses homens que tentaram derrubá-lo, quando êle umia vez de Goa se ausentara, chegaram a acusá-lo do mais tôrpe vicio e *provaram-no*, como dizia Albuquerque: «Sabeis que má gente he a da Índia, que me puzeram que era . . . ; e fizeram isso com um homem honesto, que afirmava : «não dirá creado meu que alguma hora me visse a ponta do pé».

Lopo Soares de Albergaria, que lhe seguiu no govêrno da Índia, não ficou também isento das calúnias, quando voltou para Portugal. Diz Gaspar Correia que Fernão de Alcaçovas o acusou de ladrão. Se o foi ou não, não ha facto na história que o acuse de semelhante delicto. Possivel é, porém, que houvesse meras suspeitas, pois que a sua attitude hostile contra Alcaçovas, primeiro vedor da Fazenda, poderia ser interpretada *desfavoravelmente* para si, como também poderia ser considerada como um *explicavel* amor proprio em não querer perder as atribuições, que tinham de ser divididas com o vedor da Fazenda.

Nem porisso, mesmo que êle da Índia fosse rico, se poderia accusa-lo de ladrão, desde que Rezende regista que el-rei lhe dissera ao despedir-se dêle: *Lopo Soares, eu vos mando a Mina e não sejaes tão peco que venhaes de lá pobre.*

Dom Duarte de Menezes, que seguiu a Diogo de Sequeira (1518-1522) no govêrno, fôra ficado de *muy grande cubicoso de dinheiro, ganhando quanto podia.* Uns meses depois de estar em Portugal, el-rei lhe mandou dizer que viesse ao seu palácio. Dom Duarte convicto que o chamamento era determinado pelas intrigas que corriam a

CENTRAL ARCHAEOLOGICAL
LIBRARY, NEW DELHI.

Acc No. 59195

31-12-75
946.0 - 10 P.

seu respeito, respondeu ao soberano, que se era para o premear desde já renunciava a todos os prémios, visto a glória que êle conquistara na Índia era para si suficiente,—e se o acusava de ladrão, que desde já punha a sua disposição tudo o que possuía, deixando-lhe somente as suas duas filhas.

Sem aprofundarmos mais sôbre os factos concernentes aos três governadores que acabamos de mencionar, vamos tratar do que seguiu a Dom Henrique de Menezes (1524-1526), que foi quem governou a Índia pela morte de Dom Vasco da Gama.

Lopo Vaz de Sampaio, denominado *o das diferenças*, foi do conselho de S. Magestade e comendador da Ordem de Cristo, governando a Índia de 1526 a 1529, por estar indicado na 3.^a via de sucessão aberta pela morte de Dom Henrique de Menezes. Na 2.^a era apontado Pero de Mascarenhas, capitão de Malaca, que a Goa só poderia chegar com um ano, tendo portanto os fidalgos resolvido abrir a 3.^a via e confiar a governança a Lopo Vaz, com a condição, que ficou assente em auto, de que entregaria o governo a Mascarenhas, logo que êle chegasse a Goa, o que não cumpriu: daí as dissidencias e talvez até o mau trato de que foi vitima quando chegou a Portugal.

A nomeação de Lopo Vaz foi mal recebida. Pero Mascarenhas tinha muitos partidários, e, um deles, Francisco de Sá, capitão da cidade, opoz-se formalmente a que o Governador entrasse em Goa, porque dizia êle «não ser eleito por el-rei, ou pelo seu Governador, mas sim por homens que não tinham poder».

Lopo Vaz sem fazer caso dêste protesto desembarcou e tomou conta formal do Governo com mui-



LOPO VAZ DE SAMPAYO

6.º GOVERNADOR

(22 de Fevereiro de 1526 a 18 de Novembro de 1529)



tas alterações. Meses depois chegaram de Portugal duas embarcações com as vias de sucessão, dirigidas ao vedor geral da Fazenda, Afonso Mexia, que, convocando os fidalgos e os capitães a reunirem-se na Sé de Cochim, as mandou abrir, achando-se nelas nomeado capitão-mór e governador, o mesmo Lopo Vaz de Sampaio.

Não obstante isso as lutas continuaram. De parte á parte os partidários debatiam-se sôbre a legitimidade da pretensão a favor de quem pugnavam. Por fim, em 1527, Mascarenhas chegou a Coulão e tomou conta do Govêrno, seguindo daí para Cochim, onde Afonso Mexia intimou-lhe a ordem de prisão. Mascarenhas, sem reconhecê-la, mandou pôr a ferros os juizes que tal ordem lhe intimaram.

Não terminaram aqui as dissensões. Pero Mascarenhas tentando desembarcar. Afonso Mexia com os seus partidários recebeu-o ás lançadas. Foi depois para Goa, onde o capitão Dom Simão de Menezes proibiu-o de desembarcar.

A êsse tempo já Lopo Vaz sabia de todo o sucedido, e mandou que o capitão de Cananor prendesse a Pero de Mascarenhas, como de facto o fez, pondo-o a ferros como também a Simão Caeiro e a Lancharote Lexas, seus partidários, que foram metidos na cadeia de Goa.

Continuaram as lutas, pendencias e prisões entre os fidalgos, até que por fim, Lopo Vaz querendo terminar as dissensões, que tanto prejudicavam os interesses de Portugal, submeteu a questão á *decisão dos Louvados*, que sendo a seu favor foi *intimada a Entendedores*, com que puzeram termo a essa tão triste desavença ⁽¹⁾: mas que continuaram em Portugal;

(1) Lê-se uma notícia detalhada sôbre o assunto em Fernão Lopes de Castanheda, Liv. 7.º, e em Diogo do Couto, Liv. 2.º, 3.º e parte de 4.º.

em desfavor daquele que dispunha de menor influência, que, pelo que se ha de vêr, foi Lopo Vaz de Sampaio.

A 18 de Novembro de 1529 chegou Nuno da Cunha a Cananore, onde estava Lopo Vaz de Sampaio, e avisou-o para ir a bordo entregar-lhe a governança: A posse foi dada no mesmo dia com toda a solenidade em tais casos usada, seguindo os dois, cada um em uma nau, a Cochim, onde o governador substituído foi preso em obediencia a uma provisão de que Cunha era portador, e o Ouvidor geral sequestrou os seus bens e mandou lançar pregões para o poderem acusar.

E é êle que diz na sua defeza perante o tribunal presidido por D. João III; «que veja V. A. e ponha diante de si tamanho agravo como este a um homem de minha qualidade, e idade, e de tantos, e tão grandes serviços, ser mandado em uma tão enfadonha viagem em huma possilga de porcos; que por certo eu tomara antes muitas vezes de muito boa vontade a sepultura, que vêr-me avexar por tantas, e tão injuriosas maneiras» ⁽¹⁾.

E de facto assim succedeu. Em Cochim deram-lhe a peor nau, e destinaram-lhe uma câmara junto á estancia dos grumetes, que sempre que por ela passavam estes e os negros injuriavam-no.

(1) Discurso feito por Lopo Vaz de Sampaio perante el-rei, que estava em Mesa com todos os desembargadores. Embora o procurador régio não tivesse recebido a sua defeza contra o libelo acusatório, o duque de Bragança conseguiu essa mercê do rei. Diogo do Couto publica o notável discurso de Lopo Vaz na Dec. 4.^a, L. 6.^o e Cap. 7.^o, e sob o ponto de visto histórico êle tem tanto valor, que não podemos fugir ao desejo de transcrevê-lo:

«Muito alto, e muito poderoso Senhor, por certo, que eu hei esta por huma das môres affrontas que tenho passadas, haver de deffender com a lingua, o que tenho ganhado pela lança com tanto trabalho: e

E, Lopo Vaz, descrevendo a sua tormentosa viagem, dizia: «Chegando ás ilhas Terceiras fui tornado

porque a lingua eu a tenho pouco exercitada, e não sei como me ajudará neste feito, encomendar-me-hei as verdades de que sempre uzei. A principal razão porque nosso Senhor o ungiu em Rei foi para fazer justiça, e dar a cada hum o seu, e julgar com muita clemência e animo piedoso seus subditos: e com zelo, e amor de Deos os castigar, ou absolver dos seus erros. E se isto assim he: quanto mór obrigação terá de pagar serviços, e merecimentos como os meus?

Pelo que, muito excellente Principe, lhe peço que lance de si todo o odio, e rancor, e tudo o que mais pode danar sua limpa tenção para me ouvir, e julgar, porque fazendo-o assim, usará do sceptro como Deos o manda. e eu serei certo da justa sentença: e os que mal informaram V. A. Deos haverá por bem, que não fiquem sem castigo.

Agora quero dizer a V. A. os merecimentos de meu pai, e avós, inda que não sejam todos. Meu pai foi Diogo de Sampaio, Senhor de Anciaens, Villarinhos, da Castanheira, e Linhares, e de dous mil vassallos: servio nas guerras de Castella, com quatorze escudeiros, e quarenta homens de pé. Na batalha de Toro foi derribado, e ferido de feridas mortaes: e jouve aquella noite no campo, onde pela manhã o acharam meio morto: e disto será sabedor Fernão Vaz de Sampaio, e não alego mais testemunhas porque as não ha daquelle tempo. Foi na tomada de Arzila com cento e oitenta homens em duas caravelas á sua custa, onde foi feito Cavalleiro por mão d'El-Rei D. Affonso o V.—Meu avô era Ruy Lopes de Sampaio, e minha avó Constança Pereira era sobrinha do Conde D. Nuno Alvares Pereira, filha de seu irmão, e não nomeio mais de minha linhagem, porque bem sabida está quão antiga he neste Reino. Meus avós em tempo d'El-Rei D. João de boa memoria tomaram dez Villas aos Castelhanos, por força d'armas com seus parentes, e amigos, que entregarão e obedeceram com ellas ao dito Senhor, e tem nas hoje seus descendentes, ff. Fernão Vaz de Sampaio seis, Ruy Lopes de Sampaio três, e huma se perdeu não por traição (que nunca em minha linhagem a houve) mas por outras differenças. Minha mãy foi Dona Briolanza de Mello, filha de João de Mello de Serpa, e de Dona Breatriz da Silveira, filha de Fernão da Silveira, Regedor e Condel-mór. Este João de Mello meu avô foi filho de Garcia de Mello de Serpa, Alcaide-mór daquelle Villa. De seus honrados filhos não fallo, porque notorio está, nunca Principe no Reino ajuntou gente para guerras, e Armadas, em que os Mellos não fossem dos principaes Capitães, e Cavalleiros. E no tempo de El-Rei D. João o I., nomeado foi o grão Martim Affonso de Mello, de quem todos vimos.

Eu, Senhor, passada minha mocidade, e que fui pera tomar armas, logo me lancei a esse uso militar, em que El-Rei vosso pai que santa gloria haja continuamente me occupava. Depois de andar em muitas Armadas, de que aqui não fallo, fui com o Conde Prior na Armada de Turquia, e sahi em Masarquebir, e fui dos derradeiros que me recolhi. Conto isto, porque naquella recolhida houve muita desordem affogando-se e perdendo-se muita gente, e eu fui dos derradeiros que me fui recolhendo com bom tento, e recado como disséra Rui Barreto ao vivo fora, com quem me recolhi: e chegando a Corfú, andando passeando pela Cidade, se ateou huma briga, por se alevantarem to-

a prender, e levaram em ferros de que estive para perder huma perna, porque me cortaram da feição

dos contra os Portuguezes, em que mataram settenta ou oitenta: nesta revolta me recolhi a huma casa com quatro homens, que foi combatida de muita gente, de que nos defendemos com muito trabalho, e perigo de nossas vidas.

Tornando a Portugal mandou-me El-Rei com o mesmo Conde Prior a Tangere, aonde servi dous annos; e fazendo o Conde huma entrada em Alcacere Quebir, fui eu dos corredores, e por Francisco Pereira Pestana, eu e outros nos acharmos diante, chegando às portas de Alcacere Quebir, fomos atalhados de oitenta Mouros de cavallo, de que nos defendemos, matando-nos hum dos companheiros, e a Francisco Pereira o cavallo, com lhe darem duas feridas, e a mim outras duas, e com me matarem tambem o meu. Dalli me vim a Portugal, donde me El-Rei logo mandou a Alcacere Seguer com D. Rodrigo de Sousa, onde estive tres annos, por me mandar El-Rei que não me viesse de lá escrevendo-mo, e encomendando-mo cada anno. E na entrada que D. Rodrigo fez em Gualdião, fui eu por Capitão dos corredores, e me achei ao pé de huma serra com quatro Mouros de pé; matei hum, e os tres o fizeram ao meu cavallo, e feriram-me duas feridas mui grandes, e deram-me huma pedrada em hum pé de que o houvera de perder, e disto são testemunhas o mesmo D. Rodrigo, e D. Antonio seu Irmão.

Passados tres annos vim á Côte, e tornou-me El-Rei a mandar a Alcacere, aonde estive quatro annos, e tres delles servi de Capitão por mandado d'El-Rei, e na entrada que fez D. Rodrigo, em que se encontrou com Almadarim Alcaide de Tutuão, e por levar pouca gente, e todos os nossos virem espalhados começaram a fugir, e hindo nesta desordem, disse a D. Rodrigo, que fizessemos volta, e morressemos com os rostos nos Mouros, e não pelos pescoços como patos.

Voitou D. Rodrigo, e foi tão proveitoso isto, que logo os Mouros afroxaram, e nos deixarão: e por certo que se a volta não fora, todos nos perderamos, e Alcacere corria risco.

Dalli me fui a Tangere aonde estive outros dous annos, em que El-Rei de Fez cercou aquella Cidade, neste cerco poz D. Duarte de Menezes Capitão suas estancias, em que me não occupou, deixando-me de fóra para acudir aonde houvesse necessidade. Os Mouros pegaram logo com o cubello do Bispo, que foi minado sem lho poderem estorvar: a esta necessidade me mandou D. Duarte, e me meti no cubello com setenta homens, e os Mouros nos combateram tão rijo, que nos derribaram hum lanço de cubello, por onde começaram de entrar: deitamo-los fora com morte de muitos, e grande risco de minha vida, e foi tanta a pressa que nos deram, que de setenta e tantos homens que eramos ficamos cinco, e destes o mais são eu, que fiquei com huma espingarda por hum braço, e huma setada na cabeça, e muitas infinitas pedradas, e os que comigo esperaram, foram estes, Diogo de Mello, Mestre ala da Emperatriz, Soto Maior Galego de Tangere, Martim Lopes de Azevedo, e André Pires Escrivão dos cativos. E assim ferido estive no muro sem nunca me hir a pousadas, alli me curarão, fiquei até os Mouros alevantarem o cerco. E além dos que nomeei, será boa testemunha Luis da Silveira, que nos vio neste auto. A Tangere me mandou El-Rei chamar para me mandar á India.

que me apareciam os nervos: E chegando a esta cidade me mandou V. A. tirar cercado de beleguins

dizendo-me que tinha la necessidade de minha pessoa, o que logo aceitei, e fui sem partido algum, nem ordenado (que elle depois me mandou lá sabendo o como o eu servia). Chegando a Goa achei Benastarim tomado de Mouros, e Goa cercada, e acodindo Affonço de Albuquerque para hir buscar os Mouros a Benastarim, sahiram elles para lhes dar batalha, e não a recusando o Governador, ordenou tres esquadrões de toda sua gente, e hindo-os demandar houveram seu conselho, e tornaram-se a recolher à Fortaleza. Affonço de Albuquerque me mandou com a gente da sua batalha, que me metesse na envolta dos Mouros, e visse se podia de mestura com elles entrar na Fortaleza, o que eu fiz adiantando-me só, tanto que cheguei á porta. E quando o primeiro dos nossos chegou a mim, tinha eu já seis feridas; e alli me lançaram muitas panellas de polvora, e outras materias de fogo com que me queimaram estas barbas, e estas pernas, e o meu guião, e assim ferido me recolhi com os derradeiros; e certo que isto que fiz foi causa de se aquella Fortaleza render tão cedo. Disto he boa testemunha D. Garcia de Noronha e Francisco Pereira Pestana, e Jorge de Albuquerque que se alli acharam.

Fui a Adém com Affonço de Albuquerque, e sobindo aquella Fortaleza por uma escada me derribaram com hum canto, que me antre ambos os olhos, de que ainda hoje me sinto muitas vezes, afora outras pedradas que em baixo me deram, de que estive á morte. Testemunhas D. Garcia de Noronha, D. João de Lima, e Antonio Ferreira.

Entrando o Estreito, deu Affonço de Albuquerque com o seu navio em secco: mandei surgir á minha náó o mais perto que pude delle, contra vontade dos mais Officiaes e no batel fui a sua náó que elle me entregou, pedindo-me o socorro se podesse, que elle se hia para a Armada, porque o tinham por morto, o que eu fiz com muita diligencia, e trabalho, pelos mares serem grandes, lançando ancoras, levando outras, hindo eu sempre na prôa do batel, porque os marinheiros não queriam trabalhar, e com huma espada na mão lho fiz fazer. Alli fui mergulhado dos mares, e bebi muitas vezes agoa salgada, e aprove a Deos que salvei a náó com toda a gente, e munições: hiam nella quatrocentos homens. Disto será boa testemunha D. Garcia de Noronha, e Antonio Ferreira.

Invernamos em Camarão com muito risco, trabalho, e fome, e nos morreram sete centos homens. Dalli nos tornamos para a India, e deixou-me o Governador na costa de Cambaia, onde tomei huma náó de que veio á vossa Fazenda oitenta mil crusados, e outra carregada de marfim, e de outras fazendas, que montou quinze mil. E sabendo que em Dabul estavam outras duas carregadas de especiarias para hirem a Adém, fui lá, e as pedi ao Capitão da terra, e pelos bons modos que tive, mas entregou com toda a carga, e artilheria, e tinham dentro em si sete mil quintaes do gengivre, que logo esse anno veio pera o Reino, e as náos puz-lhe o fogo. E assim naquelle Verão fiz serviço a V. A. em que lhe dei cem mil pardãos de proveito. Testemunha disto D. Garcia de Noronha, e Antonio Ferreira.

O outro Verão foi Affonço de Albuquerque a Ormuz, e determinando de matar Rax Hamed Mouro que estava alevantado com, aquelle Reino, e ordenando de se ver com elle com certos Capitães

por meio do terreiro dos seus Paços, defendendo a todos os meus parentes, e amigos que não chegassem

escolheu Affonso de Albuquerque dous a Pero de Albuquerque, e amim a quem encarregou que o matassemos. E chegando o Mouro a Affonso de Albuquerque o tomei por hum braço, e lhe dei hum punhalada pelo coração, e desta, e d'outras que lhe logo deram, foi morto: e como isto ficou El-Rei vosso Pai Senhor daquelle Reino sem cantradição. onde fizemos a Fortaleza, andando todos com as padiolas às costas, e o dia que folgavamos, estamos armados. Testemunhas disto, os mesmos acima. Dalli nos fomos á India, e sendo El-Rei que Deos haja sabedor de meus bons serviços me mandou Ormuz ou Ceilão, qual eu quizesse, o que não houve effeito por ser eu no Reino; porque parti de lá no anno que Lopo Soares foi á India. No Reino fui bem recebido d'El-Rei, e me fez mercê de huma Comenda, e me mandou pagar tudo o que me era devido na casa da India, dizendo-me que me não satisfazia meus serviços, e que me faria ainda mercê como veria. Depois em Almeirim me cometteu que fosse á China por Capitão de seis náos, e que da vinda ficasse em Malaca por Capitão tres annos, e por adoecer não houve effeito.

Depois me mandou chamar a Evora, e me disse, que determinava mandar duas mil lanças a Africa, e por Capitão dellas Rui Barreto repartidas em quatro partes, quinhentas em cada huma cometendo-me com huma dellas, e a Jorge Barreto, e a D. Rodrigo de Castro com as outras, o que não houve effeito. pelos annos serem esteriles. E sempre este Rei mostrou muitos desejos de me satisfazer meus serviços, de me honrar, e ácrecentar, mas quiz Deus, e meus peccados, que faleceu, e se perdeu todo todo o meu bem, e esperanças. E por V. A. não ter noticia disto, em começo do seu reinado me mandou prender na cova, por sahir a estrenar hum arpoído (o que todos somos obrigados a acudir por lei deste Reino sob graves penas a qualquer que não acudir, a quem pedir vosso socorro, bradando áque d'El-Rei) no que bem se vio, não ser V. A. sabedor de quem eu era, nem de meus serviços, e trabalhos passados: pelo que determinei de me tornar para a India a servir de novo a V. A., porque se arrependesse do que me tinha feito, pelos bons serviços que lhe esperava fazer, como depois fiz.

Fui á India por Capitão de Cochim aonde estive hum anno: os serviços que alli fiz V. A. o sabe, pois me escreveo cartas de agradecimentos. E fallecendo naquella Cidade o Conde Almirante, á hora de sua morte me escolheu por Governador até se abrirem as successões, e os serviços que logo fiz são estes. Despachei as náos do Reino, em que estava o Governador D. Duarte de Menezes bem devagar, e as náos que eram cinco bem desbaratadas. Despachei hum Armada que foi em busca de D. Henrique de Menezes, que succedeo na Governança por naquelle tempo estar em Goa, e mandei a isso quatorze velas. Para o Cabo de Guardafui tambem despachei Antonio de Miranda com outra Armada de sete velas, e fez de lá presas de trinta mil Pardãos. Fiz outra Armada para as Ilhas de Maldiva de seis velas pera esperarem as náos de Meca. Fiz outra para Melinde de hum galeão, e dous navios, despachei quatro náos para Ormuz: o que tudo fiz de dia de Natal até vinte de Janeiro.

a mim como se eu fora hum traidor, ou malfeytor e aquella vergonha passei estando toda a Corte, e eu

Por fallecimento do Governador D. Henrique de Menezes me elegeram por Governador, e V. A. deve de ser lembrado, que eu nunca tal lhe requeri, por mim, nem por outra pessoa: o Duque de Bragança (que eu cuidava que nisto me tinha alguma culpa pelas razões que para isso havia) me escreveo huma carta em que dizia. Pois El-Rei meu Senhor teve tanta lembrança de vossa honra, e fortaleza, por amor de mim Lopo Vaz que lho pagueis na mesma moeda. E eu por certo, Senhor, que trabalhei de o fazer, e assim o fiz de maneira, que eu estou bem satisfeito, que não hei inveja a nenhum Governador passado, presente, nem por vir, fazendo sempre muita verdade, e justiça a vossos amigos, e muita guerra a vossos inimigos. E não se poderá com verdade dizer, que eu dissimulasse nunca a batalha, que comprisse a vosso serviço com poucos, ou com muitos, assim como se achava, assim me offerecia: e nestas batalhas, e affrontas Deos seja louvado, em todas me deu grandes e notaveis victorias.

Acceitei a India estando desbaratada, e em grande risco de se perder, por ter conquista com tres Imperadores, e hum mui poderoso Rei. ff. O Imperador de Alemanha, e Rei de Castella sobre Maluco. O Grão Turco Senhor de tres Imperios. E o Rei de Calecut que tambem he Imperador. El-Rei de Cambaia, que poem em campo sessenta mil cavalos acubertados, e dos ouyos innumeraveis, e do grande poder no mar que até o meu tempo, nunca foi desbaratado. E cuído que em acceitar a India desta maneira fiz a V. A. hum dos móres serviços do Mundo. E o primeiro fiz que foi emprestar de minha bolça oito mil cruzados para o gasto das Armadas, por não haver dinheiro. E o primeiro Verão fui a Bacanor sobre sessenta e tantos Paraos, a mór parte d'El-Rei de Calecut, carregados de especiarias, com mais de seis mil homens de peleja, e hum Capitão d'El-Rei de Narsingua, com vinte e cinco mil em seu favor, e não tendo eu mais que mil e cento, desembarquei contra parecer dos Capitães e lhe queimei todos os Paraos e lhe tomei muita artilheria, que foi huma das móres pancadas, que o Reino de Calecut teve.

E não se pode dizer que estive ocioso o tempo que governei, antes o gastei todo em o servir com a alma, e com a vida e acho que fiz em todo o meu tempo trinta e oito Armadas, em que pessoalmente me embarquei em tres dellas. A primeira a que já disse, quando desbaratei os Paraos de Bacanor. A segunda para Ormuz, donde me mandaram chamar com muita pressa, por estar Rax Xarrafo alevantado contra El-Rei, com arrayaes formados, e Diogo de Mello em meio, e concertei estas cousas que estavam muito amiscadas. A terceira, quando desbaratei as galeotas de Cambaia. Fizeram-se presas em meu tempo, que valeram tresentos e sessenta mil pardaos. Paguei os ordenados aos Capitães, e Feitores, gastei muito dinheiro em redificar as Fortalezas todas sem tirar do Cofre de V. A. hum só real, e tudo das mercadorias, presas, pareas, dinheiro dos cavallos, e rendas de Goa. E mandei a Cochim, por vezes dinheiro para as obras por não bolirem no Cofre, que foram mais de cincoenta mil pardaos.

cercado de rapazes, e negros, gente vil, que fora cem mil mortes. Fui levado ao Castello, onde me

V. A. se quiz servir de mim no governo da India, sem lho eu requerer por adherencia alguma; somente pelo meu bom nome, e não deixei de lho requerer, por cuidar que em mim não havia as qualidades que cumprem aos Governadores, mas porque nunca fui tão esquecido de minha honra, nem tão mingoadado de juizo, que não tivesse sempre representado diante de mim, que onde tão honrados Capitães, e tão valentes Cavalleiros neste cargo perderão as vidas, honras, e fortalezas, e alguns delles arriscaram suas almas; eu não me aventurei ao mesmo: e por isso quiz antes seguir o exemplo Castelhana, que diz: Mas quero cardos en paz, que pollos con agraz. V. A. como digo se quiz servir de mim na governança da India, e por certo que foi grande lembrança, e grande mercê: perém prouvera a Pecs que nunca a eu vira em minha casa.

Já lhe tenho dado conta de meus serviços, agora lha darei de como deixei a India. Se V. A. bem olhar, achará que em meu tempo não veio Capitão nem Official da India rico, como soham vir pois este dinheiro que se fez delle em meu tempo, em que houve mais presas e mais trato que em nenhum outro? Por certo Senhor que todo este dinheiro ficou no vosso cofre, e no vosso Thezouro: porque as vossas Fortalezas de pedra, e barro, filas eu de pedra, e cal, e com cavas chapadas de mar a mar: por onde V. A. deve dormir seu sono descansado, e seguro. E mais tem em outro Cofre tresentos mil cruzados, que lhe eu paguei de soldos. As cousas que deixo entregues ao Governador Nuno da Cunha, são as seguintes. Seis galeões, seis caravelas, oito galez reaes, quatorze galeotas, e cento e duas fustas, e bargantins, com toda sua munição (Armada que nunca Principe teve toda sua propria) Deixei em Goa cincoenta pipas de polvora de bombardarda, e duas de espingarda. Em Chaul, quinze pipas de polvora de bombardarda, e duas de espingarda. Em Cochim trezentos quintaes de polvora. Em Cananor vinte pipas de polvora de bombardarda, e duas de espingarda. Os mantimentos que deixei juntos para a Armada são estes; mil e quinhentos candis de trigo e tres mil candis de arroz, seicentas vaccas vivas, queijos, manteiga em abastança, muito ferro, muita madeira, e muitos ferreiros, e carpinteiros e isto em todas as Fortalezas.

De como ficam os inimigos lhe darei conta. No Emperador não fallo porque a V. A. darei essa conta, quando de mim a quizer saber. O grão Turco fica com suas Armadas desbaratadas, pelas grandes, e muito poderosas, com que todos os annos lhe mandei correr a terra do Estreito de Meca. E quando me entregaram a India estavam suas Armadas mui possantes com muita ousadia contra nós trabalhando por virem de maneira que nos bótassem fora da India: o que tudo em dita de V. A. e com meu trabalho, e astucia se desfez.

O Camorim ao tempo que me deram a Governança punha no mar quantos Parás queria. o que no fim do meu tempo já não podia fazer, porque todos lhe destrui, e tomei: nem tinha artilheria, nem bombardeiros, que tudo lhe gastei, e desfiz, pelo que cada dia pedia pazes.

O grande Rei de Cambaia poderoso no mar; mais que todos os

foram postas guardas, e defezas, como se esperasse procederem em mim grandes crimes, e não me con-

da India juntos, veja qual ficava á minha partida que lhe não ficariam dez fustas.

El-Rei de Bitão eu por certo o destrui, e desbaratei com a Armada e gente que mandei a Pero Mascarenhas, encomendando-lhe, e pedindo-lhe, que se não viesse de lá sem a destruir, o que elle fez mui bem.

Em pago de todos estes serviços me prendeo Nuno da Cunha em Cananór pela maneira que se sabe mandando lançar pregões intames contra mim. Em Cochim fui mal aposentado nas peiores casas da Cidade, nos esteiros entre os monturos, o que muito senti por ser contra a humanidade, e fidalguia, e em Cidade onde me fizeram Governador de V. A. Ali me mandou prender, e tomar me toda a fazenda, que foi avaliada com toda a desordem, como se eu fora traidor, e malfeitor, sofrendo affrontas, e injurias a meus inimigos, que todas as noites me passavam pela porta com folias. Dalli me embarcaram com dous criados na peor não da carreira, e que partio derradeiro de todas. mandando-me dar huma camara debaixo da alcaceva, onde era a estancia dos grumetes, e negros, onde eu comia, e dormia ás chuvas até as Ilhas Terceiras.

Veja V. A. e ponha diante de si tamanho aggravo como este a hum homem de minha qualidade, e idade, e de tantos, e tão grandes serviços, ser mandado em huma tão enfadonha viagem em huma possilga de porcos: que por certo eu tomara antes muitas vezes de muito boa vontade a sepultura, que ver-me avexar por tantas, e tão injuricas maneiras. E assim me mandou entregar a quem me não tinha boa vontade para mais me martirizar.

Chegando ás Ilhas Terceiras fui tornado a prender, e levaram em ferros de que estive para perder huma perna, porque me cortaram de feição que me appareciam os nervos. E chegando a esta Cidade me mandou V. A. tirar cercado de belegins por meio do terreiro dos seus Paços defendendo a todos os meus parentes, e amigos que não chegassem a mim como se eu fora hum traidor, ou malfeitor: e aquella vergonha passei estando no terreiro toda a Corte, e eu cercado de rapazes, e negros, gente vil, que foram cem mil mortes. Fui levado ao Castello, onde me foram postas guardas, e defezas, como se esperasse procederem em me grandes crimes, e não me consentindo ver, nem fallar certos dias com meus parentes, e amigos, nem até o presente ver minha mulher, que a sete annos que está viuva de mim, por eu andar occupado no serviço de V. A. e não a deixarem fallar comigo, o que eu mais senti que todos os tormentos outros que me deram. Ora cuide V. A. se tanta deshumanidade se usou nunca com homem de minha sorte, idade, e serviços neste Reino?

Processaram meu feito contra toda a ordem de justiça destes Reinos: assim que em mim se começaram a exercitar todos os novos costumes, e novas leis pera ser deshonrado. Tiram meus inimigos por testemunhas, e estive ao preguntar dellas Manoel de Macedo, que descubertamente he meu inimigo. Fui lançado de repplica, e de outros termos que tinha de direito divino, e humano. Ora veja V. A. o que me tem custado o seu serviço, e a honra que

sentindo vêr, nem fallar certos dias com meus parentes, e amigos, nem até o presente vêr minha mulher,

me deu de Governador, que não sei homem que juizo tenha que isto quizesse pelo preço muitos frios, muitas calmas, muitas fomes, e sedes, e muitos riscos de minha vida, dando a comer meu sangue aos tubarões no mar, aos adibes no Reino de Fez, e as gralhas da India. De maneira que poucas conquistas tem V. A. aonde se elle não derramasse: e não se pôde presumir que possa mentir, porque quem em sua mancebia não usou de maos costumes, e fez sempre o que devia, em sua velhice, e no fim della não ousaria das mindezas que me poem, e mais tendo diante dos olhos taes pessoas.

D. Duarte de Menezes, que em bem tenra idade desbaratou duas Alcaides mui furiosos, e mui guerreiros, serviço mui notavel, e digno de perdão de grandes culpas, não lho valéo nem serviço de pai, nem dos avós, preso em carcere perpetuo, tomada a fortaleza. Balsa era esta pera Lopo Vaz, não sendo inhabil se guardar.

Diogo Lopes de Siqueira tantas vezes cativo, e ferido, fugido por Reinos estranhos, tomada sua fazenda, por mercê tornado ao Reino, e morreo, e assim Deos sabe de sua alma. Vi mais Affonso de Albuquerque tantas vezes cativo, e de tanto serviço, que morreu quase desesperado, dizendo, mal com El-Rei por amor dos homens, mal com os homens por amor d'El-Rei acolhamo-nos á Igreja, morre Affonso de Albuquerque que cumpre á tua honra morreres, que nunca a elle lho cumprio cousa, que tu não fizesses. E com estas palavras deo a alma a Deos., e que lhe não valeo a muita guerra que fez a Mouros, e Gentios, e sua alma corre muito risco. Este bom velho mui sabedor das cousas da India, muito victorioso nella, a quem todos os Governadores da India devem ter acatamento não por cometer maiores feitos dos que eu tenho cometido, mas por os seus serem primeiros. Este costumava a dizer, sabeis quam má gente he a da India, que me puzeram que era puto, e provarámo; sendo elle tão honesto, que não dirá criado seu que alguma hora lhe visse a ponta do pé. Todo este mal, e destruição dos Governadores todos he causado por homens baixos dalmoface. Por certo Senhor eu não sei como se desculpará, nem que rasão dará, olhando aos homens com que V. A. começou meus negocios, que lhe não lembrava huma cousa tão dívida como era dizer, saiba-se que homens são estes que se queixam dos Governadores: e se achar serem homens de bem, fazer-lhes justiça muy inteira, e achando serem viciosos, mandal-os a Cadea, e não dar cousa ao máo pera fazer mal ao bom.

E quantos Fidalgos de mim testemunharam a V. A. foi por esta razão. Eu estava em Cananor onde me vieram buscar os Paraos (como V. A. em meus serviços ovio) chamei a Conselho esses Fidalgos, que foram de parecer não pelejasse, aprouve a Deos que me pareceo o contrario, e disse-lhes que quem quizesse acompanhar o seu Governador, e a bandeira de V. A. se embarcasse comigo, o que elles não quizeram fazer ficando nos galeões olhando como eu pelejava: e disto ficaram tão corridos, e envergonhados, como era razão; e havendo por certo que eu escrevia a V. A. o feito como passava, de quem bem, ou mal fizera. O que eu delles escrevi, V. A. o sabe mui bem, que não se achará em carta minha escrever mal

que ha sette annos que está viuva de mim, por eu andar occupado em serviço de V. A. e não a dei-

de nenhum Fidalgo, se não requerer para todos honras e mercês. Elles por me V. A. ter por suspeito, e me não dar credito escreveram, e testemunharam de mim falsamente: e não temendo a Deos adquiriram a si outros Fidaigos seus parentes para que os ajudassem a affirmar suas demandas. Esta vantagem com as outras muitas ha em mim, que o que disser delles hade ser na praça, e o que elles disserem de mim hade ser mui escondido, porque fallo verdade e elles não.

De minha genealogia ouça V. A. huma cousa que me esqueceo, de Vasco Pires de Sampaio, meu quarto avô que he digna de contar. No cartorio de Fernão de Sampaio, se achou hum perdão que dizia assim. Pelos serviços que tenho recebido de Vasco Pires de Sampaio, e esperamos de receber, lhe perdoamos a morte de quarenta escudeiros que enforcou na sua Villa de Moz com hums poucos de homens de pé. Veja V. A. que poucos poderiam ser de homens de pé, onde morriam quarenta escudeiros. Certo, merecimento devia de tal ter Vassallo e necessidade devia de ter El-Rei delle, pois tal perdão dava. E do grande Martin Affonso de Mello meo avô notorias são suas cousas. Se V. A. deste par de Cavaleiros tem, ou tiver necessidade, aqui está Lopo Vaz de Sampaio seu neto que trabalhou muito pelos arremedar, e escusar que está em muy boa idade e em melhor disposição, e mui experimentado por mar e por terra; e por certo, elles me perdoarão, eu não lhe sinto vantagem se não nos bons galardões que lhe deram, porque por cada serviço lhes davão Villas, jurisdições, rendas, e honras e amim por cada hum me deram hum tormento.

Pela tomada das Fustas de Cambaia, que nunca foram desbaratadas. tão victoriosas que nunca perderam hum remo. antes desbarataram por vezes muitos galeões de V. A. eu as venci, e metti no fundo: em pago deste serviço me mandaram prender. Pelos navios que desbaratei de fronte de Calecut em que matei dous mil e tantos Mouros; em pago disto me mandaram tomar toda a minha fazenda. Pelos Paraos que queimei em Bacanor, que eram a principal força de Calecut: por este serviço me mandou V. A. embarcar em humã não no aposento dos grumetes. E por que subi pelos muros de Adém, donde me dirribaram com huma pedra de que estive á morte: em pago disto me lançaram ferros, que me comeram e carne até os ossos. Pelo cubello de Tangere que deffendi a El-Rei. de Fez: em pago disto me mandou tirar V. A. a vergonha diante dos seus Paços Reaes. Pela destruição que fiz no Arél de Porcá, e outros muitos serviços, que aqui não digo: em pago delles me mandaram que servisse, e partisse com escrivães, e procuradores do meu dinheiro, que trazia ganhando com tanto trabalho, e com tanto sangue esparido, para me remediar a minha velhice, e para criar meus filhos, Veja V. A. se he bem desviada esta paga da que deu El-Rei D. João de gloriosa memoria a meus avós.

A somma de meus serviços são estes Onze annos em Africa; e na India e nas Armadas que se fizeram neste Reino, vinte e hum annos; não fallo no tempo em que andei na Côrte, que este houve pelos mais forte de todos, pela muita pobreza com que a sustinha.

xarem fallar commigo, o que eu mais senti que todos os tormentos outros que me deram. Ora cuide V. A. se tanta deshumanidade se usou nunca com homem de minha sorte, idade, e serviços neste Reino?»

Vejamos agora quais os serviços que Lopo Vaz havia prestado ao Estado. Quando ainda novo acompanhou o Conde Prior numa armada que fôra mandada para a Turquia, a qual, na torna viagem, depois de cumprir a sua missão, teve de aportar a Corfú, onde os portugueses foram atacados pelos naturais e Lopo Vaz se notabilizou á frente de um punhado de homens, defendendo-se e pondo em debandada um grande número de individuos que cercaram a casa onde êles se tinha acolhido.

Em Tanger serviu dois anos, e voltando a Lisboa foi mandado a Alcacer-Kibir, onde serviu três anos e em vários encontros com os mouros se evidenciou. Veiu depois para a India e aqui chegou a tempo de tomar parte na reconquista de Goa, confiando-lhe

Fui ferido cinco vezes, huma em Alcacere Seguer, outra em Alcacere Quibir, outra em Benastarim, outra em Adem, e outra na Ilha Terceira, dos ferros que me V. A. mandou lançar Em galarção disto fui preso, avexado, e perguntaram contro mim testemunhas infieis, e meus inimigos capitaes, e aconselhadores contra minha honra, que foram na massa de Pero Mascarenhass, e ordenaram disfamarem todos de mim com darem mas informações a V. A. falsas, e mui contrarias da verdade, pelo indignarem contra mim, E na India onde o servi de Governador me foi tomada toda minha fazenda, e fiquei sem ella de maneira que não tenho que comer, nem que dar a que me defenda minha justiça destes grandes agravos que me são feitos contra toda a justiça por ser sem culpa, e sem erro no serviço de V. A. e pelos muitos e grandes que lhe tenho feitos, dignos de grandes mercês, a que V. A. deve de respeitar, pelo que devo de ter muita esperança, de me restituir a minha honra, e de me fazer mercês, para exemplo dos que o bem servem.

Ora Senhor isto he feito, não póde V. A. deixar de o remediar com muita clemencia, e como excellente Principe criado sobre nossos hombros, e nós criados com suas migalhas, com dar sentença que seja digna de lhe beijar a mão, com descanço para minha velhice, e para que possa criar meus filhos para o servirem.

Afonso de Albuquerque a tomada de Banastarim, defendida valorosamente pelos mouros. Foram seus companheiros nesses feitos de armas D. Garcia de Noronha e Jorge de Albuquerque, sobrinhos do conquistador, muito conhecidos na história.

Mais tarde acompanhou a Albuquerque na tomada de Aden e sendo um dos primeiros a escalar a fortaleza, foi gravemente ferido e esteve muitos dias entre a vida e a morte.

Em Ormuz, incumbido por Afonso de Albuquerque, matou á punhalada Rax Hamed, mouro que promovia aí um levantamento geral contra os portugueses. Depois de todos êsses serviços, quando voltara a Lisboa, foi muito bem recebido pelo monarca, que o agraciara com uma Comenda.

Passados dois anos el-rei novamente o mandou para a Índia como governador de Cochim e pelos serviços aí prestados recebeu muitas cartas de agradecimento do monarca. Em paga de todos os serviços Lopo Vaz foi tratado brutalmente, como ninguém até aí tinha sido, nem o fôra depois disso.

Vejam os como êle remata a sua longa defeza, que de tal forma influiu no animo dos seus julgadores, a ponto de o absolverem. «E cuido que em acceitar a Índia desta maneira fiz a V. A. hum dos maiores serviços do mundo. E o primeiro que fiz foi emprestar da minha loiça oito mil cruzados para a gente das Armadas, por não haver dinheiro». E, mais adiante: «Em pago de todos estes serviços me prendeo Nuno da Cunha em Cananor pela maneira que se sabe, e mandou lançar pregões injuriosos contra mi».

Não é difficil perceber a qué se deve attribuir tão deshumano tratamento feito pelo rei a um homem, que, mesmo como governador, prestou relevantes serviços na Índia, muitas vezes expondo a sua vida em defeza da pátria. Também não se lhe podia attribuir toubos de espécie alguma, pois que o

Vedor geral de Fazenda, Afonso Mexia, esteve sempre a seu favor e não estaria certamente se notasse que êle procurasse mais pelos seus interesses que pelos da Fazenda real. Á vista disso, devemos attribuir êsse tratamento ás intrigas dos partidários de Pero de Mascarenhas e á fraqueza do rei D. João III.

Antes de começarmos a nomear outro Governador que foi exautorado, registemos o que Lopo Vaz de Sampaio disse ao ser preso pelo ouvidor geral: **Dizei ao Governador, que eu prendi, e elle me prende, lá virá quem o prenda a elle, — e assim foi.**

Tratemos agora de Nuno da Cunha (1529-1538). Já velho nas lutas da India, companheiro de D. Lourenço de Almeida, moço guerreiro que em Chaul perdeu a vida, combatendo valorosamente os rumes, Nuno da Cunha, filho de Tristão da Cunha, substituiu Lopo Vaz de Sampaio, a quem mandou preso para Portugal.

O seu governo ficou assinalado com muitos e relevantes serviços prestados para a consolidação do império oriental, e devido a sua acção enérgica e muita pratica dos negócios, alargou as suas fronteiras, conquistando novas terras, subjugando povos aguerridos, fazendo vergar ao peso da sua espada sempre vitoriosa muitos reinos independentes, que até aí não queriam reconhecer a supremacia das armas portuguezas.

Mas tudo isto não obstou a que se lhe negasse uma embarcação quando regressava a Portugal, findo o seu governo. Cunha, desgostoso com tal procedimento, escreveu uma extensa carta ao vice-rei Dom Garcia de Noronha, que o substituiu, concluindo por dizer: «De redor de V. S. não andam homens que

me querem bem, e os que estão na Índia, eu lhes tenho feito muitas honras, e boas obras; e sei que me agradecem mal; e por isso *lançai as barbas em remolho, e fiai-vos mais de vossa discrição, e bondade, que de delles*».

Nuno da Cunha tendo embarcado doente, o seu estado agravou-se depois de dobrar o Cabo da Boa Esperança, a ponto de sentir que a morte não tardaria. Não quiz, porém, o grande capitão morrer, sem que de seu próprio punho escrevesse uma *cedula*, na qual dizia: *Juro por esta hora, em que estou, não ter da Fazenda del-rei mais que cinco moedas de oiro, que tomara da Fazenda do Soldão Badur para mostrar a el-rei em Portugal, por serem formosas e grandes.*

Os seus familiares, vendo o estado em que elle estava, conseguiram do capelão que lhe perguntasse «se o havia por bem que levando-o Nosso Senhor, o levassem salgado em huma pipa, para no Reino lhe darem sua sepultura», a que elle respondeu: *que pois Deus havia por bem de o levar no mar, que o mar fosse sua sepultura, pois a terra o não quizerá. E se ella mal recebia seus serviços não lhe queria entregar seus ossos.*

Agravando-se ainda mais o seu estado, recomendou ao dito capelão que, depois do seu falecimento, o vestisse com o manto da Ordem de S. Tiago, puzesse a sua espada á cinta e o lançasse ao mar, atando *duas camaras aos pés*, cujo preço deveria ser pago a el-rei. E, nos derradeiros momentos, com voz desfalecida e quasi imperceptivel, proferiu as seguintes célebres palavras: *Ingrata pátria, ossa mea non possidebis.*

E bem a tempo morreu Nuno da Cunha. Quando a nau que o conduzia chegou ás Ilhas Terceiras ali o esperava António Correia de Bares, *com hum grilhão muito grande*, para com elle o desembarcar, com ordens para ser conduzido ao Castelo de Lisboa,

para dali passar para outra prisão em Santarem, que para êsse fim tinha mandado preparar el-rei.

Mas António Correia logo que soube que Nuno da Cunha havia falecido mandou lançar a ferros todos os seus familiares, como também ao seu vedor, João de Paiva.

Os seus filhos e parentes, indignados com êsse procedimento, apresentaram a el-rei o testamento do grande capitão e governador da India, sendo depois disso os familiares postos em liberdade.

Tanta convicção tinham os vice-reis e governadores de que á sua chegada a Lisboa seriam acusados e presos, que Francisco Barreto (1555-1558), quando recebeu das mãos de Fernão Mendes Pinto a carta e os presentes do rei do Japão para o rei de Portugal, disse-lhe: *Certifico-vos em toda a verdade que tanto prezo estas armas, e peças, que agora me trouxestes, como o proprio governo da India; porque com elas, e com esta carta delRey de Japão espero agradar tanto a El-Rey nosso Senhor, que depois de Deus elas me livrem do Castello de Lisboa, aonde os mais dos que governamos este Estado vamos desembarcar por nossos peccados!*

Além dos governadores apontados, muitos outros houve que tiveram igual sorte, sujeitando-se aos maiores vexames sem saber por quê. Foram, certamente, victimas imoladas em holocausto á deusa intriga e inveja, dos quê, sentindo desabar, pela sua acção pouco honrosa e honesta, a peanha sobre que se erguia o renome creado sem o merecer, tinham a todo o transe de afastar de si aqueles cujas virtudes lançavam jorros de luz, pondo a nú a sua alma pervertida.

José F. Ferreira Martins.

Do Convento do Carmo ao —

— Mosteiro de Santa Mónica

(Conclusão da pag. 276 do volume antecedente)

O mosteiro de St.^a Mónica, fundado em 1606 com a melhor das intenções pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Meneses, teve, pelo tempo adiante, grandes contradições. Ao seu estabelecimento e progressos era manifestamente oposta a Cidade ou a Câmara de Goa, que se queixava principalmente de que o mosteiro recolhia para freiras, filhas de fidalgos ricos, para haver avultados dotes e heranças, deixando ao desamparo filhas de fidalgos pobres, embora com muitos serviços e merecimentos. A entrada de D. Catarina deu o fogo ao rastilho.

A 10 de Fevereiro de 1632, uma terça-feira, a câmara convocou o povo e estando presentes muitos fidalgos, desembargadores e cidadãos, o vereador do meio Luís da Fonseca de Sampaio fez uma fala enérgica, um famoso libelo com cinco provarás de formal acusação ao mosteiro. O 4.^o dizia assim:

«E ultimamente o que mais scandalisou, e despertou a este povo, e a nós a chamar a V. V. mercês, foi a mulher de D. Pedro Mascarenhas, recolhida com tanta pressa, e violencia, por rasão do seu muito dinheiro, que quasi sabemos de certo, por testemunhas de vista, que foi tirada de sua casa por força, e contra a sua vontade . . . »

Unanimemente se deliberou pedir ao vice-rei «como a pessoa que está no lugar de Sua Magestade» o remédio para os males apontados, resolvendo-se quanto áquella senhora, requerer «que se tornasse a pôr em sua casa, e liberdade com toda a sua riqueza».

Seguidamente a câmara com suas varas e insignias da cidade, acompanhada dos juizes, procurador e procurador dos misteres, foi ao palácio do vice-rei — «e isto com um tumulto tão grande qual nunca se havia visto em ocasião alguma de maior parte»—. Recebeu-os o Conde de Linhares em audiência solene, em que o referido vereador Fonseca fez nova fala, não menos enérgica, na qual ao caso aludiu nos seguintes termos:

«O que mais obrigou este cansado povo pedir a V. Ex.^a justiça, foi ver que neste domingo passado, com grande violencia, recolherão (não estando acabado de enterrar seu marido) a mulher de D. Pedro Mascarenhas, com tanto dinheiro, como se sabe trouxe o dito defuncto da fortaleza de Dio, que el-rei nosso senhor lhe deu parece, pois, senhor, que tem V. Ex.^a precisa obrigação de nos fazer justiça, que fora dela nada pedimos nem queremos, mandando sair do convento, em primeiro lugar, a mulher de D. Pedro Mascarenhas com sua riqueza»

Ouviu o vice-rei o padre fr. Diogo de Santana, famoso administrador do mosteiro desde a sua fundação e confessor das religiosas, dando-lhe com vista os papéis entregues pela câmara. Respondeu extensamente o frade, ponto por ponto e quanto ao 4.^o declarou que a mulher de D. Pedro Mascarenhas tinha entrado no mosteiro não só por vontade própria, livre e espontânea, mas também pela do marido, bem manifestada durante a sua última doença

(o que seria verdade; como adiante se verá com o testemunho de Conde de Linhares) — que ela, apenas expirara D. Pedro, mandando chamar a fr. Diogo, lhe pedira para a levar ao convento, mas êste a advertira de que era melhor esperar até sepultarem seu marido, — e que, no dia seguinte, em que se fez a inhumação, ela entregando as chaves de tudo aos carmelitas, que haviam ficado por herdeiros do defunto, metendo-se em um palanquim, transportado por dois escravos, se dirigira ao mosteiro onde apenas entrou, mostrara muito contentamento e consolação.

Fr. Diogo terminou esta parte da resposta com o seguinte: «Se D. Pedro Mascarenhas podia dispôr da sua fazenda e deixa-la toda aos padres carmelitas descalços, também esta senhora podia fazer suas esmolas da sua áquele convento (de St.^a Mónica) que era pobre, e dele as podia também repartir aos necessitados, que a elle acorrião, que não eram poucos.»

Na resposta á acusação de captações de dotes, referia-se ainda fr. Diogo ao caso nestas palavras: o dote era de 600 mil réis que na Índia não era muito; muitas freiras haviam entrado sem dote, outras com meio dote; e assim «não seria muito que entra tantas pobres se recebesse a mulher de D. Pedro Mascarenhas, cuja riqueza ainda se não sabia qual fosse».

A defeza de fr. Diogo não foi admitida por escrito — acrescenta o cronista — mas verbalmente, e foi «de tão pouca importancia como se a não déra». Entre os fidalgos e cidadãos havia, contudo, quem pelas religiosas e pelo seu convento se interessasse e procurasse. O maior favor, pois, que mostrou o vice-rei foi submeter o assunto a Sua Magestade, a quem escreveu também a câmara, cuja paixão a tanto empenho chegou «que se não reparava em nenhuma despezas porque consta de certo que se

mandaram ao reino grandes presentes, e peças ricas para com ellas obrigarem a quem solicitava o seu requerimento, puzesse nelle todo o cuidado e diligencia».

*
* *
*

O vice-rei Conde de Linhares teve muito que fazer com o clero da Índia e em especial com os frades. Em quasi todas as suas cartas a Sua Magestade referiu a relaxidão a que tinham chegado na Índia as ordens monásticas, os prejuizos que á república derivaram do seu grande número, e os abusos que dentro e fora dos conventos praticavam os religiosos (1). Notámos já que tinha aberto excepção muito abonatória a favor dos carmelitas, recebendo então de Itália, embora se mostrasse depois, como logo veremos, scandalizado com o procedimento desses frades na arrecadação da herança de D. Pedro Mascarenhas

Do padre fr. Diogo de Santana, tinha logo nos primeiros tempos do seu governo falado a S. M. com muito encarecimento. «He — dizia na carta de 18 de Fevereiro de 1630 — administrador das freiras, e tambem deputado do Santo Officio e do Juizo da segunda instancia, ... acho da sua vida, virtude e procedimento mui boa informação» (2). E na de 2 de Dezembro do mesmo anno: «he muito capaz religioso e se me não parecera que era arrojarme, dissera que estava diante de todos dos da Índia; porque além de ser muito bom frade, serve muy bem a V.

(1) Cit. *Cronista de Tissuari*, I, 310, — II, 70, — III, 125, — e IV, 8 — cit. *Ensaio Histórico da lingua concani*, doc. n.º 3.

(2) Cit. doc. n.º 5.

Magestade» (1). Mas, vieram depois constantes queixas da câmara contra o convento das freiras e a linguagem foi outra.

«Esperavão as religiosas por muitas razões — escreve o cronista — que o vice-rei amparasse e defendesse o mosteiro, assim pela qualidade do seu sangue, como pela sua prudencia e descrição como também pelo amor que lhe merecia a religião de Santo Agostinho, aonde tinha dois irmãos, que eram o padre mestre fr. Guilherme de Santa Maria e fr. Nicolau de Tolentino, que deixarão de ser condes (sendo mais velhos) por ser religiosos». Viu-se, porém, que era muito inclinado aos requerimentos da cidade a quem dava razão, e assim foi que os favoreceu perante a côrte.

Neste particular, o cronista attribue ainda a attitude do vice-rei ás lisonjas com que foi tratado pela câmara no seu requerimento — «só a fim de o mover a condescender em tudo o que lhe pedia; aclamando por feliz e ditoso o seu governo, que no fim julgarão pelo peor, pois o criminalarão e capitularão, fazendo-lhe padecer grandes trabalhos e prisões» (2).

(1) L.^o das monções n.^o 14, fl. 4.

(2) Referência ao atentado que no dia 12 de Outubro de 1635 se cometeu contra o Conde de Linhares. Na manhã dêsse dia appareceu na praça do Mandovi um boneco enforcado, representando o vice-rei, tendo pregado uma espécie de processo condemnatório, com o seguinte titulo: *Processo das culpas e insultos que cometeu o snr. vice-rey D. Miguel de Noronha, descendente da tendeira da Rua Nova de Lisboa, que se provam pela maneira seguinte* . . . Esqueceu-se, porém o cronista de que êsse atentado, que se impuotou geralmente ao clêro, causou indignação na cidade, e que o povo associando-se ás autoridades, reprovou tal vilania, deliberando levantar uma estátua ao vice-rei, honra que êste recusou. Os documentos relativos a essa página triste da história de Goa, foram publicados por F. N. Xavier (*Instrução do Marquez de Alorna*, 2.^a edição, parte 1.^a, nota a pag. 59 a 62 — reproduzidos na 3.^a edição, P. I, nota a pg. 58 a 60, onde vem com alguns erros de cópia). O *Processo* foi publicado corrigindo-se êsses erros por Teixeira da Aragão, liv. cit., nota a pg. 216.

Referência também ao exílio para Tordezilhas, que o Conde soffreu, depois de regressar a Portugal por não ter podido prestar boa conta

Devia ter, ao que parece, o Conde de Linhares escrito sobre o assunto várias cartas a el-rei, mas sómente duas bastam ao nosso propósito: as de 10 de Outubro e 27 de Novembro de 1632 ⁽¹⁾, ambas remetidas na monção dêsse mesmo ano.

Na primeira trata unicamente do mosteiro e do seu administrador, relatando também o como procedeu na ocasião. De fr. Diogo diz:

«Grande trabalho tenho padecido com o Padre Fr. Diogo de Santa Anna em rezão do comprimento da Ordem de V. Magestade do anno de 629 sobre os dotes e cantidade de Religiosas do Convento de St.^a Mónica, pois quiz persuadirnos este Padre que como as Freiras replicarão em parte, ficava em todo suspensa a execução da dita ordem: e assy foi tomando molheres com grande dote, e excedendo o numero de cento, sobre o que se ajuntou a cidade e gram numero do povo e me fiserão apertada instancia para que isto não fosse avante como em effeito o fiz, e attalhey por meio da justiça as desordens que nisso se continuavão, de que se seguiu discontentamento do Padre e das Freiras, a que fiz sempre muito mimo depois que estive nesta cidade (e esta, Senhor, he a India para quem dá comprimento ás ordens de V. Magestade, e olha para as couzas do bem commum) Fr. Diogo he muito bom Religioso, porem tem trabalhosissima condição em respeito de sua opinião, e ás ordens de V. Magestade não tem tanto respeito como se deve.»

Quanto ao convento:

«Tenho por muito conveniente aver um convento

da incumbência de convencer os povos revoltados em Évora a irem implorar o perdão á côrte de Filipe IV. Aqui também esqueceu ao cronista dizer que o Conde de Linhares, contra quem se mostra muito apaixonado, morreu cumulado de honras.

⁽¹⁾ L.^o das monções n.^o 15, fl. 99 e 34. *Boletim do Govêrno*, n.^o 70 de 1865.

de Freiras na India, mas muito errado a cantidade de fazenda que ellas metem em sy, e tem gastado na sumtuosidade delle tanta fazenda, que, como já o escrevi em outra carta a V. Magestade, he muito mayor que tudo o que vy em Castella e Portugal, excepto Odivellas, não por bondade da fabrica, mas por cantidade de sitio, porque este daqui tem hum Claustro, que pode competir com o de Belém em Lisboa. Trará Nosso Senhor o Arcebispo, que de sua prudencia e inteireza fio que se ajustará com o que V. Magestade ordena; e ficará satisfeito o clamor deste povo dando-se-lhe comprimento; e como isto esta tão longe de V. Magestade, logo nos ameaçam os Ecclesiasticos com conservatoria, que posto que elles em sy não tem a rezão que o direito requiere, todavia desconsolão-me e inquietão-me, pois estamos entre infieis».

A segunda carta é ainda mais interessante. Refere-se nela o Conde de Linhares acentuadamente a frei Diogo, á sua acção absorvente e á sua desmedida ambição, de envolta com a noticia do caso de D. Catarina, asseverando: «faço relação a V. Magestade sem respeito algum mais que o serviço de Deus e de V. Magestade».

«Não posso deixar de dizer a V. Magestade — principia por dizer o vice-réi — que se o procedimento de frei Diogo de Santa Anna vay por diante como ategora foi, em pouco tempo virá a ser tudo de Freiras, porque mettendose freira uma sobrinha do Padre Alvaro da Costa, que era meeira n'um palmar, casas e vargeas (que lhe pertencia por herança), que estão junto a São Thomé quebrado, caminho de São Thiago, se concertou o dito Padre que comendo tudo em sua vida, ficaria por sua morte tambem tudo ás Freiras, o qual Padre Alvaro da Costa falleceo ha poucos dias, ficando as Freiras com esta fazenda, que he de porte, e só as vargeas;

que dizem rendião ao Padre oitocentos xerafins, cujo arrendamento já fez Frei Diogo acrescentando nelle cento ou duzentos mais, que junto a outros palmares, que já aly tinha pegado, fica tendo na freguezia de Santiago o melhor della. (1).....

.....
o dito Padre Frei Diogo de Santa Anna dá dinheiro a responder na terra sem risco a dez por cento com seguridade de fianças ou penhores, que em pouco mais de sete annos dobra (2). E porque me afirmão que se fez petição á Misericordia, em que pedio certidão do numero das orfãs e vewvas que visitava entendendo que era pera mostrar a V. Magestade que não havia falta de molheres nesta cidade nem farião falta ao mundo as que no mosteiro se recolhião, se diz a isto que ha nesta cidade grande numero de molheres visitadas da calidade referida acima, e outras muitas que não são visitadas, mas essas não as buscão, nem se grangeão, nem levam para freiras, porque são pobres, e só se trata de recolher as ricas, que podião cazar com maridos que tivessem com que servir a V. Magestade, e a Deus na Misericordia, tendo em suas casas orfãs como muitos tem para as ajudar a cazar e remediar».

Com respeito a D. Catarina, deita uma gota de

(1) Do padre Alvaro da Costa démos noticia no livro. *A India em 1623 a 1624*, a pg. 160 q. v, informando que nos parecia ter falecido nos princípios do ano de 1633, mas vê-se da carta do vice rei que morreu em Novembro de 1632 Foram duas sobrinhas suas — não uma só — que professaram no convento de St.^a Mónica, D. Maria de Mendonça com o nome de Soror Maria dos Anjos e D. Catarina Pinto com o de Soror Catarina de S. Miguel. Ambas filhas de Amaro, (Amauro ou Mauro) Pinto è de D. Isabel de Mendonça. Veja-se a cit. *Relação das freiras* n.ºs 46 e 57. Na *História* cit., a pag. 793 tem especial menção Soror Catarina de S. Miguel.

(2) Isto numa época em que a Igreja católica reprovava e condenava, como pecado de usura, idêntico ao roubo á idolatria, ao próprio parricidio, o empréstimo de dinheiro a juro!

fel no acervo de elogios que dois anos antes fizera (e dois anos depois havia de repetir) aos carmelitas:

«..... dizem que mandando pedir Dom Pedro Mascarenhas a sua mulher Dona Catharina, estando elle doente e mal, que quizesse ser freira, por ser cousa assentada entré elles, respondeo-lhe que assy o faria. Na mesma ora que falleceo, se apoderarão os Carmelitas de tudo quanto havia em casa, levando para a sua o dinheiro, ouro e prata, por ficarem por testamenteiros do defunto, e Frei Diogo de Santa Anna com o Visitador dos Carmelitas na mesma hora, em que sahio o corpo de Dom Pedro de sua casa para o hirem enterrar, tirando a dita Dona Catharina da dita sua casa, a levarão para o mosteiro e dizem que sem lhe valer dizer que hiria á tarde, e que queria despedir-se de suas parentas, que ally tinha, e de suas moças, repartindo com ellas de suas alfayas, e assy acompanhado o palanquim, em que foi levada ao mosteiro, dos ditos Padres, foi recolhida nelle com geral escandalo, e mayor do que posso affirmar, soandose que por estar arrependida se queria sair.»

E termina a carta assim:

«..... advirto que o dinheiro, que tocava a esta Dona, e estava na mão dos Carmelitas, está depositado, que é o que mais pude fazer, para em caso que não professe, o haver ella ou seus parentes, ou a quem deixasse por testamento».

*

*

*

Não mencionamos aqui, por não vir ao nosso intento a forma por que foram resolvidas e acabaram as queixas da câmara contra o mosteiro. A luta foi

enérgica e durou até 1636, estando tudo minuciosamente descrito pelo cronista citado. Mas releva acentuar que nada se fez com relação ao caso de D. Catarina, que passou á história. Como a viúva de D. Pedro Mascarenhas professou em 1633, decerto lhe teria sido entregue o dinheiro que lhe pertencia e tinha sido guardado em depósito por ordem do Conde de Linhares. E tendo ela falecido pouco depois, o mosteiro teria ficado seu herdeiro para todos os efeitos. Demais, vivia ainda no mosteiro, sua irmã, única sobrevivente, Soror Joana da Coluna!

Assim, os importantes cabedais do velho capitão de Diu, fidalgo e guerreiro, repartiram-se entre o convento do Carmo e o mosteiro de St.^a Mónica!

J. A. ISMAEL GRACIAS.

OS ÁRABES EM GOA NO SÉCULO X

CONSTA do *Livro das Monções*, n.º 93 fl. 1392 que em 1727 foram remetidas para Lisboa umas lâminas de cobre, descobertas em Goa, as quais continham uma curiosa inscrição em sanscrito, cuja tradução se encontra a fl. 1396 do citado *Livro das Monções* e foi transcrita por F. Neri Xavier a pag. 16 do vol. I do *Gabinete Literário das Fontainhas*, donde transladamos os seguintes interessantíssimos trechos:

«chamava-se este Rei (cadambo) *Cattah Nrupati*, como aquela columna que estriba o mundo, a quem muitos Reis de outras terras e *Portos ultramarinos da nação moura* ficaram tributários.»

.....
«O natural desta cidade por nome Madumod, da origem Tagi, principal entre os senhores de Barcos de Comercio, unico entre os ricos, pessoa de grande sabedoria, o qual fez grande obsequio e tão publico, quando o Rei acima dito *Gohaldeu* partindo com o barco ia satisfazer a promessa do Pagode Sry Somessuar, veio arribado por quebrar o mastro, a quem ofereceu muita riqueza, sem reparar, inumeravel quantia e valia, que ninguém nas partes do mundo, e nenhum Rei teria animo, e vontade para tal oferecimento, e entre os filhos que ele gerou, o primeiro chamado Sry Sameil adque-

riu grande sabedoria e zelo, e com bom procedimento ficou querido de todos e pela virtude de suas boas obras alcançou fortuna de nascer filho, por nome Sadano, sempre prudente, mui recto e grande esmoleiro, versado na arte mathematica e sabia quatorze artificios, quatro recursos e sete cuidados, ao qual o Rei Zacquessi fez seu Regente Secretario deste Concão por cujo Governo, zelo e disposição totalmente extinguiu a origem dos competidores, e pela severidade de sua justiça, com que castigava, todos, movidos daquelle receio, desistiram da ousadia de querer descaminhos que nas suas terras nascessem. Se estabeleceu o Governo deste Pradano, com grande estimação e dignidade, que se reputou nele entre os que governavam as mais terras, como que nas estrelas, a lua com as suas claras luzes que deita se sustenta o fresco calor das flores, chegou esta Cidade a grande felecidade, florescendo com novos aumentos de Comercio, e seus moradores com notavel riqueza pelo bom governo do dito Pradano, que é Regente Secretario, e pela experiencia que nele achou tão util, e de bem comum, logo os mais Ministros Deputados do Conselho transferiram nele as suas faculdades e o dito Rei Zacquessi concedeu seu Real poder para Reger».

Gohaldevu identifica-se perfeitamente com *Guhalla* que é o tronco da arvore genealogico dos Cadambas de Goa, traçada por John Fleet na sua notavel obra *The Dynasties of the Kanarese Districts* (Vide *Gazetteer of the Bombay Presidency* vol I part. II pag. 565). A *Gohaldevu* ou *Guhalla* succedeu, cerca de 1007, *Chatta* ou *Shastadeva* I que deve ser o *Cattah Nrupati* da inscrição. A *Cattah* succedeu *Jayakesia* I ou *Zacquessi* cerca de 1052.

Vê-se da inscrição:

1.º Que ao tempo do rei *Cattah*, cerca de 1007, Goa tinha relação politico-comerciais com potentados maometanos.

2.º Que *Madumod*, de *Tagi*, «principal entre os senhores dos Barcos de Comércio, único entre os ricos»

foi contemporâneo de Gohaldev que reinou em Goa, antes de 1007.

Qual era a religião que *Madumod* professava? Onde ficava *Tagi*?

Segundo a *Carta histórica para os tempos primitivos de Islam* que se encontra a pag. 165 do tom. 43 da monumental *História Universal* de Oncken (tradução portuguesa) *Tagi* ficava na Arábia. *Madumod* era evidentemente árabe e, portanto, maometano. *Madumod* deve ser corrupção do nome árabe *Mahamed*, donde vêm a palavra *Maomet*.

No século x havia, portanto, árabes em Goa. Maomet morreu em 632. Em poucos anos, os árabes, na sua marcha vitoriosa, conquistaram a Síria, o Egipto, a Pérsia, Marrocos e a Península Ibérica, e nas mãos deles estava o comércio indo-europeu até á época das cruzadas.

Damasco, Bagdad, Alepo, famosas cidades árabes, eram grandes centros mercantis. O Kalifa Omar fundou a cidade de Bassorá, no Golfo Pérsico, a qual rivalizava com Alexandria. Na costa da Síria, Berito e Antioquia davam vasante ás cidades de Damasco e Alepo. Na costa de Arábia floresceram Mascate e Aden.

Eram maometanos e árabes todos os mais notáveis viajantes do periodo que decorre de Cosmas a Marco Polo. Encerram curiosas informações acêrca da India as narrativas de Suleiman, Abúzaid e Khurdadbha, (século ix) de Masudi, Ibn Hankel e Edrisi (séculos x e xi).

Colónias árabes estabeleceram-se na costa ocidental da India, desde o Guzerate até ao Malabar. Não admira, portanto, que no século x houvesse uma colónia árabe em Goa.

A acção árabe em Goa não foi meramente comercial — árabes tomaram parte no governo e na administração do país, o árabe Sadano ascendeu ás culminâncias de *premier* do rei Zaquessi.

A. B. DE BRAGANÇA PEREIRA.

Alguns médicos

antigos de Goa ⁽¹⁾

RELATIVAMENTE AOS *médicos cirurgiões e físicos* antes do estabelecimento da Escola-Médico-Cirúrgica de Goa é digno e interessante ler-se as medidas tomadas pelo Senado de Goa nas suas «posturas dos Físicos, Cirurgiões, Sangradores etc. Boticários» ⁽²⁾, de 3 de Novembro de 1618. Transcrevemo-las mesmo por isso:

«Posturas dos Físicos, Cirurgiões, Sangradores etc. Boticários.

Mandamos e pomos por Postura que nenhuma pessoa de qualquer Lei, qualidade, e nascão que seja sirva o officio de Físico, nem cirurgião, nem Sangrador, sem primeiro ser examinado pelo Físico-mór, ou Cirurgião-mór e serão obrigados a ter a carta de examinação, sob pena de que o contrario fizer, e não tiver a carta o Físico, ou Cirurgião pagar vinte párdãos, a metade para o conselho e a outra para o accuzador.

Por quanto os Físicos Gentios que nesta cidade curão por falta que ha de Físicos Christãos, fazem mal seus officios na cura dos enfermos que se lhes encômendão, por que do tempo que hão de continuar com suas visitações, se não para a terra firme, e dezemparão os ditos enfermos com grande perigo, e risco de suas vidas, no que há mui-

(1). Este artigo foi enviado para publicação antes do falecimento de Ismael Gracias, director da Revista, e refere-se a um assunto que, sob mesmo título, foi pelo mesmo aqui publicado.

(2) Vid. «O Senado de Goa» por Viriato de Albuquerque, pag. 423 Doc. n.º 211.

tas queixas neste Povo, ordenamos e pomos por Postura que os taes Fizicos gentios não passem a terra firme, e somente os seus aprendizes poderão passar para buscar as mezinhas, ou para o que lhes aprover somente poderão hir com licença da camara, e o Fizico gentio que passar a outra banda contra esta nossa Postura será riscado do numero para nunca ser admitido a ele e pagará dez será fins, a metade para o conselho e a outra para o accuzador.

Outro sim ordenamos e pomos por Postura que todos os officiaes Sangradores de hoje em diante tenham casa em que vivão com divisa a porta para todos saberem que mora nela Sangrador e a divisa será um homem que está Sangrando pintado, ou outra qualquer figura que denote o officio que tem e toda a pessoa que não tiver a sobre dita divisa a porta, ou outra por que se conheça que mora nela Sangrador, pagará pela primeira vez que for comprehendido dous pardaos, e pela segunda cinco e não servirá mais officio, a metade para o conselho e a outra para o accuzador.

Assim mesmo mandamos e pomos por Postura que se guarde o assento que os annos passados com os Prelados desta cidade a tomou que não haja mais que trinta Fizicos Gentios, que com licença da Camara poderão curar este Povo, por quanto este numero parece que basta suposto que ha tão bem Fizicos Christãos com que sufficientemente fica a cidade provida, os quais trinta Fizicos Gentios além da carta de Examação que pelo Fizico mór lhe for passada na forma do Cap. da primeira Postura, terão a licença que se lhes der em escrito feita em Meza pelo Escrivão da Camara, e assignada pelos Veriadores que ao presente são e ao diante forem, e sem a dita licença nenhum gentio daqui, por diante curará, e será registada em hum livro que o Escrivão da Camara terá para que a todo o tempo conste como lhe foi dada, e não passe nunca do numero de trinta que foi assentado, sob pena que o infiel que curar sem a dita licença pagará pela primeira vez dez pardaos, e pela segunda vinte a metade para o Conselho, e a outra para o accuzador, e não servirá mais officio nem com licença, nem sem ella.

Haverá quarenta annos que as doenças tem entrada nesta cidade, as quaes com não serem contagiozas, nem pestilenciaes tem consumida muita parte da gente mequinha, muitos soldados, muitos casados de toda a sorte, muitos fidalgos e Capitães illustres e geralmente a Cidade

está notavelmente minguada da gente, e alguns bairros despovoados, e o que peor he que a todos estes males não tem achado remedio nenhum bastante, posto que se praticou muitas vezes sobre elle, mas considerando nos que provendo se as boticas como cumpre, e fazendo os Buticarios sem officios com verdade, e limpeza não haverá tantas mortes e perda da gente. Ordenamos, e pomos por Postura que os officiais da Camara duas vezes no anno cada seis mezes huma vez ou quando lhe parecer com o Fizico-mór ou quaes quer outros que lhes melhor parecer serão obrigados a visitar todas as Boticas donde se vendem mezinhas ao Povo, e as que acharem podres, velhas, falcificadas ou taes que não parecer ter virtude e eficacia para obrar, as queimam logo diante de si e do Buticario cujas são conforme ao Regimento do Fizico mór, a quem estas tambem pertencem por razão de seu cargo como El-Rey Nosso Senhor manda, e além disto o Buticario a quem as taes mezinhas podres, velhas, falcificadas ou taes que não tiverem virtude para obrar forem achadas incorrerá na pena que pela cidade lhe for julgada e não cumprindo os officiais dela, o que se conthem nesta Postura lhes será dado em culpa na residencia de seus cargos.

E porque he oppressão deste Povo os Buticarios não venderem as mezinhas unguentas, e outras miudezas, se não em quantia que valhão ou hum vintem, ou day para sima porque muitas vezes as pessoas que vão comprar não tem necessidade de tanto, nem posses. Ordenamos, e pomos por Postura que os Buticarios vendão suas mezinhas meudas e urgentes uma qualquer quantia por pequena que seja, ainda que não valha mais que dous reis ou cinco ou dez para que possam todos pobres que sejam ser providos de mezinhas para suas necessidades sob que não cumprindo esta nossa Postura pagarem vinte pardaos a metade para o conselho, e a outra parte para o accusador, e por mezinhas meudas entendemos unguentas, lambedores daquellão, e deapalma.

Assim mesmo mandamos, que nenhum Buticario se sirva de Gentio, nem Mouro, nem doutro infiel no que toca ao seu officio, nem para lhe fazerem as mezinhas compostas; nem para por suas mãos as venderem e da mesma maneira não assistirá na Botica escravo cativo para vender as mezinhas e aviar as partes por que se cre que por esta via se fazem muitas grandes desordens e detrimentos da saude e vida dos homens e Buticario

que se servir de infiel no que toca ao seu officio, onde escravo cativo como dito he pagar pela primeira vez dez crusados, e não servir mais do mister, e que outros seos proprios Buticarios assistão em suas Butieas pessoal e não estarão muitos dias fora della, e as pessoas que por elles assistirem e servirem de mão sejam pessoas examinadas sob a dita pena. Em Goa a tres de novembro de mil seiscentos e dezoito annos. Eu Bartholomeu Soares de Goes Escrivão da Camara o fez escrever= Luis da Costa Lobo= Antonio de Tavora= Francisco Ferreira de Sá= Diogo da Cunha= Diogo Lobo Pereira= Soares= Bartholomeu Pereira= Gaspar Mendes de Lemos= João da Silva= Domingos de Fonseca= Gonsalo Luis= Ignacio Domingues= Diogo Rodrigues».

No auto do exame e vistoria a que procedeu o Senado *junto com as pessoas peritas e experientes* nele nomeadas nos poços e canos e muitos lugares da Velha Cidade para se conhecer as causas da sua epidemia e dar providências em 10 de julho de 1779 encontram-se os nomes dos seguintes Físicos, *pessoas peritas*:

Pedro Xavier Ponte da Conceição, *Fizico aprovado da Corte de S. Magestade*.

«Ignacio Caetano Affonso, natural da Piedade, nomeado *phizico-mór*, *emquanto Sua Magestade não nomear outra pessoa* em 4 de Maio de 1782 pelo governador D. Frederico Guilherme de Sousa.

«Aleixo de Siqueira, *Médico substituto do Hospital Real*.

«Joseph Pereira, *Fizico aprovado por S. Magestade*.

João Manoel Borges.

São interessantes os pareceres apresentados pelos referidos físicos (1) principalmente o de Ignacio Caetano Affonso.

Na cópia do officio do *Físico-mór* do Estado Vitorino Pinheiro da Lacerda encarregado pelo Barão de Candal

(1) Entre os pareceres apresentados pelos físicos falta o de João M. Borges, notando-se mais os do advogado Sebastião da Silveira, natural de S. Matias e o do *físico-mór* dr. Luis da Costa Portugal, europeu, sem data, apresentado ao governo, que o mandou ao Senado, e a respeito do qual diz meu pai á pgs. 97 do *Senado de Goa*: «Faz porém nêle um juízo temerário quanto aos naturais de Goa perdendo assim muito o seu merecimento».

em julho de 1840 de passar a ilha da Piedade, para *determinar as causas da epidemia que a tem devastado e apontar os meios de se obstar ao seu progresso e continuação*, lê-se o nome do facultativo Antônio Caetano do Rosário, *instruído na praxe médica seguida no Hospital, indicado para passar na ilha alguns dias e prescrever os meios terapêuticos apropriados e fazer aos Facultativos da ilha as reflexões que julgar convenientes, a fim de que eles para o futuro se conduzam melhor no tratamento daquellas molestias.* (1)

JUSTINIANO DE ALBUQUERQUE

(1) Ibid. cit. doc. n.º 236.

Relações entre a Índia e a América

NA ANTIGUIDADE

(Conclusão da pag. 300 do volume antecedente)

Os argumentos de Alex. Del. Mar ficam completados com os que apresentou um outro investigador americano Prof. Fryer. Fundando-se este não só na história, religião, língua, usos, costumes, objectos architectónicos dos índios americanos, mas ainda na narração do célebre viajante chinês Hiuen Tsang, toma como assente que antes do século XV os missionários budistas haviam pisado o solo do novo continente (1).

O insigne professor, no decurso do seu longo e minucioso estudo, publicado na mencionada *Harper's Magazine*, estabelece também, com grandíssimo reforço de lógica, a verdadeira etimologia dos vocábulos americanos *Guatemala*, *Quatemotny*, *Xcácca*, *Xácâmól*, *Gótuxáca*, cuja analogia, salvo a ligeira modificação glotológica operada pela acção de tempo e meio, é flagrante respectivamente com os nomes indianos *Goutāmdāia* (गौतमालय) *Goutāma* (गौतम) *Xáquia* (शाक्य), *Xáquiāmuni* (शाक्यमुनि), *Goutāmāxáquia* (गौतमशाक्य) (2), etc.; e, na devida altura sugere esta pergunta (3): «Se é que antes de Colombo não houve comunicação entre o Oriente e a América como poudes descobrir-se nesta, as antigas estatuetas

(1) Cf. Kelluscar, *Buddhachēm charitra*; V. Aptē, B. A., *Buddha parva*.

(2) Quem souber que de Bodhisatva proveiu o nome Josafat não extranhará com as analogias acima apontadas. (Cf. Dr. V. Abreu, *A literatura e a religião dos Arias na Índia*: Dr. Hunter, *Indian Empire*, pp. 150-151; H. Zotenberg, *Notice sur le livre de Barlaam et Josaph*; etc.).

(3) V. Apte, *Buddha parva*; Kelluscar, *Buddhachēm charitra*.

de *Dhiani Buddha* ⁽¹⁾, bem como as de elefante, animal que não se encontra ⁽²⁾ no novo mundo?

O preclaro historiador César Cantu ⁽³⁾ parece admitir a mesma opinião. Ouçamo-lo :

«Humboldt acha, que, quanto mais se estuda n as raças, as línguas, as tradições, e os costumes, tanto mais lugar há, para crêr que os habitantes do novo mundo vêm da *Ásia oriental*; que *Quetz-Alcoatl*, *Boehica*, e *Mungo-Kapae*, personagens, ou colónias, que civilizaram estas regiões (americanas), tinham partido do Oriente, da *Ásia*, e que estiveram em comunicação com os *Tibetanos*, os *Tartaros-Samaneus*, e os *Ainos-Barbos*, das ilhas de *Jesso*, e *Sachalen*.

«É certo, que o infelís *Montezuma*, a primeira vez, que falou com *Fernão Cortês*, lhe disse: «Sabemos pelos nossos livros que os habitantes d'este país e eu não somos indígenas, mas que viemos de muito longe. Sabemos também que o chefe, que guiou os nossos avós, voltou, por algum tempo, ao seu país natal, e tornou depois para conduzir para lá os que tinha aqui deixado: Mas encontrou-os casado com mulheres de aqui, pais de numerosos filhos e vivendo em cidades que tinham construído; tanto, que não quizeram obedecer ao seu antigo chefe, que se retirou só. Temos sempre acreditado que os seus descendentes viriam algum dia, das partes onde nasce o sol, tomar posse d'este país».

«Já dissemos uma palavra a respeito das semelhanças de conformação, e linguagem, entre os indígenas (americanos) e os asiáticos. As suas tradições (americanas) falam de gente vinda de fóra. Na história mexicana, os *Toltécas*, as *Sete Tribus*, os *Scheschevécas* e os *Aztecas* são todos indicados, como adventícios; e os hieroglíficos representam-nos no acto de atravessarem o Oceano. As analogias

(1) «*Dhyani-Buddha* is a *Buddha* who is supposed to exist as a kind of spiritual essence in these higher regions of abstract thought These ideal *Buddhas* are as numerous as the human *Buddhas*, but as there are only five chief human *Buddhas* in the present age, of whom *Gautama* is one, so there are only five corresponding *Dhyani Buddhas*».—Sr. M. Monier-Williams, *Buddhism*.

(2) Vide *Chenu*, *Encyclopédie d'histoire naturelle*, p. 259 e seg.; J. de Séguier, cit. *Diccionario português*; L. Figuiet *Les Races humaines*, *Intr.*; Garcia da Orta, *Coloquios*, ed. da Academia, vol. I, pp. 314-317.

(3) C. Cantu, *Histoire Universelle*, Paris, 1843, t. I.

entre os Peruvianos e os Mongoís são tão numerosas, que um escritor sustentou, com muito espírito, que Mungo-Kapac, fundador da dinastia e da religião dos incas, era bisneto de Gengis-Kan (1); ao mesmo tempo, que outros, com mais razão, dizem que elle viera do Tibet, e da Tartária.

«Os Pastús americanos, sustentando-se só de vegetais, os Tlascaltecas que acreditam na metempsicose, e os Peruvianos, que têm uma ideia da Trimurti, nos fazem pensar nos Índios.

«O zodiaco dos Tibetanos, Japonezes e Mongois, trás os mesmos nomes que os attribuidos pelos Mexicanos aos dias do mês; e onde os signos faltam no zodiaco tartaro, os *Sastras indios suprem-nos*, colocando os animais celestes nas posições correspondentes.

«Numa obra publicada por Cord Kingsborough, contém uma collecção dos monumentos mexicanos, em que se veem representados personagens de um carácter inteiramente diverso do americano, e umas vezes os tipos da Índia, outras os do Egipto».

Chegado a este ponto é bom de se notar — por estar muito difundido o falso conceito de que os hindus nunca transpuzeram as barreiras naturais que cercam o seu país — que a Índia, a que não era desconhecida o uso da bússola (2) nos tempos antigos, possuiu também um poder naval e império colonial dos mais consideráveis, não podendo impedir a sua expansão colonial nem o gigante do Oceano Indico, nem as dilatadas montanhas do Himalia.

Com effeito, numa época em que as navegações estavam no seu crepúsculo matutino, quasi desconhecidas em outros povos, os intrépidos nautas indianos com suas longas embarcações afrontavam a braveza das ondas virginaes do Oceano, o qual conseguiram mais tarde domar, avassalar, escravizar ...

No Rigveda, justamente apelidado o *Livro dos livros* (3)

(1) Ranking, *Recherches historiques sur la conquête du Pérou, et du Mexique, faite au XIII^e et siècle par les Mongols, accompagnés d'éléphants*, Londres, 1827. cit. de C. Cantu.

(2) Vide Pavgee, cit. *Bhārata sāmāñja* Vol. VI, pp. 182-185; O artigo *Barcos e irens a vapor, balões aerostáticos, e outras invenções entre os antigos hindus* publicado no *Instituto Vasco da Gama* I.^a parte.

(3) Vide Rogozin, *Vedle India*, p. 133.

pela sua antiguidade que mr. Tilak ⁽¹⁾ faz remontar a mais de 40 séculos A. C., encontra-se uma passagem (I, 25, 7) em que Varuna é representado como tendo profundos conhecimentos dos caminhos marítimos e num outro passo se conta que Bhujú, filho de Tugra, depois de viajar algum tempo num barco de *cem remos* pelo temeroso oceano, entrou, são e salvo, em casa do seu pai.

Que em tempos remotíssimos os hindus foram poderosos no mar a depreende-se — escreve Tod no *Rajasthan* — do facto de um dos ascendentes do divino Rama ser Ságara que possuía sessenta mil marinheiros que os livros da Índia figuram, sob o véu duma alegoria, como filhos d'ele.

Na sua *Grammar of the Dravidian Languages*, diz o Dr. Caldwell que da noticia contida nos Vedas se deduz que os Árias do tempo de Salomão, atravessando o oceano, praticavam o tráfico com povos distantes, o Prof. Max Duncker pondera, na sua *History of Antiquity*, que a arte náutica era conhecida na Índia ha cerca de 2000 anos A. C.; sir W. Jones e Elphinstone, a quem segue Pococke, são de opinião de que os hindus se apresentam como povos navegadores do mar ainda na época da composição do Código de Manu, o qual W. Jones, Schlegel, M. Chézy e a Deslongschamps supõem pertencer ao 13.º século antes de Cristo.

Porém, o eminente assiriólogo Dr. Sayce opina, na sua *Hibbert Lectures for 1887*, que três mil anos antes de Cristo a Índia mantinha um importante tráfico marítimo com a Babilónia ⁽²⁾.

Analogamente, mas em tempos menos remotos, punha-se ella em relações por mar com Arábia, Palestina, Fenícia, Egipto, Grécia, Roma e Extremo Oriente. Atestam-no as sábias investigações de Von Bohlen, Dr. Caldwell, Lassen, R. Sewell, Rhys Davids, A. M. T. Jackson, Dr. Sayce, Kennedy, Maunder, Heeren, J. Takakusu, V. Smith, R. Mookerji e outros próceres do indianismo.

Este, com rara clareza scientifica discretêa nestes termos a propósito das navegações indianas num livro que lhe deu grande popularidade *Indian Shipping*: Durante trinta

⁽¹⁾ Vide *The Orion or Researches into the antiquity of the Vedas*. This work received high praise from orientalists of the Eminence of M. Muller, Jacobi, Weber, and Whitney.

⁽²⁾ Cf. o nosso artigo no diário marata *Indu prachina* (इंद्रप्रकाश), de Bombaim, n.º de 6 de Setembro p. findo.

compridos séculos a Índia era olhada como o coração do antigo mundo e mantinha com firmeza a sua posição de um dos principais países marítimos; tinha suas colónias em Pegu, na Camboja, na Java, na Çamatra; no Borneo é em cada uma das regiões do Extremo Oriente como Japão; possuía estabelecimentos comerciais na China meridional, na Península malaica; na Arábia e em todas as cidades importantes da Pérsia e sobretudo na costa oriental de África; cultivava relações mercantis não só com os povos da Ásia, mas também com todo o mundo então conhecido, inclusive as regiões do império romano, e tanto o Oriente como o Ocidente, que vinham a ser o teatro do comércio indiano, davam impulso a sua bela potência naval e vida internacional».

Desde a mais alta antiguidade, até ao século X, escreve um outro antiquário indiano, a Índia assombrava o mundo pelas suas navegações que eram muitas vezes tão extraordinárias como as que podiam realizar os longos navios semelhantes ao do príncipe Vijaia, que, afim de conquistar e colonizar o Ceilão, levava a seu bordo mais de 800 *passageiros*, segundo o testemunho do Mahávamso, livro composto entre 459-477 da era vulgar ⁽¹⁾.

Do império colonial dos hindus, nos tempos védicos e post-védicos, ocupa pormenorizadamente mr. Pavgee no cap. XIV (P. P. 380-428) da sua cit. obra *Aryavartic Home* ⁽²⁾. V. *Arctic Colonies* e, apoiando-se em velhos textos sanscritos, chega á conclusão de que outrora as colónias indianas estavam espalhados não só pelas cinco partes do mundo hoje conhecidas, mas ainda nas extensões do Polo Norte, designado sob o nome de *Meru* ⁽³⁾ nos livros sagrados da Índia.

Muitos autorizados e insuspeitos orientalistas europeus igualmente prestam homenagem á triunfante expansão colonial da Índia referente a esta época longínqua, homenagem que é bastante para inspirar a qualquer país um eterno orgulho. Dentre eles mencionaremos: Colonel Tod, Prof. Heeren,

⁽¹⁾ Vide *The Indian Antiquary*, Vol. XVI.

⁽²⁾ Vide também *Sri Sarasvati mandir* Vol. VIII.

⁽³⁾ Vide W. Jones, *Asiatic Researches*, Vol. I, p. 258; Tilak, cit. *Arctic Home* etc.; *Theosophical glossary*; Dixit, *Bharatja jolishanastha*; Dayanand Sarasvati, Op. cit; Parrand, *Le Bhagvat-Geeta*, p. 162; Tilak, cit. *Guila rahasha*; Pavgee, *Aryavartic Home* etc. etc.

M. Jacolliot, Count Bjornstjerna, Colonel Olcott, Sir W. Jones, M. Sarrasi, Cooke Taylor, e particularmente mr. Pococke cuja obra *India in Greece, or Truth in Mythology* é uma completa história em

..... transunto reduzido

Em pequeno volume

do estabelecimento, em remotas épocas, das nossas colónias pela superfície do globo; ou seja na Babilónia, Palestina, Cólchida, Arménia, Síria, Pérsia, Egipto, Etiópia, Grécia, Itália, Escandinávia, Escócia, etc., etc.

Até em tempos mais próximos dos nossos, se encontravam colónias hindus nas ilhas do Oceano Indico e ainda mesmo na Polinésia ⁽¹⁾ e na Austrália ⁽²⁾. Dez delas menciona o famoso viajante chinês I-Tsing ⁽³⁾, sendo uma a ilha de Java, ⁽⁴⁾ o querido *Javê* ⁽⁵⁾ dos mercadores gujires, e o célebre *Evadripa* do Ramaiana.

Os peregrinos chineses que visitaram essa ilha encontraram no século 4.^o inteiramente povoada ⁽⁶⁾ de hindus, que iam do Ganges a Ceilão e de Ceilão á Java e de Java á China, em barcos tripulados por marinheiros que professavam a religião bramânica.

«Crónicas de Java referem-se a uma numerosa colónia de Kalinga que ali se estabeleceu e civilizou os aborígenes, cerca de 75 A. C., o que é confirmado, escreve Elphinstone, ⁽⁷⁾ pelas magnificas ruínas que se admiram em Java e pelo facto de ser sânscrito a língua sagrada, em que estão escritas composições políticas e históricas e a maior parte de inscrições».

Não tem a história documentos suficientes para poder determinar quando é que tiveram início as primeiras emigrações da *populo-a* ⁽⁸⁾ India para outras partes do mundo.

⁽¹⁾ César Cantu, cit. *Histoire Universelle*, t. I.

⁽²⁾ des lointains Australiens sont d'anciens émigrés du S. del'Inde — *La Grande Encyclopédie*, Vol 23.^o, P. 963.

⁽³⁾ Vide Dr Taka — Kasu, I. *Tsing*.

⁽⁴⁾ Vide *Times of India*, n.^o de 1.^o de Outubro de 1892; *Bombay Gazette*, de 3 de Out 1892.

⁽⁵⁾ É bem conhecido na Índia o anexam guzerate: «Jê Jái Jávê tē fariná avê 1 avê tēná pāriānan pāriāchavés».

⁽⁶⁾ Vide *Journal of the Royal Asiatic Society*, N.^o IX, P. P. 136-138.

⁽⁷⁾ Vide *History of India*, p. 168.

⁽⁸⁾ Vide *History of Nations*, Ch. VII, *passim*; Sir Walter Raleigh, *History of the World*, p. 99.

Diz-se, porém, que uma das antigas regiões povoadas pelos hindus foi o Egípto. Este país histórico de gigantes pirâmides no conceito de Jacolliot, ⁽¹⁾ emanou inteiramente da Índia. Participam da mesma opinião Tod, ⁽²⁾ Pavgee, ⁽³⁾ Pococke, ⁽⁴⁾ C. Olcott, ⁽⁵⁾ Dr. Cook ⁽⁶⁾ Taylor, mr. Curzon, ⁽⁷⁾ Prof. Heeren ⁽⁸⁾ e M. Sarrasi. ⁽⁹⁾ Este conta no seu *L'Orient dévoilé*: « Les livres sanscrits ont conservé le souvenir de cette invasion. Il y est dit, en effet, qu'un chef de Jatis quitta L'Inde avec ses tribus et qu'il vint fonder le royaume de *Jatoupaan* (Ethiopie). De là ils se répandirent en Egypte, où ils s'établirent dans le haut pays, cherchant toujours à s'étendre en suivant la vallée du Nil et finissant par dominer jusqu'à la Méditerranée ».

Todavia as principais emigrações indianas parecem que, como observa Pococke tiveram lugar após a *Grande guerra*, que o Mahabharata celebra,

A batalha de Kurukhetra deve ter sido uma destas colossais batalhas de nações, que não se empreendem senão nas épocas das grandes migrações, alguma cousa parecida, diz o sábio Lenormant ⁽¹⁰⁾, como o que foi a batalha dos Campos Cataláunicos na invasão do mundo romano pelas nações do norte.

Efectivamente, profundos antiquários ⁽¹¹⁾ pensam que essa guerra concorreu poderosamente para dispersão dos povos da Índia para todos os rumos do horizonte.

Plausível é, por isso, como presume Alex. Del. Mar, que uma das migrações indianas se tivesse dirigido logo depois daquela guerra ⁽¹²⁾ para América, não querendo, porém, dizer-se com isso que esta era totalmente desconhecida dos hindus antes da aludida batalha.

⁽¹⁾ Cit. *La Bible dans l'Inde*; — Les Fils de Dieu.

⁽²⁾ Cit. *Rajasthan, Annals of Jessulmen*.

⁽³⁾ Cit. *Aryavartie Home etc.*

⁽⁴⁾ Cit. *India in Greece*, p. 42.

⁽⁵⁾ *Theosophist*, March 1881, p. 123.

⁽⁶⁾ *Manual of Ancient History*, 6.th ed. pp. 11-12.

⁽⁷⁾ *Journal of the R. A. Society of Great Britain and Ireland*; Vol. XVI, P. II; May 1854, pp. 199, 200.

⁽⁸⁾ *Historical Researches*, Vol. II.

⁽⁹⁾ *L'Orient dévoilé*.

⁽¹⁰⁾ Cit. em *A. Aguiar*, Vol. VIII, 1915, pág. 137.

⁽¹¹⁾ Vide Pococke, *op cit.*; Limiê, *op cit.*

⁽¹²⁾ Vide a nota (28).

Feitas estas breves considerações vejamos qual teria sido o itinerário dos hindus para atingir as terras americanas.

Sobre esta nebulosa questão ha duas correntes de opiniões. Conjecturam uns, como Prof. Fryer, que passavam para o continente americano transpondo o estreito de Bering ou talvez por intermédio das ilhas Alentianas. E a propósito diz um inclito colaborador da *Grande Encyclopedie*: (1) «a viagem através do Bering, que tem apenas 92 quilómetros de largura, é muito fácil; os *tchouktches* e esquimós, habitantes actuais daquelas paragens atravessam ainda hoje o estreito por barcos que nada avançaram na sua forma primitiva». Em favor desta hipótese pode se invocar as passagens de Oscar (2) Peschel e Luis Figmer (3) os quais escrevem que ha grande probabilidade de as raças americanas terem procedido da Ásia ultrapassando o estreito que acabamos de nomear.

Porém, supõem outros, como Pavgee, que os hindus alcançavam aquele continente viajando através do Oceano Pacifico na direcção do Mississipi. E sustentando igual opinião conta o Hon. Alex. Del. Mar. (4) no seu original inglês:—

«In 1750 the French missionaries in Louisiana heard of a route from the Pacific which was used by the natives, and to test the accuracy of their information they sent an Indian over the trail, who made his way to the Ocean by the Missouri and Columbia rivers, and came back with the report that at the mouth of the latter he saw a sailing junk, whose pig-tailed crew were busy washing the river sands for gold. This was evidently a Chinese or Manchurian vessel, none likely the latter. The wrecks of similar vessels have since been picked up at various points on the shores of British Columbia, Oregon and California».

Esta hipótese fica corroborada com a autoridade do douto Oliveira Martins que, na sua obra intitulada *As raças humanas e a civilização primitiva*, presume que houve uma migração marítima através do Pacifico, levando consigo á América as sementes étnicas do Extremo Oriente. Também, na sua *Conquest of Mexico*, Prescott acentua que «seria

(1) Vol. II, pág: 685.

(2) *Races of Man*.

(3) Cit. *Les Races humaines*.

(4) *The Indian Review*, Vol. 13, P. P. 709 e-710.

fácil aos residentes da Tartária oriental ou do Japão aportarem às costas do novo continente, dirigindo-se sempre de ilha em ilha, com o que nem lhes haverá necessidade de seguidamente cruzarem a extensão do Oceano mais de dois dias».

Vemos portanto que as duas correntes de opiniões a que referimos se contrabalançam, sendo impossível provar qual delas é verdadeira. Mas, não existindo notícias fidedignas que se oponham, pode-se supor com visos de verdade que uma e outra merecem fé; pois, em vista do poderio naval e colonial da antiga Índia, não nos repugna admitir que a derrota que os hindus seguiam para passar a América tivesse sido não só pelo estreito de Béring, mas, também, pelo Pacífico.

PANDURONGA S. S. PISSURLENCAR.

P. S. — Depois de se ter mandado o presente artigo, tivemos á mão um consciencioso e esmerado estudo do sr. Prof. Ramadeva, publicado sob a epígrafe *The Origin of Mexican civilization*, no *Vedic Magazine*, de 1968 da éra Sanvat, em que o abalizado indianista, baseando-se nos trabalhos de Prescott e bem como nos livros sânscritos, conclue que os Árias da Índia, em tempos imemoriais, haviam chegado á América.

Um outro indianista Trembak G. Kalê, assentando as suas ideas nos argumentos do Prof. Ramadeva, discorre igualmente, no seu livro marata *Ramaiana niricxana*, acêrca das antigas relações que a Índia mantinha com a América.

São interessantes os dados que os precedentes investigadores indianos fornecem a respeito do *Pátâl-Dêcha* (de Pád+tâl e Decha = região antípoda) e seus habitantes denominados *Sálânkâtânkâta*, a que refere o *Ramaiana*, *Tâotâlca*, de que fala o *Skanda purana*, e *Mâia*, mencionado no *Bhâgavat*. As curiosas descrições que os livros sânscritos dão dêsses habitantes se aproximam das que os modernos escritores fornecem acêrca de antigos habitantes do México chamados *Xicotencatle*, *Toltec* e *Moi*, além de que o nome, *Sálânkâtânkâta* se assemelha ao *Xicotencatle*, como *Tâotâlca* ao *Toltec* e *Mâia* ao *Moi*. A analogia entre os vocábulos *Sálânkâtânkâta* e *Xicotencatle* tinha sido no-

tada também pelo conhecido indianista C. V. Vaidya, M. A. L. L. B., pois escreve ele no seu célebre livro *«Riddle of the Ramayana: «race of Salankatankata, a name which has undoubtedly an aboriginal sound about it. It reminds one of the name Xicotencatl borne by one of the chiefs of Tlascala in the history of the conquest of Mexico.»*. Outrossim diz o cit. Prof. Ramadeva: *«About one of the Mexican deities Quetzalcoatl we are told that—He was a white man, wearing a long beard who came from the east, and who, after presiding over the golden age of Anahauic disappeared as mysteriously as he had come, on the great Atlantic ocean; The similarity in names between Quetzalcoatl, Salankatankat and Xicotancatl, another Mexican name, is remarkable. Not less remarkable is the striking resemblance between Mexican and Indian traditions and the social polity and religion of the two countries?»* (p. 54, Vedic Magazine).

O Patal—Desha dos hindus é composto de várias regiões sendo dignas de menção Bogavati (Skandapurana) e Mâxicá (Saheadrikhanda). Não será Bogavoti a cidade da América Bogota e Mâxicá e México?

P. P.

VÁRIA VARIORUM

Condições de paz que impuzeram os Bracanenses contra os Portuenses por ocasião da guerra no anno 27 do Nascimento de Christo :

1.º Que no podrian levantar muros sin licencia de las mugeres de Braga.

2.º Que quando á algum hombre de Porto se uviessse de dar oficio público, una muger de Braga armada le pondria el pié en el pescueço, y con esto quedaria capaz, como si fuera Bracarense.

3.º Que quando alguno de Porto se casasse con muger de Braga no la llevasse de su honra, si no un pariente della que mas le agradasse: y el novio metida la cabeça en una capilla llevaria despues del combite la novia en sus hombros al aposento donde en la cama estaria aguardando el tal pariente.

4.º Que si algun Portuense hallasse su muger en adulterio con hombre de Braga, no lo pudiesse castigar por ello.

5.º Que si alguno de Porto tratasse amores con muger de Braga fuesse apedreado, y dos parientes mas llegados del adultero esclavos del agraviado.

F. M.

Officiais de origem estrangeira em Goa

O Visconde de Villa Nova de Cerveira etc. Faço saber a Junta da Administração da Real Fazenda da Cidade de

Goa q' por Decreto de dez do corrente mez, foy Sua Mage. servida determinar se entregasse todos os mezes neste Rl. Erario a quantia de dez mil reis a pessoa que apresentar Procuração do capitão de Artlr.^a Luis Aschopf, q' vae servir nesse Estado e q' se passasse ordem a essa Junta da Faz.^a p.^a q' dos soldos q' o d.^o Cap.^m vencer nesse Est.^o lhe faça desconto da sobred.^a quantia. O que se participa a essa Junta da Faz.^a p.^a q' assim o execute. Crispim Xer. de Faria Aguiar a fez em Lix.^a a vinte e hú de Julho de mil setecentos oitenta e oito. Luis Je. de Brt.^o Contor. Gl. do Territorio da Rell.^m do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Asia Portugueza a fez escrever. — Visconde de Villa Nova de Cerveira.

(L.^o 2.^o de ord. reg., fol. 207).

O Visconde de Villa Nova de Cerveira etc. Faço saber a Junta da Administração da Real Fazenda da Cidade de Goa que por decreto de dez do corrente mez, foy S. Magestade sévida ordenar se entregasse neste Real Erario meçalmente a quantia de vinte e oito mil reis a Pessoa que apresentar Procuração de Tenente coronel de Infantaria Bernardo Bindle, que vay servir nesse Estado; e se passasse ordem a essa Junta da Fazenda para que da referida quantia lhe faça desconto nos soldos que vay vencer nesse Estado. O que se participa a essa Junta da Fazenda, para que assim o faça executar. Manoel Joaquim Esteves Vas o fez em Lix.^a aos vinte e hú de Julho de mil setecentos oitenta e oito. Luis José de Brito Contador Gl. do Territorio da Rellação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Asia Portugueza a fez escrever. — Visconde de Villa Nova de Cerveira.

(L.^o 2.^o de ord. reg., fol. 208).

Anacronismos na pintura

Vamos mostrar como o estudo de história antiga é necessário áqueles que se entregam á nobre profissão da

pintura histórica, apresentando aqui vários anacronismos que se notam em alguns quadros célebres e conhecidos do mundo inteiro :

— *Tintoretto* fez um quadro representando os israelitas recolhendo o maná no deserto. Para dar elegância ao quadro, armou os hebreus de espingardas.

— *Lafranc* pintou aos pés de Jesus, ainda menino, um padre da igreja católica revestido de sobrepeliz.

— *Paulo Veronése*, fazendo um quadro das *Bodas de Canaan*, introduziu entre os convidados os religiosos beneditinos, que lhe tinham encomendado o quadro.

— Outro, pintando a scena do Calvário, apresentou um padre, com o cruxifixo na mão direita a exhortar o Bom Ladrão.

— O sublime *Rafael*, no seu quadro de Heliodoro açoitado pelos anjos e expulso do templo de Jerusalém. o que se passou 166 anos antes de Cristo, pintou o papa Júlio II dirigindo-se para o templo.

Ainda ha pouco notava um dos nossos mais ilustrados escritores, o facto de se representar Vasco da Gama e outros navegadores apoiados á roda do leme, quando tal coisa não existia nas embarcações do seu tempo.

Quantos anacronismos desta ordem se não encontrariam, se fôssem bem estudados os quadros que por aí se vêem.

(*A Moda Ilustrada*)

Subsídios para a linha genealógica de Pereiras, na Sereníssima casa de Bragança

Sem dar crédito a lendas, mais ou menos verdadeiras, mas tão sómente baseando-me em documentos, que apontarei, e no «*Portugaliae Monumenta Histórica*, de Scriptores», vou dar uma sucinta idea da genealogia de Pereiras, desde o primeiro conhecido deste apelido, até á sua aliança com a casa de Bragança.

O primeiro Pereira, de que nos fala o conde D. Pedro, foi D. Rodrigo Gonçalves de Pereira, filho de Gonçalo

Rodrigues, senhor do Castelo da Palmeira, e de sua mulher D. Froilhe Afonso, irmã de D. Nuno, conde de Celanova.

I — D. Rodrigo Gonçalves de Pereira, da nobre estirpe do conde D. Mondo, segundo o conde D. Pedro, casou a primeira vez com D. Inês Sanches e casou segunda vez com D. Sancha Henriques de Portocarreiro, de quem houve:

II — D. Pedro Rodrigues de Pereira, que segue

II — D. Froilhe Rodrigues de Pereira, que casou com D. Pedro Fernandes de Portugal, de quem houve geração.

II — D. Pedro Rodrigues de Pereira, acima, casou com D. Estevainha Ermigida Teixeira, que teve:

III — D. Gonçalo Pereira, que segue

III — D. Beatriz Pires.

III — D. Gonçalo Pereira, fidalgo e conde no tempo de el-rei D. Diniz, casou primeira vez com D. Urraca Vazques e casou segunda vez com D. Inês Lourenço.

Do primeiro matrimónio, nasceram:

IV — D. Gonçalo Pereira, que segue

IV — D. Vasco Pereira, casou com D. Inês da Cunha, de quem houve geração.

Do segundo matrimónio:

IV — D. Estevainha Gonçalves, que casou com João Domingues Pimentel, e de quem houve geração.

Por fóra dos matrimónios. houve:

IV — Ruy Gonçalves Pereira, bastardo, que casou com D. Bringueta Nunes, com geração.

IV — D. Gonçalo Pereira, primogénito, foi arcebispo de Braga e desempenhou um importante papel, nas lutas que houve entre D. Pedro e seu pai el-rei D. Afonso IV, logo depois da morte de D. Inês de Castro.

Para se avaliar da importância deste arcebispo, transcreverei um dos períodos em que na «Encyclopédia Portuguesa» é descrito em D. Pedro I, o Crú ou Justiceiro, o episódio do que se passou depois do assassinato, ainda hoje comovedor da «colo de garça».

«.... A este bárbaro atentado, seguiu-se o desforço cruel que a dor e o desespero inspiraram a D. Pedro, assolando as províncias de Traz-os-Montes, Douro e Minho, e indo mais longe na sua vingança se não fóra a intervenção da rainha D. Beatriz e do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira.» Este arcebispo D. Gonçalo Pereira

teve já no estado eclesiástico, em D. Teresa Pires Vilarinho, solteira, o seguinte filho espúrio :

V — D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital, válido de el-rei D. Pedro I e que em Rhodes se bateu valentemente contra os turcos ; houve em Iria Gonçalves, mulher solteira, os seguintes filhos, também espúrios, como elle D. Frei Álvaro :

VI—Nuno Álvares Pereira, que segue

VI—Fernão de Álvares Pereira, legitimado por carta registada na chancelaria de D. Pedro I, livro 1.º, fl. 89 v.º

VI Lopo Álvares Pereira, legitimado pela mesma carta que legitima seu irmão Fernão.

VI—Gonçalo Pereira, legitimado por carta registada na Chancelaria de D. Fernando, liv. 1.º fl. 17.

VI—Vasco Pereira, legitimado por carta registada na Chancelaria de D. Fernando, liv. 1.º fl. 17 v.º.

VI—Nuno Álvares Pereira, legitimado por carta de el-rei D. Pedro I. «*Dante em portalegre xxiiij dias de Julho elrrey o mādou per affonso dominguiç e Johan Goncaluiç seus uasallos Vasco anes a f.ª era de mjl iij c e lRix años.*», registada na Chancelaria de D. Pedro I, liv. 1.º, fl. 89. Não me alongarei. Bem conhecida é a biografia dēste insigne guerreiro, uma das glórias mais puras que Portugal tem tido na sua brilhante história. Com o valor da sua espada gloriosa, firmou sólida e indisputavelmente desde os Atoleiros em 1384, em Trancoso e Aljubarrota em 1385, até Valdeverde, em Castela, a independência do torrão, cuja vida de descobertas e conquistas ia, em breve, deixar estarecidas as velhas nações europeias.

Direi, apenas, que D. Nuno (apenas tratado por Dom, depois dos seus brilhantes feitos de armas, porquanto a sua carta de legitimação só diz *Nuno Alvares Pereira*) foi Condestável do Reino, Mordomo-mór do Mestre do Aviz e conde de Barcelos, além de ter tido o senhorio de muitas terras.

Casou com D. Leonor Alvim, de quem teve uma filha única, que segue :

VII—D. Brites, ou Beatriz Pereira, condessa de Barcelos e senhora de muitas terras, casou em 8 de Novembro de 1401 com D. Afonso, filho bastardo de D. João I, havido em Inês Pires, comendadeira de Santos, filha de Pero Esteves, por alcunha—o Barbadão.—natural de Veiros ou de Portel D. Afonso nasceu no Castelo de Vieira, no

Alentejo, em 1370 e morreu em Chaves, em 1461. O condestável D. Nuno, cedeu ao genro, D. Afonso o condado de Barcelos. D. Brites morreu antes de 1420, porque neste ano, D. Afonso casou, pela segunda vez, com D. Constança de Noronha, que lhe não deu filhos.

Em 1440 foi nomeado Fronteiro-mór de Entre-Douro e Minho, e em 1442, primeiro duque de Bragança (vid. «Mem. Hist. e Geneal dos grandes de Port.», por D. António Caetano de Sousa, 1755).

De D. Brites Pereira e D. Afonso, nasceram :

VIII—D. Afonso, marquez de Valença e conde de Ourém, falecido antes de seu pai e sem geração.

VIII—D. Fernando, conde de Arrayolos, por morte de seu pai, segundo duque de Bragança, é donde descende a actual casa reinante de Portugal.

VIII—D. Isabel, casou a primeira vez com o infante D. João I, seu tio, filho de D. João I, e casou a segunda vez com D. João II, rei de Castela, com geração conhecida.

(D. de N. n.º 16.104, de 12-9-910).

ILUSTRAÇÕES:

No intuito de tornar esta *Revista* o mais interessante possível, tencionamos illustrá-la com gravuras e fotogravuras dos monumentos mais notáveis que, sob ponto de vista histórico-arqueológico, existirem, na Índia Portuguesa e noutras partes, os quais rememoram duma forma eloquente e inconfundível os altos feitos dos portugueses naquelas eras, em que a espada triunfante dominou no Oriente.

Serão também publicados os retratos de todos os Vice-reis e Governadores da Índia, cópia fotográfica fiel dos que existem na célebre galeria, a que deu início o vice-rei e sublimado capitão Dom João de Castro (1545-1548), auxiliado por Gaspar Correia. — retratos que guardam as salas do palácio do Governador Geral em Nova Goa.

O que publicamos no presente número é de Lopo Vaz de Sampaio, que se vê de pé, com a cabeça coberta, tendo na mão direita o bastão e a esquerda sobre o punho da espada, e ao lado, no alto, o escudo das suas armas e por baixo:

O D.^o LOPO VAZ DE SAMPAIO, SUCCEDEU AO GOVERNADOR
D. HENRIQUE DE MENEZES, EM VIA, EM 1526 PORQUE
O QUE LHE SUCCEDEU ERA O GOVERNADOR PEDRO DE MASCARE-
NHO MALACA.

O ORIENTE PORTUGUES

REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLÓGICA
DA INDIA PORTUGUESA

DIRECTOR: — JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

A responsabilidade dos escritos publicados nesta Revista pertence
exclusivamente aos seus autores

Imp., Comp. e Administração:

Imprensa Nacional do Estado da Índia

Nova Goa

Assinatura anual..... 3:06:00 (\$180)
Número avulso..... 0:05:06 (\$120)
Acrece o porte do correio.

Publica-se em números de 24 páginas
ou mais. Doze números formam um
volume, com o seu frontispício, índice
e capa especial.

BOMBAIM

(Porque, quando e como os portugueses a cederam
aos ingleses)

Isto fazem os Reis, cuja vontade
Manda mais, que a justiça, e que a verdade.
(Lus. C. X — E. 23)

A PROXIMADAMENTE três séculos depois que D. Filipa viera iluminar o trono e a côrte portuguesa, com o esplendor das suas altas qualidades de espirito e de coração, assentava o tratado de 23 de Junho de 1661 uma princeza de Portugal no trono de Inglaterra.

Se dando por esposo a Carlos, o segundo, D. Catarina de Bragança, lhe não demos o que a Inglaterra

com D. Filipa nos havia dado — fizera Deus tão fecunda esta e tão tristemente estéril aquela — demos-lhe ao menos uma senhora gentilíssima em todo o sentido da palavra, e que foi, pela dôce submissão e pela dedicação affectuosa, modelo de esposa. Pode-se também dizer, talvez sem perigo de grande erro, que foi a única pessoa de todo o ponto virtuosa e pura numa côrte licenciosa e irrefragavelmente dissoluta.

E outra classificação não se pode dar a quem aceitou sem protesto que o rei com o máximo impudor nomeasse dama da rainha, a sua amante, *miss Palmer*, que depois foi elevada a duquesa de Cleveland.

Filha do ambicioso e egoista João de Gaunt, Filipa de Lencastre, no abençoado solo português foi mãe da *inclita geração, altos infantes* de que fala Camões, a mais bela e nobre e santa florescência de homens de que pode gabar-se a história portuguesa, e talvez qualquer outra história.

E essa doce Catarina, que nos entregamos a Inglaterra, á má hora exigindo o cumprimento da promessa de casamento feita ao embaixador Conde da Ponte e pedindo até a Luís XIV que intervisse, não lhe teria levado consigo a aura da prosperidade?

Vejamos.

Em 1585, próximamente, começou a Inglaterra a manifestar-se desejosa de partilhar com Portugal das riquezas do Oriente.

Estas talvez lhe não fossem desconhecidas, antes mesmo do Gama ter descoberto o caminho marítimo para a Índia, visto que a república de Veneza, por longos anos, foi a intermediária entre a Europa e o Egipto para a distribuição dos géneros vindos do Oriente pelo Mar Roxo e conduzidos por terra a Alexandria, pelas caravanas.

Mas não causou isso o menor abalo no espirito da nação inglesa, que preferiu o comodismo de adquirir

as especiarias e mais coisas exquisitas da Asia sem trabalhos, nem perigos, a obtê-los em maior quantidade e mais em conta.

Nem, tão pouco, o facto de os portuguezes as trazerem depois do descobrimento em muito maior quantidade e as oferecerem por um preço muito mais baixo, despertou em qualquer outro paiz da Europa o menor interesse.

Quando Portugal por mais dum século já se havia erguido do sono da infancia e caminhava arrojado na senda do progresso, o espirito das outras nacionalidades mantinha-se estranho a todos os problemas, em que o esforço e o sacrificio teriam de ser os primordiais factores. Dormiam elas, embaladas ainda, no berço da infancia, enquanto a nação portuguesa já tinha provado em largos haustos o amaro duma vida de ousadas e perigosas explorações.

A Inglaterra, que o seguiu nesse caminho, não poudo fazer, porém, sem que á frente dos seus olhos avidos brilhasse o ouro das Indias e atravez dêle visse as qualidades e quantidades de outras riquezas que de lá vinham para o lendario Tejo.

Só assim poudo ella erguer-se.

Francisco Drake foi o homem que melhor comprehendeu os seus patricios e tomou sobre si o encargo de mostrar á nação o caminho da prosperidade.

Para tanto aprestou sete naus e muito comodamente foi singrando essas já aradas aguas pelas naus luzitanas, e postou-se nas visinhanças dos Açores á espera da sua preza.

Do Oriente vinha em Dezembro de 1587 a «São Filipe», carraca de grande lotação, cheia de rico carregamento, mas cançada após longos meses de viagem, em lucta contra os mares tempestuosos, e temporais sem conta, com o cordame e velame em pessimo estado.

A sua tripulação estava reduzidissima, e mesma esta

composta na maioria de convalescentes, depois de quasi serem vitimas do escorbuto, e que anciosos esperavam pelo dia em que podessem pôr pé em terra.

Nesse comenos surgem á sua frente as sete naus de Drake, que a intimou a entregar-se, sem contar, talvez, com o valente português que a comandava.

O comandante da carraca, João Trigueiros, — diz Danvers — *não podendo fugir*, resolveu defrontar-se com a armada inglêsa (*being unable to escape, resolved to fight the English fleet*).

Antes de dizermos qual foi o resultado dêsse encontro tão desigual, abramos um pequeno parêntesis para analisar êsse conceito pouco airoso acêrca do valente comandante Trigueiros, que se bateu, diz Danvers, *por não poder fugir*.

Como teria o ilustre historiador descoberto nêle essa manifestação de covardia, que, mesmo que a houvesse, êle a não confessaria ao seu proximo, e muito menos deixaria registada para os vindouros o terem como um poltrão?

Explica-se porém qual o movel dêsse conceito.

O facto das sete naus atacarem uma pobre carraca, não era bem o feito que poderia honrar um fidalgo como Drake, e para que, essa sua acção, que não mostrava a mais palida sombra de arrôjo, pudesse entrar nos domínios da heroicidade, tinha naturalmente de fazer descer muito do nivel o feito do adversário. Portanto o historiador deduziu que João Trigueiros resolveu combater, quando se viu na impossibilidade de fugir.

Pura jactância patriótica!

Não encontramos outra explicação a um conceito tão pouco ajustado, desde que se trata dum historiadór, que, tendo escrito uma valiosa obra acêrca dos portugueses, poderia desapaixonadamente analisar os factos á luz da imparcialidade, e não permitir que o seu grande patriotismo, elevando o feito de

Drake, fôsse classificar de covarde um valente português.

Voltemos ao ponto em que deixamos a carraca a defrontar as sete naus bem aprestadas. Claro que foi Drake o vencedor. A nau portuguesa foi apre-sada e conduzida com o seu rico carregamento a Londres, onde se avaliou em não menos de 100.000 libras.

Pode-se bem calcular qual foi o resultado desse primeiro feito dos ingleses⁽¹⁾. Comparemo-lo ao que o Gama realizou descobrindo o caminho marítimo para a Índia. Enquanto para os portugueses foi este o ponto de partida para explorar as riquezas do Oriente, para os ingleses o caso de Drake teve igual importância. Mas nem porisso eles muito avançaram em importância no Oriente, até a cedência de Bombaim.

Isto foi, realmente, o ponto de partida para a sua fixação na Índia.

Uma das clausulas do desastrado casamento acima mencionado e que mais adiante havemos de publicar, impunha aos ingleses a obrigação de auxiliar os seus aliados contra os seus inimigos; e quando os portugueses solicitaram êsse auxilio não o deram, procurando toda a sorte de argumentos para não se cumprir o prometido, no que se provou que da parte dêles não havia a mesma sinceridade com que os portugueses tratavam os seus negócios, muito embora se diga o contrario.

(1) Diz Danvers a pags. 66 do Vol. II do *Portuguese in India*:

Two important results to the English followed from this capture; the first being that it taught them the Portuguese carracks were not such powerful vessels as had apparently been supposed, and that the strength of the Portuguese in India was not so great as had hitherto been imagined; and, secondly, it acquainted them more generally with the particulars of the great riches and wealth of the East Indies, whereby they were encouraged to adopt measures for sharing with the Portuguese the wealth the latter had so long enjoyed from the monopoly of the Indian trade.

E tudo isto era de esperar desde que D. Catarina, a excelsa rainha de Inglaterra, tinha perante o seu régio consorte menos direito que qualquer mulher tem junto de seu marido. Nem mesmo na dissoluta côrte podia êla impor a sua vontade, não obstante a sua pureza a colocar muito acima de todos.

Mas os contratos firmados pelas nações merecem ser considerados conforme o espirito da nacionalidade da época que os tenha formulado e aceite.

Para quantos não representam êles um simples pedaço de papel . . . !

E, no mais, tem-se a prova na carta escrita pelo vice-rei António de Melo de Castro, que havia vindo para a India numa armada inglêsa e era portador das instruções para a entrega de Bombaim ao rei de Inglaterra, seus herdeiros e sucessores, e que durante a viagem havia bebido da taça amarga do egoismo e orgulho bretão, que logo de principio mostrou, sem procurar pelo menos encobrir o seu procedimento, que da sua parte não havia nenhuma vontade de cumprir as cláusulas do contrato.

Para melhor elucidação do assunto transcreveremos a seguir essa carta.

«Senhor. Do que padeci nesta jornada com os Inglezes dou conta a V. Magestade, mais pela obrigação do lugar, que porque seja necessario, pois delles mesmos hade sahir esta noticia, que não faltarão muitos que estranhassem os excessos do Capitão Ricardo Minors, em cuja companhia passei a este Estado, os quaes com maior inurbanidade continuou o General Marleburg, ainda no Porto de Bombaim.

Por esta relação que vai com esta carta, será V. Magestade servido de mandar ver que não houve dia sem molestia, e alguns chegou a termos, que fui avizado que nos querião matar a todos os Portugueses. Bem podêra a semrazão, com que me provoca-



ANTONIO DE MELO DE CASTRO

29.º VICE-REI

(13 de Dezembro de 1662 a 17 de Outubro de 1666)

N. B. — Numa das salas do Palácio do Governo em Pangim, conserva-se o seu retrato, representando-o vestido de preto com o hábito de Cristo pendente, a cabeça descoberta, e por baixo :

O V. REY ANTONIO DE MELLO DE CASTRO SVCCEDEV AO GOVERNADOR D. PEDRO DE ALEMCASTRE EM 13 DE DEZEMBRO DE 1662. GOVERNOR ATÉ 17 DE OUTUBRO DE 1666.

vão, meter-me as armas nas mãos para a vingança, mas eu me contentei com os prevenir só para a defesa, e tendo os olhos mais no serviço de V. Magestade, que na minha vida, tolerei o risco, e os despresos, reservando para offerecer a V. Magestade as minhas queixas, e o maior serviço no meu soffrimento, de cuja grandeza espero que veja o mundo que não fez a minha paciencia damno á minha honra, pois V. Magestade me acrecenta por ella.

Não me pareceo que convinha entregar a Ilha de Bombaim, porque me não quizerão soccorrer os Ingleses, pedindo-lho eu em muitas occasioens, de que me desenganou Marleburg, não só de palavra affirmando que as que continhão as Capitulações era modo geral, que não induzia nenhuma obrigação, mas ainda com as obras, mandando impiamente entregar aos Mouros de Anjuanne quarenta e dois vasallos de V. Magestade, em que estavam vinte e sete christãos, que eu tinha já comigo no mesmo navio, e executou-se com tão barbara descompostura, que me tirarão dos braços uma criança de peito, que eu recolhi na camara com sua mãe, por haver sido tres dias antes seu Padrinho no baptismo.

Tambem foi causa de não fazer a entrega a mesma ordem que recebi de V. Magestade, a que devia dar inteiro comprimento, e porque a não entendo como os Conselheiros deste Estado, me he necessario relatar a V. Magestade as mesmas palavras, que foi servido escrever-me sobre esta materia, lembrando a V. Magestade que em caso de duvida era a minha obrigação buscar-lhe o sentido, que julgasse mais conveniente a seo serviço. Diz a Carta :

Logo que chegardes ao Estado da India, pedireis Procuração d'El-Rei, e entenderéis por elle a pessoa, a quem se hade dar a posse, e fazer a entrega.

Abrahão Shipman me apresentou em lugar da Procuração, que lhe pedi, huma carta fechada escrita em latim, e huma Patente em Inglez. Tinha a carta os defeitos, que consta do Auto que mandei fazer, e a Patente não trazia a firma d'El-Rei de Inglaterra. Duvidei da validade de huma, e de outra cousa, porque todas as Patentes, que tenho visto, são firmadas pela mão Real, e não havia mais razão para faltar a firma na sua Patente, que na minha Carta, que vinha firmada, porque ou he costume de Inglaterra firma-se El-Rei, ou não; se he costume, com não vinha firmada a Patente? se não he costume, como vinha firmada a Carta?

Considerarei alem disto que ha grande differença entre a Procuração e a Carta missiva; porque a Carta he para ver só a pessoa a quem se escreve; a Procuração he pera que conste a todos, e se as pessoas Reaes não fazem como nós as Procurações, fazem-nas por Cartas Patentes, e publicas, e não por Cartas missivas, e particulares. Se eu, Senhor, duvidei bem na Carta, que elles chamavão Procuração, mal podia entregar-lhes a Praça pois faltava a condição, debaixo de qual V. Magestade expressamente o mandava.

Diz mais a dita Carta, que V. Magestade foi servido escrever-me, que conhecida a pessoa, lhe farei dar a posse

No modo e forma daquella Capitulação, guardando-a e fazendo-a guardar muito pontual, e inteiramente.

Diz o Capitulo secreto, que he hum dos que V. Magestade me mandou entregar, que El-Rei de Inglaterra se obriga a tratar as pazes entre V. Magestade, e os Estados de Olanda, com condições honradas, proveitosas, e seguras para V. Magestade; e não querendo os Olandezes vir nellas, mandará huma tal armada, que defenda, e ampare todas as

cousas de que os Portuguezes estão de posse na India, e que esta armada virá no mesmo tempo, em que mandar tomar posse de Bombaim.

Se V. Magestade me manda entregar a Ilha de Bombaim no modo, e forma destas Capitulações, segue-se infalivelmente que me manda que a não entregue em outra forma. A forma da entrega prescripta nas Capitulações requiere que primeiro El-Rei de Inglaterra trate as pazes; e que primeiro os Olandezes, ou as aceitem, ou se determinem a proseguir a guerra; e ultimamente que primeiro venha esta armada prevenida assi de forças, como de ordens, para nos ajudar. Dê-me V. Magestade licença para tresladar aqui as mesmas palavras no mesmo Latim, porque tem ainda mais vigor que em Portuguez.

Qui si hujusmodi condiciones concedere recusaverint, tunc dictus Magnae Britanniae Rex, cum classem suam ad capiendam possessionem portus, et Insulae Bombaym miserit, tales, ac tantas copias simul mittet, instructas tam viribus, quam mandatis, ut possint defendere, protegere omnes Lusitanorum possessiones in Indiis Orientalibus.

De modo, Senhor, que El-Rei de Inglaterra não pode tomar posse de Bombaim, senão depois de ajustadas as pazes, ou negadas; e (*tunc*), então que he a palavra exclusiva de qualquer outro tempo, quando se não ajustarem, mandará tomar a dita posse, e juntamente a dita Armada, que trará poder, e ordens para nos defender. Pois se V. Magestade me manda fazer a entrega no modo e forma destas Capitulações, e não de outra maneira, como fica dito, e nem as pazes estão ajustadas, nem negadas, nem veio esta Armada, porque só vierão tres navios, nem trazem forças nem ordens para nos ajudar; que conta dera eu de mim a V. Magestade entregando a Ilha de Bombaim?

Sobretudo, Senhor, eu vi o porto mais formoso, e mais capaz, que tem a Índia a que não faz vantagem esse de Lisboa, e de que só a Nação Portuguesa não fizera grande cazo. Vi na Ilha de Bombaim tantas mil almas cristãs, que ao outro dia hão de obrigar os Inglezes a mudar de crença, porque mal farão pelo nosso respeito depois da posse o que não fizeram antes della; e com hade soffrer que vivão na sua terra catholicos quem na Ilha de Anjuanne os entregou aos Mouros? Considerei que não tinha V. Magestade outro lugar onde se podessem recolher as Nãos do Reino, e os Galiões da Armada estando esta Barra impedida, e que se n'aquella Ilha se fortificavam os Inglezes, de todo o ponto se perdia quanto V. Magestade tem no Norte, porque elles havião de voltar á dita Ilha todo o commercio, assim porque trazem os generos, que nós trazemos, e de melhor calidade, como porque hão de obrigar todos os navios a arribar a aquelle porto, e fazer nelle direitos, como nós faziamos antigamente, e viremos a receber das suas mãos tudo o que Europa buscava nas nossas; até os mantimentos das nossas terras, de que se provêm todas as outras Fortalezas, lhe havemos de comprar a elles, porque dando um, ou dous xerafins mais por cada Murâ de Batte, o recolherão todo, vendendonolo depois a pezo d'ouro: e não cuide V. Magestade que o poderá impedir, porque nenhuma diligencia basta, e esse foi o modo, com que os Mogores vão destruindo aquellas terras, onde por essa cauza morreo nestes annos muita gente de fome; ainda para se obviar a elles que não levem os mantimentos será mui facil, e para isso deixei naquellas partes as ordens necessarias; mas para Bombaim he impossivel, por estar só apartada de Salcete hum tiro de espingarda, e haver-se de gastar em vigias mais do que rende. Ultimamente terão aquelle coito os delinquentes, e sé com a vizinhança dos Mouros

se cometem tantos cazos, que atrevidades não veremos com aquelle seguro?

Todas estas couzas, Senhor, se considerão, antes se vem, estando os Inglezes em boa paz connosco; mas que será se algum dia nos fizerem guerra? como se hão de defender aquellas Ilhas, que são o graneiro da India, estando entaladas entre os Inglezes, e os Mogores? por donde se lhes hade meter socorro? quem hade ter mão nos naturaes, para que se lhe não passem? que drogas, e mercadorias hão de buscar em Goa os mercadores?

Eu tenho representado a V. Magestade como obedeci suas Reas ordens, e como cumpri com minha obrigação, conservando a reputação de suas armas, impedindo o damno de seus vassallos, e a total perda, e destruição de suas terras, em não entregar Bombaim.

Agora mande V. Magestade considerar este negocio, lembrando-se de quão differente fee se hade dar aos olhos, que aos ouvidos, e pois he meu Rei, e Senhor, mande V. Magestade que se execute o que se achar mais conveniente, que por minha conta só corre dar estas noticias a V. Magestade. Se não parecerem bem, terei grande pena, **mas bastame que em nenhum tempo se me possa pôr a culpa.**

Para remedio de tudo o referido, não ha outro caminho senão comprar V. Magestade esta Ilha a El-Rei de Inglaterra; em outra Carta desta mesma via digo a V. Magestade que se lhe pode dar 200 até 300 mil cruzados em tres annos; agora digo que se lhe podem dar 500, e 600, e hum milhão, e eu me obrigo a mandar deste Estado, que todo concorrerá com grande gosto, por se livrar deste jugo, com tanto que elles cumprão e que nos prometerão melhor do que o tem feito, e ainda servirá esta compra de ficar mais firme a paz com os Inglezes, porque não pode deixar tamanha vezinhança de occasio-

nar cada dia desgostos, e pendencias, que de ordinario vem a parar em publica guerra; porém será necessario que no manejo deste negocio se obre com grande cautella e desimulação, porque não entendão os Inglezes que move a V. Magestade outro respeito mais que a resistencia, que lhe faz este Estado, e o dezejo de não descontentar seus vassallos; porque se entenderem outra cousa, tudo lhes hade parecer pouco. V. Magestade perdoe os dezacertos, que achar nesta Carta, por que o merece bem o amor e zelo, com que a escrevo. Deos guarde a muito alta e poderosa pessoa de V. Magestade como seus vassallos havemos mister. Goa, 28 de Dezembro de 1662.—
Antonio de Mello de Castro.

(L. das M. n.º 28)

António de Melo de Castro foi nomeado Governador da India por Carta Patente de 11 de Março de 1662, e autorizado a usar o titulo de vice-rei depois de um ano, por Alvará régio da mesma data.

Saiu de Lisboa a 19 de Abril do mesmo ano, a bordo duma nau da armada inglesa e chegou a Bombaim a 29 de Setembro.

Por lá esteve até 8 ou 9 de Dezembro, pois tomou posse do cargo de Governador na capela-mór da igreja dos Reis-Magos aos 14 dêsse mês, tendo chegado dois dias antes.

Certamente Melo de Castro foi nomeado Governador porque era o individuo que possuia todas as qualidades necessárias para tomar conta da administração dos nossos dominios asiáticos num periodo de grandes difficuldades, e todas elas, como havemos

de vêr, criadas pelos inglêses, aos quais se tinha de fazer entrega da ilha de Bombaim, como parte do dote da infante D. Catarina.

O fazer com que Melo de Castro viesse para a India numa armada inglesa, era naturalmente em consequência dos desejos manifestados pelo Govêrno inglêz, e não com certeza por falta de armadas portuguezas, porque mesmo naqueles tempos não eram poucas as que vinham a India.

Vê-se mais que o Governador esteve 2 meses e alguns dias em Bombaim, a tratar da entrega dessa ilha, e que procurou desde logo dar cumprimento á cláusula do contrácto do casamento, e certamente não estaria por lá tanto tempo se não tivesse boa vontade de que tudo corresse sem atritos, não obstante os inglêses terem-se mostrado péssimos hospedeiros, brutais e sem educação, sobretudo o capitão da nau Ricardo Minors e o general Malborough.

Dizia o Governador: *Não houve dia sem molestia, e alguns chegou a termos, que fui avizado que nos queriam matar a todos os Portuguezes.*

As provocações foram de tal ordem que se o Governador e os mais que com êle iam pegassem em armas nada mais fariam além de usar dum direito a ninguém negado, que é o de repelir afrontas.

Mas tudo tolerou, sujeitando-se a todos os riscos, e, fazendo-o, o Governador considerou isso o maior serviço prestado a el-rei, a quem dizia: *«espero que veja o mundo que não fez a minha paciência damno a minha honra, pois V. Magestade me acrecenta por ela».*

Mas tudo isso António de Melo de Castro relegou para um plano secundário, attribuindo naturalmente a falta de cortezia á pouca educação dos inglêses e só tratou dos interesses da nação, cujo representante êle era na India.

Mas Danvers no Vol. II do *Portuguese in India*, a pags. 336, traduzindo a carta do Governador, escrita em 28 de Dezembro de 1662, exclue os primeiros dois periodos, de suma importância histórica.

Porque seria?

(*Continúa*)

José F. Ferreira Martins.

Gohaldeu, rei de Goa, em peregrinação ao templo de Somnath, no Kathiawar

«Oh Deusa! dos esplendidos lugares da terra este é o mais brilhante.

Este é o primeiro dos lugares de peregrinação, e, por isso, se chama Prabhás».

Skanda Purana

NA inscrição em cobre, do século XI, descoberta em Goa, e cuja tradução se encontra a fl. 1396 do *Livro 93 das Monções*, dentre os trechos, que publicamos no n.º anterior desta Revista, merece atenção o seguinte :

«O natural desta cidade por nome Madumod, da origem Tagi, principal entre os senhores de Barcos de Comercio, unico entre os ricos, pessoa de grande sabedoria, o qual fez grande obsequio e tão publico quando o Rei acima dito Gohaldeu partindo com o barco ia satisfazer a promessa do *Pagode de Sry Somessuar* veio arribado, por quebrar o mastro . . . »

Onde é que ficava o Pagode de *Sri Somessuar* ?

Tod traduziu e publicou uma inscrição que encontrou no templo de Bhadrakali, em Somnath (Kathiawar) a uns 80 quilómetros de Diu. Tem a data de Valabhi-Samvat 850 ou 1169 da nossa era, e menciona as reparações feitas no templo *Deo-Puttum* por Kunwar Pal. (Kumara-pala), dizendo que o templo fôra feito em louvor de deus *Somésa*. Nesta inscrição falou depois Forbes, afirmando que ela pertencera primitivamente ao templo de *Someshwur* (Someswara) ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Tod — *Rajasthan* (ed. de 1873) I, 705-706 e *Travels in Western India*, 352, 419 504, 507 ; Forbes — *Ras Mala* (ed. de 1856) I, 190-191. Herculano de Moura—Inscrições indianas em Cintra pag. 8.

Chegou até nós a *Kumarapalacharita*, história do reinado de Kumarapala escrita por Hemachandra Kumarapala, dominado completamente pelo sacerdote jaina Hemachandra resolveu-se a completar a obra da restauração do templo de Sompath, destruído, cerca de 1025, por Mahomet de Ghazni. Concluída a reedificação do templo e inaugurado solenemente por Kumarapala, em pessoa, abjurou este da ortodoxia hindu e converteu-se ao jainismo. Só no reinado de Kumarapala se levantaram no Guzerate ao todo 1444 templos, muitos deles jainas ⁽¹⁾.

O pagode de *Sri Somessuar* é, portanto, o célebre templo de Somnath.

Somnath é a terra sagrada onde morreu Krisna, uma das encarnações humanas do deus Visnú.

Somnath era a capital religiosa de Guzerate, aonde afluíam milhares de hindus, em peregrinação votiva ao formoso e riquíssimo templo sivaíta, iluminado por candelabros de ouro, cravejados de pedras preciosas, servido por mil brâmanes que se revejavam nos quartos de vigia ao *linga*, (*phalus* indiano) símbolo de energia reprodutora, coberto de ouro, sangrando rubis.

Era a esse templo, conhecido também por *Prabhás Patane*, que se dirigiu, como peregrino, Gohaldeu, rei de Goa, da dinastia dos Cadambas.

Isto é confirmado pelo facto de a inscrição mencionar, entre outros, os portos do *Sourasta* (Kathiawar), *Gurgira* (Guzerate do norte) e *Ladda* (Guzerate do sul, das margens do Mahi ás do Tapti) ⁽²⁾.

São claras e evidentes as relações económicas e religiosas entre Goa, Guzerate e Kathiawar nos fins do século X ou nos princípios do XI, porquanto Chatta, sucessor de Gohaldeu subiu ao trono cerca de 1007 ⁽³⁾.

A. B. DE BRAGANÇA PEREIRA.

⁽¹⁾ *Gazetteer of the Bombay Presidency*, I part I, 190.

⁽²⁾ V. Smith — *Early History of India*; Joppen — *Historical Atlas of India*.

⁽³⁾ *Gazetteer of the Bombay Presidency* — I part II, 565.

Peres da Silva. e os colonos de Damão

1837

DENTRE vários actos administrativos exercidos pelo Prefeito Bernardo Peres da Silva em Damão, merece especial registo um curioso *bando* que elle mandou publicar nesta cidade e no concelho da Praganã Nagar-Aveli. Esse documento narra em todos os seus detalhes os abusos, vexames e penosas extorções que então eram exercidas nos colonos e a maneira como o mesmo Prefeito dispensou a máxima protecção aos mesmos, pondo um travão as ilimitadas ambições daqueles *sóbas nagarenses* que queriam enriquecer á custa das lágrimas dos seus jurisdicionados.

Passemos a vê-lo:

Bando

«Bernardo Peres da Silva, do Conselho de S. Magestade Fidelíssima e Prefeito dos Estados Portugueses da India.

«Faço saber aos que este Bando ⁽¹⁾ virem, ou tiverem delle noticia que havendo me representado o veriador Fiscal que serve de Provedor desta Comarca que não obstante as Sabias Leis pelas quaes S. Magestade Imperial Invicto Duque de Bragança de Saudosa recordação cortou radicalmente a semente ficando nutrida nos seio do absolutismo dos males que pèzavão sobre os seus Subditos, já promovendo o melhoramento de agricultura sem a qual não pode haver riqueza e prosperidade nacio-

⁽¹⁾ Extraído do *Liv. de correspondência do Senado de Damão*. Ano respectivo.

nal extinguindo direitos exorbitantes impostos pelo despotismo ou extorquidos pela ambição e violencia, já supprimindo abusos introduzidos por corruptela e que o patronato havia perpetuado: já finalmente garantindo a liberdade industrial e da propriedade, protegendo o fraco contra o forte, e defendendo assim com Mão generosa o maior grau de liberdade no estado de sociabilidade, em que vivemos, ainda nas aldeas remotas desta Cidade, como as da Praganã Nagar-Avely e mesmo em algumas circunvisinhas, os Povos não desfuctão das beneficas influencias daquellas sabias e providentes Leis, continuando a soffrer insupportaveis vexames e oppressoens dos respectivos foreiros Rendeiros e Sub rendeiros com manifesta invasão dos seus direitos sendo os factos mais notaveis que poude colher tanto pela propria averiguação como pelas representações e queixas que tive daquellas Aldeas os seguintes:—1.^o Que qualquer morador daquellas aldeas quando haja de vender um boi que lhe pertence, he constringido a pagar primeiramente ao respectivo Rendeiro huma rupia e meia, huma gallinha, huma seira de manteiga e hum paia de arroz, e ao subrendeiro huma rupia e meia:—2.^o Que a mesma sorte para qualquer colono vender hum buffalo he necessario dar primeiro ao Rendeiro duas rupias e meia, huma gallinha, huma seira de manteiga e hum pará de arroz, e ao Subarrendatario duas rupias e meia:—3.^o Que para qualquer pessoa poder casar-se nas indicadas Aldeas he obrigado a dar ao Rendeiro huma rupia e meia pela primeira vez, e sendo segundas nupcias duas rupias e meia ⁽¹⁾:—4.^o Que havendo algum cazo de barrigã ou prenhez illegitima, o Subrendeiro impoem ao delinquente huma multa segundo o grau do seu delicto, a saber de dez, quinze, cincoenta até cem rupias ⁽²⁾ e por violencia arrecada a mesma multa,

(1) Cremos que ainda subsiste nas aldeias de Damão este pequeno *bukssiss*, que os noivos dão ao patel e *catiás* (pêdes) no dia dos espónsais—Essa prática vem dos tempos da dominação dos Reis Chotias.

(2) Numa ocasião em que os machins estavam reunidos na praia para deliberarem sobre a entrega duma mulher cazada, da mesma classe, que estava refugiada em Damão, vimos em poder do seu Patel um livro escrito em guzerat (um verdadeiro Código Penal estabelecido entre elles) onde pelo crime do adultério e outros congêneres, o delinquente era obrigado a pagar a Igreja de N. Sr.^a dos Remédios cem rupias para a sua purificação e aceitação na casta. Perguntando-lhes o motivo desta pezada multa, os machins responderam que a natureza

e quando elle não tinha meios para o satisfazer lhes em batte ou moveis e trastes da sua casa : — 5.º Que os sub-rendeiros por violencia distribuem a cada um dos habitantes da respectiva Aldeia huma pequena porção de *sindur* e outro de tabaco de valor de hum januadim que os obriga a receber, e depois a titulo de pagamento por outra maior violencia exigem de cada hum delles tres *tocris* de batte que equivalem a seis paia : — 6.º Que igualmente obriga os Colonos das respectivas Aldeas a lhes darem dez ou quinze seiras de manteiga por uma quantia de dinheiro assaz modico e muito menor do que o seu justo valor : — 7.º Que quando os Colonos lhes ficão a dever os foros ou outros quaesquer contribuições, os Rendeiros o Subrendeiros procedem a arrecadação de divida sem recorrer a justiça competente com a mais violenta oppressão e vexame prendendo-os, expondo-os ao sol com huma pedra sobre a cerviz, e desta maneira lhes tirão o dinheiro que querem, levão quanto elles tem e até mesmo as proprias casas expulsando-os da Aldeia quando lhes parece e desta sorte muitos desses desgraçados vivem retirados em terras estrangeiras : — 8.º Que os sypaes dos Rendeiros e Subrendeiros das Aldeas quando vão a cobrança, cada um exige e arrecada dos celleiros huma galinha e a manteiga e arroz que lhes he preciso e sendo tempo da colheta cada colono he obrigado a dar sedentemente (sic) a cada hum dos referidos sypaes dous a tres *tocoris* de batte : — 10.º Finalmente que os foreiros Rendeiros e Subrendeiros das Aldeas mandam trabalhar aos seus colonos em seu serviço particular sem lhes pagar os respectivos salarios, servindo-se do mesmo modo suas carretas e charouas : — Taes são as inauditas oppressoens vexames e violencias contra os quaes me representou o referido Veriador Fiscal, que serve de Pro-

do crime era tão grave e horrendo que só *Ai Ramêd* podia perdoar esse repugnante peccado ; e caso o aceitasse na casta sem essa prova de purificação, a S. S. Virgem lhes visitaria com terriveis males e calamidades. Bela lição de moral até para os próprios cristãos, e para os que se julgam na vanguarda da civilização ; onde a par da luz mingão o escrupulo.

Sindur ou *Sendur*, vermelhão, é muito usado pelos gentios nos ritos religiosos dos seus pagodes. Na ocasião da festa do *divaly*, os seus livros de escrituração mercantil, algumas rupias e as pontas dos bois são coloridos com este pó apóz orações dos bramines seus sacerdotes.

vedor, pedindo-me fizesse cessar tão escandalosos despotismos e extorções praticados pelos ditos Rendeiros, Subrendeiros e foreiros sobre os pobres colonos, subditos de S. Magestade Fidelissima, os quaes vivem de baixo da sua Bandeira, e a Sombra da Ley que os protege. Annuindo por tanto a tão justa representação, Hei por bem do Real serviço declarar o seguinte :

1.º Ficão desde já cessados os injustos e odiosos tributos e as arbitrariedades e prepotencias designadas nos dez artigos deste Bando: d'ora em diante os Colonos das Aldeas Praganam Nagar Avelly e de quaesquer outras da jurisdicção desta Praça não serão compellidos a pagar aos seus foreiros, Rendeiros e Subrendeiros prestação alguma seja porque titulo for ainda especioso alem dos foros e outras contribuições legais, consignados nos seus respectivos contractos. Nada de exigencias despoticas, nada de pertençoens ambiciosas, vexames e violencia que a liberdade desterrou do solo Portuguez.

2.º Os foreiros, Rendeiros e Subrendeiros que em contravenção das disposições deste Bando continuarem a praticar as violencias e despotismos acima apontados serão punidos com todo o rigor da Ley, cujo fim principal he proteger e defender a liberdade individual e garantir a segurança da propriedade :

3.º O Veriador Fiscal, que serve de Provedor desta Comarca fará publicar este Bando ao som da caixa por todas as referidas Aldeas e onde mais convier para que competentemente chegue ao conhecimento de todos affixando-o tambem na forma do estillo nos logares mais publicos e as suas cópias serão igualmente remettidas pela Secretaria Geral da Prefeitura as Authoridades e estações competentes.

Dado em Damão, aos treze de Janeiro de mil oitocentos trinta e sette.» — (a) *Bernardo Peres da Silva*. — (a) *Cactano Francisco Pereira Garcez* — Secretario Geral da Prefeitura.

Não vai muito longe que ainda muitos abusos eram praticados pelos empregados da fiscalização administrativa, porém, actualmente já não se apresenta queixa neste sentido e os colonos são tratados com justiça e equidade, e as terras e haveres recebem a máxima protecção das autoridades locais. Cremos, que algumas das abusivas práticas vieram dos tempos da dominação dos Peshwas de Poona

que nesta Praganá tinham os seus rendeiros e talukdares, como também postos aduaneiros. Os maratas ambiciosos como eram, pouca ou nenhuma noção de justiça administrativa possuíam: o mesmo espirito infiltrou-se no pessoal nosso, nos princípios da nossa administração daquela ubérrima região. Esse *bando* ficará para a história como um dos melhores actos administrativos do Prefeito Peres.

Damão.

A. F. MONIZ.

BENS PENSIONADOS EM GOA

Capelas do Convento de N. S. da Graça

(Continuação da pag. 284 do Vol. XV)

Vargeas de Guadalúpe

Possue este Convto. na aldea de Batim, freg.^a da N. Sr.^a de Guadalúpe da Ilha de Gôa hua vargea de bate, q' antigamte. era duas marinhas, e as deixou ao Convto. Ant.^o Pinto Pimenta, e sua molher M.^a Franc.^a de Carv.^o com penção de 3 missas rezadas cada semana pr. suas almas ás 2.^{as}, 5.^{as} e sabb. com responço sobre a sua sepultura, q' está no cruzeiro. e junto ás grades, entre o meyo delle e o Altar das Angustias. Ite hum off.^o de lições com missa cantada no dia do seu falecimto., o q'l. se não sabe, consta da Escriptura no L.^o grande das Es. cripturas a fl. 266, feita a 30 de Abril de 1621.

Conforme a mesma Escriptura não se pode vender, nem alienar esta fazenda e se o Convto. pedir absolução dos encargos sobred.^{as} ao S.^{mo} Pontifice ficará a mesma fazenda a caza da Sta. Mizericordia de Goa, para continuar com a penção das missas, e off.^o referido, e qdo. não qra. encarregarssse desta penção venderá a dita fazenda, e mandará dizer essas missas com producto dellas pellas almas de seus instituidores, seus defuntos e do Purgatorio. A tudo se obrigou este Conc.^o, como consta da Escriptura referida.

Gastou o Convto. 253 xs. em fazer destas duas marinhas vargeas de cata pellos annos de 1682, este dinhr.^o era parte de 903 xs. q' deo ao mes.^o Convto. João de Seqra. de Faria p.^a dos seus ganhos se diserem missas de esmolla de Larim pla. alma de sua Mãy. Os 650 xs. q' restão p.^a inteirar os d.^{os} 903 xs. gastou o Convto. em be-

nefício de palmar, e vargeas de Nellur, tudo consta de hum assento no l.^o da Sachristia, o Conselho. assentou em dizer 8 missas cada mês p' esta tenção, q' fazem por anno 96, e assim o cumpre the o prezte.

Estiverão estas vargeas mt.^{os} annos devolutas p' lhe não concertarem os vallados (como dizem) o Ir. Fr. Martinho da Cruz concertou-as a sua custa haverá outo annos e o Convto. as arrendou p' doze ao M. R. S. Proval. Abs. Fr. Mel. de S. Thereza p' 100 xs cada anno.

Fás menção desta faz.^a o l.^o das propriedes. a fl. 52 no tempo q' erão marinhas, e diz rendião no anno de 1643 em q' se arrendarão 215 xs..

A vista do q' está obrig.^a esta faz.^a a duas capellas como a saber—A de Ant.^o Pinto Pimenta, a sua molher, q' a deixarão ao Convto., e a da Mãe de João de Segra. de Faria pellos 253 xs. q' se despenderão nella, como fica dito.

Agora a traz Simão Fez. não arrendado. mas sim p.^a a beneficiar no descurso de 2 annos p.^a ver-se assim a podemos arrendar a alguem pello tempo adiante, visto não haver q.^m qe. dar nada p.^a ella.

Chão de Taleigão

Possue esta Congrão. de N. S. S. Ag.^o da India Oral. na Aldeya de Taleigão da Ilha de Gôa hum chão com alguãs Palmeiras, q' começa desde a capella-mor da Sta. Ignéz, e acaba no rigueiro do palmar, q' foy de Pedro da Faya, e da parte do Outr.^o o chão-em q' se possa fazer horta, e da pte. do mar qto. se possa alargar.

Este cham. com as referidas confrotações, e Igreja de Sta. Ignês doaram sem penção alguma a esta Congregação, sendo Proval. della o M. R. P. Fr. Pedro da Cruz; D. Franco.^o Deça e sua molher D. Joanna de Menezes pr. huã Escripura publica, feita a 25 de Julho de 1601, q' se acha copiada no l.^o pequeno das escripturas a fl. 3. Neste mesmo dia, mês, e hora tomou o d.^o A. P. Provór. posse pacífica deste chão e capella, cujo termo se acha no mesmo L.^o a fl. 4.

Doarão mais os d.^{os} D. Franc.^o Deça e sua molher D. Joanna de Menezes p' outra Escripura feita a 25 de Ag.^o de 1605, copiada no mes.^o Livro a fl: 5 á mesma Congreg.^m outro pedaço de chão, q' mediava entre as suas cazas, e o

chão acima dado e partia de hua parte com as ditas cazas, e da outra com o d. chão, e por detras chega lhe o lugar, onde está a capella-mor de St.^a Ignês, e por diante lhe a praya e cam.^o publico.

Fêz-se esta doação com condição q' fazendo o d.^o D. Franc.^o Deça a Capella-mor de St.^a Ignês, seria Padroeiro della e ninguem mais se enterraria nella, senão elle d.^o Doador, sua mulher, Herdeiros, e q^m elles quizessem, e q' fazendo tãobe a sua custa a d.^a Igreja seriam Padroeiros della; mas q' sempre a Igreja e o chão seria nosso. Tudo consta da referida Escrip. a fl. 5. Devesse saber se conservamos a posse deste chão, p' q' não consta se a tomamos.

Palmar de Pangim.

Possue este Conv.^o húm palmar em Pangim no Bathy q' lhe doou Brites da Guarda com penção de 12 missas cada mês p' sua alma, e tenção, ditas na nossa Igreja de Santa Ignez, o ql. Palmar com suas cofrotações declaradas doou a d.^a Brittes da Guarda pr. hua Escripura publica feita no prim.^o de Setembro de 1617 a ql. se acha autenticamte. copiada no livro peq.^o dos Escrip.^{as} a fl. 25 tomamos posse deste palmar a 9 de Setbr.^o do mes.^o anno, como se vê do termo do mes.^o L.^o a fl. 26 V.

Palmar grande de St.^a Cruz

Possue este Conv.^o na Aldeya de Callapór da Ilha de Goa, freg.^a de St.^a Cruz hum palmar, q' comprou a Fernão Vás de Siqr.^a e Monroy p.^a 21.000 xs. Consta da Escripura q' está no deposito, feita aos 10 de Mayo de 667.

No mesmo estão tãobe os 1.^{os} p' q' o d.^o Fernão Vás possuia este palmar, o qual se inteira de mtos. pedaços pequenos q' elle comprou, e aggregou a hum só, e he o q' nos vendêo, e de preste. possuímos com consentim.^o da Gancaria da d.^a Aldeya, á ql. he foreiro, como se vê do termo de posse, q' tomámos a 11 de Mayo de 1667.

Todo este din.^o he das Capellas segtes. conforme o L.^o dellas, e do gasto do convt.^o no mes. de Outbr.^o de 1668 a fl. 21:

Da de Juliana de Sousa.....	3.000:0:00
Da de Domingos da Sylva de Mendonça ...	3.000:0:00

De um Def. ^o q' nos deo hum Relig. ^o de S. Dom. ^{os}	3.000:0:00
De Manoel, ou Brás de Souza, q' nos deo o Patriarcha de Ethiopia	2.000:0:00
Os outros mil com q' se inteira esta Capella derão se ao Coll. ^o pellos q' lhe devia o Conv. ^o .	
De Domingos GSs.....	1.500:0:00
De Bartholomeu Franc. ^o	1.500:0:00
De Jorge Sebastião.....	1 500:0:00
De João Freyre Baygote.....	1.560:c:00
De Bernardo Rois.....	500:0:00
Do P. Fr. Gaspar, q' deo a Processão dos Passos como consta do L. ^o do q. ^o	500:0:00
Da Confraria das Angustias.....	1 000:0:00
Terceira Capella de Ag. ^o Ribro. pelo q' se destratou da Perssia.....	1.000:0:00
Da Capella da Perssia, p' q' com os dous mil xs. de Manoel de Souza, e os mil de Ag. ^o Ribr. ^o se destratarão os 4 mil xs. da Cap. ^a q' se tomarão p. ^a esta compra, segd. ^o o d. ^o Livro do gasto.....	1 000:0:00
	<u>21 060:0:00</u>

Possue mais 7 pedaços pequenos de palmares, q' confinão com o sobredo., os quais comprou o Convto. por varios preços em diferentes tempos a alguns canarins e alguns arrematou pa. dividas. Tudo consta das Escripturas, arrematações, e conhecimentos q' estão no deposito. Soma a quanta. q' custarão estes pedaços 977 xs. Pertence este dinh.^o taõbẽ a Capellas mas não ha clarezas de quaes são determinadante.

Possue mais este Convto. sinco pedaços de Palmar junto ao sobredo., q' comprou a R. P. Fr. Ag.^o dos Reys, sendo Prior deste Convto., e se achão lançados no titulo do gasto do seu tempo hum em 8tbro de 1678 a fl. 153 pr. 300 xs. e os dous em 9bro. do mes.^o anno a fl. 154: hum pr. outenta xs. e outro pr. 325 q' com o entulho q' se lhe fez, veyo a custar 360: e outros dous em Outubro de 1679 a fl. 16 V. hum pr. 270 xs. e outro pr. 100 xs. os quaes todas vem a somar 1130 xs. q' todo pertence a Capellas pello q' lhes deve o Convento.

Palmar de D. Braz.

Possue este Convto. na Aldeya de Callapor, freg.^a de Sta. Crus da Ilha de Gôa hum palmar com tres vargeas, e marinhas e hum Sapal tudo aneixo q' comprou a Ayres Telles de Menezes, e a sua molher D. Joana M.^a de Castro pr. 16500 xs. como consta da Escripura q' está no depósito; e se acha copiada tãobem no livro pequeno das Escripturas, a fl. 79 na qual se declarão todas as confrontações desta faz.^a Celebrou-se esta Compra em 19 de Julho de 1676, e tomamos posse desta fazenda no 1.^o de Ag.^o do mes.^o anno como se vê do termo della a fl do d.^o 1.^o 78»

Todo este dinheiro he das capellass segtes. segdo. o L.^o dellas em seus titulos:

Da de Manoel Leal da Fonceca.....	3 000 xs.
Da de Sua molher.....	3.000 xs.
Da de de Manoel Roiz Teixeira.....	3 000 xs.
Da de Maria Pereira.....	3.000 xs.
Da de Nicolão de Payva.....	3.600 xs.
Da de sua molher.....	3.600 xs.
	<hr/>
	19 200 xs.

Dous mil e setecentos xs. q' acrescem nestes capitaes. ao q' custou o palmar devia gastarsse em beneficio do mes.^o, se he q' o convto. os não despendero em gastos ordinarios; e applicou o palmar em satisfação.

Palmar pequeno de S. Crus.

Possue este convto. na mesma Aldeya, e freg.^a hum palmar q' vulgarmte. chamamos «pequeno», q' comprou a Christina do Roz.^o molher de Joseph Barros pr. 8500. Consta da Escripra., q' está no depósito feita a 23 de 8bro. de 1673, em q' tãobem se tomou posse delle, como se vê do termo della, junto a mesma Escripura.

Todo este dinro. he das capellás segtes. segdo. consta do L.^o dellas em segtes:

Da de João Vieira e sua molher.....	3.510 xs.
De hum Deffo. q' derão os Pes. Dominicos.	3.000 xs.
De Joseph de Bárros.....	1.500 xs.
De Christina do Roz. ^o sua molher.....	1.500 xs.
	<hr/>
	9.510 xs.

Os mil xs. q' acrescẽm ao q' custou o palmar deviãõ gastarsse em seu beneficio, p' q' não há consto, nem clareza do fim, q' fizerão.

Palmar das Mercês

Possue este Convto. na freg.^a das Mercês da Ilha de Goa hum palmar q' comprou em publico leilão, como dizem, o qual era de huns Conegos, q' moravão juntos a S. Domingos, e o vendeo o Conego Matozo seu testamtro., custou 7.970 xs. segdo. consta do L.^o do gasto do mes de gbro de 1708 a fl. 318 onde se achão lançados em despeza. Não ha delle athé o preste Escripura de arrematação, mas sem embargo disso, elle está em o nosso titulo no l.^o da Aldeya.

4.500 xs. deste dinr.^o são os q' trazia a ganhos a Gançaria de St.^a Crus e parece q' os houve o Convto. todos, ou pte. do palmar, q' vendeo em Nellur do P. Fr. Luis da Cunha os 3.470 xs. q' restão herdou o mes.^o Convto. da legitima de P. Fr. Caetano da Graça.

Todo este dinheiro se deve aplicar ás Capellas pello q' o Convto. lhes deve o V. P. Fr. Mel de S. Ag.^o sendo Prior aplicou mil dos q' respeitão a herança do P. Fr. Caet.^o da Graça. A 8.^a Cap.^a de Ag.^o Ribeiro em satisfação de outras tantas, q' mandou dizer em missas, segdo. a tenção de Ant.^o da Cunha de Mello, q' os tinha deixado ao Convto. com essa penção, e se achavão os ganhos em Bardés, junto com o dinheiro do Coll.^o

Palmar e vargea de Taleigão pertencente a St.^a Ignês

Possue a nossa Igreja na Igreja de Taleigão hum palmar com sua vargea anexa q' lhe deixou Christovão de Britto de Vascos. q' tinha comprado p' 4.200 xs. p.^a q' dos reditos della q' respeitassem tres mil xs. lhe dissesem na mes.^a Igreja hua missa quotidiana, e dos mil xs. se fazer a cap.^a mór da dita Igreja, onde elle se mandava sepultar e dos duzentos se prover a alampada, q' arde diante da S.^m, de azeite. Consta da Escripura de doação no L.^o pequeno das Escripturas a fl. 45 v. a 12 de Março de 1653.

O R. P. vigr.^o de St.^a Ignês cobra os reditos do Palmar, e satisfaz esta missa. O R. Fr. Paulo de Purifica-

ção, sendo vigr.^o de S. Ignês, hipotecando o palmar e vargea sobred.^a tomou mil xs. a ganhos de 8 pr. cento a este Convto. p.^a as obras da Igreja de St.^a Ignês a satisfação do proprio e ganhos, com declaração, q' não pagando estas ao seu tempo se converteria em sorte principal, e delles pagaria ganhos. Tudo consta do sobred.^o L.^o a fl. 59 v. pr. Escripura feita a 4 de Ag.^o de 1653. Como o Convto. se gastou deste dinhr.^o não se sabê nem há not.^a o q' se sabe hé, q' o nosso Convto. possui hoje a d.^a vargea como sua. Prezumisê q' satisfêz ao Convto. os d.^{os} mil xs. e se empossou de vargea p.^a satisfação dos ganhos dellas emqto. lhes não satisfazem; seja não he q' algum vigr.^o de St.^a Ignês lha vendeo pella mesma ou mayor quantia.

Horta da Lagoa

Possue este Convto. no campo da Lagoa, pertencente a aldeya de Carambolim hua horta com suas cazas quebradas, q' lhe deixou hua D. Isabel no anno de 729 ou 730 pouco mais ou menos p.^a dos seus redditos se prover de azeite a alampada da Cap.^a dos Passos qdo. a houver na nossa Igreja emqto. a não houvesse se fosse ajuntando os ditos redditos, ou se gastassem na Comunide. como se faz, o Convto. está de posse della, e a tem arendado pr. 100 xs. cada anno, digo vinte pr. anno.

(A margem) Vendeu-se.

Cazas da Calçada

Possue este Convto. na calçada, q' vem das 3 boticas p.^a o nosso adro huas moradas de cazas que pr. hora estão vendidas ao Pe. Fr. Valerio de Jesus M.^a e por sua morte hão de ficar outra vez ao Convto.. Venderão-se estas cazas ao d.^o Pe. pr. 100 xs. p.^a as concertar, e gozar em sua vida, p' q' o Convto. senão achava com posses p.^a o fazer. Fez-se esta venda, sendo Prior deste convto. o R. P. Fr. Manoel de S. Ag.^o da segda. vez, ou da prim.^a como constará do L.^o dos Conv.^{os} do seu tempo.

(A margem) Venderam-se.

Horta dos Rabãos

Possue este Convto. hua horta chamada vulgarmente dos Rabãos, antigamte. de Manicha p.^a estar junto a hua

rua asim chamada, a qual fica detrás do Hospital dos pobres desta cide. q' herdou pr. via de hum Religioso nosso pr. nome Fr. Athanazio aq.^m uzava pr. legitima juntamte. com algumas moradas de cazas, q' se alugavão, e confinavão com ella. Tudo consta da carta de habilitação, e posse desta fazenda q' anda copiada no L.^o grande das Escripturas a fl. 28 passada a 5 de 8bro de 1598. A posse tomouisse a 12 do mes.^o mês e anno. Faz menção desta fazenda o L.^o das propriedades a fl. 51 e diz rendia pellos annos de 1644, 70 xs. cada anno. E agora anda arendada a d.^a horta pr. 4 xs. cada mês.

Vargea de Syrolá em Bardês

Possue este Convto. na Aldeya de Sirolá hua vargea de batte pr. nome Mullaque, q' lhe deixou pr. verba de seu Testam.^o Franc.^o Figr.^o de Almeida p.^a dos seus re-ditos se fazerem todos os annos a procissão dos paços nesta cide.. Consta da Escriptura do L.^o pequeno das Escrip.^{as} a fl. 73 v. feita a 29 de 8bro de 1665. Fez-se esta em nome de Diogo de Pinto Teix.^a Testamtr.^o do d.^o Franc.^o Figr.^o de Almeida. Mt.^{as} annos correo o Convto. com esta vargea, hoje corre com ella a Irmande. dos Passos, e se vale dos seus re-ditos p.^a as despesas do prim.^o Domingo da Quaresma na forma q' determina o Testador.

Palmar de Pomburpá

Possue este Convto. na Aldeya de Sirolá em Bardês na freg.^a de Pomburpá hu palmar pr. nome Icoxim, o q'l. comprou o nosso Colegio em o mes de Janr.^o de 1695 pr. 6,800 xs.. Consta de hum papel, q' está no deposito, q' contém o conhecimto. dos Gancares, de Sirolá, e a Lça. de Vedor da fazd.^a p.^a se celebrar esta compra, Deo o Diffinitorio Lça. pr. o mesmo em 12 de Dezbro. de 1644 como se vê do assento no L.^o 2 a fl. 113.

O dinhr.^o com q' se comprou este palmar todo era de Capellas, segd.^o consta de hum assento no L.^o das vizitas dellas, f.^o pello M. R. P. Proval. Fr. Gaspar de Amorim como L.^o de Julho de 1645. Qe. capellas sejam não ha clareza, pr. q' o dinr.^o dos q' havia havia athe ahy todo andasse junto e confuzo etc..

Palmar de Nellur em Bardês

Possue este Convto. em Nellur hum palmar pr. nome *Felangabatta*, e huã marinha pr. nome *Battiachô agôr* e huã varzea pr. nome *Saitoca* cujas demarcações se declaram no Escripura, a qual faza. nos doou Gaspar Mendes de Lemos, e sua molher Ant.^a de Abreu pr.^a dos seus reditos se fazer neste convto. a festa de S. Joseph todos os annos, seis castiças de prata de 200 xs. cada hum, e huã alampada de prata de 1.000 xs. e outras obras e fabricas p.^a a capella do mes.^o St.^o de q' elles doadores erão Padroeiros. Tudo consta da Escrip.^a no 1.^o grde. das Escrip.^{as} a fl. 258 feita a 5 de Novembro de 1620, e confirmada pr. outra pte, feita a 12 de Março de 1625 no meso L.^o a fl. 270. Comprarão os doadores esta fazd.^a aos Relig.^{os} de St.^a Monica pr. 4 500 xs., q' com mil e 500 q' lhe ficarão de bemfeitorias valia 7 mil xs. e por esta quantia nolo doarão, e tomamos posse delle.

Possue mais hum palmarinhos, q' confina com o sobrede., q' comprou a Dom.^{us} de Monte Leal, e sua molher p. 340 xs. de q' se fez. escriptura, q' está no deposito em 2 de Abril de 1652, no qual dia tomamos posse delle, como se vê do termo incerto na mes.^a Escripura. Este dinro. era de Capellas mas não se sabe quais.

Possue mais outro pedaço de palmar com sua várgea anexa, q' comprou pr. (1) . . . xs. a João Nunes de Carv.^o, sua molher e f.^o Miguel Pimentão de Carv.^o em 3 de Janeiro de 1654. como se vê da Escripura no L.^o pequeno das Escripturas a fl. 63, feita no dia mez, e hera sobredo. A posse desta fazda., consta de mes.^o livro a fl. 62 V.. Este dinh.^o pertencia a Capellas, mas não se sabe quais.

Possue mais outro pedaço de palmar, q' comprou a Diogo Jaques pr. 270 xs. em Janro. de 1661, de q' está hum consto no deposito. Chamasse este palmar Badalyâ motadachi Buim—Tãobem he de capellas este dinro., mas não se sabe a qual pertence. Lançousse em gasto este din.^o em 8tro de 1660.

Possue mais duas marinhas p.^o nome Tauragor, e Cavaagor, e duas vargeas pr. nome Tira seta e Morada, q' comprou a Luis Roiz; ças.^o e mor. em Tanná p. 1500 xs.

(1) Está comido o papel neste lugar.

em 8 de Janro. de 1661, de q' está consto no deposito. Lançousse em gasto este dinro. em gbro. de 1660, todo he de capellas, e determinadamte. da de Eugenio da Silva 500 xs. diz o L.^o das capellas, a fl. 46, ou mil xs. como diz o Rol das mesmas capellas, q' se achou no deposito. A q'tia. q' resta não se sabe a que capellas pertença.

Possue mais duas marinhas p' nome Pentecor agôr e a outra Samagôr, e huã vargea p' nome Vaddala malalachi-buim, q' comprou em nome de Aleixo Mendes e Bernardo Tavares pr. mil xs. em Fevro. de 1667, de q' está Escrip.^a, e posse no deposito. Este dinro. he de varias casas pertencentes a Capellas, de q' se venderão, como se vê do L.^o das Capas aff 52 o q' pertence a cada huã dellas, podesse ver na memoria das Capellas.

Possue mais hum palmár contigo ao nosso, q' foy da Confr.^a do Simo. de Nellur, a qual tinha huã penção de 30 xs. pr. anno, e a esta o comprou o Pe. Mel. da Fonçeca, o qual nolo vendeo p' 423 xs., e delle tomou posse Aleixo Mendes em nosso nome, como se vê da Escrip.^a, q' está no deposito, e posse, q' delle tomou em 10 de Ag.^o de 1675. He de capellas este dinro, mas ignorasse de quaes.

Possue mais hum pedaço de Palmar, junto ao nosso Maddiechemttebá, e Pattia, Settachi buim q' nos venderão p' 200 xs. huns canarins, de q' está Escrip'tura no deposito, feita a 19 de 8bro de 1685. Tãobem he de Capellas este dinro., e a demais de João de Segra tem nestes palmares, e vargeas a sima 650 xs. segd.^o declara o L.^o da Sanchristia.

Possue mais hum pedaço de palmar, e hum bocado de vargea junto ao mesmo de Nellur, q' foi dos herdeiros de Salvador Affonço, por preço de mil e trezentos xs sendo Prior a R. P. F. Francisco de Madre de Ds. no anno de 1797. A Escrip'tura se vê no deposito etc.

A Orla da alagoa vendeo este convto. a Antonio Caet.^o Pinto natural e morador em Neura.

As casas de calçada vendeo a Congregação ao Relig.^o de S João de D.^s

J. B. AMANCIO GRACIAS.

Famílias portuguesas estabelecidas na Índia, cuja varonia se extinguiu

António de Mendonça Côrte-Real

Filho de Diogo de Mendonça Côrte-Real e de D. Jerónima de Lacerda.

Natural de Lisboa, veio á Índia em 1732 e morreu em Chorão, freguesia de Nossa Senhora da Graça, tendo sido casado em Chorão com D. Constança Catarina Leite de Sousa e Castro, filha de Xavier Leite de Sousa, moço fidalgo, fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real, capitão de mar e guerra da Real Marinha da Índia, governador de Assero e Damão, e de sua mulher D. Maria Rosa Isabel de Castro.

Fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real por Alvará de 27 de Março de 1734, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, general de Bardez, e governador de Macau desde 4 de Julho de 1761 a 14 de Julho de 1764.

Filhos

1 — *D. Ana de Mendonça Côrte-Real* — Religiosa do Real Mosteiro de St.^a Mónica de Goa — Soror Ana de Sacramento.

2 — *D. Joaquina de Mendonça Côrte-Real* — Religiosa do Real Mosteiro de St.^a Mónica de Goa — Soror Joaquina de Anunciação.

3 — *D. Maria de Mendonça Côrte-Real* — Religiosa do Real Mosteiro de St.^a Mónica de Goa — Soror Maria de Nazaré.

4 — *D. Bernarda de Mendonça Côrte-Real* — Religiosa do Real Mosteiro de St.^a Mónica de Goa — Soror Bernarda de St.^o Agostinho.

5 — *Xavier de Mendonça Côrte-Real*. Escudeiro e fidalgo cavaleiro da Casa Real por Alvará de 5 de Fevereiro de 1781; Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, capitão de mar e guerra da Real Marinha da Índia, director da feitoria de Surrate de 1772 a 1774.

Nasceu em Chorão, freguesia de N. Sr.^a da Graça e morreu em Macáu quando governador da mesma cidade, aos 15 de Julho de 1790, tendo sido casado com D. Violante Luisa Pereira de Castro, filha de D. Diogo Pereira de Castro, fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real por Alvará de 11 de Março de 1758, governador de Macau de 1758 a 1761, e de Diu de 1768 a 1770, e de sua mulher D. Lizarda Caetana de Brito de Sampaio.

Filhos

1 — *Diogo de Mendonça Côrte-Real* — Fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real por Alvará de 11 de Março de 1783.

2 — *D. Constança de Mendonça Côrte-Real* — Religiosa do Real Mosteiro de St.^a Mónica de Goa — Soror Constança da Conceição.

3 — *Francisco Xavier de Mendonça Côrte-Real* — Fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real por Alvará de 11 de Março de 1788.

4 — *João Joaquim de Mendonça Côrte-Real* — Fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real, por Alvará de 11 de Março de 1788, capitão de fragata da Real Marinha da Índia, vereador fidalgo do Senado de Goa, promotor da Justiça Militar e provedor da St.^a Casa da Misericórdia de Goa, — 1835.

Nasceu em Chorão a 7 de Maio de 1781, morreu a 26 de Abril de 1839 e sepultado na igreja de Ribandar, tendo sido casado com D. Ana Joaquina Mourão Garcês Palha, filha de Cândido José Mourão Garcês Palha, natural de Lisboa, freguesia de Santa Maria de Loures, veio á Índia em 1769, fidalgo cavaleiro da Casa Real, Chefe de Esquadra da Real Marinha da Índia com exercicio de Intendente

da Marinha da Índia, vogal da Junta de sucessão do governo da Índia Portuguesa pelo falecimento do Vice-Rei D. Manuel de Câmara, e de sua mulher D. Angela Maria de Sousa Rancosa.

5 — *D. Lizarda Joaquina de Mendonça Côrte-Real* — Nasceu aos 2 de Julho de 1789 e faleceu aos 9 de Outubro de 1833, tendo sido casada com Joaquim Mourão Garcês Palha, fidalgo cavaleiro da Casa Real por Alvará de 20 de Março de 1820, do Conselho de S. Magestade a Rainha D. Maria II, comendador da Ordem de Cristo, chefe de Divisão da Real Marinha da Índia, governador da cidade de Macau de 1825 a 1827, provedor da Santa Casa da Misericórdia, e Governador Geral do Estado da Índia Portuguesa, — 1843. Teve por condiscipulo no curso da Marinha, entre outros, a Manuel Maria Barbosa du Bocage. Filho do Chefe de Esquadra, Cândido José Mourão Garcês Palha e de D. Angela Maria de Sousa Rancosa.

6 — *António de Mendonça Côrte-Real* — Fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real, capitão tenente da Real Marinha da Índia, governador de Timor, tendo sido casado com D. Francisca Xavier de Melo Lobo de Almeida, filha de Agostinho de Melo Lobo de Almeida e de sua mulher D. Francisca Tereza de Carcomo Lobo.

Filha

D. Josefa Francisca Tereza de Mendonça Côrte-Real, tendo sido casada com Bernardo Carneiro de Sousa e Faro, fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real, major reformado.

Os Cortes-Real tiveram origem num cavaleiro de Tavira, no Algarve, chamado Vasco Anes da Costa e deulhe el-rei D. Duarte o apelido de Côrte-Real, porque com reas gastos e brios seguiu a sua Côrte. São descendentes dos *Condes de Val de Reis*, cuja varonia é Mendonça.

Braço de Armas — O escudo franchado de verde e ouro. Sôbre o verde uma banda encarnada perfilada de ouro, e no de ouro = Ave Maria =.

(*Continúa*)

FRANCISCO MOURÃO GARCÊS PALHA.

Medidas agrárias das Comunidades

É lícito supor, não nos restando dúvidas, que as três unidades de medidas agrárias, empregadas nas medições dos campos das Comunidades agrícolas, existiram, porventura sob formas irregulares, antes do Foral de 16 de Setembro de 1516 que, nos seus capítulos 10 e 11 estabelece algumas regras sobre o seu emprego. Doutro modo o Foral deixaria de ser de uso e costumes. Os ditos capítulos foram posteriormente explicados por portaria provincial de 14 de Maio de 1852.

Antes desta portaria, porém, a Provisão de 20 de Abril de 1742 tendo determinado medições nos campos das comunidades de 25 em 25 anos, foi este salutar serviço executado regularmente até o ano de 1829 na comunidade de Loutulim, como se depreende de único livro da medição geral conservado no arquivo da mesma (1).

Os arquivos das associações, como todos os arquivos, estando sujeitos á invasão de bichos daninhos no ápice dos quais tem assento o homem-bicho que nocente e innocentemente tanto prejuízo lhes tem causado, como sei por tradição e porque mo afirmam muitas peças officiais; parece-me que presto um bom serviço coligindo e reproduzindo no *Oriente Português*, revista superior e de larga duração, algumas noções sobre as mesmas unidades e suas divisões e sub-divisões, com a correspondência do fôro.

(1) Para o triunfo de ambições ilegítimas, como penso, tendo sido votada ao esquecimento a dita Provisão, a par d'êste cresceu espantosamente a febre de usurpações, e então, por indicação do autor destas linhas, um dos ilustres vogais da comunidade que elaborou o Código das Comunidades, no seu projecto primitivo restabeleceu esta medição. Este projectado restabelecimento foi alvo de baterias de um semanário autorizado e a sua defesa fê-la quem êste subscreve em um dos números da «Era Nova», de Outubro de 1901, se a memória o não trae.

No citado livro da medição geral das aldeias Loutulim e Raçaim, rubricado em os 21 de Julho de 1829 pelo juiz das Comunidades de Salcete José Vicente Gomes da Costa, a fl. 4 v. se lê:

«Explicação de Mady e Doddó⁽¹⁾ que é do foro corrente desta aldeia.

1 cangany 01:0:00 de que faz covas 600 de que faz tgs. 7:0:00.

3 camby e 3 guidam 00:3:3:00 de que faz covas 562 = tgs. 6:2:06.

3 camby e dois guidam 00:3:2:00 de que faz covas 525 tgs. 6:0:12.

3 camby e hum guida 00:3:1:00 de que faz covas 487 = tgs. 5:2:18.

3 camby 00:3:0:00 de que faz covas 450 tgs. 5:1:00.

2 camby e 3 guidam 00:2:3:00 de que faz covas 412 = tgs. 4:3:06.

2 camby e 2 guidam 00:2:2:00 de que faz covas 375 tgs. 4:1:12.

2 camby e 1 guida 00:2:1:00 de que faz covas 376 = ⁽²⁾ tgs. 3:3:18.

2 camby 00:2:0:00 de que faz covas 300 tgs. 3:2:00.

1 camby e 3 guidam 00:1:3:00 de que faz covas 262 = tgs. 3:0:06.

1 camby e 2 guidam 00:1:2:00 de que faz covas 225 tgs. 2:2:12.

1 camby e 1 guida 00:1:1:00 de que faz covas 150 ⁽³⁾ tgs. 1:3:00.

3 guidam 00:0:3:00 de que faz covas 112 = tgs. 1:1:16.

2 guidam 00:0:2:00 de que faz covas 75 tgs. 0:3:12.

1 guida 00:0:1:00 de que faz covas 37 = tgs. 0:1:18.

18 = zambes 00:0:0:18 = de que faz covas 18 = tgs. 0:0:21.

8 zambes 00:0:0:08 de que faz covas 8 tgs. 0:0:09.

4 zambes 00:0:0:04 de que faz covas 4 tgs. 0:0:04 =.

1 zambo 00:0:0:01 de que faz covas 1 tg. 0:0:01 =.

⁽¹⁾ Doddó corresponde a palmar (da cultura de coqueiros) — O livro da medição dos palmares tinha a denominação vulgar de Doddó — Cathem.

⁽²⁾ Certamente ha neste lugar um êrro do copista — estas covas devem ser 337 =.

⁽³⁾ Também neste lugar ha um duplo êrro, pois êste número de covas deve corresponder a um cambi, correspondendo a um cambi e 1 guida covas 187 =.

A unidade empregada na medição constante do mencionado livro foi o bambú; e ao depois calculados para as covas.

Na medição das várzeas era empregado o bambú que se sub-dividia em mãos, angulas e seriças, como se vê do livro corrente da dita comunidade relativo ao ano de 1831. ⁽¹⁾

GELÁSIO FARIA.

⁽¹⁾ Desconheço o valor de *seriça* — Para apurar, com acerto, em uma vistoria administrativa, a área de um confisco encravado na várzea Bamoncazana da mesma Comunidade, informei-me de homens mais idosos e versados no assunto e foi sem resultado. Foi necessário partir do princípio vago de que era inferior a *angula*.

VÁRIA VARIORUM

Pelo armistício

Telegramas

I

Lisboa, 13 — 22h, 15'

Governador Geral

Nova Goa

N.º 165-A — Rogo V. Ex.^a mande dar publicidade ao seguinte telegrama de S. M. o Rei de Inglaterra a Sua Ex.^a o Presidente da República.

Londres 11 — 7^h 15'

Tenho um especial prazer Sr. Presidente em me dirigir a vós nesta auspiciosa ocasião em que o último dos nossos inimigos depôs as armas. A aliança que ha tanto tempo e tão estreitamente tem unido os povos de Portugal e da Grã-Bretanha foi posta a prova contra todos os assaltos do inimigo e emergiu triunfante amistosa da liberdade e da justiça. Queria, Sr. Presidente, pedir-vos para aceitar-des as minhas felicitações pessoais e transmitirdes aos

nossos aliados portugueses as congratulações cordiais do povo do meu Império. Possa a nova era cuja aurora vamos romper apertar mais estreitamente os antigos laços que unem o povo do meu Império e o de Portugal e trazer para ambos prosperidades e progresso. (as) Jorge R. I.

Ministro Colónias.

II

Resposta

Ministro Colónias

Lisboa

India Portuguesa e Governador apresentam V. Ex.^a calorosas saudações pela formidável vitória povos aliados sobre estupendo militarismo germânico. Crentes sejam reconhecidas lialdade aliança acção e sacrificios Portugal como garantia do pleno direito intervir negociações paz geral e da integridade território ultramarino formulamos do imo da alma votos ardentíssimos seja propícia nossa estremecida Pátria futura era paz justiça liberdade felicitando congraçando todos Portugueses na aspiração patriótica de maior dignificação esplendor República.

Governador Geral.

(Do B. O. n.º 92, de 15-II-918).

III

Nova Goa 15.

His Excellency Viceroy and Governor General of India

Delhi

Portuguese India and Governor General send their congratulations to Your Excellency representing England secular ally of Portugal for great victory allies over retro-

grade German militarism for whose brilliant result very much contributed Britain's naval supremacy *stop* Confident that the uninterrupted alliance between Portugal and England make more strong the ties between the bordering colonies my hopes and of all the indo-portuguese are that of the new era of peace may derive prosperity and progress of the indians integrated in the civilisation of the world.

Governor General of Portuguese India.

IV

Resposta

Delhi 19

Governor General Portuguese India

Nova Goa

I beg Your Excellency to accept my sincere thanks for the congratulations of Portuguese India on this great and final triumph of the allied arms *stop* Above all it is a matter for congratulation that the historical alliance of England and Portugal has been once more shown forth to the world and that those ancient allies have been found fighting for the right in two continents *stop* I share Your Excellency's hope that the peace now achieved will not only strengthen old ties but will bring in a new era of happiness for the whole world.

Viceroy.

(Do B. O. n.º 94, de 22-II-918).

A literatura peninsular no Oriente

Não cuide o leitor, em face do título dêste artigo, que vou escrever uma extensa e erúditá memória sobre o as-

sunto. Feita esta declaração prévia, já não lhe ficará o direito de me acusar por haver traçado uma cabeça de gigante para um corpo de pigmeu. O meu propósito consiste apenas em colligir algumas notícias, senão desconhecidas, pelo menos pouco vulgarizadas, dando assim lugar êste pequeno núcleo a novas informações, que se lhe forem agregando.

Fr. Luís de Granada, como o seu próprio apelido o indica, nasceu na formosa cidade, onde o poder dos musulmanos hespanhois exalou o seu último suspiro. Viveu, todavia, grande parte do tempo no nosso país, vindo a falecer em Lisboa, no convento de S. Domingos, a 31 de Dezembro de 1588. O seu túmulo ainda se conserva na parte posterior da capela-mór da vasta igreja, e ali podem ir prestar homenagem á sua memória, feita de saber e de virtude; os que ainda sentem algum respeito pelos homens e pelas cousas do passado.

Apesar de hespanhol, Fr. Luís de Granada tem o seu nome inscrito no «Dicionário Bibliográfico» como autor do *Compêndio da doutrina cristã*, impresso em Lisboa em 1559, na tipografia do alemão João Blávio. A existência do sapiente e devoto dominicano prolongou-se bastante e a sua velhice, aliás tão digna de veneração, quasi chegara á decrepidez. Quem o escutou nos últimos anos via nêlo o pálido reflexo do espírito luminoso de outrora. A sua palavra já não soava, persuasiva e elegante, como através dum instrumento harmonioso. A idade consumira-o e a sua voz, já pouco perceptível, á falta de dentes, fazia-o considerar uma verdadeira reliquia.

Fr. Luís de Granada foi um escritor fecundo, cultivando sobretudo a literatura mística. Os seus livros, escritos em hespanhol e em latim, tiveram grande voga, tanto em Portugal como na Europa, sendo traduzidos em diversas línguas. Alguns dêles fizeram com que os seus admiradores o collocassem a par do autor da «Imitação de Cristo». No púlpito e na cadeira de professor, onde expunha as regras de eloquência sagrada, não tinha menos aceitação nem gozava de menos fama. O escritor e o orador niye-lavam-se sem diferença, embora, como era natural, o segundo prevalecesse sobre o primeiro.

Foram numerosas as obras de Fr. Luís de Granada, que se publicaram em Portugal, o que bastaria para abonar a estima e o conceito em que era tido geralmente, se outros testemunhos o não viessem confirmar.

No «Livro da Regra de Santo Agostinho e das Constituições perpétuas dos Religiosos pobres heremitas da Serra de Ossa», etc., encontra-se a seguinte referência no capítulo XIV: «Da criação e do ensino do mestre dos noviços»:

«Item, os Mestres dos Noviços ensinão-hão a orar (que he pedir mercês a Nosso Senhor) como muita devoçam, dar-se a exercícios espirituais, á licçam dos livros devotos, como sam os do Mestre Frei Luis de Granada, da Ordem dos Pregadores e outros semelhantes».

Não me atrevo a negar a autenticidade do «Compêndio da doutrina christã», nem tão pouco a pôr em dúvida o conhecimento que o frade granadino teria do nosso idioma, mas estou persuadido que algum dos seus companheiros de cêla corrigiu e limou a obra, em estilo e linguagem, a ponto de lhe dar fóros de clássica.

Não foi só na Europa que as obras de Granada exerceram influência no ânimo dos crentes e dos piedosos leitores. Às regiões orientais chegou também o seu nome e a sua doutrina. No ano de 1642 os jesuitas portugueses imprimiram na oficina tipográfica do seu Colégio de Amacusa (Japão), uma obra que o sr. Ernest Mason Satow diz ser uma tradução do *Sumário de la Introduccion del Symbolo de la Fé, de Fr. Luis de Granada*. O mesmo autor, no seu «The jesuit mission press in Japon», descreve outra obra, o «Contemptus mundi», que parece ser o de frei Luis de Granada.

Fr. António de Gouveia, frade da ordem de Santo Agostinho, que por três vezes foi á Pérsia em missão dos governadores da Índia, publicou em Lisboa, no ano de 1611, um livro intitulado «*Relaçam, em que se tratam as guerras o grandes victórias que alcançou o grande rei da Persia Xá Abbas*», o qual é o resultado do que viu e observou nas suas viagens áquele país. No capítulo XIII, intitulado: «De como chegamos á cidade de Maxed, onde el-rei estava, e da causa que ali o trouxe», dá a seguinte noticia, fólio 38, verso:

«Poucos dias antes da nossa vinda, presentou um Veneziano ao Xá um livro do padre frei Luis de Granada, intitulado o «*Symbolo da Fé*», encadernado tão ricamente, que merecia ser apresentado a tão grande monarcha.»

O mesmo Fr. António de Gouveia também foi portador

dum presente para o Xá, e entre os objectos de que se compunha havia um exemplar da *Vita Christi*. Eis como êle descreve a valiosa dádiva no capítulo XVI da referida obra, intitulado: «De como fomos vêr ao Xá, e lhe presentamos a carta de Sua Majestade», fôlio 47.

«No discurso da prática lhe oferecemos um livro, riquissimamente encadernado, em que estava estampada toda a vida de Christo Nosso Senhor, o qual lhe mandava o reverendissimo arcebispo de Gôa, dom frei Aleixo de Menezes, juntamente com alguns retabulos, sendo informado de quão afeiçoado o Xá se mostrava ás cousas da Christandade. Esteve o Xá vendo o livro muito de vagar, e perguntando por alguns daqueles misterios com muita curiosidade, dando razão doutros, como quem estava bem inteirado nella, depois me disse que na margem d'aquelle livro folgaria de ver escrita em sua lingua a declaração em particular de cada um d'aqueles misterios, trabalho e occupação que eu acceitei com muito gosto.»

Esta *Vita Christi* é porventura a obra mandada imprimir em Lisboa por D. João II e sua esposa D. Leonor e que saiu dos prelos de Nicolau da Saxónia e Valentim da Moravia, no ano de 1495, em quatro tomos ou partes, de fôlio máximo. Existem alguns exemplares, impressos em pergaminho. É adôrnada de estampas gravadas em madeira, sendo geralmente considerada um dos mais belos, se não o mais belo e importante monumento da tipografia portuguesa.

Já agora não fecharei a *Relaçam* de Fr. António de Gouveia sem extrair dela um trecho, o qual, pôsto que não tenha íntima conexão com o assunto, é todavia curioso por se referir ao *mocafo*, ou livro santo dos maometanos, isto é o seu *Alkorão*. Narra assim o nosso frade ás suas impressões a êste propósito, no fôlio 33, verso:

«Havia nesta mesquita muitos *mocafo*s, que os mouros costumam pôr nas suas sepulturas, como testemunhas de quão observantes foram da sua lei. Entre elles vi um em volume tão pequeno, que o trazia um mouro em um relicário ao pescoço, pelo que tenho por cousa verosimil o que se conta de um homem, que escreveu a «*Illíada*» de Homero em tam breve volume que o pôde meter todo em uma casca de nôz, porque os *mocafo*s communs occupam mais logar que as «*Illíadas*» de Homero e este relicário não era maior que uma casca de noz. Depois destes vi outros mui-

tos, quasi semelhantes que é costume dos mais observantes de sua lei trazerem destes *mocafos*, como reliquias em Relicários de pasta».

Frei António conclui, lamentando que os cristãos não sejam tão devotos dos seus livros canónicos como os sec-tários de Mafôma pelo seu Alkorão.

Sousa Viterbo.

Figuras nacionais

O Braganção

N'essa tarde, o rei Afonso chamára o Braganção a comer com ele. Era o seu braço direito, a alma fulva e sangui-nária de todas as batalhas, o seu companheiro, o seu condestável — o seu homem. Especie de hercules loiro, embrulhado numa roupa negra de Chardes, bisonho, desconfiado, violento como o avô Mendo de Bragança, como o pae Fernão Mendes, o *Velho*, — cegára e matára o irmão; e porque a mãe, um dia, se lhe embrulhára com a barregã, metera-a viva na pele d'um urso e largára-lhe uma matilha de cães.

Assentaram-se, debruçaram-se ambos n'uma arca de castanho, comendo. Esvaziando tijelas de mel. Devoraram e uivaram. A certa altura, pela barba do Braganção es-correu uma pouca de nata branca. Afonso Henriques riu-se. Perante as gargalhadas selvagens do rei, a figura torva e bisonha do filho de Mendo de Bragança ergueu-se dum pulo, fustilou, travejou de cólera. O rei Afonso riu mais. Riu ainda. O Braganção ia atirar-se-lhe, como uma fera, quando os companheiros o agarraram e o dominaram nos braços felpudos.

— Não rirá de mim ! Não rirá de mim !

Só acalmou quando o rei prometeu dar-lhe uma irmã que tinha, casada com Sancho Nunes de Barbosa, nas terras de Gonçalo de Sousa, o *Bom*. A infanta foi arrancada dos braços do marido e atirada, como uma polpa sangrenta, ao furor do Braganção.

Daí por diante, Afonso Henriques nunca mais se riu na cara dos seus companheiros de armas.

(Do *Correio Elvense*).

Uso das barbas

As barbas compridas até á cintura foram-se usando até ao reinado de D. João IV, em que se começou a usar bigode.

D. Fernando I foi o primeiro que fez a barba em Portugal.

D. Pedro II acabou com o uso geral das barbas grandes e ordenou o das cabeleiras.

D. João I usou o cabelo cortado, uso que ficou entre os portugueses. Foi por esse tempo que D. João I de Castela, tendo sido derrotado pelos portugueses, disse que não podia conformar-se com a ideia de ter sido vencido pelos *chamorros*, palavra que em castelhano quer dizer *tosqueado*.

(Da *Moda Ilustrada*)

SONETO

Males que contra mim vos conjurastes
Quanto ha de durar tão duro intento?
Se dura, porque dure meu tormento
Baste-vos quanto já me atormentastes.

Mas se assi porfiaes, porque cuidastes
Derribar o meu alto pensamento?
Mais pode a causa d'elle, em que o sustento,
Que vós, que d'ella mesma o ser tomastes.

E pois vossa tenção com minha morte
Ha de acabar o mal d'estes amores,
Dai já fim a tormento tão comprido.

Assi de ambos contente será a sorte
Em vós por acabar-me, vencedores,
Em mim porque acabei de vós vencido.

Luiz de Camões.



O ORIENTE PORTUGUÊS

REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLÓGICA
DA INDIA PORTUGUESA

DIRECTOR: — JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

A responsabilidade dos escritos publicados nesta Revista pertence
exclusivamente aos seus autores

Imp., Comp. e Administração:

Imprensa Nacional do Estado da Índia

Nova Goa

Assinatura anual..... 3:06:00 (\$180)

Numero avulso..... 0:05:06 (\$120)

Acresce o porte do correio.

Publica-se em números de 24 páginas
ou mais. Doze números formam um
volume, com o seu frontispício, índice
e capa especial.

CONDENAÇÃO

DOS «TAVORAS»

“**V**ou nomear o marquês de Tavora vice-rei da Índia. Alorna está cansado», — dizia D. João V do seu leito de convalescente, todo abatido, e não obstante mostrar desinteresse pelos negócios do Estado.

O rei devia-lho. Távora era um lial servidor, e entre os nobres o mais nobre.

O vice-reinado ou governo da Índia foi, desde os mais remotos tempos, uma recompensa pelos serviços

prestados á nação ou pela lialdade á Corôa portuguesa, embora o agraciado tivesse ou não manifestado qualidades para o bom desempenho do cargo.

Dias passaram e o ministro não mostrava muita vontade em facilitar o cumprimento dos desejos do rei.

Tinha êle até certo ponto razão de não se apressar em premiar um membro da alta nobreza, sem ao mesmo tempo conseguir igual mercê régia a outra família nobre, os Gouveias, que andavam desavindos com os Távoras.

Ambas ricas e poderosas, ostentando os seus pergaminhos com a galhardia própria do tempo, embora parentes, e muito chegados, de ha muito se não entendiam, estavam de mal, não se visitavam.

O espirito conciliador do monarca, que, sabendo pouco tempo lhe restar de vida, queria ver os fidalgos reconciliados, e prontamente acedeu aos desejos do ministro, dizendo: «Para os Távoras a vice-realeza da India. Para Gouveia o reconhecimento da sucessão ao ducado de Aveiro. São parentes; devem viver unidos».

Veiu depois a reconciliação entre os Távoras e os Aveiros. Foi Fr. Gaspar da Encarnação que a promoveu, levando o seu submisso sobrinho, o duque de Aveiro, á casa dos marquezes de Távora.

As atenções do frade voltaram depois para D.^a Tereza de Távora. Previdente como era sabia que a *marquesinha*, como êles a chamavam, mais dia menos dia havia de dispôr de grande influencia na Côrte.

Dizia-se muito a segredo que o principe herdeiro estava loucamente apaixonado por essa Távora, irmã do marquês e que era casada com o sobrinho Luís Bernardo de Távora, capitão de albardeiros.

A reconciliação das duas famílias fidalgas foi sincera, cheia de entusiasmo. Festejaram-na. As duas Leonores, (a marquesa de Távora e a duquesa de Aveiro), ambas formosas, ambas orgulhosas da sua nobre linhagem e tão ricas quanto podiam desejá-lo, receberam nêsse dia as mais sinceras provas de quanto eram estimadas e admiradas pelos seus parentes e amigos.

Presenceava essa scena de familia Sebastião José de Carvalho, o antigo ministro de D. João V em Viena da Austria, que chegara pouco tempo antes e viera também felicitar os Távoras.

Via-se nêle o futuro ministro de D. José I, o grande marquês de Pombal, que um dia havia de mandar armar as forças em que cairiam vitimas do orgulho da raça os Távoras e Aveiros.

Teria êle então uns cincoenta anos; era forte, quási hercúleo, um largo peito bombeado parecia querer romper dos bofes de renda de sua casaca; a cabeleira caia-lhe sôbre os ombros e na sua attitude desempenada havia um contraste enorme com a sua maneira cheia de cortezia.

A sua presença naquella casa explicava-se, como já dissemos. Vinha felicitar os marqueses. Fá-lo ia sinceramente? Teria êle já delineado na sua mente o combate de vida e morte contra os representantes da alta nobreza de Portugal?

O vice-reinado da India representava ainda naquelles tempos uma grande mercê, não obstante os nossos dominios orientais estarem tão reduzidos e serem tão pobres que já não ajustava bem o titulo de vice-rei ao cargo.

Não obstante isto os marqueses manifestavam a sua satisfação pela forma como recebiam as felicitações de seus parentes e amigos. Os creados repar-

tiam com os amos da alegria. Discutiam entre si sobre o qual cairia a escolha para os acompanhar á India.

Mas a cidade dos vice-reis ofereceria tantos atractivos a ponto dos marqueses de Távora mostrarem-se tão jubilosos, antes da sua partida para o Oriente, deixando os comodos e o fausto do seu rico palácio?

Já naqueles tempos o palácio do vice-rei da India não teria talvez a ostentação que em outros tempos deveria tê-lo.

A residência official da primeira autoridade já tinha sido transferida para Panelim, contudo a cidade apresentava-se ainda com um aspecto de grandeza de outros tempos. As familias fidalgas domiciliadas tinham ainda aí os seus palácios. Dispunham elas ainda de grandes riquezas, que contribuiam para dar lustre aos seus braços de nobreza. Os conventos e as igrejas ostentavam o seu fausto com certo orgulho. O sino de ouro da Sé fazia-se ouvir de contínuo, annunciando um dia de festa . . .

Mas os marqueses de Távora não encontrariam aqui mais do que tinham porventura em Portugal.

O magestoso palacio do Campo Pequeno, as grandes salas com a rica tapeçaria, essas luzes e lustres que derramavam ondas de claridade; as enormes árvores no grande pateo onde em noites de festas entravam as ricas seges, o sem número de lacaios e creados empoados, que serviam os amos quasi de joelhos, licores e bebidas no meio de tlintar dos cristais, . . . nada disso certamente encontraria na India o marquês de Távora; contudo a mercê foi aceita com grande alegria, e festejaram-na, e a essa festa de despedida assistira quasi toda a nobreza de Lisboa, começando-se uns após outros a serem annunciados

nomes de tutelares, cujos antepassados já teriam porventura estado na Índia, como vice-rei ou governador.

D. Francisco de Assis de Távora, filho de Bernardo Filipe Neri de Távora, 2.º conde de Távora e de sua mulher D. Joana de Lorena, filha de D. Nuno Alvares Pereira de Melo, duque de Cadaval, nasceu a 7 de Outubro de 1703. Casou aos quinze anos com sua prima D. Leonor de Távora, herdeira dos marqueses de Távora e condes de S. João.

D. Francisco de Assis seguiu a carreira militar e era general de cavalaria, tendo sido nomeado vice-rei da Índia em 18 de Fevereiro de 1750. Acompanhado de esposa saiu da barra do Tejo a 28 de Março, chegando a Goa em 22 de Setembro. Cinco dias depois, com todas as formalidades, tomou posse do governo na igreja dos Reis-Magos.

Nos documentos oficiais, enquanto esteve na Índia, usou do seguinte título:

Marquês de Távora, Conde de S. João: do Conselho de Estado de El-Rei meu Senhor, Comendador das comendas de Santa Maria de Castelo-branco, e da de S. Pedro da Aldêa de Joanes, Alcaide-mór de Miranda, e de Marialva, Senhor das Vilas de Mogadouro, Alfandega, Mirandela, Távora, S. João de Pisqueira, Griço, Paradela, Castanheiro, Honra de Galegos, Alijó, Tavajos, Lordelo, Pinaroça, Crato, Vicente de Mouta, e seus termos, V. Rei e Capitão General da Índia.

Fac-simile da assinatura do Marquês de Távora — 45.º Vice-rei — 1750-1754

Quási um ano depois da sua chegada á India recebeu o vice-rei a noticia de ter falecido o rei D. João V, fazendo-se por êste facto solenes exequias em Goa em 19 de Novembro de 1751, tendo lugar a aclamação de D. José em 1 de Dezembro, com grandes festejos, que duraram quatro dias.

Os factos mais importantes do seu govêrno foram a separação do Estado da India a parte da Africa Oriental, e a guerra com o Bounsuló e os maratas. Com essa separação ficou ainda mais reduzida a importancia do govêrno da India e daí em diante ainda com menos razão seria ajustado o titulo de vice-rei a quem viesse governá-la.

Travou também luta com os piratas que infestavam as costas do Malabar e declarou guerra ao rei de Sunda, apoderando-se das fortalezas de Ximpem e Conem. Finalmente invadiu as provincias de Pondá e Zambaulim, mantendo durante o seu govêrno o prestigio das armas portuguezas e continuando a gloriosa época do seu antecessor, o grande marquês de Alorna.

A 18 de Setembro de 1754, entregando o govêrno ao seu sucessor D. Luis Mascarenhas, conde de Alva, embarcou para Portugal, chegando ao Tejo em 19 de Setembro de 1755.

Proximamente quatro anos depois, em 13 de Janeiro de 1759, enquanto exercia o alto cargo de director geral de cavalaria, foi o antigo vice-rei D. Francisco de Assis de Távora, sua mulher e filhos martirizados e imolados pelo crime de alta traição, em virtude da sentença de 12 de Janeiro, proferida na Junta da Inconfidencia, pelo desacato cometido contra a pessoa do rei na noite de 3 de Setembro de 1758, — sentença que a seguir publicamos :

«Accordam os do conselho, e desembargo de El-Rei nosso Senhor, etc. Vistos estes autos, que na fôrma da lei, e decretos de Sua Magestade se fizeram summarios aos réos José Mascarenhas, que foi Duque de Aveiro ; D. Leonor de Távora, que foi Marqueza deste titulo ; Francisco de Assis de Távora que foi Marquez do mesmo titulo ; Luiz Bernardo de Távora, que foi Marquez do dito titulo ; D. Jeronimo de Athaide, que foi Conde de Atouguia ; José Maria de Távora, Ajudante que foi das ordens do Marquez seu pai ; Braz José Romeiro, Cabo de esquadra da companhia do réo Luiz Bernardo de Távora ; Antonio Alvares Ferreira, José Policarpio de Azevedo ; Manoel Alvares Ferreira, Guarda-roupa do réo José Mascarenhas ; e João Miguel, moço de acompanhar do mesmo réo José Mascarenhas ; e mais depoimentos, e papeis juntos, allegações, artigos, e defezas pelos mesmos réos offerecidas, etc.etc. etc.

O que tudo visto, e o mais dos autos com a resolução, que o dito Senhor foi servido tomar em consulta desta junta, ampliando a jurisdição e alçada della, para que possa estender as penas merecidas por estes infames e sacrilegos réos, em forma que possam ter a possível proporção, com as suas execrandas e escandalosissimas culpas

Condemnam ao réo José Mascarenhas, que já se acha desnaturalizado, exautorado das honras, e pre-

vilegios de portuguez, de vassallo, e criado; degradado da ordem de Santiago, de que foi Commendador; e relaxado a esta junta e justiça secular; que nella se administra, a que como hum dos tres cabeças, ou chefes principaes desta infame conjuração, e do abominavel insulto, que della se seguiu, seja levado com baraço e pregão á praça do cáes do logar de Belem, e que nella em hum cadafalso alto, que será levantado de sorte, que o seu castigo seja visto de todo o povo, a quem tanto tem offendido, o escandalo do seu horrorosissimo dilicto; depois de ser rompido vivo, quebrando-se-lhe as oito canas das pernas e dos braços, seja exposto em uma roda, para satisfação dos presentes e futuros vassallos deste reino: e a que depois de feita esta execução seja queimado vivo o mesmo réo com o dito cadafalso, em que fôr justicado, até que tudo pelo fogo seja reduzido a cinzas e a pó, que serão lançados ao mar para que delle e da sua memoria não haja mais noticia. E posto que como réo dos abominaveis crimes de rebellião, sedição, alta traição, e parricidio, se acha já condemnado pelo tribunal das ordens em confiscação e perdimento de todos os seus bens - para o fisco e camara real, como se tem praticado nos casos, em que se commetteu crime de lesa magestade de primeira cabeça: com tudo, attendendo a ser este caso tão inopinado, tão insólito, e tão extranhamente horroroso, e incogitado pelas leis, que nem ellas deram para elle providencia, nem nelle se pôde achar castigo, que tenha porporção com a sua desmedida torpeza; pelo que com este motivo se supplicou ao dito Senhor em consulta desta junta, com cujo parecer foi Sua Magestade servido conformar-se, ampla jurisdicção de estabelecer todas as penas, que se vencessem pela pluralidade dos votos, além das que pelas leis e disposições de direito estão determinadas: e considerando-se, que a mais conforme a direito he

a de escurecer, e desterrar por todos os modos da lembrança o nome, e a recordação de tão enormes delinquentes: condemnam outro sim ao mesmo réo não só nas penas de direito commum, para serem derribadas e picadas todas as suas armas e escudos em quaesquer logares em que se acharem postos; e as casas e edificios materiaes da sua habitação demolidos, e arrazados de sorte que delles não fique signal, sendo reduzidos a campos, e salgados; mas que tambem todas as casas formaes, ou vinculos por elle administrados, naquellas partes em que houverem sido constituídos em bens da corôa, ou que houverem sahido della por qualquer modo, maneira, ou titulo que fosse, como por exemplo o foram os bens declarados nas doações da casa de Aveiro, e os mais semelhantes, sejam confiscados e perdidos desde logo com effectiva reversão, e incorporação na mesma corôa donde sahiram, sem embargo da ordenação *do liv. 5. tit. 6. § 15.*, e de quaesquer outras disposições de direito, e clausulas das instituições e doações, por mais exuberantes e irritantes que sejam: consultando-se ao dito Senhor esta decisão com a súplica de mandar cassar, averbar, e trancar na Torre do Tombo, e nas mais partes onde pertencer os sobre-ditos titulos, para que como cassados, e annullados se não possam mais extrahir copias delles nem serem admittidas em juizo, ou fora delle, as que já se acharem extrahidas em mãos particulares; as quaes não terão fé ou credito algum, para se poderem allegar, produzir, ou attender em algum auditorio, ou juizo; mas antes logo que forem apparecendo, serão sequestradas, e remettidas ao Procurador da Corôa, para serem laceradas e rotas como nullas; para, como taes não poderem em caso algum produzir effeito, ou prestar impedimento. O mesmo mandam que se observe pelo que pertence aos prazos de qualquer natureza que sejam, como a providencia esta-

belecida sobre a venda delles em beneficio dos direitos senhoriaes pela ordenação *do liv. 5. tit. 1. §. 1.* Pelo que pertence porém aos outros morgados constituídos com bens patrimoniaes dos instituidores, que os fundaram; declaram que se deve observar, em beneficio dos que nelles houverem de succeder, o que se acha determinado pela ordenação *do liv. 5. tit. 6. §. 15.*

Nas mesmas penas condemnam ao réo Francisco de Assis da Tavora, tambem cabeça da mesma conjuração, persuadido pela ré sua mulher, e igualmente desnaturalisado, exautorado, e relaxado pelo tribunal das ordens a esta junta, e justiça secular, que nella se administra. E ponderando-se com a seriedade e circumspecção que eram indispensaveis neste caso, que não só o dito réo, e a ré sua mulher, se fizeram cabeças pessoas desta nefanda conjuração, traição e parricidio; mas que tambem fizeram estes enormissimos delictos communs a sua familia, conseguindo associar nelles a maior parte da mesma familia, e jactando-se com fatua e petulante vaidade, de que a união della lhe bastaria para se manterem naquellas horrorosissimas atrocidades: mandam, que nenhuma pessoa de qualquer estado, ou condição que seja, possa da publicação desta em diante usar do appellido de *Tavora*; sob pena de perdimento de todos os seus bens para o fisco e camara real; e desnaturalisação destes reinos, e senhoriaes de Portugal, e perdimento de todos os privilegios, que lhe pertencerem como naturaes delles.

Aos dous ferozes mostros Antonio Alvares Ferreira, e José Policarpio de Azevedo, que dispararam os sacrilegos tiros, de que a Suprema Magestade de El-Rei nosso Senhor recebeu a offensa; condemnam a que com baraço e pregão sejam levados á mesma praça; e que sendo nella levantados em dous postes altos, se lhes ponha fogo, que vivos os consuma, até

se reduzirem seus corpos a cinza, e á pó, que serão lançadas no mar na sobredita fórma: e isto além da confiscação de todos os seus bens para o fisco e camara real, demolição e arrazamento das casas em que moravam sendo proprias, em cujo caso serão também salgadas. E porque o réo José Policarpio se acha ausente, o hão por banido: e mandam ás justiças de Sua Magestade, que appellidem contra elle toda a terra para ser preso, ou para que cada hum o possa matar, não sendo seu inimigo: e no caso em que seja apresentado preso nos domínios deste reino ao Desembargador do paço Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, juiz da inconfidencia, mandará gratificar á vista a pessoa ou pessoas que o apresentarem, com o premio de dez mil cruzados, ou de vinte mil cruzados sendo apprehendido em paiz estrangeiro, além das despezas que na jornada se fizerem.

Aos réos Luiz Bernardo de Tavora, D. Jeronimo de Athaide, José Maria de Tavora, Braz José Romeiro, João Miguel, e Manuel Alvares; condemnam, a que com braço e pregão, sejam levados ao cadafalso, que fór erigido para estas execuções; no qual, depois de haverem sido estrangulados, e de se lhes haverem successivamente rompido as canas dos braços e das pernas, serão também rodados, e os seus corpos feitos por fogo em pó, e lançados no mar, na sobredita forma. E os condemnam outro sim em confiscação, e perdimento de todos os seus bens para o fisco e camara real; e ainda os que forem de vinculos, constituídos com bens da corôa, na fórma acima declarada, ou ainda de prazos; além da infamia, em que hão por incursos seus filhos e netos, e de lhes serem demolidas, arrazadas, e salgadas as casas das suas habitações, sendo proprias; e de se derrubarem, e picarem todas as armas, e escudos daquelles, que as houverem tido até agora.

E a ré D. Leonor de Tavora, mulher do réo Francisco de Assis de Tavora, por algumas justas considerações (relevando-a das maiores penas que por sua culpa merecia) a condemnám sómente a que com baraço e pregão seja levada ao mesmo cadafalso, e que nelle morra morte natural para sempre, sendo-lhe separada a cabeça do corpo ; o qual depois será feito pelo fogo em pó, e lançado no mar também na sobredita forma ; condemnám outro sim a mesma ré em confiscação de todos os seus bens para o fisco e camara real, comprehendendo-se nesta confiscação os de vinculos, que forem constituidos de bens da corôa, e os prazos, com todas as mais penas que ficam estabelecidas para a extincção da memoria dos réos José Mascarenhas, e Francisco de Assis de Tavora.

Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em junta de 12 de Janeiro de 1759.— Com as rubricas dos tres Secretarios d'Estado, que presidiram, e de mais seis Desembargadores do Paço».

Após a morte de D. João V e a subida ao trono de D. José I deram-se tais acontecimentos em Portugal, que elevaram muito os créditos de Sebastião José de Carvalho, que, embora guiado pela sua vontade firme e pulso rijo, pouco ou nada conseguiu enquanto êsse monarca não subira ao trono.

Teve êle então a sua ascensão vertiginosa, primeiro apoiado aos braços dos padres Carbone e Ritter. A sua marcha para o poder, o caminho por entre precipícios, e a raiva da nobreza contra a sua pessoa,

tinham dada fôrça e ânimo para que o marquês de Pombal esquecesse a maneira como havia sido recebido pelos Távoras nos seus salões, assistindo aos seus serenins, e a forma amiga como êles o trataram.

O terremoto viera mostrar as suas excepcionais qualidades, onde a fôrça de vontade imperava, fazendo dêle um grande ministro; e, agora, aqueles tiros disparados tanto a tempo contra o rei, quando ia em visita amorosa junto de D. Teresa de Távora, lhe vieram dar ensejo para vibrar o golpe de morte na orgulhosa fidalguia.

Tinha os trunfos na mão e teria de os jogar com arrôjo. Todos os fidalgos, supostos coniventes do crime, foram presos. Estava convicto de que os Távoras queriam vingar-se do rei pelos amores com D. Tereza de Távora, primeira comborça na família, como êles a consideravam. Morreram todos ás mãos dos algozes.

Esmagando os mais não poderia fazer o mesmo como essa carne amada pelo soberano, mas tinha de afastá-la para sempre das reais carícias, e fê-lo, mandando para o Mosteiro de Santos a D. Tereza.

A velha marquesa, vice-rainha da Índia, foi para o mosteiro das religiosas descalças de Santo Agostinho, para ali esperar a hora do seu martirio.

A duquesa de Aveiro, a condessa de Atouguia e a marquesa de Alorna foram para outros conventos.

Em casa do marquês de Távora, embora soubesse de que se tramava, confiava-se muito no rei.

«Não se ataca sem motivos, não se condena sem provas», diziam confiantes em D. José, o primeiro fidalgo de Portugal; comtudo o ataque veio e as provas aí estavam para os lançar no mar encapeado de todas as desditas.

Terrível dia foi êsse de 13 de Janeiro de 1759. Lusía já a madrugada em tons tristes, azulados,

como dedadas violentas. No ceu nuvens roxas galopavam.

A marquesa foi a primeira vitima imolada. Mesmo naquele momento derradeiro, em que se despedia de seu marido e de seus filhos Luís e José Maria, não sentiu desfalecer-se.

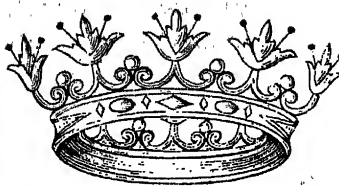
A beira do ouvirem-se os tambores nua nistra, a marvora, linda, lembrar aque que, quando bios, tinha a rosas desabroalta e forte, cava-se uma natural. A In conhecido.

Mantendo momento a viu a morterença e nem dos lindos vedados pe

denunciou-a até o último momento.

Seguiram-na os outros. Seus filhos, depois seu esposo, seu genro, primos, e, por fim, o duque de Aveiro.

Não demoremos mais nessa triste página da história.



BRAZÃO DOS TAVORAS

cadafalso, ao rufos dos ma soada si-quesa de Tá-fazia ainda la mulher, abria os lagracilidade de chando. Era no andar marmagestade dia tinha-a

até o último composta, com indife-uma lágrima olhos azuis, los algozes,

Governava a India Manuel de Saldanha de Albuquerque, conde da Ega.

Em 24 de Setembro de 1759 entrava a barra de Goa a nau S. José, de que era capitão José Forte, trazendo ordem de Portugal para não comunicar com pessoa alguma dêste Estado, sem primeiro mandar a correspondência ao vice-rei.

O conde da Ega passou a noute a lêr os officios e consultas, e no dia seguinte tiraram-se do palácio de Panelim os retratos do vice-rei marquês de Távora e de sua esposa.

No dia 26 a cidade de Goa foi posta em sitio, sendo na madrugada cercados de tropas a casa professa de Bom Jesus e os conventos pertencentes aos jesuitas, que foram presos e encarcerados, os quais, em número de 127, embarcaram para Portugal, onde chegaram a 20 de Maio de 1761.

É por êsse motivo que na galeria dos retratos dos vice-reis e governadores, existente no palácio do Govêrno da India, não se encontra o retrato do marquês de Távora.

Analisando bem os factos, fica-se na persuasão de que os Tavoras morreram inocentes, e houve tentativas para os reabilitar, o que se ha de vêr do artigo que vai a seguir.

José F. Ferreira Martins.

Reabilitação dos Tavoras

O Sr. Roque da Silva, natural da vila de Margão, secretário do Consulado Português em Lausanne (Suíça), e moço muito estudioso, já conhecido dos leitores desta Revista ⁽¹⁾, favoreceu-nos com a cópia dum MS. que achou na Biblioteca daquela cidade e que se diz fiel traslado da sentença proferida em Lisboa a 23 de Maio de 1781. no reinado de D. Maria I, reabilitando a memória dos Tavoras, condenados pelo célebre atentado contra a vida de el-rei D. José I e justicados em 13 de Janeiro de 1759.

O MS. — escreve o sr. Silva — é um volume brochado com capa azul, na qual se lê: — *Alvará de revista concedido a favor dos fidalgos/ executados em Belém/. N.º 177.* — A fôlha do rosto diz: — *Alvará / de Revista concedida pela Rainha Nos / sa Senhora sobre a sentença dos / Fidalgos, e Sentença em favor, e / abono dos Tavoras, copiadas / fielmente do seu Original palavra por / palavra — Ano de / 1795.* — É escrito com caligrafia uniforme; não tem assinatura. Mede 0^m,29 0^m,21 e contém 83

⁽¹⁾ Foi quem nos favoreceu com a cópia do MS., que achou na biblioteca do Sr. Visconde de Faria, intitulado *Compendio Vniuersal de todos os vice-reys etc.*, do padre Manuel Xavier. S. J., o qual foi publicado nesta revista. vols. de XIII e XIV (1916-917) e depois em separata. Veja-se XIII, 240.

fólbis, escritas no recto e verso, excepto a última, ou sejam 165 páginas.

Reconhecidos mais uma vez á cativante gentileza do sr. Silva, vamos dar hoje publicidade a êsse importantíssimo documento de que mesmo na metrópole muito raros exemplares se poderá encontrar, prologando, em breves linhas e tanto quanto absolutamente indispensável para ilucidação, a sua origem e destino que bem extensamente descrevem alguns escritores autorizados (1).

Todos os que têm lido a história pátria, sabem do atentado da fatal noite de 3 de Setembro de 1758, que terminou com a severíssima sentença de 12 de Janeiro de 1759, homologada com singulares provas de aplauso por D. José I e com as horrorosas execuções que no dia immediato se efectuaram na praça de Belém. Muito conhecido é o trágico fim dos fidalgos Tavoras, para os quais tão longe foi a punição a ponto de se mandar que, de futuro, ninguém pudesse usar dêsse apelido, sob pena de desnaturalização e confisco. O castigo chegou ainda até Goa, onde foi suprimido (e nunca foi repostos) na galeria dos vice-reis e governadores, o retrato do Marquês de Tavora, Francisco de Assis de Tavora, que havia sido vice-rei de 1750 a 1754.

*

*

*

Passaram-se, porém, anos. Com o falecimento de D. José, sucedeu-lhe sua filha, com o título de D. Maria I,

(1) Vide principalmente: S. J. da Luz Soriano, *História do reinado de el-rei D. José*, I, 358 a 266; — e II, 264 a 282, — e *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar*, I, 289 a 304, — F. L. Gomes, *Le Marquis de Pombal*, 344 a 345, — e *História de Portugal*, ed. da Empresa Lit. da Lisboa, vol. VI por Pinheiro Chagas, 31 a 33.

e no período da sua soberania notável, notório reviramento de opiniões se manifestou a respeito dos actos do último reinado; intensa e enérgica foi a reacção política, principalmente com a queda do Marquês de Pombal. Foi nestas circunstâncias propícias aos desejos dos parentes dos regicidas para se reconhecer a inocência dos condenados e se reabilitar a sua memória, que o 2.º Marquês de Alorna (D. João de Almeida Portugal), que se podia reputar chefe do partido reaccionário, solicitou e instou, como procurador da memória e fama póstumas de seus sogros e cunhados — os Tavoras e o Conde de Athouguia — pela revisão da sentença condenativa de 1759, — revisão que a rainha deferiu por Decreto de 10 de Outubro de 1780, não obstante autorizados votos em contrário.

Cometeu-se a revista a 14 escolhidos magistrados, designando-se para o local do seu funcionamento a secretaria de estado do reino, devendo presidir às sessões ou todos os secretários de estado, ou os que se achassem desimpedidos, juntando-se aos autos o assento dos ditos ministros informantes, como era de praxe em semelhantes processos.

Por várias circunstâncias demorou-se bastante o julgamento que todos aguardavam com anciedade, mas um dia a rainha, aborrecida com tantas delongas, determinou que a elle se procedesse imediatamente. Convocou no dia 3 de Abril de 1781 os juizes nomeados e exigiu-lhes perentóriamente que não saíssem do paço sem o ultimarem. Era já noite, mas cumpriu-se incontinenti o régio mandado, e ás 4 horas da manhã o tribunal lavrou dilatada sentença, declarando sómente culpados no regicidio o duque de Aveiro com os plebeus que o tinham acompanhado, — e inocentes os marquêses de Tavora, Francisco de Assis e D. Leonor de Tavora, a seus filhos Luís Bernardo de Tavora e José Maria de Tavora, e a seu genro, D. Jerónimo de Ataíde, conde de Athouguia, sendo absolvida a sua memória e restituídas todas as

respectivas famílias ás honras e ao uso do apelido de Tavora.

*
* *
*

Essa sentença foi definitivamente datada de 23 de Maio de 1781; mas nunca teve execução, tendo sido efêmero o júbilo com que havia sido recebida pelos inimigos do Marquês de Pombal, principalmente porque a rainha, ao saber do veredito do tribunal, perguntára ao relator que pena se arbitrara ao barbaro e injusto opressor de tantos desafortunados, ao que um desembargador respondeu que a tal respeito nada se havia estatuido, ficando isso sujeito a uma deliberação particular. Não teve — repetimos — execução. Porque?

«Aqueles que eram implicitamente condenados na sentença reabilitadora dos réus — escreve Pinheiro Chagas — começaram a minar surdamente contra a sua publicação; os que não tinham sido reabilitados auxiliaram-nos nesse trabalho. Uns achavam-na amplissima, outros incompleta e uns e outros tinham razão, porque a sentença era principalmente absurda. Condenava, primeiro, a condenatória, e tinha razão porque estava cheia de nulidades insanáveis, porque nela se tinha postergado todas as fórmulas que garantem o direito e asseguram a justiça; mas essas fórmulas tinham sido postergadas com relação a todos. Como podia pois a sentença revisora dividir os reus em categorias, e achar detestável a mesma sentença no ponto em que condenava o duque de Aveiro? Era perfeitamente ilógico e absurdo, e os principios salutaes que a sentença revisora estabelecia perdiam todo o seu valor e toda a sua autoridade quando se via que só os applicavam a capricho da vontade do soberano. Se era portanto perfeitamente absurdo

declarar iníquo um julgamento, por nêle se terem despresado todas as garantias de justiça, e confirmá-lo contudo na parte que dizia respeito a alguns dos réus, anulando-o na que respeitava a outros mais favorecidos, não o era menos declarar inocentes os Tavoras, contra os quais havia as mais fortes presunções, embora não houvesse provas, e não proclamar inocentes os jesuitas, que o eram com toda a evidência» (1).

Aqui é que batia o ponto. Surgiu naturalmente a questão da igualdade do tratamento da justiça. Reabilitados os Tavoras, claro era que, por identidade de razões, o deviam ser também os jesuitas que na sentença condenatória se haviam dado como tendo aconselhado a marquesa de Tavora a entrar na conspiração de 1758 e cujo exterminio tinha sido mais particularmente fundado na referida sentença. Ir-se-ia assim para muito longe e houve quem usando da autoridade moral que sobre a rainha exercia, lhe fizesse sentir os inconvenientes do que se tinha feito e os que acarretaria a confirmação da sentença.

Mas o *coup-de-grâce* foi vibrado pelo desembargador procurador geral da corôa João Pereira de Ramos Azevedo Coutinho. Este magistrado, um dos mais notáveis juristas da época, opôs, com raro desassombro, embargos á sentença, de três espécies: uns de obreção e subreção, — outros *ex defectu integritatis processus*, — e os terceiros impugnando os fundamentos da sentença, tudo com o fim de ser esta reformada. Tais embargos ficaram sempre pendentes e a sentença revisória nunca foi homologada, apesar dos esforços que envidou o marquês de Alorna, e teve — como diz Pinheiro Chagas — «a eterna solução de todas as questões portuguesas: pôs-se-lhe pedra em cima» (2).

(1) Cit. *História de Portugal*, 32.

(2) *Ib.* 33.

*

*

*

«Se hoje é conhecido do público — escreve Luz Soriano — o conteúdo da referida sentença deve-se a ter o ministro do reino Marquês de Ponte de Lima ordenado ao escrivão do processo revisório, em aviso de 15 de Julho de 1791, que dela passasse uma certidão ao irmão do executado Conde de Athouguia, D. Luís de Ataíde, que a tinha solicitado» (1).

«Muitas diligências — diz ainda Luz Soriano — fez D. Luís de Ataíde para publicar pela imprensa a sentença revisória de 1781, mas nunca o pôde conseguir. Esta mesma pretensão a renovou perante o governo do general Junot, quando foi a primeira invasão dos franceses em 1807; mas, apesar do seu entusiasmo pelo partido dos invasores, cuja causa abraçou, tal dificuldade teve para obter a licença que pedia, que só efectuou a publicação na véspera da batalha de Vimeiro, em 21 de Agosto de 1808, anunciando-se á venda a dita sentença, que no seguinte dia se sustou, tornando-se esta obra bastante rara, por ser a dita batalha contrária aos franceses, a cujo governo pôs termo» (2).

Vê-se mencionada esta publicação por I. F. da Silva sob o título — *Sentença de revista e graça, concedida ás casas de Tavora e Atouguia, pela qual foram declarados inocentes os Marqueses de Tavora, Conde d'Atouguia e outros, do crime que se lhes imputára e pelo qual padeceram como réus de lesa-magestade contra a pessoa d'el-rei D. José*. Em português e francês. Impressa em Lisboa na Imprensa Imperial e Real, 1808. Vol. de 71 pags. (3).

(1) Cit. *Historia da guerra civil*, 303.

(2) *Ib.*, 304, v..

(3) *Diccionario bibliográfico port.*, VII, 238.

Da citada certidão se tirou uma pública forma, em 16 de Setembro de 1791, que foi autenticada pelo tabelião de Lisboa, Joaquim José de Brito, e vista, examinada e conferida por outro tabelião da mesma cidade, Joaquim Manuel Gomes de Carvalho. Dessa certidão é cópia o MS. que sai hoje a lume.

Novembro de 1918.

J. A. ISMAEL GRACIAS.

**Alvará de revista
concedido a favor dos fidalgos
executados em Belem**

N.º 177

**Alvará de revista concedido pela rainha nossa
senhora sobre a sentença dos fidalgos, e sentença em favor
e abono dos Tavoras, copiadas fielmente do seu original
palavra por palavra**

Ano de 1795

Alvará

Eu a Rainha, faço saber que, representando-me o Marquez de Alorna, como procurador da memoria e fama postuma de seus sobrinhos e cunhados ⁽¹⁾ e pelo interesse que nela tem sua mulher e filhos, que na sentença proferida na junta da inconfidencia em 12 de janeiro de 1759, sobre o horroroso crime de lesa magestade e alta traição, cometido na infausta noite de 3 de setembro de 1758, contra a sagrada e amabilissima pessoa de seu augusto pae o senhor rei Dom José primeiro, houveram não só nulidades mas tambem injustiça notoria por se espendarem na mesma sentença, factos, fundamentos e provas que não existiam no processo, supplicando-me fosse servida conceder revista da graça especialissima da dita sentença, fui servida depois de maduros exames e averiguações, mandar pôr este negocio em uma junta de ministros do meu conselho e desembargo, zelosos do serviço de Deus e meu, e sendo nela examinado o processo, uniformemente assentaram que as circumstancias deste extraordinario caso fariam justa a concessão da dita revista, dispensando em quaesquer leis, que pudessem obstar, e no

(1) Aliás sogros e cunhados.

alvará de lei de 17 de janeiro de 1759 em quanto confirmou a dita sentença. E tendo atenção ao que me foi proposto pela sobredita junta em serviço de Deus e meu, que a verdade se faça patente, para que mais se não duvide ou da justiça com que se houver sempre procedido, ou de inocencia de todos aqueles que fossem condenados não justamente sou servida conceder revista de graça especialissima da dita sentença, não obstante o lapso de tempo e todas quaesquer leis que forem em contrario as quaes e o referido alvará de lei de 17 de janeiro de 1759 hei por bem derogados que este feito somente como se de cada uma delas, fizessê especial menção, sem embargo da ordenação em contrario. E sou outrosim servida nomear para juizes da mesma revista aos desembargadores, João Ricalde, que servirá de relator, e Bens. Giraldes, Manuel José da Gama, Jeronimo de Lemos, Francisco Antonio Giraldes, Francisco Feliciano Velho, José Joaquim Emaus, Ignacio Xavier de Sousa Pissarro, José Pinto de Moraes Bacelar, José Roberto Vidal, Domingos Antonio de Araujo, João Xavier Teles de Sousa, Tomas Antonio Carvalho, Constantino Alvares do Vale. E para escrivão Henrique José de Mendonha, Benevides Cirne, e assistirá o procurador da minha Corôa, em razão do seu officio, fazendo-se as sessões que forem necessarias na secretaria do Estado dos Negocios do Reino, presidindo nelas, ou todos os meus tres ministros e secretarios de Estado, ou aqueles que se acharem desempedidos, e se ajuntará aos autos o assento dos ditos ministros informantes, e como se pratica ordinariamente nos processos de revista. Pelo que mando ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, meu Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Reino e do meu conselho faça executar esta alvará, como nele se contem, o qual não passará pela chanceleria, posto que o seu efeito haja de durar mais de um ano, não obstante a ordenação que o contrario determina. Palacio de Lisboa 9 de outubro de 1780.

RAINHA.

Sentença

O desembargador Henrique José de Mendaña Benevides Cirne, Cavaleiro professo na Ordem do Cristo e deputado da Mera da Consciencia e Ordenações aos senhores que a presente certidão virem faço certo, que por alvará de 9 de outubro de 1780 em que S. Magestade se dignou conceder ao Marquez de Alorna, como procurador da memória e fama postuma de seus sobrinhos e cunhados pelo interesse que nela tem sua mulher e filhos a graciosa revista do processo da inconfidencia, em quantos os mesmos tinham sido condenados, dignou-se também de me nomear por escrivão da mesma revista e que nesta conformidade me foi dirigida e entregue a real ordem da mesma senhora do teor e contexto seguinte.

A rainha minha senhora, tendo consideração ao que lhe representou D. Luis de Ataíde e alguns justos motivos que lhe foram presentes, ha por bem que V. Mce. passe ao mesmo D. Luis de Ataíde uma certidão autentica estrai-da do processo revisorio da sentença proferida pelo juizo da inconfidencia de cujo processo V. Mce. por sua real ordem é escrivão, pela qual certidão conste do teor da sentença que se proferiu pelos juizes nomeados pela mesma senhora e em que foram julgados inocentes alguns dos réos contemplados na referida sentença do dito juizo da inconfidencia declarando na mencionada certidão que a sobredita sentença proferida pelo dito juizo revisorio, não tem sortido efeito, por se achar pendente do conhecimento e discussão dos embargos com o que a ela se opoz o desembargador procurador da Coroa, que ainda se hão de decidir. E copiando na mesma certidão esta real ordem para constar, que S. Magestade assim ordenou. Deus guarde a V. Mce. Paço de Queluz, em 15 de julho de 1797. Marquez mordomo mor, Henrique José de Mendaña Benevides Cirne. A qual a que fiz escrever e copiar bem verdadeiramente como se me determinava, juntando o original e os autos para me poder a ela com efeito reportar, e por a sua devida execução ha de passar certidão autentica a D. Luis de Ataíde do téor da sentença proferida do juizo revisorio de que sou escrivão e o executado igualmente como se me ordena e é também na verdade o seguinte :

Sentença

Acordão os do conselho e desembargo da rainha nossa senhora que visto o alvará da dita senhora de que se manifesta que representando-lhe o Marquês de Alorna, como procurador da fama e memoria de seus sogros, os Marquizes de Tavora de seus cunhados do mesmo título e sua mulher de Tavora e do Conde de Autouguia. Que supposto reconhecia, terem sido frequentes os exemplos das revistas em casos crimes, e ainda de muito menos nos que se haviam processado, sobre o sempre detestado delicto da inconfidência estava tão publicamente conhecida a inocencia dos ditos seus sogros e cunhados, o conde de Autouguia : tão patente e nótoria a injustiça da sentença de 12 de janeiro de 1759, que os condenou ao ultimo e cruel suplicio, como cúmplices no atrocissimo atentado, cometido em a noite do dia 3 de setembro de 1758, contra a sagrada e real pessoa do augustissimo senhor rei D. José primeiro, que era este um caso tão sem exemplo de outro semelhante e tão fóra das regras, que pelo seu notorio e pungentissimo escandalo, não havia consentir a clementissima justiça da mesma senhora, que padecer assim por mais tempo nas familias daqueles infelises, as nodoas negras de um crime, que tanto os agrava. Suplicando a dita senhora que por efeito das suas regias e adoraveis virtudes, fosse servida mandar fazer os mais serios e exactos exames da devassa, a que se procedeu por aquele sacrilego insulto, e no caso de constar por eles, que não fóra castigada a culpa, mas a inocencia dos referidos seus sogros e cunhados, lhe deferisse com a providencia mais conforme ás suas reaes e justissimas intenções. E mandando a mesma senhora não só proceder e aos referidos exames em sacritissimos juntos compostos de ministros da sua escolha, mas ouvir e consultar, a quem mais lhe parecer, sobre o ponto de muita gravidade. Informada que o caso que fazia o objecto do recurso, pelas suas relevantissimas circumstancias era absolutamente extraordinario, que se não devia regular por exemplos, por não have-los de outro identico, que estava fóra anteriormente das regras e formalidades dos direitos positivos e patrios : porque os luminosissimos decretos do dito senhor rei D. José haviam tirado delas e do insulto, para ser julgado sómente pela verdade dos factos e das provas requeridas segundo os

direitos natural e divino, que devendo nestes precisos e impreteríveis termos unicamente examinar-se, se foram observadas ou ofendidas as regras daqueles sagrados e superiores direitos daquelas leis naturaes, que divinamente escritas no coração do homem não consentem, que se castigue o inocente, daqueles primeiros princípios da razão, que para se conhecerem basta, que se consulte o interior da consciencia, onde foram impressas por Deus como autor deles. Daquelas leis divinas, que até negam no todo poderoso o poder de castigar a inocencia, por não poder deixar de ser justo. Do direito das gentes, que é o mesmo que o natural aplicado ao uso das nações, unidas em sociedade, que detesta aggressão da inocencia, das regras mais solidas dos direitos civis de todas as nações cultas, que fundadas naqueles supremos e imutaveis direitos, reputaram tão sagrados e invulneraveis os da inocencia, que sofre antes a sentença que absolve culpados, do que o que castiga inocentes. Todas referidas regras e princípios luminosissimos mandados inviolavelmente observar pelos sobreditos direitos se acham (no parecer deles) lezados com tal enormidade que reclamaram a inocencia daqueles condenados. Os infames efeitos, que tinham resultado às suas familias da referida sentença e a restituição da sua fama e da sua honra, a que tinham o mais indubitavel direito, que não podendo haver injustiça mais notoria, nem mais intoleravel nulidade do que os que resultaram da inobservancia de todos os referidos direitos. Não havia a mesma senhora deixar de ouvir um recurso, que fundado neles tinha por objecto a qualificação da inocencia, sem que ela pudesse prestar algum impedimento o alvará de 17 de Janeiro de 1759, pelo qual o dito senhor rei D. José confirmou a referida sentença quanto aos efeitos que nele se declaram: por que se fosse presente ao mesmo senhor que se haviam violado aqueles sagrados e superiores direitos, que os seus mesmos regios decretos tinham feito de indefectivel observancia, assim como nunca poderia dizer-se sem sacrilega offensa das suas altissimas virtudes, que ele confirmaria a dita sobredita sentença, tambem a dita senhora sendo agora informada daquelas intoleraveis lições dos infames e danosos efeitos que delas tem resultado, occultos ao seu pae augustissimo havia (no modo passivel) dar sobre eles, a minha regia providencia que indubitavelmente daria o dito senhor se lhe fossem presentes. Que em consequencia de tudo o ex-

pendido seria muito proprio e muito conforme às rectissimas e clementissimas intenções da dita senhora que fosse servida mandar proceder a novo exame sobre o merecimento da sobredita sentença por competente numero de juizes de sua immediata eleição, na parte sòmente em que condenou, como cúmplices do referido atentado os comprehendidos no recurso, dispensando quanto aos mesmos, em todo o impedimento que pudesse fazer aquella regia confirmação. Por estes fundamentos com que se confirmou o illuminadissimo discernimento da mesma senhora, foi servida mandar expedir o dito alvará, em que ordena, que pelos juizes, que liouve por bem nomear, se veja outra vez a mesma devassa, naquele mesmo estilo, em que foi sentenciada, e o final pelo que respeita sòmente aos referidos cúmplices, se determine, segundo o seu merecimento como for justiça, sem que ao novo exame obste o dito alvará de 17 de janeiro de 1759, presidindo aos juizes nomeados, em todas as sessões, os seus tres ministros e secretarios de Estado.

E vistos os autos da dita devassa e seus apensos, na forma ordenada, sem outro soccorro, que não seja o que pode dar uma exacta e escrupulosa indagação da verdade, com que se concluiu das indispensaveis combinações sobre as provas dos autos, e das que foram a base da sobredita sentença. Principiando pelos illuminadissimos decretos do augustissimo senhor rei D. José primeiro que descance em gloria, em que deu a forma por que ordenou se processasse e julgasse o sacrilego insulto, cometido contra a mesma real pessoa.

Mostrar-se, que havendo determinado o dito senhor pelos seus reaes decretos de 9 de dezembro de 1758 e de 4 de janeiro de 1759 no primeiro que em todas as perguntas que se fizeram aos réos daquelle sempre perfido e abominavel insulto, despachos interlocutorios e definitivos, com os outros meios necessarios para o castigo deles: assistissem e votassem sempre como juizes adjuntos ao da inconfidencia os que o mesmo senhor nomeasse. E no segundo que os réos do referido sempre detestavel atentado fossem julgados em processos verbaes e pela verda-

de provada, segundo as regras do direito natural e divino. Que alegassem todas as defezas que tivessem no mesmo identico processo, por um só procurador, a quem era servido recomendar, que sem excusa ou replica, deduzisse a favor de todos e cada um deles, tudo quanto de facto e de direito achasse que podia conduzir para os defender, de sorte que nem padecesse a inocencia, nem ainda a mesma culpa fosse castigada além da proporção que com ela deve ter, sempre a pena, para que a justiça e a misericordia se conservem naquele justo equilibrio, que foi sempre imperterivel objecto das reaes disposições do dito senhor, e que não era da sua real intuição se excedesse, nem ainda com os pungentes estímulos de uma tão inaudita atrocidade.

Constituindo estes iluminadissimos decretos, que fazem e farão em todas as idades o verdadeiro character de um rei justo e pio o ponto fixo e invariavel, a que haviam dirigir se, e por que deviam regular-se o procedimento a defeza e o castigo dos réos. Eles com todas as suas patentes foram sacrilegamente violados e preteridos na devassa. Pois que pelo respectivo ao primeiro decreto, não podendo dar-se um só passo na devassa sem haver juizes nomeados, que os dirigissem e formalisassem pelos seus despachos, segundo o que se ordenava no meu decreto, que sem mostrar-se revogado, não podia preterir-se. Devendo primeiro que tudo requerer-se a nomeação de juizes, submeteu e demorou o recurso, e no mesmo tempo se aceitaram denuncias, se decretaram prisões, se procedeu a perguntas, se torturaram os presos, e as testemunhas só pelo juiz da Inconfidencia e o escrivão, tudo com a desordenada e tirana violencia que se irão demonstrando nesta sentença. De tal forma quando appareceu o decreto da nomeação dos juizes, que tem a referida data de 4 de janeiro já estava violado o primeiro quanto aqueles anteriores procedimentos, e ainda depois dele, continuou a mesma desordem: por que as perguntas e tormentos que lhe fizeram, o decretaram depois do dito dia 4 até 8 de janeiro, foram só obra do escrivão, sem algum concurso dos juizes já desse referido dia nomeados.

E quanto ao segundo decreto, não contendo ele periodo algum, que não constitua o mais justo e perfeito equilibrio entre a justiça e a misericordia, que não respire o maior

respeito aos sagrados e superiores direitos natural e divino: que não deixe salvar as regras deles e da inocência dos réos, nos procedimentos contra eles decretados: não aparece uma só disposição, das compreendidas nele, que se não veja também iludida e atropelada na devassa.

Por quanto mostrando a mesma devassa, o agressor certo daquele delicto, que José Mascarenhas depois de investido na posse da casa e ducado de Aveiro, pertendera por este só titulo, as importantes comendas, que administraram os anteriores duques daquela grande casa, por morte devidas, se lhe julgassem, como inherentes e unidas a mesma casa, que para esse fim tão injusto, como temerario, metêra em valor toda a maquinação e intriga, que o senhor rei D. José lhe desornava aquele irregularissimo projecto, como o do casamento, que tinha ajustado entre seu filho e a filha mais velha dos duques de Cadaval, ao tempo em que o duque pae do actual se conservava ainda no estado de celibato: que aqueles mesmos encontros, que achava no dito senhor mal soffridos pelos malignos espiritos de soberba e de ambição e de cobiça, nele vícios naturaes e muito familiares, lhe foram fomentando a ira implacavel que deixára dominar-se, contra a augustissima pessoa de dito Senhor, que discorrendo cega e barbaramente que tirando lhe a vida (como confessa) se poria em melhor fortuna, como se pudesse conseguir, por um meio mais apto, para perder com a vida toda a sua casa, se precipitára naquêle sacrilego absurdo. E constando dele com a mais legal e indubitavel certeza, que fora sacrilegamente premeditado e unicamente disposto pelo mesmo José Mascarenhas, que para esse abominavel fim nem dêra chamar pelo seu guardaropa Manuel Alvares, o irmão deste Antonio Alvares a quem falára com todo recato no buraco do jardim e lhe comunicara o insulto, que havia de ser executado em pessoa que se conduzia em uma sege, e que havia concebido o intento de matar a ele José Mascarenhas, recomendando-lhe o mais inviolavel segredo, por dele depender a vida de ambos: que indo com ele em uma sege, para dar lhe conhecimento da outra, em que havia descarregar os tiros, ultimamente se viera a desenganos, que sendo ele José Mascarenhas muito conhecido, seria melhor que o mesmo Antonio Alvares dissesse a seo cunhado José Policarpo de Azevedo, por ser de grande fidelidade e boa resolução, lhe viesse falar: que vindo com efeito, lhe falára tambem no mesmo sitio,

com igual recato e recomendação de segredo, e lhe intimára a execução do insulto: que ambos eles irmãos, e cunhado haviam de efectuar que lhes insinuava, comprassem dois cavalos para que lhes dera dez moedas, que com efeito compraram, um por quatro moedas, e outro por quatro e meia, ordenando-lhes tambem que comprassem pistolas: por que suposto ele as tinha, não deviam servir-se das suas, por se evitar toda a suspeita em sua casa, pela falta delas: que indo ele José Mascarenhas com os dois Assassinos a cavallo mostrar-lhe a sege, depois de haverem conhecido, continuaram ambos sós a esperar em dez ou doze ou quinze noites, sem resolverem a descarregar nela os tiros: em algumas vezes que a viram passar, vindo sempre dizer ao amigo Mascarenhas que não passára, sem que em tantas vezes, que tiveram aqueles esperar, vissem outros de mais algumas pessoas: e que finalmente em a noite de 3 de setembro, os mandára chamar o dito Mascarenhas, e segurando lhes que na dita noite certamente passava a sege, lhes ordenava que fossem, que ele tambem havia de ir, como fez a pé vêr como estavam postados: e partindo os mesmos assassinos levando carregadas as armas com chumbo ao sair da sege, já em alguma distancia descarregando os tiros, correndo até se meterem na rua direita de Lisboa, e não voltando na mesma noite ao jardim, como o duque lhe havia recomendado, o dito Mascarenhas que vindo porém passados dois dias o assassino Antonio Alvares falar-lhe, logo lhe dissera *aquilo não prestou para nada* e referindo-lhe o dito Antonio Alvares, que se dizia que os ditos se deram em ElRei, e Pedro Teixeira, lhe tapou logo a boca com as palavras = *Calurda, que se tu o não disseres, nem o Diabo o pôde saber* = Que lhe dera mais 20 moedas que com as 4 que tinha dado ao cunhado e 16 para a compra dos cavalos e pistolas lhe completára 40, que quando lhe dera as ultimas lhe dissera, que eram para sustento dos cavalos, que lhe advertira não vendêsse logo por não dar ocasião a alguma suspeita.

Constando de todo o referido com a mesma formalidade pelos contestes depoimentos do copeiro Manuel Alvares, que depõem tambem por seu cunhado ausente por serem assassinos falados, ajustados e corrompidos pelo dito Mascarenhas para o insulto, e compenheiros em quantos

passos para ele deram, e que foram inteira e individualmente conformes ás primeiras declarações, que do dito atentado for o mesmo réo Mascarenhas, depondo o dito Manuel Alvares, até dos trages, de que ele se vestira quando saíra para o insulto, que lhe disséra esperasse por ele no jardim, onde o esperára; que se recolhera pelas 11 horas, e tres quartos, que fôra immediatamente para o seu quarto, largar os vestidos com que viéra e tomára os da casa, que não víra que na mesma noite falasse no jardim com pessoa alguma, nem que houvesse conciliabulo algum em sua casa, na manhã seguinte levando esta verdade até ao ponto de ser torturado com dois tratos expressos, que sofreu constantemente ainda com tão excessivo gráo de tormento, lhe pudesse extorquir declaração alguma contraria, sendo na mesma exclusão daqueles ajustamentos, que ele inteiramente conforme ao dito José Mascarenhas, nas suas proprias declarações, chegando até a requerer confrontação com quaesquer testemunhas que tivessem deposto o contrario, ao que se lhe não differiu, não podendo opôr-se-lhe o minimo defeito contra a verdade com que depozeram os ditos Manuel Alvares e Antonio Alvares, que depois de deporem contra si, contra seu amo e contra pessoas tão conjuntas como são irmãos e cunhados, não podia haver presunção, que não fosse violencia, nem razão alguma de direito, que possa persuadir a occultação de pessoas extranhas, o concurso justamente delas, se na realidade o houvesse.

Sendo pois esta a verdade constante da devassa com testemunhas contestes e de facto proprio confirmadas pelo mesmo Mascarenhas, suas proprias declarações, e que forem concluir com a evidencia, que entre ele e os dois assassinos, sómente foi disposta, consumada esta sacrilega manobra, que abortáram o odio, a ira e a vingança, em que a sua ambiciosissima soberba o precipitou contra o dito senhor, com lhe haver desarmado as suas desmedidas idéas. Quem pondo os olhos em Deus, na justiça e na verdade poderá acreditar o concurso dos Tavoras, que se escreveu na sentença tendo contra si, além da verdade do facto, já demonstrado, tudo quanto pode persuadir a inverosimilidade contemplada em termos geraes e especificos, que são as regras decisivas em combinações de provas, que foram outras tantas, desentranhadas da devassa, exclusivas inteiramente do dito concurso.

Principiando pelas inverosimilidades em geral. Ninguem

que sabe pensar, no que é um insulto feito a um rei poderá acreditar o plano, que se supoz formado, para o que barbaramente se executou naquela infausta noite de 3 de setembro. A mesma imunidade dele, ajusta severidade das leis, que o castigam, a infâmia que contrae em si, e transmite a seus filhos e netos o infeliz réo que o comete, juntas as outras nocivas e prejudicialíssimas consequências, que dele necessariamente resultam, foram sempre distantes de toda a jurisdição e ainda humana credulidade as praticas e conferencias, que muitos tempos antes, se dizem feitos e repetidos em ambas as casas de José Mascarenhas e do Marquez de Tavora pae, sobre o mesmo sacrilego assumpto, entre tantas pessoas, em quem difficulosamente se conserva o segredo, sem que deixe de respirar aos creados e familiares de uma e outra casa, com tão eminente perigo da ruina delas e de cada um dos coferentes no caso bem natural e bem temivel de alguma delação e isto com um ministerio tão escrupuloso e indagador de tudo quanto se passava nas conversações particulares. E ainda mais absolutamente incriveis os ajustamentos que se supõem feitos na mesma noite depois do delicto e manhã seguinte no jardim e casa do mesmo José Mascarenhas, para neles se proferirem as blasfemias, jactancias e sacrilegas increpações, tratando-se de bagatela um insulto acabado de cometer contra um rei em lugar tão pessimo ao em que foi executado e nas visinhanças do palacio do mesmo monarca assassinado, quando o que é natural o que dictam o horror, o susto, o medo e o perigo, em quem comete, ou para ele concorre são só os indispensaveis da cautela e do disfarce, em forma que nunca possa saber-se nem ainda remotamente presumir-se, quem foi o réo que o executou ou auxiliou com o seu concurso, sendo isto o que obra quem tem juizo, ou se hão de supor com ele os Tavoras ou mentecatos. No primeiro caso, devem necessariamente considerar-se com todo o uso da razão, para se regularem pelos ditames dela em um conflito de tanta ponderação e consequencia. No segundo caso, de serem fatuos ou mentecaptos, então ficariam até reduzidos á impossibilidade de poderem executar.

Passando ás inverosimilidades especificam a pratica que oferece a devassa, está no recato, com que o réo mandou chamar os assassinos Antonio Alvares e José Policarpo, no resguardo com que lhes falou na barraca do jardim e

na clandestina e sacrilega prática, que com eles teve que como eram de grande fidelidade e segredo só deles fiava, um de tão grande e de tal importancia, que se o revelassem, correria perigo a sua vida e a deles assassinos. Assim o depõem formalmente as duas testemunhas contestes, e de facto proprio, que ficam referidas, com quem concorda o mesmo Mascarenhas, e assim passa por indubitavel na devassa : e como se pudessem fazer compatíveis aquele recato, aquella exacta recomendação do segredo que o caso pedia, pela sua sacrilega enormidade, aquele conhecimento do perigo, que corria a sua vida, se ele se revelasse com a relaxação do segredo, e tantas outras pessoas, quantas são o que fizeram figura na sentença, se o mesmo Mascarenhas temeu, que aquele preciso segredo se revelasse, passando somente em dois como acharia de confiar de tantos ? E como se pôde fazer crêr, que os dois Marquezes de Tavora e os mais compreendidos no recurso figurassem em uma tal tragedia, abandonando inteiramente o perigo, em que punham as suas vidas e as suas casas, para muito por seu gosto assassinar um rei, a quem eram tão gratos, e de quem tinham recebido muitas honras e mercês ?

A segunda especifica inverosimilidade se deduz do mesmo depoimento do assassino Antonio Alvares : por que constando dele, que fôra com o dito seu cunhado José Policarpo, depois de lhe intimar o mandato o sobredito José Mascarenhas em doze ou quinze noites (que precisamente haviam de ser muito interpoladas) fazer as esperas, e que nunca vira doutras algumas, é esta uma prova bem exclusiva deles : porque confessando, que em algumas noites passava a sege, sem se resolverem a ataca-la se com efeito houvesse outras esperas, para fim tão sacrilego, não haviam de ter a mesma irresolução as pessoas, a quem se imputa a entrada neles : pois sendo de outro valor e qualidade nunca seriam capazes de fazerem tantas esperas inuteis, havendo ocasiões, como de executarem um tão barbaro projeto, se fosse certo, que o chegassem a conceber : é suposto que o dito Antonio Alvares depois de nada dizer de conjurações, emboscadas ou esperas, sómente declarasse, que presumidos haveria mais acima : porque José Mascarenhas lhe recomendara, que depois de atirarem os tiros, se retirassem para baixo, e não para

cima, para a parte, do palacio. Não ha comtudo presunção, nem mais mal fundada, nem menos digna de crédito. O mesmo Mascarenhas sabia que naquela carruagem ia El-Rei, e que depois de receber os tiros, ou morto ou vivo, o havia de conduzir o Bolieiro a toda a pressa para o seu palacio, e não seria sumamente arriscado para os assassinos, o retiro pela mesma parte para onde havia de ir o assassinado. Expostos ao perigo, fugindo a cavalo, tão proximos ao paço de serem presentidos, embaraçados ou seguidos pelos guardas ou sentinelas, que rodeiam o mesmo palacio. Este foi sem duvida, o motivo daquela recomendação, e não o das esperas acima, que carecem de toda a verosimilidade, e o que do referido se conclue de uma absoluta exclusão daquele imputado concurso, que tal tratado de confederação, que refere a sentença não houvera para ele com os Tavoras, e que tão abominavel insulto foi só concebido o executado pelo dito Mascarenhas, e pelos seus dois mandatarios, que para ele armou, aparelhou, e corrompeu.

A terceira inverosimilidade se deduz do mesmo depoimento do assassino Antonio Alvares, em quanto declarou, que vindo dois dias depois dos tiros, falar ao jardim com o dito Mascarenhas, e referindo a este, se dizia que os tiros foram dados em El-Rei e Pedro Teixeira, lhe tapara a boca com as referidas palavras — *Calurda, que se tu o não disseres, nem o diabo o pode saber* —. E que para mais evidencia fôra dada pela boca do mesmo Mascarenhas, de que só ele e os ditos assassinos entravam no insulto, que acabavam de cometer e dele souberam, e consequentemente, que foi inteiramente falso o congresso e fabuloso o chamado conciliabulo na mesma noite do delicto e manhã seguinte, para em um e outro se proferirem as blasfemias, jactancias e sacrilegas increpações que refere a sentença.

A quarta inverosimilidade se depreende da recomendação, que o dito José Mascarenhas fez aos dois executores do insulto, que depois de efectuarem, não voltassem outra vez na mesma noite ao jardim, mas fugissem retrocedendo, até se meterem na Rua direita de Lisboa como fizeram. E sendo esta ordem dada, para que nunca se podesse achar vestigio, se suspeitasse em os delinquentes, ou por onde se pudesse vir no conhecimento deles, a mesma prevenida cautela com que foi dada, está excluindo toda a crença daqueles ajuntamentos e na mesma noite

dos tiros e manhã seguinte; porque se o mesmo Mascarenhas não consentiu, que voltassem na mesma noite ao jardim, os que descarregaram os tiros, para tirar toda a ocasião de suspeita e evitar o perigo, que com ela podia correr; como havia proibir aquele ajuntamento aos assassinos e premeti-lo aos dos chamados emboscados? para falarem todos os insultos com tanta devassidão? Se o Mascarenhas teve aquela prevenção com os dois assassinos, como não a teria com os Tavoras? ou estes consigo mesmo, correndo egual perigo e não sendo menos advertidos? Se o mesmo Mascarenhas tapou a boca a um dos assassinos, ainda depois de passados dois dias, como é crível, que consentisse, se abrissem tantos outros na mesma noite do insulto e manhã seguinte, para nele falarem tão livre e incautamente? Se houvessem precedido aqueles ajuntamentos, em que se falara no insulto com tanta liberdade que motivo ou rasão haveria, para fechar a boca dois dias a um assassino, com quem estava só no jardim e de quem tinha confiado a execução do delicto? Acabam de pôr a expendida verdade em toda a sua luz os dois contestes depoimentos do sempre infeliz João Miguel e de Joaquim dos Santos, coxeiro do mesmo Mascarenhas, que excluíram o concurso dos Tavoras, com tal constancia, que nem a força dos mais excessivos tormentos que sofreram, se lhe pôde extorquir cousa alguma contra a verdade que tão firmemente sustentavam: e unidos estes dois depoimentos ao do referido Manuel Alvares, que ainda depois de cruelmente torturado, sustentou a exclusão daquele concurso, fazem todos uma plenissima prova dada pela mesma justiça autora, de que o não houve.

Com estas previas noções, que ao mesmo passo que *diz* que os agressores certos naquele barbaro delicto, são exclusivos de outro algum concurso; é indispensavel o mostrar-se, que os termos do direito natural e divino (quanto aos chamados cúmplices, que compreendem o recurso) foram excedidos e atropelados desde principio do processo, até a exclusão da sentença.

Não permite o direito natural, que alguém seja preso e privado da sua liberdade antes de haver alguma prova da sua culpa, que sem ser plenamente convencido do delicto seja condenado nas mais severas penas e que sofra as da sentença, sem poder replicar a elas, quando não foi prece-

dida de um convencimento plenissimo, ou ao menos confirmado pela espontanea confissão do mesmo reo:

Foram presos os Tavoras e o Conde de Autouguia no dia 13 de Dezembro de 1758, como agressores de um delicto, que havia mais de tres meses tinha sido cometido, sem haver contra eles a mesma prova; pois que a propria testemunha, de que logo se tratará, depoz em 15 do dito mez de Dezembro, dois dias depois das suas prisões, os motivos particulares, que a familia dos Tavoras, tivesse contra a pessoa de Sua Magestade, quando fossem certos, poderiam fazer, uma suspeita contra eles, depois de não apparecerem outros delinquentes, tendo praticado todas as diligencias possiveis para os descobrir, mas antes desta exacta indagação, não podiam ser bastantes para aquele procedimento e se eram; por que foram logo presos no mesmo mez de setembro? quando não tivesse mediado tanto tempo e se podesse averiguar com maior cesteza onde haviam passado a noite de tres do dito mez, ou fosse para legalisar a culpa ou a inocencia dos réus o que não era possivel depois de tanto intervalo, em que moralmente nem testemunhas nem os mesmos reus se podiam lembrar onde haviam estado, nem o que tinham feito naquella infeliz noite.

Consistiu o delicto em dois tiros e nos estragos que fizeram na carruagem, vestido e pessoa de Sua Magestade. Nas primeiras diligencias que se praticaram foram logo descobertos os delinquentes; por que dois tiros disparados ao mesmo tempo necessitavam de duas pessoas que os atirassem. Pelo depoimento de Antonio Alvares e de seu irmão Manuel Alvares, ja referidos, constou que este tinha sido um dos agressores e o outro, seu cunhado José Policarpo. Era de presumir que estes dois assassinos, ainda que ignorassem quem ia na carruagem, tivessem mais algum socio e o ignorassem ou soubessem, e era verosimil que fossem mandatarios, pois não se podia crêr que eles viessem de Lisboa esperar uma carruagem para matar a pessoa que nela se conduzia, por motivos pessoais, se não a conheciam e muito menos se conhecessem que era El-Rei e por isso se logo não declárassem que o seu mandante era o duque de Aveiro, era justissima toda a indagação para o conhecimento dele.

Porém sendo perguntados instantemente pelos delinquentes e pelos cumplices, um depondo contra o seu proprio irmão e cunhado, contra seu amo e contra si mesmo

(pelo que respeita o ser consocio no crime, e não o haver delatado) não fala em outro algum socio ou cúmplice do delicto sem embargo de ser atormentado para os declarar. Outro depondo contra si mesmo, contra seu cunhado e benfeitor sendo tres vezes preguntado tambem não declarou outro algum socio ou cúmplice, e pode-se presumir que os occultassem e os houvessem ou fossem sabedores deles? Pode por ventura entender-se que os comprehendidos no recurso seriam caros áqueles confitentes, ou que tivessem maior interesse em os encobrirem a si mesmos e aos seus mais proximos parentes e a seu proprio amo? Pois se acham descobertos dois autores de dois tiros e o mandante destes dois mandatarios e eles que tinham a melhor razão para o saberem dizem que não sabem de outros alguns cúmplices; se se está vendo completamente que a idea do delicto e dos delinquentes na sua reciproca proposição não resiste a razão natural, a toda a arbitraria presunção, de que houve mais assassinos e de que houve mais mandantes? Não eram bastantes, ou seriam necessarios mais de dois homens para atirarem dois tiros? Não era bastante ou seria necessario mais de um mandante para interessar áqueles dois homens a arranjarem-se aquella atrocidade, principalmente ignorando eles como é crível, quem ia naquela carruagem? Não era este mandante um duque de Aveiro, um mordomo-mór da Casa Real, honrado pelo mesmo rei com o tratamento de sobrinho? Havia no reino outro Grande de maior autoridade e poder, ou mais opulento em riquezas, de quem os mandantes ainda que não tivessem sido seus criados, pudessem esperar maior recompensas, ou mais segura proteção e impunidade? Podiam ser outros os motivos, que os alíciassem a cometer um homicidio? O respeito que eles deviam ter áquella grande personagem, de quem eram ou tinham sido criados, era outro poderoso motivo para os empenhar, a prestarem-se áquella criminosa ação; pois se toda esta autoridade, poder, riqueza, e respeito do duque sobejavam para mover áqueles mandatarios e a cometer um homicidio, que razão podia haver para se supôr (em quanto não houvesse outra alguma prova) que o Marquez de Tavora, e os mais referidos, de quem os mandatarios não tinham tanto que esperar, nem deviam de contemplar tanto, como o Duque, fossem tambem fautores deste delicto? Houve tiros, contava deles por um corpo de delicto, era necessaria e justissima

toda a diligencia e indagação, para se descobrir, quem os tinha dado, e mandado dar; descobrissem logo os mandatarios, que eram bastantes, e o mandatario que igualmente o era como fica ponderado, e encheu-se a idéa e o vacuo daquelle corpo de delicto; senão constasse que tinha havido tiros, não seria barbara e ridicula toda a diligencia que se fizesse ao fim de saber-se quem os tinha dado? Pois isto é o que succede a respeito da conspiração, ou confederação dos emboscados, das esperas superiores, a de que se dispararam os tiros. Não ha idéa nem prova alguma da conspiração, de outras emboscadas, nem de outras esperas. Elas constituem um delicto (ainda que com incidente como o dos tiros) destinada a respeito daqueles, que não tiveram parte na ação dos mesmos tiros. E sem embargo que nenhuma necessidade havia de o prevenir, contudo, não é estranho se indagasse se houvera conspiração, emboscada ou espera. Mas é violencia intolleravel, que sem constar, que os tinha havido, supuzessem como certas e se entrasse a perguntar, quem eram os conspiradores e quem estivera nas esperas? Atacando desta sorte o direito natural, que cobre com o veio da inocencia, todos aqueles, em quem não ha motivo, nem necessidade de presumir culpados.

*
* *

Que não haja idéa, ou prova alguma de conspiração, de emboscada ou de espera, já fica demonstrado na analyse, que se fez aos depoimentos de Manuel Alvares e Antonio Alvares testemunhas contestes e de facto proprio; já fica tambem convencida a prevenção, que apontou o segundo que de parte superior houvesse, por lhe recomendar o seu mandante, que depois de dados os tiros retrocedesse, e não fosse para a parte de cima.

*
* *

O mesmo José Mascarenhas, sendo tantas vezes instado, nas suas primeiras e segundas perguntas, confessa o seu delicto e mandato e o de seus mandatarios, e nega constantemente todos os quesitos da conspiração e confederação, de emboscadas e esperas, quem confessa a sua culpa

e cuidando que assim desobedece á sua consciencia, deixaria de confessar ou declarar tambem a alheia, se soubesse dela? Pode presumir-se o contrario? Confessa ingenuamente José Mascarenhas o seu proprio delicto; e não podia ignorar quanta obrigação e justiça e consciencia tinha de declarar o alheio em observancia da lei e do juramento que necessariamente se lhe diferido. pelo que respeitava a terceiros; poderia pois ter maior interesse, em salvar a vida e a fortuna dos seus parentes por afinidade quem acabava de sacrificar a sua propria e de seus filhos e descendentes? Se o mandante deste atrocissimo delicto, um dos seus mandatarios e outro consocio do mesmo crime, todos os tres cumplices dele e que tinham razão de saberem as suas circumstancias não duvidam expor-se ás mais cruéis e severas penas, por não faltarem á verdade, como pode presumir-se, que quizeram negar a que salvaram os estranhos, depois de se condemnarem a si proprios? Não é lógo temeraria (por não dizer dolosa) toda a suposição da conjuração, de emboscadas e de esperas?

O bolieiro Custodio da Costa disse que ao tempo que se deram os tiros, lhe parecera ver uns vultos a cavalo, da parte do Muro Novo, um pouco mais acima; este parecer do bolieiro nada prova, porque a obscuridade da noite, assim como encobre os objectos que existem. tambem representa os que não teem existencia; e se isto aconteceu a quem olha com serenidade de animo, que não succederá a quem olha escassamente com sobresalto e preocupado de temor, que ele confessa, que concebeu ao passar pelo arco, donde vira sair tres homens a cavalo, dos quaes um lhe batêra uma arma de fogo que o errára, e por isso acelerára o passo dos machos que governou. Até aqui lhe figurou o temor, um cavaleiro de mais, pois se houvessem mais de dois, assim como de si e do cunhado, falou Antonio Alvares, não é crível, que occultasse o terceiro se o houvesse, por não lhe poder importar mais, do que a sua propria pessoa e a do dito seu cunhado.

Tambem se enganou o mesmo bolieiro, que lhe bateram e queimaram para uma arma de fogo, pois que nem Pedro Teixeira que ia na mesma carruagem tal diz, nem o mesmo Antonio Alvares, o certo é que se enganou em o numero dos homens a cavalo; e se nesta parte não fala verdade afirmando positivamente que vira tres homens a cavalo, mais acima; se antes dos tiros, o temor lhe mul-

tiplicava os objetos, quando os houve, crescendo lhe o medo, maior se deve considerar a sua ilusão.

O denunciante Salvador José Durão, que denunciando no dia 15 de dezembro, foi o que deu principio á devassa, depende d'ò mais específico e concludente convencimento; porque a sentença abandonando toda a verdade do facto, e toda a vetosimilitude, lhe deu o credito, que ele não podia ter, sem ofensa dos sobreditos direitos. Disse ele, que tendo algum commercio com uma Mariana Teresa, da casa do reu Mascarenhas, e fazendo-lhe a mesma aviso, que na referida noite de tres de setembro, lhe poderia falar da meia noite por diante, fôra com efeito á hora destinada; e quando sendo duas, depois da meia noite pouco mais ou menos, achando-se ele escondido debaixo de uma ponte de pau, que estava ao lado do jardim, vira chegar dois embuçados a pé, dos quaes um era o dito Mascarenhas, e que tirara uma pistola ou bacamarte, com que batera tres vezes em uma pedra, espraguejando-se em voz, que ele conhecêra ser do mesmo José Mascarenhas, e com as palavras: «Que quando eu te quero, não me serves»; que outro, que vinha com o dito Mascarenhas lhe pareceu que era José Maria de Tavora, ajudante das ordens do marquês seu pai, o qual preguntando ao mesmo Mascarenhas: «Que é feito de João» que logo em breve espaço de tempo, chegaram outros dois rebuçados, e nisto os dois já referidos, que um deles que tinha calções brancos, dissera ao dito Mascarenhas: «Que fizemos, que parece que El Rei que morreu!» e que a estas palavras respondêra o Mascarenhas: «Não importa, que se não morreu, morrerá». Ao que acrescentou outro do rancho «o ponto é ele hoje sair». Que logo no dia seguinte quizera declarar o referido o que não fizera por medo; mas que vendo agora presos os ditos reus, e aconselhando-se com um Bernardo da Fonseca, que existe nas mercearias de Belém, e persuadindo o da obrigação que tinha viera depor o referido. Este denunciante está plenamente convencido de falso impostor em toda a historia, que fabricou; mas antes que se entrê no convencimento dele, é necessario que se leve advertido, que era naquele tempo um criado de servir e talvez por bem pouco, que o amo pela sua profissão era pobre, que demorou a denuncia por mais de tres mezes; porque desde a noite de tres de setembro até o dia 18 de setembro, que se não resolveu a data e não depois que leu o edital, que teve a data de

9 do referido mez, em que se prometeram grandes premios aos delatores, verificando as denuncias; que viu os Tavoras presos no dia 13, José Mascarenhas no dia 14, e passou logo no dia 15 a depôr a historia da denuncia: é também necessario, que se qualifique este celebre denunciante. Ele veio voluntariamente a juizo a fazer a sua declaração e a fez nestes termos um delator ou denunciante, interessado pelo premio. E como pode a informação de um delator, entrar em conta de prova, e dar-se-lhe a força de testemunhas? Como se podem, sem ofensa dos principios e dos dictames da razão, conciliar interesses de parte com a imparcialidade de Testemunhas? Ou se toma como denunciante ou como testemunha em nenhum destes casos, faz prova alguma. Não no primeiro, porque a denuncia não se pode considerar prova dela, até segundo a clausula do edital «de sorte que verifiquem o que declararem» é uma declaração do que o denunciante deve dar prova para se livrar na falta dela da pena de caluniador. E não segundo porque o interesse do premio, com que depõem, lhe tira inteiramente o credito, a sentença porem tratando-o como testemunha lhe dá tanto, como pode ler-se na nota marginal, que nela se escreveu.

Passando ao convencimento, está legalissimamente demonstrado, e não ha vestigio algum contrario na devassa, que se faça atendivel, que José Mascarenhas se recolhera só do insulto pelas 11 horas e tres quartos (o que é bem verosimil) porque o insulto se mostra cometido, entre ás 11 horas e 11 e meia, que fora em direitura para o seu quarto, mudara os vestidos com que saira, e mudára os de casa; e o denunciante o dá recolhido, pelas duas horas depois da meia noite; e batendo ainda aquelas, com a pistola ou bacamarte no chão; de sorte que os tiros se deram entre ás 11 e 11 e meia, como se prova indubitavelmente. e faz crer o denunciante, que o mesmo Mascarenhas e os que lhe dá por socios, se conservassem no lugar do delicto duas horas e meia.

Além do que o denunciante, como viu presos os Mascarenhas e os Tavoras, supoz como certo, que eles tinham sido os assassinos, e nesta intelligencia, compoz a historia com as palavras proferidas por eles, contemplando-os como taes: «Que fizemos que parece que El Rei morreu?» «que não morreu morrerá» «o ponto é ele sair». E sendo as ditas palavras bem analisadas, só proprias dos que tivessem sido assassinos, eles mesmo estão descobrindo a

falsidade da denuncia, por estar provado, sem a minima hesitação, que não foram assassinos os que dá recolhidos tão tarde, que o foram sómente os dois Antonio Alvares e José Policarpo, que fugiram logo e que nem por um momento se conservaram no lugar do insulto, depois de o cometerem.

Diz que conhecêra a José Mascarenhas quando chegára a porta do jardim com outro embuçado; e que depois vieram mais dois embuçados, e ali estiveram conversando, e tão alto, que o outro debaixo da ponte visinha, onde se achava escondido; era de noite e vinham muitos embuçados, sendo tanta cautela para não serem vistos; como é crível, que tivessem tão pouco para serem ouvidos, falando tão claramente em tiros, em ameaças e na morte de El-Rei? Os dois assassinos tanto que dispararam os tiros, sem saberem em quem, nem terem tanto que perder, fugiram para suas casas, sem se deterem em parte alguma, e para virem dahi a dois dias a casa de José Mascarenhas foi necessario, que ele os mandasse chamar; e sómente os Tavoras haviam de ser tão insensatos, que sabendo que os tiros tinham sido empregados na pessoa de El-Rei, e tendo tanto que arriscar, haviam de ir celebrar aquele tão tremendo delicto, fazendo uma incauta palestra dele no meio da rua ou fora da porta do jardim, que valia o mesmo? Não teriam a cautela de repousarem e recolherem immediatamente, ou ao menos de falarem em segredo dentro do mesmo jardim, onde ninguem os podesse ver? nem ouvir?

Diz que não poudo conhecer os segundos dois embuçados e que um deles tinha calções brancos, vinham rebuçados, para não serem vistos, nem conhecidos, e o denunciante escondido debaixo da ponte e tanto de noite, poudo ver e distinguir a côr dos calções? Que dos primeiros dois que ficaram fora da porta do jardim conhecêra o dito Mascarenhas pela voz, o outro lhe paraceu José Maria de Tavora. Alem de não constar a frequencia ou uso que tivesse aquele denunciante de ouvir falar o referido Mascarenhas e muito menos José Maria de Tavora, não merece credito a testemunha que vê de noite em alguma distancia, e ha de acreditar-se o que lhe pareceu de ouvida?

O que é verosimil, é, que ele iria naquela noite para falar á creada, que ela não poudo chegar á janela do jardim, por se lhe representar vêr nele o mesmo Mascarenhas, uma vez passeando e outra vez sentado e depois de

cansado de esperar, se foi embora sem nada vêr, nem ouvir; e que no dia seguinte e creada lhe avisou o impedimento que teve, para lhe não falar, (como ele diz) do que ele por então não fez misterio algum; mas passados mais de tres mezes, vendo o Mascarenhas preso e tambem os Tavoras por aquele delicto, lembrou-se do embaraço daquela noite, pareceu-lhe que o Mascarenhas aquelas horas, estaria meditando na importancia do crime, para que tinha cooperado, e foi dar a sua denuncia, levado e corrompido pelo interesse do premio, a enfeitou com aquellas inverosimilidades que por desgraça lhe fizeram mais crível, quando na verdade lhe tiraram todo o crédito, quem sabe colificar o das testemunhas, nenhum pode dar a um de tão vil e pobre condição de 19 anos de idade escondido de noite, debaixo de uma ponte cheio de susto e de cuidado que lhe devia infundir o seu proprio e ilícito intento, e a mesma visinhança de pessoas, que ele conheceu por matadores, que poderia ser sentido, subornado pela ambição do premio, sem familiaridade alguma, sem ser digno de a ter com José Maria de Tavora, e com tudo lhe pareceu ser ele. E pode fazer contra o mesmo alguma prova o seu depoimento e para que nada reste da denuncia, que se não convença, tambem a pergunta, que se diz feita pelo mesmo José Mascarenhas digo José Maria de Tavora ao Mascarenhas «Que é feito de João?» Foi enfeite de denuncia. Este João é o que com o cognome de Miguel, foi condenado na ultima pena. A mesma denuncia o dá acompanhando o Mascarenhas a pé em a noite do insulto, havendo ao mesmo tempo prova bastante de que fôra só, e não a havendo de que acompanhasse aquele mandante ou que disso tivesse noticia o mesmo José Maria, como pode crer-se; que fizesse semelhante pergunta? E o que tudo resulta, é que a denuncia, foi um estudo embuste, fabricado pelo denunciante, para vêr se por ele lhe davam alguma coisa.

A sentença porem jurou tanto sobre as suas palavras que dedorando-se aconselhára que a denuncia com aquele assistente nas mercearias de Belem, que fica apontado: não lhe lembrou, ou não entendeu, que era necessario legalisar a denuncia e qualificar o denunciante, perguntando ao tal conselheiro e confrontando-o com o mesmo denunciante, no caso de negar o conselho nem de taes diligencias tendentes à averiguação da verdade ha vestígios alguns na devassa.

Segue-se Mariana Teresa, moça da casa de José Mascarenhas, presa na cadêa de Belem, logo depois da denuncia no dia 11 de dezembro, negando constantemente que soubesse ou suspeitasse a causa da sua prisão, se lhe fez saber, que se dissesse a verdade, seria premiada, por S Magestade assim como castigada, se a encobrisse; com esta poderosa, como reprovada sugestão, confessou o comercio que tinha com o denunciante, posto que para o fim do matrimonio, e na referida noite o avisára para lhe falar na janela do jardim da parte das Perras; que não pudera falar-lhe nesta noite porque indo ao jardim antes da meia noite vira andar passeando José Mascarenhas só, embrulhado em um capote, e logo se retirára, por não ser sentida; e tornando outra vez, o tornára a ver sentado em um poyal também só, motivo porque se retirára, e não voltara mais nessa noite ao jardim; e que logo na manhã seguinte participara ao tal denunciante aquele embaraço. Preguntada pelo mais conteudo na denuncia, respondeu que nada vira nem ouvira.

Estas primeiras declarações que fez a moça, assim corrompida e intimidada, podem ser verosímeis na parte em que declara, fôra na referida noite ao jardim, ao fim que aponta; não o são porém em quanto afirma, vira nele ao Mascarenhas, nas duas vezes, que ali chegára. Porque ou foi ao jardim antes da meia noite, ou depois dela; se foi antes, quem viu no jardim antes da meia noite, não foi o Mascarenhas, mas o criado Manuel Alvares, que ali por ele estava esperando, que se recolhesse do insulto, como lhe deixara recomendado, quando para ele partiu. Se foi ao jardim, depois da meia noite, ninguém já podia vêr no jardim, porque o Mascarenhas se recolheu do insulto pelas 11 horas e tres quartos, e foi immediatamente para o seu quarto deixar os vestidos de que se servira e tomar os do uso, e dahi era muito natural, que fosse para sala, onde tinha disposto o festejo da rabeca, e até para não fazer nele falta tal, de que se pudesse formar contra ele alguma suspeita. Podia contudo a dita moça enganar-se nas horas de ir antes da meia noite ao sitio em ambas as vezes, e representar-se-lhe que era o Mascarenhas, o mesmo creado, que por ele estava esperando.

Nas segundas perguntas, que se lhe fizeram em 20 de dezembro, confirmou o que disse nas primeiras e acrescentou, que na referida noite, indo com efeito para falar ao denunciante, depois da meia noite, vira que estavam

tres vultos á porta do jardim da parte de dentro, e que ali não vira o Mascarenhas salvo se estava da parte de fora, ou era algum dos tres; porque o susto com que ficou e a pressa com que retirára, lhe não deram lugar a fazer maior reparo, de sorte que tres vezes fôra ao jardim. Para quando vira passando o Mascarenhas segundo quando o vira assentado, terceira quando vira os ditos homens, e que nada mais tinha para declarar.

Instada para que declarasse quem eram os tres homens, que confessa tinha vista, fôra o dito Mascarenhas; porque havia conhece-los, pela pouca distancia, ou ao menos pela fala! Depois de varias instancias (assim esplica o escrivão, sem as declarar) respondeu, que conheceu, tanto pela fala, quanto pela altura, que um deles era o Marquez de Tavora, pai; porque como ia muitas vezes conversar com a Duqueza sua irmã, o tinha visto e ouvido falar; e preguntada pelo que dissêra o Marquez, visto o ter conhecido pela fala, respondeu, que só percebeu o eco da voz, mas não palavra alguma.

Ja fica notado o nenhum credito, que merece uma testemunha corrompida com promessas de interesses e acresce a esta o ser intimidada com ameaças de castigos, e amofinada com instancias, que se occultam (havendo-se escrito as outras que se lhe tinham feito) e que as declarações que fez fossem efeitos extorquidos por aqueles reprovados meios se mostra; porque tendo ela ja dito que vira ao Duque, seu amo só em ambas as duas vezes, que a ele fôra, que razão tinha para occultar ao Marquez de Tavora, se na realidade o tivesse visto, ou ouvido? Se ela tivesse visto ou ouvido aqueles vultos, não deixaria de o declarar ás reiteradas instancias, que lhe foram feitas nas primeiras perguntas, pois nenhum interesse havia em o encobrir, sendo ela de 19 anos de idade, vendo-se em rigorosa prisão, amofinada com instancias e ameaças, e sendo inquirida pelo escrivão sómente, sem assistencia de outra alguma pessoa, bem se pode nestas circuntancias, presumir mentirosa e sugerida.

Leam-se os depoimentos de Manuel da Costa e Antonio Dias, criados do mesmo José Mascarenhas, a quem ela repetiu o mesmo, que tinha deposto o denunciante, signal e prova bem evidente, que foi por ele sugerida na prisão de Belem, nos tres dias que mediaram, entre as

primeiras e segunda perguntas, para com ele se conformar a respeito dos vultos, verificar a denuncia e levar o premio, de que ambos haviam de ser participantes, casando como intentavam.

Se se acha demonstrado, que o dito Mascarenhas se recolhera do insulto pelas onze horas e tres quartos e fôra em direitura para o seu quarto largar os vestidos, com que saíra e tomar os de Casa; como é possível, que depois da meia noite, como ella diz, ou pelas duas horas, como declara o denunciante, chegassem de fôra ao dito sitio os tres vultos, que finge a respondente? Que prova pode fazer, contra o marquez de Tavora pae, a quem diz que conheceu pela altura e pelo eco da voz, sem chegar a perceber-lhe palavra alguma? Sendo isto de noite e confessando ao mesmo que pelo susto e pressa, com que se retirára (bem natural contemplada a empresa que a levava fora das horas aquelle sitio) não podera reparar nos taes vultos.

A verdade do caso, é que taes vultos ali não appareceram, como fica plenamente demonstrado, que a terceira jornada ao jardim, que o escrivão fez fingir á moça, foi effeito da sugestão e que ella cedeu por pobre: que depois das onze e tres quartos, em que o Mascarenhas se recolheu do insulto, sem mais parar, nem por um só momento no jardim, tudo quanto dahi por deante se ideou, até ás duas horas depois da meia noite, foi um embuste tecido e fabricado pelo denunciante, pela ambição do premio estorquido da moça, com a promessa dele, á força de instancias, que o mesmo escrivão teve pejo de declarar... Mas estes foram os depoimentos, a que uma cota marginal da sentença chama milagrosos, os que deram lugar a tantos tormentos, quantos mostra a devassa e os que fizeram uma das bases da sentença.

A testemunha ou na realidade denunciante João Ferreira, caseiro do estribeiro do dito Mascarenhas, jurou ou denunciou falsamente, porque não é crível estivesse falando o mesmo estribeiro no quintal com seu irmão e seu filho que era um rapaz de 14 anos, de quem nada se pode confiar, em materia de tanta importancia e tanta cautela, que ouviu o caseiro, que estava fôra e do outro lado da porta do mesmo quintal, tudo quanto disiam.

E' certo que a este denunciante, ninguém podia acusar,

de não vir denunciar, o que ele unicamente sabia, e pode haver a presunção de suborno, ou de inimizade com o dono da quinta, que lhe destroe o criado; mas segundo que estava obrigado a delatar tudo quanto soubesse, ou tivesse ouvido concernente a um crime desta qualidade, doutrina que deve seguir todo o vassalo que é fiel ao seu rei? Ele refere-se ao que tinha conversado José Maria da Silva Bandeira, a saber que tinha mandado selar os cavalos «Palhavã e Serra» e neles foram esperar S. M. com armas de fogo, para que se escapasse de uma emboscada caísse noutra. Nada disto porém se verifica pelo depoimento ou confissão do Bandeira referido, por mais perguntas que se fizeram, declarando nelas outras circunstancias de igual merecimento e nenhum interesse se lhe seguia em occultar, que por ordem de seu amo, mandára selar dois cavalos (sendo bem de presumir, que lhe não devia declarar assim para que lhos mandava preparar) assim como declarou, que entregando dois pares de pistolas, por ordem do dito seu amo ao guarda roupa Manuel Alvares.

O mais que esta testemunha referida declarou á força de tormentos, logo entrará em linha de combinação e de conta, e o que tinha dito sem ele ácerca do baile, que naquela noite se tinha feito em casa do dito José Mascarenhas com as janelas abertas, e em que se achou o marquez de Tavora filho, nada prova contra os marquezes, antes sim a seu favor, e as conversações, que eles tiveram com o Mascarenhas, sendo cunhados, não podem ser argumento de conspiração, depois de cometido o delicto.

O mesmo conceito merece o depoimento do religioso D. Manuel José, irmão do sobredito Bandeira; porque depois de dizer, que nada tinha ouvido e se o ouvira, se não lembrava, declarou que conversando uma vez com seu irmão, lhe dissera este, que tinha ouvido em casa do duque, que S. Magestade não escaparia dos tiros, se assim como tomou por um caminho, tomára por outro; e que na mesma casa ouvira também que os Tavoras foram os que deram os tiros, e que da casa do marquez de Tavora filho, saíram tres mascarados de uma comedia, que nela se tinha representado.

Primeiramente não se declara quem tinha dito estas cousas em casa de José Mascarenhas, nem em que tempo,

e isto bastava para não se acreditarem. Em casa do dito Mascarenhas entrava e havia muita gente depois de ele se achar preso e os Tavoras; que importava ou valia, que algum dissesse, que se fosse por um como, assim como foi por outro, não escaparia; e que os Tavoras foram os que deram os tiros? Se isto era o mesmo que diriam as perguntas e instancias de quem devassava do caso? Se elas se não tinham sacramentado ao vulgo, se ele é facil e crédulo sem algum exame nem probabilidade, o dito de que os Tavoras foram os que deram os tiros, acha-se plenamente convencido de falso; porque da devassa consta com toda a evidencia, que eles não foram os que deram, mas sim Antonio Alvares e José Policarpo; e se este dito é falso, que maior verdade se pode considerar no outro. Que não escaparia se fosse por um, assim como tinha ido por outro. O vulgo soube das prisões de tantas pessoas. Que El-Rei retrocedera depois dos tiros, e não fôra em direitura para o seu palacio, por isso fez o diverso, que denotam as ditas palavras.

O terem saído tres Mascarados da Comedia, que se tinha representado em casa do Marquez filho, sem declarar quando este aconteceu, nenhuma conexão tem com o delicto de que se trata, onde não ha o minimo vestigio, de que nela houvessem Mascaras. José Maria da Silva Bandeira sendo uma creança, e referindo-se ao que tivesse deposto seu tio, não pode fazer mais prova que ele, que nenhuma dá contra os Tavoras. A testemunha Manoel da Costa, porteiro do dito José Mascarenhas, disse que ouvira a varias pessoas, principalmente a Bento Pereira que o Mascarenhas fora preso; por que ele e o Marquez de Tavora pae e o conde de Atouguia foram os que deram os tiros. Todos os que vendo presos os ditos fidalgos fossem perguntados por quem tinham sido descarregados aqueles tiros, responderiam que os que se achavam presos por aquele motivo. E fariam alguma prova contra eles semelhantes respostas e depoimentos, certamente nenhuma, pois outra tanta pode fazer esta testemunha e o mais que depõem pelo mesmo teor.

O baile com as janelas abertas, de que fala a testemunha, quando servisse de disfarce do Mascarenhas que não

assistiu a ele, nunca servia de disfarce, antes de defeza ao Marquez filho, que tinha assistido ao mesmo baile. Não declara a quem ouviu, que o conde de Atouguia tinha mandado dois cavalos para aquele delicto. E que prova faz esta voz incerta de um facto de que não ha vestigio algum no processo? Logo se fará menção do mais que esta testemunha declarou no tormento que lhe foi dado.

A testemunha Francisco da Costa Sota, cocheiro de dito Mascarenhas, nada mais disse, do que ter ouvido publicamente que os socios do Duque foram o Marquez de Tavora e o Conde de Atouguia. Este dito tem a mesma resposta dada ao da testemunha antecedente. Disse mais, que ouvira ao criado Domingos Marques, que dois dias antes do insulto, tinha mandado o Marquez filho dois cavalos aparelhados, para a Cavalaria do mesmo Duque; porem o criado Domingos Marques referido, sendo perguntado, negou o referimento, não tendo interesse algum em oculta-lo. E que credito merece a testemunha referente, quando a desmente a referida? Logo se descorrerá no mais, que esta disse atormentada.

Disse mais que nessa noite houvera em casa do Mascarenhas uma função de rabeca ou assembléa a que assistiram os marquezes de Tavora pae e filho. Mente pelo que respeita ao Marquez pae; pois consta do processo que unicamente o Marquez filho, e não o pae, assistiu áquella orquestra. E que credito merece a testemunha em uma parte, quando mente em outra? Se ela não fala verdade quando diz que o marquez pae assistira ao baile; como se lhe pode acreditar o que disse ouvira ao criado Domingos? Negando-a este, enquanto não foi atormentado? Manuel Alvares Ferreira, nada disse, nem seu irmão Antonio Alvares, contra o marquez de Tavora, José Maria de Tavora, e conde de Atouguia, confessando ingenuamente quanto sabiam, e tendo toda a razão de saberem se houve mais socios, nenhuma idea dão de taes cúmplices. O primeiro ainda em rogorosissimo tormento, como fica demonstrado e porisso estes dois depoimentos contestes e de facto proprio lhes abonam a innocencia.

Todas as mais testemunhas como são Antonio Dias, Antonio Alvares Pagador, João Miguel, Braz José Romeiro, Joaquim dos Santos, cocheiro do Duque, Domingos Marques, José Fernandes Sota, cavalição do Marquez pae, José Antonio, bolieiro do mesmo marquez, João Bernardo, criado do mesmo, Pedro da Silva e Antonio José

Leitão, uns nada dizem ainda sofrendo tormentos, outros cederam á violencia deles; e tudo quanto disseram alguns, enquanto não foram torturados, se reduziu á que tinham ouvido dizer que o Mascarenhas, os Marquezes de Tavora e o conde de Atouguia tinham atirado os tiros. Que é o mesmo que se diria em toda a Lisboa e ainda nas partes mais remotas do Reino, se nelas se soubesse, que haviam dado os tiros; e que por ocasião deles, se achavam presos o dito Marquez, Conde, &, sem que fizessem contra eles alguma prova, por não serem daquela classe as pessoas de autoridade e dignos de fé, que na forma da Ordenação, Livro 5.^o, Titulo 134, deviam dar valor á fama, de que os Tavoras tinham sido cúmplices deste delicto.

Todas as testemunhas do processo juraram depois das prisões, e não era possível, que ouvissem ou dissessem outra cousa, ainda que nada soubessem, nem fossem vexados de temor e da rigorosa prisão, em que os meteram. Esta é em conclusão a prova, que fazem contra os ditos chamados cúmplices, antes da tortura as testemunhas que cederam á violencia dela.

Cinco testemunhas referem a Antonio José, bolieiro do Marquez filho, que levára os dois cavalos de cavalaria deste, para a de José Mascarenhas dois dias antes do insulto, aparelhados, selados, enfreados e cobertos com peliças; não ha maior disparate, nem mais indigno de acreditar-se! O Mascarenhas tinha desembolsado 16 moedas, para se comprarem dois cavalos e 2.^o para comprar a palha e cevada que eles houvessem de comer antes do insulto, e ainda por algum tempo depois por não se reparavel o serem logo vendidos. Toda esta precaução se dirigia, a que não saíssem cavalos da sua cavalaria, nem os criados dela soubessem, que da mesma tinham saído cavalos em a noite em que se cometeu aquele maleficio. E pode-se crêr que houvesse de consentir, que dela saíssem dois cavalos do Marquez de Tavora filho tendo vindo para ela com tanta publicidade, cobertos com peliças, como dizem aquelas testemunhas e nem se atreveram a declarar, se tinham vindo de dia ou de noite.

Tudo isto foram abortos da natureza, de que abaixo se tratará, mas o caso é que aquele bolieiro Antonio José,

conductor dos dois cavalos, não fosse perguntado, nem consta do motivo, por que o não fosse. E pode-se presumir bem, de um processo, em que se omite um exame tão essencial? Quando se fizeram outros tão frívolos e tão destituídos de fundamento e de probabilidade? Pergunta-se tanto pelo conductor dos cavalos, e não ha cuidado algum em lançar mão dele e examinado! Como se podia saber, se fôra verdadeiro aquêle facto do bolieiro referido, sem este se examinar e confrontar? Se de taes testemunhas não fizera caso algum ainda como devia por falsas e inverosímeis, não seria estranhavel aquella omisão mas fundar-se nelas, omitindo um exame tão substancial, quando dela dependia, não menos que a verdade ou falsidade dos seus depoimentos, é um erro intoleravel e que resiste á razão de todos os direitos, que não sofre se dê credito ás testemunhas referentes de algum facto, sem se preguntarem as referidas, por nelas se confundir a verdade dele; e menos que deixe de proceder-se á confrontação delas, enquanto os delictos se não acham plenamente provados.

Quanto ás declarações de José Mascarenhas que se seguiram e os verdadeiros depoimentos de Manuel Alvares e Antonio Alvares, que ficam substanciados, foram verdadeiras as primeiras e segundas, que se lhe fizeram em 24 e 25 de dezembro; por que suposto principiasse negativo, veio a confessar a sua culpa, com a mesma iegenuidade e certeza, com que tinham declarado e confessado o insulto os dois Manuel Alvares e Antonio Alvares, concordando até no segredo, que a este e a seu cunhado José Policarpo recomendára, negando com tal constancia a confederação com os Tavoras e o ajuntamento com eles no jardim em a referida noite, depois de cometido o delicto, que chegou (como fica dito) a haver confrontação com as testemunhas que tivessem jurado o contrario ao que se lhe não differiu, nem sendo outras mais, que o celebre denunciante e a moça, e conformando-se com a sinceridade a proposito, que então mostrou de falar verdade deu mais uma prova, sobre as que ficam expendidas, de ser falso e fabuloso o concurso dos Tavoras para tão abominavel insulto.

Porém nas terceiras e quartas perguntas feitas em 28 e 29 do dito mez, mentiu desordenadamente o preambulo

com que a elas se procedeu, foi o mais apropriado e sugestivo para se lhe extorquir o concurso de outras pessoas, que nelé se lhe apontaram, onde também não esqueceu a prisão dos Tavoras; e com esta noticia que lhe foi dada, discordou disvairada e inesperadamente de si mesma dos sobreditos dois cúmplices, testemunhas de facto proprio, cuja verdade tinha abonado nas anteriores perguntas, e de toda a verosimilidade; ainda que estas posteriores declarações se convenceu felizmente de mentirosas, e neste termos seja mais curiosa do que necessaria a indagação do motivo, que ella teria para uma tão estranha e repentina mudança, para que elle não fique duvidoso, se veio a manifestar que a dita mudança, foi effeito do tormento? Não consta do corpo da devassa que este o levasse, mas o procurador que lhe foi dado, (Ministro de grande fé, caracter e probidade, que não teve em que a defeza dos reus senão o que tirou da boca deles, nos breves instantes em que foi ouvi-los) estabelece a defeza do mesmo Mascarenhas, em que as declarações que faz, foram estorquidas pelo rigor do tormento e medo dele. E esta declaração do dito Mascarenhas, feita em tão critico momento, e manifestada por órgão de um tal procurador, se faz inteiramente inverosimil pela devassa, onde não apparece um só negativo do concurso dos Tavoras, que não fôsse immediatamente torturado. Não ha nem pode haver razão alguma que com um delicto, que fez indispensaveis os tormentos, pela sua inhumanidade fossem dispensados o indubitavel chefe deles, que se dessem a tantas testemunhas, com menos fundamento para saberem, se os Tavoras foram cúmplices, ou que se não dessem a quem tinha toda a razão de saber, se elles o tinham sido? Não passava porém a curiosidade ao ponto de indagar, qual fosse o motivo de ficar atormentado o dito Mascarenhas. Misterio occulto na devassa! Basta só reduzi-lo á classe dos outros torturados e mostrar que foi tão verdadeiro antes do tormento, medo e ameaça dele, como misterioso depois. E pois forçoso que faltasse á verdade ou em umas ou em outras perguntas; e regulando-se o juizo pelas provas da devassa bem combinadas, deve de assentar-se que falou toda a verdade nos antecedentes e faltou inteiramente a ella nos subsequentes. Nas primeiras nenhum previsto tirava de encobrir os seus correios depois de se condenar a si mesmo e a toda a sua posteridade; e nas ultimas podia na dor e medo do tormento, cegal-o a espe-

rança de que envolvendo no seu delicto muitas e grandes pessoas de um e outro fôro, poderia por este motivo, á sombra de uns e outros, e em premio de uma confissão ampla, ou fazer-se participante de um perdão, ou ser mais benignamente castigado, que é o que communmente acontece em semelhantes circumstancias, ainda sem se discurrir profundamente sobre os efeitos do temor e da lisonja, de que é capaz um réo atreído á vista da paixão que reconhece nos juizes, perante quem se acha convencido e abismado, concorrem dois duques de Aveiro, dismentindo um o outro. E verosimil toda a idéa de confederação e de emboscadas, como fica demonstrado; e ou os chamados cúmplices, eram ou não eram insensatos. Se o não não eram, como é patente devem supôr-se neles os dictames da razão, por que costuma regular-se quem a tem nos conflictos das mais ponderaveis consequencias, e não podendo algum maior do que aqueles, como compadecer-se que o duque communicasse a tanta gente o seu arriscadissimo projecto, correndo o maior perigo em ser delatado? Que o confiasse de familias ainda que conjunctas, emulas, com quem não tinha vivido sempre em perfeita harmonia e amizade que o deixasse comprehender a tantos criados, indignos de confiança?

Seria possivel que os Marquezes de Tavora, logo depois do delicto cometido e tão perto do sitio, onde se tinha perpetrado, fossem largar nele os cavalos e fazer uma galhofa ou assembléa, no campo ou jardim do mesmo José Mascarenhas, falando claramente em materia, que pedia o maior recato, onde podiam ser vistos ou ouvidos de pessoas, que nas terras populosas, nunca faltam a toda a hora da noite, seria possivel que eles, logo na manhã seguinte com todos os seus mais proximos parentes, concorressem á casa do dito Mascarenhas, para se comprazerem da causa, que lhes devia infundir o maior terror! antes pelo contrario, se eles fossem participantes daquelle crime, se haviam de desviar do chefe dele e não frequentariam tão cêdo a sua casa, onde sómente iriam separados, unidos outros, e as menos vezes que lhes fosse possivel, para se não fazerem suspeitosos, ou pela maior frequencia, ou pelo total retiro. As visitas e conversações entre amigos ou parentes havidas depois de cometido um tal delicto por algum deles, serão porventura argumento certo de conjuração, que o podia preceder e de que não ha a menor apparencia?

Disse o Mascarenhas, que havia tres esperas, duas das quaes estavam por cima da que disparou os tiros; que em uma estava o Marquez pae e o cabo Braz José Romeiro; e em outra o Conde de Autouguia e seu cunhado José Maria, e não atinou porém a destinar lugar ao Marquez filho.

Primeiramente, desde o sitio, onde foram dados os tiros, até a calçada de Ajuda, sobre a qual se acha situado o Paço de Sua Magestade não ha distancia para tantas esperas, nem lugar acomodado para elas se collocarem, por ser um como direito e descuberto, que não permite serventia por algum dos lados. A ultima não podia avisinhar-se á sobredita calçada, sempre frequentada de gente e tão proxima do paço, pelas 10 horas da noite; seria necessario que ambas estivessem muito juntas uma á outra; seria muito facil, que áquelas horas, passasse por aquele caminho muita gente e algumas luzes de archotes, que passem vistos dois homens a cavallo abaixo e outros dois ou tres, montados mais acima, todos parados e sem se poderem encombrir nem disfarçar o seu intento, de estarem esperando alguém, ou para o roubarem ou para o assassinare, que viesse a tropa ou justiça a surpreender aqueles espantalhos.

Pelo contrario o sitio, em que se puseram os dois correios, Antonio Alvares e seu cunhado, era muito acomodado e mais seguro para a emboscada, por ser uma encrusilhada de caminhos que dão serventia para quatro ou cinco partes. Ahi havia a sombra das casas da quinta do meio, do arco que a dividia da quinta de erma e os muros de ambas. A' mesma sombra podiam estar parados os agressores, sem algum receio, se vissem que vinha gente por algum dos lados, podiam desviar-se para outro, fingindo que marchavam, para poderem voltar outra vez para o mesmo lugar. Não era este o mais occulto e o menos esposto, suspeito e arriscado para esperas, em todo aquele transito? Se os Marquezes de Tavora e mais chamados cúmplices se empregassem nelas, não seriam senhores de escolherem para si aquele sitio como mais seguro e acautelado, até para a retirada? Logo é contra toda a verosimilidade quanto disse o Mascarenhas

do numero das esperas e das pessoas que nelas se pôs-taram.

E para que não haja declaração, dos que fez nas tercei-ras e quartas perguntas o mesmo José Mascarenhas, que se não mostra inverosimil, falso e convencido pela devassa, bastará que discorra por cada uma delas, que se combi-nem umas com as outras, ainda sem chegar-se ao esforço de uma boa critica.

Logo que se lhe deu a sugestiva noticia da prisão dos Tavoras, e que se lhe propoz como verosimil o concurso de outras diferentes pessoas de diverso fôro, estranhas do presente objecto, e que se faziam uma das principais in-tenções das perguntas, e que se conseguiu que ele os de-clarasse, o não quizeram por aquella vez incomodar com mais perguntas, e na seguinte sessão, dando-se já por certos os influxos das outras pessoas, já por ele declara-das, foi só perguntado a quem os comunicára, e pelos efeitos que resultaram dessa participação! disse que os comunicára primeiramente a seu cunhado João de Tavora e depois ao Marquez de Tavora pae e filho; porem que tendo-se o mesmo João de Tavora oferecido para ser um dos executores do insulto, não só reclamára logo o ofere-cimento, mas o exortára a que disistisse de tão detestavel projecto; pelo perigo a que espunha a sua vida e a sua casa; mas que os Marquezes de Tavora pae e filho (falando com eles separadamente) não só aprovaram a proposta, mas ofereceram cavalos e o mais que fosse ne-cessario, para a execução do insulto. Já fica apontada a inverosimilhança desta participação, tanto da parte do Mascarenhas, como pelo que respeita aos Tavoras; e ficam tambem espendidas as outras muitas que fazem incrível e improvavel o concurso deles, deduzidos da mes-ma devassa; nem se poderá fazer crer, que João de Ta-vora (ainda que na falsa suposição daquela pratica) sendo um filho segundo arriscando menos, reclamasse o concur-so e o aceitassem os dois Marquezes, arriscando tanto?

Bem previu quem fez a pergunta, que este auxilio ofe-recido logo por aqueles Marquezes, se havia de fazer incrível, sendo eles tão favorecidos pelo senhor Rei D. José com honras e mercês, para a sentença fazer crível o dito José Mascarenhas, foi necessario assinar-lhes as coisas que teve para o cometer; e suposto não possa haver alguma,

por maior que seja, que se proponha bastante a justificá-lo, seria sempre difícil de acreditar sem elas aquele oferecimento de auxilio prestado por uns vassallos, que fariam mais infame o seu crime com a vileza e a ingratidão. Era pois necessario, que se ocorresse a este reparo que faria incrível a oferta daquele auxilio, e como se ocorreria a ele? Causa notavel! acrescentando-se depois de finda a resposta da pergunta as palavras, e dando por motivo da sua cooperação, a queixa que formava do governo, pela falta de despachos correspondentes e os seus serviços. Acrescenta muito que se está vendo ser feito, depois de ser fixado a pergunta com a resposta do mesmo José Mascarenhas, e o acrescentamento a que deu mais ampla explicação a sentença, escrevendo-se nela, que o Marquez Francisco de Assis de Tavora pretendia o titulo de Duque e que não fôra respondido com ele, dando por certo o facto desta pretensão, de que não ha vestigio algum na devassa, nem sabendo-se que tinha havido tal pretensão, senão depois que se viu escrita na sentença. Mas ainda dando-lhe toda a certeza, nunca seria bastante a persuadir a sacrilega temeridade daquele auxilio, por ser caso bem novo, que um vassallo generosamente favorecido pelo seu Rei atente contra a vida dele, por que o não despachou com tudo quanto lhe pedia; os absurdos que disso resultarão, seria até sacrilegio referi-los.

Já ficam convencidas de falsas e mentirosas as historias dos cavalos mandados pelo Marquez filho preparados e ornados com pelicas para as cavalharias de José Mascarenhas, dois dias antes do insulto; dizendo estes que serviram nele, (quando nenhum destino lhes dá, nem ainda o Marquez seu dono nas quartas perguntas) como tambem o das Emboscadas e resta sómente descobrir o erro das contas que faz a Justiça a onze cavalos e outros tantos cavaleiros. É certo e a mesma Sentença reconhece, que José Mascarenhas fôra a pé, acompanhado tambem a pé pelos seus infelizes criados, João e Miguel Manuel Alvares copeiro ficou esperando no jardim que o dito Mascarenhas se recolhesse do insulto, como se lhe deixou ordenado, quando para ele partiu, e de resto contando os mais justicados, sobejam os cavalos e faltam os cavaleiros; e havendo cavalos sobejos, é cousa bem notavel que o Mascarenhas e os criados João e Miguel fossem a pé, que não quizessem ir a cavallo, tendo tanta cavalgadura sobeja, até para fugirem mais depressa e evitarem o se-

rem seguidos por alguém que ao passar pelo sitio, ouvissem o estrondo dos tiros, não sendo verosimil, que deixasse de tomar para si e para o criado, o mesmo conselho que tinha dado aos dois assassinos.

É cousa pasmosa, que uma historia tal como esta, appareça autorisada na sentença destituida de toda a probabilidade; e deduzindo-se clarissimamente da devassa, que não houve mais cavalos, que os dos dois assassinos; que o Mascarenhas para evitar toda a suspeita que lhes seria funestissima, não consentiu, que fossem nos seus proprios cavalos, mas lhes ordenou, que os comprassem, por prevenir-se contra a mesma suspeita; quiz antes passar pelo incomodo, de ir a pé para o insulto, para que não vendessem logo os cavalos, que lhe comprára, para que vendidos immediatamente depois do mesmo insulto, se não pudesse suspeitar, que para ele se compraram. Como pode pois acomodar-se tanta prevenção antecedente, tanta cautela e posterior advertência, com a anterior relaxação, de mandar preparar, não menos que nove cavalos, e mandá-los conduzir por criados para as terras e lugar do insulto, na mesma noite dele, de que servia aquela advertência, depois de executado o insulto, se o segredo dele se havia relaxado na mesma noite, em que foi cometido?

Merece o mesmo conceito a historia da finta, que deu tão pouca autoridade á sentença que fez vacillar a fé dela, não só neste reino; mas nos Estrangeiros; e fazendo-se duvidosa em uma parte, ficaria suspeita até na verdade constantissima, de que José Mascarenhas e os dois assassinos foram os barbaros executores do insulto, como succede em todos aqueles, que se não estabelecem em fundamentos, que os façam respeitar. Se a critica pode entrar em uma parte por argumento contra a verdade das outras. É indubitavelmente certo, que desta finta não houve prova ou vestigió algum na devassa, nem teve mais existencia, que na simples declaração de José Mascarenhas, e isto só bastou para que se acreditasse, como verdadeira. Disse o mesmo Mascarenhas, que concorrêra o Marquez de Tavora pae com doze moedas, a Marquezza sua mulher com dezeseis, oito por si e oito pela Condeça de Atouguia sua filha e com doze as mais pessoas que aponta, entre as quaes as dividiu para que todas completassem as quarenta moedas, dezeseis por uma

vez, quatro por outra e ultimamente com 20, dois dias depois do insulto; mas foi tão miseravel, forte miseria! que quiz tirar a salvo toda esta despeza, condenando e juntando todas as pessoas e familias que aponta e andando pelas portas delas, mendigando estas vilissimas esmolas, e este para que? para se tirar a vida a um rei, achando logo as bolsas abertas para este sacrilegio, como se fosse para alguma obra de religião e de piedade.

Tudo isto pretendeu fazer crível a sentença, mas como? attribuindo só á marquezia 16 moedas, que declarou o Mascarenhas tinha dado 8 por si e 8 pela condessa sua filha, para que melhor se assentasse o titulo de chefe da conjuração, com que é tratado; e nesta infelicidade estão conformes, o que se imprimiu com a dos autos, estão porém diformes entre si a respeito das 8 moedas, que a sentença manuscrita diz, déra a condessa de Autouguia por seu marido, e a impressa diz, que as dera o mesmo marido, de sorte que até aos juizes da sentença pareceu incrível esta declaração do Mascarenhas; porque a applicaram só á Marquiza mãe as 16 moedas, das quaes 8 tocavam á filha e entendendo que era inverosimil o auxilio desta, sendo só o marido o que havia de padecer? Escreveram na sentença, que ela dera as 8 pelo mesmo marido; a sentença porém, que corre impressa diz que ela fôra a que as dera. Assim arbitrariamente em um ponto tão substancial se faz a conta a este imaginario concurso; mas se isto é mau, foi peor ainda o não se fazer caso das 12 moedas, com que, disse o Mascarenhas tinham concorrido outras pessoas e familias, sem poder haver fundamento para a occultação de outros concorrentes; porque se estes se omitiram na sentença, por se não fazer crível o seu concurso, logo mentiu o Mascarenhas. E que razão ha para se acreditar o das outras, saindo todas da boca do Mascarenhas, e não havendo deles, outra alguma prova? Refutar parte das declarações, que ele fez por falsas, e acreditar outra parte das mesmas por verdadeiras, é contra os principios de todos os direitos e é fazer despotico o Ministerio de julgar o que deve ser regulado. Além do que a mesma sentença seguindo a declaração do Mascarenhas, diz que com a dita finta perfizeram as 40 moedas, ou 19200, que se deram aos Assassinos, e pelas contas que faz, não apparecem senão 36, ao mesmo passo

que o mesmo Mascarenhas nas que armou desta finta, se dê por endemnisado de toda aquella despesa.

Pode pois entrar em juizo são e prudente que não foi falsa e mentirosa esta declaração do Mascarenhas, se até os juizes foram os primeiros, que da verdade dele duvidaram. compondo-a em forma que a pudessem fazer crível. Se ele mentiu tão desornadamente nesta a respeito do concurso dos Tavoras, qual é o direito por que se deve acreditar nas outras ?

Mentiu tambem com a mesma desordem na resposta, que deu á pergunta sobre o ajuntamento em sua Casa na manhã immediata ao Insulto, dizendo concorreram nele o Marquez de Tavora pae e filho José Maria ajudante das Ordens, a condessa de Autouguia, e outro de cujo bom concurso pecuniario, não quiz falar a Sentença e que de uniforme acordo todos os concorrentes, se increparam os Executores do Insulto, que dissera José Mascarenhas : «Cá pelo Homem, não havia de escapar». O Marquez de Tavora moço : «Se assim como tomou pela calçada abaixo, tomasse pelo caminho de cima, etc.» a que se referia (como se escreve abaixo das ditas palavras) a Emboscada daquela parte estava de reserva, esperando ao dito Senhor depois dos primeiros tiros.

Já fica convencida a falsidade destes ajuntamentos e desvanecida toda a idea daquelas esperas e emboscadas, pelas duas testemunhas contestes, e de facto proprio, e pelas mais provas e inverosimilidades expendidas ; são porem muito dignos de se apontarem, algumas notas para mais convencimento deste embuste.

Na tese em primeiro lugar, que tinha dito, que só communicára a Confederação dos dois Marquezes de Tavora pae e filho, e ainda a esses separadamente, e aqui diz, que de comum acordo, dos que se acharam naquela conversação, se tinha arguido e increpado os assassinos, supondo os a todos já confederados. Na tése em segundo lugar, que dando a dita sentença para prova deste ajuntamento ao sobretudo José Manuel da Silva Bandeira, nada disse dele, antes da turturação, e o que disse depois, não contesta porque ao mesmo Mascarenhas, attribue as palavras ditas á Duqueza : «Se assim como foi pela Cal-

çada abaixo etc.» e as palavras «Cá pelo homem etc.», que o Mascarenhas attribue a si mesmo os declarados proferidos pelo mesmo Marquez filho, e o que deste encontro e diversidade se tira, é que ambos mentiram, mas estes são os milagres da tortura, de que logo se tratará. Note-se em terceiro lugar, que o respondente tinha declarado, que a emboscada de cima, a fizeram o cabo de Esquadra e o soldado, depois substituiu em lugar deste o Marquez de Tavora pae, e aqui diz a fizera o Marquez filho e ao mesmo tempo nas quartas perguntas, não faz figura o dito Mascarenhas moço em emboscada alguma, o que é tanto verdade que acaba de confirmar liquidamente as testemunhas produzidas pela justiça que declaram, passára toda a noite no baile, que houve em casa do dito respondente.

Note-se em quarto lugar, que tendo negado constantissimamente que o ajuntamento da mesma noite, depois de cometido o delicto, e negando até ao ponto de querer ser confrontado com as testemunhas que tivessem declarado o contrario aqui dá por certo o ajuntamento posterior da manhã seguinte não foi perguntada pela incoerencia de negar um, e confessar outro, e nestes termos deve precisa e juridicamente assentar-se, que falou verdade quando negou o primeiro porque em abono dela está tudo quanto há de certo na devassa e que mentiu quando confessou o segundo.

Mentiu tambem na declaração que fez contra a Marquiza de Tavora D. Leonor; abaixo se tratará desta infeliz Marquiza; porque a desgraçada sena, em que a fez figurar a sentença é digna de muito especial reflexão.

Tornou a mentir na terceira emboscada, que fingiu dos dois homens, armados, que mostraram como diz, nas Facas, Palhavam e Coimbra, sendo aparelhados para esse efeito na Cavalharia dele respondente, fôra dar-lhe as ultimas ordens do Sota Manuel do Nascimento, o qual as mandara conduzir para as terras onde o mesmo respondente fôra dar-lhe as ultimas ordens; assignando-lhes o lugar, em que deviam esperar, e ordenou de lhes atirarem com duas clavinas e dois pares de pistolas que ele respondente tinha mandado buscar pelo seu guarda-roupa Manuel Alvares, á casa onde as guardava o seu estribeiro José Manuel, sendo ele respondente o que de sua mão as

déra e os ditos homens, para atirarem, quando a sege chegasse a passar pelo dito lugar. E preguntado, quem eram os taes homens respondeu que era o Conde de Autouguia e José Maria ajudante das Ordens.

Já fica convencida a historia dos dois cavalos, que o mesmo Manuel do Nascimento negou, antes de atormentado, que tivesse mandado aparelhar; e que ainda depois do tormento ou nele, sendo-lhe dada, só por despacho do escrivão, disse sómente que em uma noite, que lhe não lembrava qual fosse (como se a do insulto podesse esquecer a um criado, que nela tivesse mandado aparelhar cavalos, e conduzir para as terras, onde foi cometido) mandára aparelhar aquelas duas facas; e como se não lembrou qual fosse a noite, não pode presumir-se, que fosse a do insulto, podendo proceder outras muitas em que elas se aparelhassem ou para o Mascarenhas ou para quem lh'os pedisse.

Resta o convencimento da mesma mentira pelo que respeita ás clavinhas e pistolas e ele se acha feito na devassa. Aos dois assassinos não quiz dar armas e pistolas proprias, tendo as, para que da falta delas, se não formasse alguma suspeita em sua casa, ordenando-lhes as comprassem com o dinheiro, que lhes déra pela primeira vez; e como se pode fazer crer, que para armar os dois cavaleiros os mandasse buscar á casa (sem se lhe preguntar por quem) em tanta publicidade e devacidação! Oh! se ele fosse instado, como devêra ser, para salvar esta incoherencia, não seria facil que lhe dêsse saida, que pudesse acreditar-se; porem deixa-lo mentir, quanto ele quizer, sem instancias nem confrontações, e escolher depois dessas mesmas mentiras, convencidas pela devassa, as que haviam de fazer fundamentos da sentença deixadas as outras, por incriveis, não é proceder com espirito de justiça, é supor que os réos falsos, em umas declarações se podem reputar, verdadeiros nas outras, e é expor ao perigo de padecer a innocencia.

Não deve deixar-se no silencio, que podendo o mesmo respondente declarar as pessoas que figuraram naquella terceira emboscada, sendo tão facil em manifesta-las, as tratam sómente de dois homens armados; que ele fôra o que déra da sua mão as clavinhas e pistolas aos ditos homens, sem os declarar; e esta occultação está denotando que quando fingiu a mesma emboscada, lhe não lembraram as figuras, de que havia compô-la; porque a lembrar-

se dos que depois declarou, não havia tratar por aquela forma a dois fidalgos, que lhe eram tão conjuntos, supondo-os sujeitos ás suas ordens, como se fossem da mesma qualidade que os assassinos aos seus criados; o que dá bem a presumir que quando se viu precisado a dizer, quem eram os taes homens, declarou os primeiros que lhe lembraram, sem advertir, que não podia tratar por homens de armas, a uma criança como era José Maria, que a mesma sentença trata por ainda moço e verde official, e menos ainda o Conde de Autouguia, um fidalgo pacifico, de quem não tinha dado uma só palavra nas anteriores perguntas, nem que tivesse figurado nas fantasticas conferencias ou confederações ou chimericos ajuntamentos da noite do delicto e da manhã seguinte. E sendo certo e patente a toda corte a idea que de si mesmo fez antes de sugerido e torturado; aparece pela primeira vez nas ultimas perguntas um homem armado pelo respondente com o cunhado na terceira emboscada, que ele fingiu e aparece condenado para o embuste da finta em 8 moedas, que ele, nem deu, nem desembolsou. Pela mesma declaração do Mascarenhas, unico autor desta trapaça, e não declarando nada de si em tormentos, aparece condenado em ultima pena.

Todo o resto das mentiras, que compreenderam as taes ultimas perguntas, fica já desvanecido; é porem sempre digna de critica a mais severa, que tendo negado constantemente o ajuntamento na mesma noite do delicto, depois de cometido; chegando até a pedir confrontação com os que tivessem jurado o contrario; aqui, sem alguma repugnancia declarou o tal ajuntamento, sem se lhe fazer cargo, de que o tinha negado com tanta constancia nem ser perguntado pela razão, ou motivo que tivera para oculta-lo nas antecedentes perguntas, como era indispensavelmente necessario para saber-se quando falára verdade, segundo negára o dito ajuntamento, ou se agora quando o declarára? Mas isto que nunca esqueceu, e quem procede com espirito de justiça e de verdade; foi omitido pelo juiz e escrivão das perguntas, e sem salvarem a incompatibilidade de duas declarações diametralmente contrarias; sem fazerem caso da primeira estiveram arbitrariamente pela segunda; e sendo indispensavel assentarse, que o Mascarenhas mentiu em uma delas, quem examinar a devassa com espirito de verdade, que ele a falou na primeira e que mentiu na segunda convencida por fa-

bulosa na mesma devaça por provas claríssimas. Estes são os efeitos dos tormentos e o medo deles em um réo, tão debíl e tão fraco, como foi o Mascarenhas e os das mais causas que ficam apontadas.

Deve também notar-se em confirmação do referido, que chegou a tal excesso de relaxação e falsidade com o que estava disposto ou corrompido o animo do dito José Mascarenhas, para declarar quanto quizesse o juiz e escrivão das perguntas, que ultimamente nas quartas, chegou a ser advertido, tendo os mesmos interrogantes (coisa notavel) que não impuzesse falso testemunho, á pessoa alguma, por mais miseravel que fosse, depois de ele ter imposto tantos, guardarão aqueles interrogantes para o fim de todas as perguntas a impertervel advertencia, que deviam fazer-lhe e não fizeram logo no principio das primeiras; mas até esta advertencia posto que extemporanea, já sem efeito está indicando, que os mesmos interrogantes juiz e escrivão vacilaram sobre a fé e sobre a verdade de tão amplas, como desordenadas declarações, sendo desta duvida a prova mais decisiva, o adoptarem umas e regeitarem outras, por inverosimeis e incriveis, sendo necessario para que elas tivessem termo, que dessem por acabadas as perguntas por que se continuassem, não escapariam a uma animosidade atreçoada e mentirosa; todas as mais pessoas, que com um tal respondente tivessem parentes, trato ou amizade ou padecerão como as outras, ou haveriam mais declarações, que se relatassem por falsas e incriveis. É notavel o caso de D. Paulo de Anunciação, que declarando o Mascarenhas e por amizade que com ele tinha, que lhe declarára a idea do insulto, e até lhe déra a noticia de que não produzira os efeitos que desejava sendo preguntado o mesmo Pe. o que resultou das suas coherentes respostas, foi uma declaração no fim delas, que fizeram os interrogantes, que o mesmo Pe. se achava provavelmente inocente, ele o tinha feito consocio do crime, e os interrogantes declararam-lhe a inocencia. Aqui temos mentirosa no mesmo conceito dos interrogantes a contraria declaração do Mascarenhas, e se aqui houveram reputado tudo por falsa e inverosimil, como podiam pois acreditar as outras por verdadeiras, sem se atropelarem as regras fundamentaes de todos os direitos?

Mas estas são as declarações de José Mascarenhas, tão falsas e mentirosas, como fica demonstrado, tão distantes da verdade pelo que respeita ao concurso e cumplicidade

dos Tavoras, como fica a sombra da luz. E como podiam entrar em linha de prova contra eles, para fazerem a base da sentença sem ofensa dos direitos mais sagrados! Dado com tudo, que o conceito do juiz e escrivão das perguntas, fizessem contar os Tavoras, um indicio urgente as declarações de José Mascarenhas, sem embargo de serem contrarias, ao que tres dias antes tinha affirmado e confirmado quando então se devia crer, que nada mais tinha que declarar, confessando abertamente o seu proprio delicto e de ser o réu principal dele, que não merece credito; dado tambem que se persuadissem, que aquele indicio era sufficiente para a tortura dos cumplices, indicados pelo mesmo Mascarenhas, é verdade inegavel, que se não podia saltar de um extremo a outro extremo, sem violencia da humanidade e da razão, que é a alma do Direito natural. Deviam exaurir-se por isso os meios mais humanos de aclarar a verdade e não eram estes os de serem inculpadados cumplices e coriados com o seu denunciante! pois porque se omitiram em um negocio da tanta gravidade, em que devia tratar de averiguar-se a culpa sem perigo da innocencia! Já fica provado que todas as testemunhas que depuzeram com tormento nenhuma prova fazem contra os indicados cumplices, agora resta mostrar-se que cinco testemunhas que no tormento disseram contra eles todas mentiram, assim como o Marquez filho e Conde de Autouguia, no que declararam no mesmo tormento, é porem necessario dar-se alguma idea dos tormentos e das imperteriveis regras deles, para se ver e concluir a violencia e nulidade com que foram transgredidas com perda hoje irreparavel da vida dos torturados.

São os tormentos no sanissimo sentimento de direito e dos direitos uma cruelissima especie de averiguação de delictos e uma prova fragilissima deles, a mais segura invenção para extorquir a mentira de ambos, a mais exorbitante das regras ordinarias de direito que não sofrem a imposição de uma pena orta, forte e de dano irreparavel, por um delicto ainda duvidoso, abandonada por isso do foro criminal destes Reinos, por um uso contrario ás leis deles, legitimamente proscriuto, com sciencia e aprovação dos Augustissimos Monarchas dos mesmos Reinos á excepção somente dos casos (que nunca de ordinario acontecem, de uma conjuração de muitos contra a vida e Esta-

dos Soberanos, em que a necessidade indispensavel, faz prevalecer a segurança publica, contra o incomodo particular do delinquente atormentado.

Fez a gravidade daqueles casos praticavel o uso dos tormentos, mas não apartar do metodo e das regras, com que deve impôr-se esta pena; nem entre as especialidades que os direitos apontam no atrocissimo crime de que se trata, se conta alguma ao dito respeito nem a podiam contar, porque tambem não a ha nos crimes de lesa Magestade Divina, consistindo o privilegio, em se poder usar com uns e outros, pela sua immensidade e pelas suas consequencias, daquele mesmo de averigua-los, ficando sempre dependente em ambos os ditos crimes das regras da combinação e do calculo que devem seguir os juizes, que se acham na urgencia de o meter em uso.

Seria sumamente estensa esta sentença se nela se exercessem todas as regras que faz necessario a tortura, não devem porém os excessivos e imperperiveis ficar em silencio.

E' agora regra capital na materia, quando o tormento se admite em quanto se acha duvidosa a prova dos delictos, que deve de ser de tal forma, proporcionado á igualdade dos indicios, que purgados com o tormento fiquem sempre (no caso de não confessarem os réus) os que bastem para darem lugar a alguma pena, e perseverando os mesmos réus negativos, não houve até agora quem ensinasse ou escrevesse, que podem ser castigados com a pena ultima. Isto suposto contra o Marquez de Tavira pae e seu filho José Maria, se não provava o delicto, por isso mesmo que foram torturados, perseveraram constantemente negativos e foram condenados ao ultimo e cruel suplicio.

E' a segunda regra infalivel, que aos réus e principalmente aos que hão de ser torturados negando se não podem fazer perguntas sugestivas, dizendo-lhes que contra eles e contra os cúmplices, se provam os delictos, pelo perigo de se lhes estorquir, por meio de tormento a mentira, como é mais que provavel; porque desenganados os réus com uma tão suggestiva certeza, de que sempre ele e os cúmplices morrem, facilmente confessariam o que nem eles nem os mesmos cúmplices cometeram, querendo antes padecer uma só pena, que duas. Não podem ser especialmente preguntados, se eles ou outros cometerem o delicto, mas só em geral se sabem quem o cometeu. O

contrario é sugerir, não é inquirir, como são palavras formaes de textos expressos; o que precede tanto sem duvida que as confissões assim extorquidas em tormento nada valem, ainda que se ratifiquem, por levarem sempre consigo mesmas o intrinseco e insanavel vicio de sugestão com que foram seduzidos os reus. Neste infeliz estado se acham o Marquez Luis Bernardo e o Conde de Autouguia, que foram sugeridos e enganados nas perguntas (como elas mostram) dizendo-lhes antes do tormento, que contra eles e contra os mais, chamados cúmplices, se provava todo o conteudo nas sugestivas perguntas: assim o declarou o mesmo Marquez ao Procurador e assim deduziu na defeza que lhe faz, e porque negaram vieram atormentados e já desenganados que morriam a confessar dos denominados cúmplices, por declinarem as dôres do tormento entendendo que no estado em que se lhe dizia eles se achavam. os não gravariam as suas declarações. E que prova podiam fazer estas extorquidas com tanta sugestão, seducção e nulidade nem contra os declarantes (porque de si nada disseram) nem contra os cúmplices, assim por eles declarados, mas uns e outros padeceram a ultima pena! E' a terceira regra que sendo o tormento uma prova subcidiaria, a que se não recorre, senão na ultima extremidade quando de outra forma não pode constar do delinquente, e por isso ainda depois de exauridos os outros meios, deve por ser intimidado aos réus o decretado tormento; ou porque podem alegar alguma razão, que dele os releve, ou porque pode bastar o medo do tormento, para que confessem, como não poucas vezes acontece. Tambem esta humanissima regra não teve observancia alguma; porque os infelizes torturados, só sabiam dos tormentos quando eram mandados deitar sobre os potros, bastando a simples negação dos delictos, para se passar logo deste extremo ao ultimo da mais cruel tortura, com offensa gravissima da humanidade.

E a quarta regra, que a confissão que o réo fizer na casa do tormento ou depois da noticia do decreto, que nele o condenou, deve ser ratificada fóra da dita casa, depois de passados alguns dias, termo que deve regular-se pelo gráo do tormento que soffresse o atormentado e estado em que ficou, não podendo ratificar-se antes de passar aquele proporcionado termo, nem dilatar-se a ratificação por muito tempo; de forma que a confissão que o réo fez no tormento, ou com o medo dele, de nada vale.

se não depois de legalmente ratificada; devendo o réu ser perguntado, se se lembra da confissão que fez em tal dia e em tal estado! Se é verdade o que então disse e o afirma, ratifica e diz de novo sem medo, força ou violência alguma! E assinando a ratificação desde o instante, em que a fez, é que principia agrava-lo a sua declaração. Também nada disto se observou; porque primeiramente mostra a devassa, sem ratificação todos as declarações que fizeram em tormentos os criados de José Mascarenhas e dos Marquezes de Tavora pae e filho á exceção sómente da que fez Braz Romeiro, que por isso mesmo, que foi o que mentiu mais desordenadamente como logo se mostrará, houve o cuidado de ratifica-la no dia seguinte outras com ratificação feita immediatamente aos tormentos, na mesma casa deles sem assinatura dos atormentados, ainda com os estragos dos crueis tormentos que sofreram com ignorancia, até da ordenação do Livro 5.^o Tit.^o 134 §. 10. Outra finalmente dahi a dois dias, qual a do referido Marquez de Tavora filho em que (além das sugestões e seducções que ficam advertidas e provadas) se faz digno de tratar-se, que levando só um trato, que o não podia inhabilitar, para assinar na ratificação e muito menos depois de passados dois dias, não aparece assinada por ele, mas só pelo escrivão, a seu rogo, que o seu processo se não acha numerado, senão até a 5.^a folha, e que não sendo ele, nem dos mais eloquentes, nem dos melhores rhetoricos, aparecem as declarações que fez no tormento com mais bela ordem, deducção e clareza, que nenhuma dos outros, fazendo metodicamente discreto a muita dôr do tormento, em que as produziu. Com estas previas luzes dos tormentos e das suas regras, melhor se qualificam as testemunhas que cederam á violencia deles, e os que nos mesmos perseveraram constantes, sem se concluir a verdade de umas e as mentiras das outras. Disseram em tormento cinco testemunhas contra os Tavoras ou 7 entrando tambem o Marquez Luis Bernardo e Conde de Autouguia; perseveraram porem constantes no tormento sem nada dizerem contra os Tavoras, que os faça culpados no insulto, como foram Manuel da Costa porteiro do Duque, o criado João Miguel, o guarda-roupa Manuel Alvarez, o cocheiro Joaquim dos Santos, Antonio Marques ferrador da cavalaria do Marquez pai, o sota cavalaria José Fernandes, José Antonio seu bolieiro, João Bernardo seu criado, o mesmo Marquez pai e seu filho

José Maria; e se os das 7 pessoas que cederam ao tormento falaram verdade, então faltaram a ela as 20, que lhe não cederam; e pelo contrario, se estas sustentaram a verdade, mentiram aquelas. Passado ao exame das sete, mostra-se pela devassa, que se lhes sugeria nas perguntas anteriores ao tormento o que pertendia que declarassem nele, e que ainda assim tomaram mal o ensino, disse Antonio Dias, que nos cavalos que levava para as terras, montaram em um o Marquez pai e em outro o Marquez filho, e em outro o Conde de Autouguia, em outro José Maria o conego, o Marquez pai, declarou o Mascarenhas, que fizera a emboscada, com Braz José Romeiro. Quanto ao Marquez filho prova-se legalmente pela devassa que não figurava em alguma, e que passara a noite no baile, que houve em casa do mesmo Mascarenhas, e com esta materia o defende o Min.^o Procurador, pelo que ouviu a ele mesmo José Mascarenhas. O Conego, nem o minimo vestigio ha na devassa, que figurasse no insulto, e o Conde de Autouguia é dado pelo Mascarenhas nas suas mentiras, fazendo a treceira espera com seu cunhado José Maria. Veja-se em que juizo pode caber o credito destes disparates! Fez bem o escrivão em não ratifica-los, porque a ratificação não pode fazer o milagre, de que as mentiras passassem por verdades. Disse José Manuel da Silva Band.* que em uma das esperas estava o Marquez pai e filho e em outra José Maria, sem declarar qual deles. Já fica mostrado, que nem o Marquez filho nem José Maria o conego, figuraram em emboscada alguma. Disse, que estando detraz de um resposteiro, na referida manhã de 4 de setembro, ouvira dizer ao Marquez filho as palavras «Ca pelo homem» ao mesmo passo que as ditas palavras as attribue o Mascarenhas a José Maria ajudante das ordens. Isto é o que se tira dos tormentos quando a eles precedem sugestões do que pertende saber-se dos torturados, mentiras desordenadas, extorquidas do mesmo rigor das turturas; tambem estas não tiveram ratificação, nem dela necessitavam. O que disse Braz José Romeiro, nada mais é necessario, do que lêr-se, para se conhecer logo ao primeiro golpe de vista, que mentiu, enquanto declarou. Não sofre a decencia que se repita toda a sua declaração por extenção. basta só o que refere lhe dissera o Marquez filho que estivera com seu pai na emboscada, acima da quinta das Vacas, quando como já disse, se acha legalissimamente provado, que ele

passára a noits no baile; lembrou-se porém ratificar as declarações desta testemunha sendo o que nelas mentiu mais destampadamente entendendo-se, que a ratificação as podia fazer verdadeiras Domingos Marques, depondo da historia dos 6 cavalos, que levára Antonio José, que não foi perguntado, mentiu com o mesmo Antonio Dias acima, que falando só de 4 cavalos, disse que ele fôra os que os levára. Manuel do Nascimento depoz da mesma arenga dos cavalos, que na noite do insulto sahiram da cavalaria do Mascarenhas os dois «Palhevam e Serra» sem dizer para onde, nem quem os levára; diz dois cavalos do Marquez filho, conduzidos para a cavalaria do Mascarenhas, dois dias antes do insulto, pelo bolieiro do mesmo Marquez, Antonio José, que não foi perguntado, e que na mesma noite os selára e conduzira, sem dizer para onde. O criado Domingos Marques diz tambem dos cavalos «Palhavam e Serra» e fazendo menção de seis, só dá saída aos 4 na noite do insulto, e de nenhuma forma se pode fazer conteste com o que disseram os dois criados, de que faz menção Domingos Marques e Antonio Dias. Toda esta historia dos cavalos do Mascarenhas e Marquez filho fica convencida de mentirosa; não teve ratificação esta testemunha nem merecia mais credito com ela. As declarações do Marquez de Tavora filho e do Conde de Autouguia já tiveram as notas de que são bem dignas e já se demonstraram, que foram abortos da sugestão e da noticia com que foram enganados. Pelo contrario os das testemunhas que não cederam á violencia dos tormentos, nem influiram os Tavoras em confederação, emboscadas ou esperas, confirmaram-se com o facto e corpo de delicto, que consistiu em dois tiros disparados por dois mandatários e ordenados por um mandante, com os depoimentos contestes e do facto proprio dos dois irmãos Manuel Alvares e Antonio Alvares, com as primeiras e segundas respostas de José Mascarenhas, com todas as regras da verosimilidade que são só as que decidem em combinações de provas e ultimamente com a prevenção de direito, que não admite facto, cuja prova o não verifica. De tudo isto discordam as sete. E quaes devem então acreditar-se as 7 convencidas de mentirosas ou as ultimas! Quaes deveriam pesar mais na balança da justiça sempre pendente na mão dos julgadores, as 7 mentirosas e inconstantes, ou de constantes e conformes á verdadeira prova dos autos! Pode entrar nestes termos,

privilegio algum de provas nos crimes de lesa Magestade? A ordenação do Livro 5.º Tit.º 6 § 29 admite naqueles crimes como habeis, as testemunhas que em outros casos são inhabeis, mas esta ley se entende sómente da inhabilidade que provem de direito positivo, mas nunca da que nasce do direito natural, que é imutavel. Pode a ley remover a inhabilidade civil, como a do banido, de excomungado, do prodigo privado da administração de seus bens, etc, mas não a natural, como o furioso, mentecapto, mudo e surdo e só o testemunho destes é inadmissivel; porque a perturbação do seu entendimento e do seu animo, os põem nos termos de não saberem o que dizem. Este mesmo conceito merece o testemunho extorquido á força de tormentos um homem impaciente, rigorosamente atormentado, poderá julgar-se com menos perturbação e mais senhor das potencias da sua alma, do que um furioso ou um mentecapto, um perturbado de vinho! por isso nenhuma lei pode converter o testemunho forçado em testemunho livre e muito menos, o testemunho falso e mentiroso em testemunho verdadeiro; isto porém, que nem a lei podia fazer, fizeram os juizes daquela sentença. E quem dirá, que sem ofensa das regras do direito, mais sagrados é de direito natural indispensavel a defesa, e esta foi a que se negou aos réus deste processo (tendo se lhes mandado dar, sem restricção ou limitação alguma, pelo illuminadissimo decreto do dito Sr. Rey Dom José) por que se lhes concedeu deferir, que era moralmente impossivel, que eles a pudessem produzir ou provar.

Ocultaram-se os depoimentos das testemunhas que os culpavam, achando-se eles presos e privados de toda a comunicação. Figurar-lhes (por se não dizer fingir-lhes) um convencimento plenissimo das culpas que se lhe imputavam. Constranger os réus a defenderem-se todos com um só procurador, no brevissimo espaço de 24 horas e privados de todo o recurso contra a sentença era tudo quanto poderia sugerir a crueldade para escandalo da justiça e para impossibilitar aqueles infelizes á mesma defeza que fingia admitir-lhes uma apparencia enganadora, perfunctoria e inutil.

O mesmo é fixar os ouvidos ás queixas dos miseraveis, que sufocar-lhes as vozes, para que se não queixassem, occultar a onze réus as culpas ou a prova deles, que vale o mesmo que deixa-los a adivinhar aquele misterio ou aquele enigma. Reduzi-los a esperarem uns pelos outros,

para servirem aquele oraculo obscuro cada um de per si e para se desonorarem pelo ministerio e orgão de um só homem, no limitadissimo termo de 24 horas de largas decorridas e fabricadas muito a pressa em 26 dias e acontecidos havia mais de 4 mezes, são cousas impossiveis, e quem desta forma convida para a defeza, é sem duvida que a proibe. Concede-a um rei clementissimo e ordena que o procurador deduza de facto e de direito tudo quanto pudesse conduzir para defender aqueles réus de forma que não pudesse a innocencia ser oprimida, nem que a culpa deixasse de ser castigada. O juiz porém das perguntas (que os da causa até aqui não figuraram) restringe esta mesma defesa e o tempo necessario para produzir-se, impossibilita os meios e fecha os olhos, para não lêr as quartadas deduzidas pelo mesmo procurador. Mas que havia de ser, se quando appareceu a defesa por ele oferecida, já estava, antes de ser vista, despresada! Assim o fazem patente os autos; porque se mostra deles, que ainda no dia 8 estava perguntando e atormentando testemunhas o escrivão, que no dia 9 se fizeram os autos conduzos á nova meza das ordens, pelo que pertencia aos nove réus cavaleiros, que no mesmo dia se lhe fizeram sumarios, que no dia 10 se entregaram ao procurador os extractos das culpas, que no dia 11 se proferiu na dita mesa a sentença que exautorou e degradou da ordem, em que foram presos e os entregou á justiça real; que no dia 12 se se congregaram os juizes, que (depois de lhes ouvirem as culpas) condenaram a uns e outros réus, na ultima pena cruel e que ultimamente no dia 13 se mostra proferida, datada e assinada a sentença, que compondose de 23 folhas de papel, seria impossivel, que não estivesse lavrada muitos dias antes e consequentemente antes de vista a defesa, que nela se acha despresada.

O que porém acaba de levar a violencia ao maior ponto de escandalo é a tragedia, em que se fez figurar a Marquiza de Tavora, D. Leonor, fazendo-se-lhe cargo de visitas de seus filhos, filhas e genros, como se fosse crime, que os filhos e genros visitassem seus pais e sogros; das praticas que haviam em sua casa contra o governo do Sr. Rey D. José; das conferencias sobre o motivo, que importava que o mesmo senhor deixasse de viver; de ser aconselhada e persuadida para um tão barbaro parricidio, como lícito pelos influxos e conselhos de certos individuos de outro fôro, que frequentemente a visitavam; e de ar-

rastrar e precipitar em tão abominavel absurdo por força dos ditos conselhos a seu proprio marido, filhos e genro, pelo grande imperio que sobre eles tinha.

Quando nada do referido consta da devaça mais que pelas falsas, mentirosas e convencidas declarações de José Mascarenhas das que se extorquiram por força de sugestões e tormentos da boca do Marquez seu filho e do Conde Autouguia, seu genro, depois de seduzidos, de que não só contra eles, mas contra a dita Marqueza, sua mãe, e sogra, se provaram as falsas materias, de que foram compostas as perguntas, demonstrando-se muito ao contrario da devassa, por provas liquidissimas, de que nem os Tavoras entraram na conspiração e no insulto, e nem as pessoas a que se atribuiram aqueles conselhos influxos visitassem jamais a mesma Marqueza ou com ela tivessem praticas ou conferencias algumas, dado que em alguma ocasião se confessasse com o Pe. Malagrida (o que se não prova) seria sempre temeraria a presunção do veneno no confessorario; e de se das confissões com aquele padre se podessem deduzir indicios para tão tremendo insulto, seria necessario se chamassem, como réus ao juizo da inconfidencia quantos ele atraiu ao tribunal da penitencia, e ficaria notado a maior ou a menor parte da nobreza da Corte.

Sem embargo porêm de mostrar a mesma devaça de que toda aquela maquina, fundada naqueles conselhos e influxos e ainda a sentença os fez valer para constituir chefe do insulto a mesma infeliz Marqueza, e para se mandar conduzir do convento em que se achava para o lugar, em que havia de ouvir a sentença de morte, sem ser perguntada, nem defendida. Não podendo haver fundamento que se não repute ofensivo até da humanidade, para que fossem muitas vezes perguntadas os outros chamados réus e o não ser a Marqueza; darem-se os extractos das culpas dos mais comprehendidos na sentença ao procurador, e nada se lhe dar do que pertence á Marqueza, nem bem nem mal. Assim acabou os seus dias aquella desgraçada Marqueza, sem outra noticia da causa da sua morte, mais do que lhe deu a sentença que lhe foi notificada e o procedimento que com ella se teve, faz tambem a ultima prova do que se vê praticado nesta devaça, contra seu marido, filhos e genro.

Mas que conceito pode merecer até de si mesma desconfiada e das provas da devaça, em quanto toma por fun-

damentos tantos factos estranhos, de que na mesma devassa não parece o menor vestigio? Se uma tal liberdade pudesse permitir-se sem censura, nesta se expediriam outros, talvez de mais publica notoriedade em ultimo abono da verdade que se sustenta, mas deve reputar-se estranho tudo o que se não pode verificar pelos autos. Também não pode julgar bem da participação com que aquella sentença se executou, sem se admitir a menor replica aos réus se ella se negasse e os que verdadeiramente o tinham sido; teria a negação mais desculpa, porque nada poderiam dizer, que os relevasse, mas negar-se tambem e os que certamente não estavam convencidos pela devassa; e os que não foram, nem podiam ser bem defendidos no apertadissimo termo, que lhe foi concedido; foi violencia intoleravel que acabou de atropelar os sagrados e imutaveis principios dos direitos natural e divino, tantas vezes violados na devassa.

Mostrando-se pois em recapitulação de tudo o referido, os aggressores certos daquelle atrocissimo crime, convencida de falsa e fabulosa a denuncia que deu primeiro principio á inquirição contra os Tavoras, demonstrada a exclusão do concurso destes por testemunhas contestaveis e de facto proprio, e por outras mais provas de indubitavel certesa dedusida da devassa, convencidas de falsas mentirosas e entre si contrarias e irreconciliaveis as posteriores declarações de José Mascarenhas, e as extorquidas á violencia dos tormentos e com as sugestões, que delas mesmas se manifestam, umas sem ratificações, e outras com elas tão informes, como se tem feito patente e ainda estas mesmas assim falsas e informes, convencidas por outras de maior numero, que não cederam ao rigor da tortura, sustentando constantemente a exclusão dos mesmos Tavoras. Não pode deixar de deduzir-se a conclusão, que aqueles juizes, não por má intenção, que neles se não presume, nem por ignorancia porque eram doutos, mas por falta de tempo para o exacto exame, de que a devassa dependia (violaram inadvertidamente em todas as suas partes os luminosissimos decretos do Sr. Rey D. José, cheios de maior unção e piedade e obra do santuario da sua regia e constantissima justiça e atropelaram com uma absoluta ignorancia do mesmo Sr. as regras dos direitos natural e divino, que lhes tinha mandado observar, fazendo a mais incontestavel prova daquella mesma ignorancia o referido alvará, em que confirmou a dita senten-

ça quanto aos efeitos, que nele se dechararam; porque se fossem presentes ao mesmo Senhor as transgressões dos ditos regios decretos, tão sagrados, como os mesmos direitos, em que foram fundados, e que tinham padecido a inocencia daqueles mesmos condenados, como cúmplices, como seria passivel, sem offensa das regras e sublimes virtudes daquele senhor, que confirmasse a violação que a dita sentença a viu feita das suas justissimas disposições! Como seria passivel, que de seu motu proprio, sanasse ou suprisse nulidades não provenientes de direitos positivos, mas da inobservância de outras mais superiores. que o d.to senhor soube sempre mais respeitar, do que ofender. Como seria passivel, que autorisasse aquella confirmação se fosse informado, que a mesma sentença que confirmava tinha castigado a perfidia e a inocencia, com a mesma pena ultima e cruel! Seria o mesmo Senhor capaz de confirmar uma violencia e uma iniquidade? Sofreria em tal caso, o seu religiosissimo espirito, sem dar logo a passive' providencia a respeito do que padeceram os inocentes? Bastando pois a invariavel certesa do referido, para se dever julgar o dito alvará obreiteio e nulo em todo o rigor de direito, como contrario ás purissimas intenções do sobredito Senhor não podia a inalteravel justiça da mesma Senhora deixar de ouvir as vozes daqueles infelizes, que ainda respiram as suas cinzas; para que sem impedimento que fizesse o referido alvará, e sem embargo do lapso de tempo, que decorreu depois da sentença por serem imprescritiveis os direitos da verdade e da inocencia, se julgasse outra vez a devassa, segundo o seu verdadeiro merecimento.

O que tudo visto, e o mais que dos autos consta, com a mais, exacta e escrupulosa circumspecção, separando a verdade da confusão e da desordem, e a inocencia da perfidia, ficando em todo o seu rigor a sentença a respeito dos verdadeiros e acima mencionados réus do sempre sacrilego e abominavel insulto, cometido na referida noite de 3 de setembro de 1758, contra a sagrada e real pessoa do augusto senhor Rey D. José primeiro; revogam a mesma sentença pelo que respeita aos Marquezes de Tavora Francisco de Assis e D. Leonor de Tavora, seus filhos Luis Bernardo e José Maria de Tavora e seu genro D. Jeronimo de Ataide, conde de Autouguia, por se não provar, que fossem cúmplices no referido insulto ou para elle concorrentes. Declaram que não incorrerão em nota

ou infamia alguma. Absolvem a sua memoria e restituem todas as familias dos sobreditos as suas honras e ao uso do apelido de Tavora, que lhe foi proibido pela mesma sentença. Palacio da Nossa Senhora de Ajuda em 23 de maio de 1781 com tres rubricas dos illustissimos e excellentissimos Secretarios de Estado dos Negocios do Reino, dos Negocios Ultramarinos, dos da Guerra e Estrangeiros, a que se seguem as assinaturas dos juizes «Castro» «Giraldes de Andrade» «Velho» «Emaus» «Lima e Castro» «Dr. Coelho» «Ribeiro de Lemos» «Dr. Costa» «Valle» «Teles» «Vidal» «Araujo e Silva» «Pissarro» (*). E á margem as palavras seguintes: «Fomos presentes e peço vista para embargos. Com duas rubricas dos dois Desembargadores, Procuradores da Coroa e Fazenda.

E não se continha mais em a referida sentença aqui com verdade de verbo ad verbum, fielmente transcrita e copiada, sem cousa que duvida possa fazer, e que se preciso for resalvada não vá, com a declaração porêem, que a mesma sentença não tem tido até ao presente efeito algum; por este se achar suspenso com tres qualidades de embargos, deduzidos pelo Desembargador Procurador da Corôa, a saber um por obreção e surresão e outros, «ex defecto integritatis processus» e os terceiros, que impuzeram a sentença e juntamente nela expendidos, afim da mesma se reformar que todos podem, sem a ultima decisão, como dos autos se manifestar, aos quaes em tudo me reporto debaixo da fé, que Sua Magestade se dignou confiar-me, com a qual eu o Desembargador Henrique José

(*) Luz Soriano (cit. *Historia da guerra civil*, I, 204) dá pela seguinte forma os nomes destes juizes, todos doutores: José Ricalde Pereira de Castro, do conselho de S. M. e desembargador do paço, designado relator, — Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Andrade, também do conselho de S. M. e desembargador do paço, — Manuel José da Gama e Olival e Jeronimo de Lemos Monteiro, ambos do conselho e da fazenda de S. M., — Francisco Antonio Marques Giraldes de Andrade e Francisco Feliciano Velho de Mesquita Castelo Branco, também do conselho de S. M. e deputados da Meza da consciencia e ordens, — Tomas Antonio de Carvalho de Lima e Castro, juiz dos feitos da fazenda, José Joaquim Emaus, corregedor do crime da corte e casa, Inacio Xavier de Souza Pinto, José Pinto de Moraes Bacular, José Roberto Vidal da Gama, Domingos Antonio de Araujo, João Xavier Teles de Sousa e Constantino Alvares do Vale. F. L. Gomes no seu livro cit. (*Le Marquis de Pombal*) também menciona esses 14 juizes como Soriano, de cuja narrativa parece que se serviu, havendo apenas ligeiras alterações em alguns apelidos.

de Mendonha Benevides Cirne, depois de conferir esta certidão com os originaes, de que foi extraida e passada em 66 meias folhas, por mim numeradas e rubricadas com a rubrica «Dr. Mendonha» de que uso, e achar que com os mesmos originaes se conforma, a subscrevo e assino com minha assinatura, para o fim de ficar autentica e legalisada. Lisboa 20 de agosto de 1791. Henrique José de Mendonha Benevides Cirne. E outrosim declaro e certifico, que as palavras escritas no fim da sentença e á margem dos mesmos, são da propria letra do Desembargador Procurador da Corôa, que foi quem pediu vista para embargos e quem depois a embargou. Era ut supra, em que é o sobredito Desembargador. Assim o declarei e novamente assinei «Henrique José de Mendonha Benevides Cirne», e tresladada a concertei com a que me foi presentada, que está encardenada em pasta e todas as 66 folhas, de que se compõem, estão rubricadas, com o apelido Dr. Mendonha e á mesma me reporto que tornei a entregar a quem a apresentou. Lisboa 16 de setembro de 1791 e eu tabelião Joaquim José de Brito a subscrevi e assinei em publico e raso «Lugar de sinal publico» em testemunho da verdade Joaquim José de Brito.

Joaquim Manuel Gomes de Carvalho tabelião publico de notas nesta cidade de Lisboa e seu termo, por S. Magestade fidelissima que Deus guarde, certifico, que eu conferi, vi e examinei a certidão retro, tirada em publica forma pelo tabelião meu confrade Joaquim José de Brito, da que se acha encadernada em o livro deposto forrado de carneira parda, que contem em si 66 meias folhas de papel, todas rubricadas com o apelido que diz «Dr. Mendonha». E por ele assinada. a cuja certidão me reporto. Esta não leva borrão, entrelinha ou outra alguma cousa, que duvida faça, e só sim nesta se acham emendadas as palavras em oitava lauda; na regra 14 «Regras» na lauda 9 a regra 10 a palavra «sentença», na lauda 22 regras 14 a palavra «até requerer» e na lauda 8 setenta e quatro regras 21 as que diz «dois cavalos» e para assim constar, fiz o presente concerto, que assinei em publico e raso. Lisboa 16 de março de 1792. Lugar do sinal publico. Em testemunho da verdade Joaquim Manuel Gomes de Carvalho. Etc., etc., etc..

FIM

Conciliação de dois passos de duas cartas de Afonso de Albuquerque

A pag. 145 do Vol. XV desta revista publicou o seu finado e saudoso director, Ismael Gracías, o seguinte sob o título de «O filho de Afonso de Albuquerque»:

«O sr. J. X. Gelasio Faria, de Loutulim, que emprega os seus ócios de proprietário e advogado em estudar antigalhas, escreve-nos o seguinte: «Afonso de Albuquerque na carta que enviou de Goa a Duarte Galvão, dizia que não tinha mulher, nem filhos, nem pai, nem mãe, nem irmão; mas na ultima carta que dirigiu a el-rei D. Manuel, a 5 de Dezembro, recomendou-lhe seu filho a quem deixava toda a sua fazenda, que era pouca, com a obrigação de seus serviços que era grande, e pediu ao monarca que o fizesse grande, etc. Como conciliar estas duas passagens?»

Ismael Gracías convidou os estudiosos a discutirem este assunto, reservando-se dar oportunamente o seu parecer e dizendo que as duas cartas citadas se liam a pag. 402 e 380 do tom. I das «Cartas de Afonso de Albuquerque», ed. da Academia das Sciências de Lisboa.

Ao convite acudiu só, da distância de duas mil léguas, o nosso eminente conterrâneo e sábio orientalista, sr. dr. Rodolfo Dalgado, que, não obstante ter por campo da sua predilecção a lexicografia luso-oriental, não descursa assuntos históricos e sociológicos, como se vê dos seus eruditos e bem ponderados artigos que de raro em raro vem publicados no *Heraldo* desta cidade.

Sobre o assunto em questão, discorre com bem reflectido critério, nos seguintes termos:

«O conquistador de Goa, com «muito grande saluço, que he sinal de morrer», escreve a el-rei o seguinte: «Eu, senhor, deixo quá esse filho per minha memoria, a que deixo toda minha fazenda, que he assaz de pouca, mas deixo lhe a obrigacãm de todos meus serviços, que he mui grande ... peço a vos alteza por merce que se lembre de tudo isto, e que me faça meu filho grande e lhe dê toda satisfacãm de meu serviço ... e as minhas tenças, as quaes comprêy pela maior parte, como voss alteza sabe, beijar-lhey as mãos pollas em meu filho».

O filho, que o herói á hora da morte recomenda com tanto encarecimento á régia benevolência, é Brás de Albuquerque, autor dos *Commentarios de Afonso Dalboquerque*, no qual D. Manuel galardoo liberalmente com honras e riquezas os assinalados serviços do pai, malsinado por aúlicos enredadores e invejosos. João de Barros e Faria e Sousa, que extratam a carta, mencionam o nome de Brás de Albuquerque.

O mesmo Afonso de Albuquerque, escrevendo, a Duarte Galvão, alguns anos antes (a carta não tem data), diz: «Eu, senhor, tenho uista ha conta que me sempre déstes dessa pobreza que lá tenho, da qual uos nam que-reis aproueytar; e pesa me a mim mui bem, porque não tenho eu mulher nem filhos nem pai nem mãi nem irmão, senam vós soos, de que me eu muito prezo».

Vê-se claramente do contexto que se trata aqui de filhos *legítimos*, como se trata de mulher *legítima*. Albuquerque nunca casou, e por isso não teve mulher (*uxorem*); e não tendo mulher, não podia ter filhos legítimos. Mas podia, sem grande desdouro, ter ilegítimos ou naturais, como tantos outros portugueses do seu tempo e da sua categoria os tiveram.

E de facto, Brás é somente filho natural, que o Grande Afonso de Albuquerque houve em Joana Vicente em 1430 e tantos, e foi legitimado por carta régia de 26 de Fevereiro a pedido de seu pai. Vid. Visconde de Sanches Baena, *Resumo Historico e Genealogico do Grande Affonso de Albuquerque*, pp. 13 e 38.

Este documento, pela primeira vez publicado por Sanches Baena, foi desconhecido aos nobiliaristas anteriores, que affirmaram que o «grande homem, só á hora da morte é que declára ter aquelle filho». *Archivo Pittoresco*, III, 81 e 85. E nele se adimite a hipótese de haver filhos legítimos: «E hauendo depois filhos legítimos que o posam

herdar per direito que o dito bras nam haja mais da sua fazenda senom o que lhe elle pelo dito tertamento leixar».

Podia, portanto, Afonso de Albuquerque, sem faltar á verdade, dizer a Duarte Galvão, seu amigo intimo, seu protector na côrte e administrador officioso dos seus magros bens, que não tinha «molher nem filhos», que devesse enriquecer e enobrecer, e por isso pedir-lhe que se aproveitasse dos seus rendimentos. Mas estava convencido de que Galvão o não faria; pois lhe diz: «Na minlia fazenda vos nam hei d ousar de falar, porque o que vós fazeis por vossa propria virtude, nam no quero eu meter em neguociações: «basta saber que quem me deu ho seu, como vós, senhor, sempre fizestes, nam me lançará ho meu a lomje»

«Mas porque é que não alude na carta a seu filho Brás? Pode ser por qualquer de várias razões plausiveis. Nas contas que recebia regularmente do seu generoso agente entraria a mesada para o filho ou para a pessoa encarregada da sua educação. O pai poderia julgar mais prudente, quando o facto não era notório, prover ao seu sustento á socapa e por outra via, que não a de tamanha personagem como era Galvão. Na ocasião em que o espartano português manifestava o despredimento dos seus negócios particulares, aponto de declarar: «eu vos certifico que nam sei ho que tenho, nem cuido nisso, nem me lembra... porque tudo tenho esquecido, que d outra maneira nam se poderam sofrer os trabalhos desordenados da India, e as despesas e guastos dessa pobreza minha, que por bem de meu carguo nam posso leixar de fazer, que sam mayores, que o proueito de quá nem o ordenado que me sua alteza daa»; — nessa ocasião, como ia dizer, acho que seria mal cabido trazer á balha o fruto da sua fragilidade dos anos longe idos.

«Quando porêm se avizinhava o lance de se despedir do teatro das suas assombrosas façanhas, era de toda a conveniência tratar do futuro daquele que havia, na falta de herdeiros legitimos, de ser seu representante, e ter ao menos nele a recompensa condigna dos seus feitos, a qual em vida não lograra, pela desconfiança do monarca, a quem havia dado um império. E a insistência é bem asada, atenta a circunstância de ser natural o filho, e não, legitimo.

«Afigura-se-me que assim se conciliam os dois passos das Cartas. É possível que haja outra solução em que

eu não atine, pois o meu estudo da literatura luso-oriental não mira ao conhecimento da história, mas á lexicologia colonial».

Não se limitou, porém, sua ex.^a ao seu próprio modo de ver. Com a modéstia que o distingue e que é o apanágio de todos os espíritos verdadeiramente grandes, submeteu a solução que déra á aludida aparente contradição entre as duas cartas acima citadas á apreciação da Academia das Sciências de Lisboa. Esta douta corporação encarregou o sr. dr. António Baião, autoridade em assuntos relativos a A. de Albuquerque, de estudar o problema e dizer o que se lhe oferecesse sobre a opinião do sr. dr. Dalgado.

O ilustre académico não só se não afasta dessa opinião mas perfilha-a em termos que muito honram o nosso distinto conterrâneo, como se conhece do seguinte seu parecer, cuja publicação fôï autorizada pela Academia em sessão de 27 de Março último :

«É para mim muito honroso o desejo por V. Ex.^a manifestado de conhecer a minha opinião acerca do incluso parecer do sr. Rodolfo Dalgado.

Obedeço-lhe.

Infelizmente pouco posso acrescentar a tão avisada resposta.

Pode porventura contestar-se que o grande Afonso d'Albuquerque tivésse um filho legitimado? Não, evidentemente. Embora não chegasse a nossos dias o respectivo processo conhecemos a sua resultante, isto é, a carta de legitimação publicada por Sanches de Baena. Mas ha mais do que isso.

O governador da India recomenda o seu filho á benevolência regia á hora da morte e vem êle a ser não só o principal herdeiro dos seus serviços como também dos seus bens. Todos o reconheceram como filho de Albuquerque; reconheceu o a lei em vista da declaração paterna e reconheceu o o consenso unanime dos contemporaneos desde el-rei D. Manuel I até o mais humilde jornalista da quinta da Bacalhôa.

Como explicar pois o passo citado da carta a Duarte Galvão dizendo que não tinha *mulher, nem filhos, nem pai, nem mãe, nem irmão, senam* vos soos (Duarte Galvão) *de que me eu muito prezo*? Sómente como o faz o sr. Dalgado: Albuquerque refere se a filhos legitimos. Escreve

ao seu grande protector, Duarte Galvão, e para mais o afervorar na amizade apresenta-se como sósinho no mundo, apenas amparado pela amizade do seu prestimoso amigo. É quasi uma figura de rhetorica! ...

Isto tudo é dando de barato que o conquistador da India escrevesse a frase que lhe imputam, pois a carta de que se trata não foi copiada do original e nem concluida está. Encontra-se transcrita num codice da Biblioteca Nacional, dos da coleção alcobacense o n.º 475, cópia de meados do seculo XVI. Seria pois bem licito duvidar-se da sua autenticidade ou pelo menos supôr-se pouco cuidado na transcrição. No codice de que se trata ha cópia de mais cartas de Albuquerque ou a êle dirigidas. Como as obteve o copista? Inconfidencia de alguem? Cedencia de Duarte Galvão, ou dos seus herdeiros?

Sabe-se que o autor dos *Comentários* teve á mão as cartas do pai pois sôbre elas escreveu a sua obra monumental. É crível que êle mostrasse uma carta como esta se a supozesse para si deprimente?

Se valesse a pena poder-se-hiam a analisar e confrontar todas as cartas referentes a Albuquerque contidas neste codice, mas não vale pena visto ser tão simples e racional a explicação dada pelo academico sr. Dalgado, com a qual estou plenamente de acôrdo.

De resto, a bastardia não era *avis rara* nesses recuados tempos da história, e como a religião, que condena alianças não sancionadas pela igreja, predominava então em todos os actos de vida, sendo malvisto e quiza proscrito da boa sociedade quem procedesse em contravenção dos sagrados preceitos da crença católica, não repugna a crêr que Afonso de Albuquerque quizesse ocultar ao seu protector Duarte Galvão, homem de uma grande austeridade moral, o fruto dos seus amores illicitos com Joana Vicente.

O escritor inglês Mr. K. G. Jayme na sua importante obra «Vasco da Gama & his successors», quando trata da politica dos crismamentos, diz: «Para guarnecer os seus navios, fortalezas e feitorias, Albuquerque incitou os Portugueses de classes inferiores a casarem com indianas. Era-lhes isto menos desagradavel do que a outros povos europeus, pois estavam já acostumados aos amplexos das beldaes da Guiné e da Costa de Ouro. A mãe do proprio filho de Albuquerque foi uma negra...»

J. B. AMANCIO GRACIAS.

Sindabur, Chandrapur e as ilhas de Goa e Elefanta

VÁRIOS viajantes árabes, entre outros Al-Idrisi (século XII) e Ibn Batuta (século XIV), se referem ao porto de *Sindabur* ou *Sandabur*.

Al-Idrisi dá o seguinte itinerário:

«De Baruk (*Broach*) a Sindabur, ao longo da costa, 4 dias. D'aí a Bana (*Taná*) 4 dias» (1).

Ibn Batuta, que esteve na Índia cerca de 1342 a 1349, diz que acompanhou por mar Jamal Oddin, rei de Onor á ilha de *Sindabur* que foi tomada após uma grande resistência (2).

Al-Idrisi confunde *Sindabur* com *Sanjan*, entre Bombaim e Damão (3).

Mas o coronel Yule identifica *Sindabur* com a ilha de Goa:

1.º porque, segundo Ibn Batuta, a ilha de Sindabur estava dividida em 30 aldeias, como a ilha de *Tissuari*.

2.º porque o viajante árabe Al-Masudi notou a abundância de crocodilos no porto de Sindabur, facto que, segundo João de Barros, também se observava em Goa (4).

Os viajantes árabes não podiam, de certo, inventar os nomes das terras que descreviam; o que era natural e

(1) Elliot — History of India, II, 89.

(2) Lee's — Ibn Batuta, 175.

(3) Indian Antiquary, III, 116.

(4) Indian Antiquary, II, 114.

provável é que êles, por defeito de ouvido, corrompessem aqueles nomes. Ora Goa era conhecida na literatura hindu por *Gomant*. ⁽¹⁾

Por outro lado, diz Ibn Batuta ter visto em Sindabur duas cidades, uma hindu e outra maometana.

Ibn Batuta esteve em Sindabur no meado do século xiv. Ora, segundo os cronistas portugueses dos princípios do século xvi, a cidade maometana de Goa foi edificada em 1440 ⁽²⁾.

Não é crível que dentro de 70 anos (que decorreram de 1440 a 1510 em que a cidade de Goa foi conquistada por Afonso de Albuquerque) se adulterasse a tradição da época da fundação da cidade maometana de Goa ao ponto de induzir em êrro a Gaspar Correia, escrivão do conquistador da Índia.

Mas não haveria outra ilha, cujo nome se aproximasse de *Sindabur* ou *Sandabur*?

Diogo do Couto na sua *Decada* vii, escrita em 1601, descreveu a célebre ilha de *Elefanta* (assim chamada pelos portugueses), onde esteve em 1553, e diz que a mesma ilha era conhecida por *Santupori*, isto é, *ilha de oiro* ⁽³⁾.

Não será *Sandabur* ou *Sindabur* corrupção do *Santupori*?

A ilha de Elefanta, notável pelos seus monumentos architectónicos, é ainda hoje o *rendez vous* dos viajantes.

A inscrição em cobre do século xi, a que nos referimos no n.º 1 d'êste vol., menciona *Chandrapur* entre outros portos com os quais Goa mantinha relações mercantis.

Ora, segundo uma inscrição em cobre descoberta em Ratnagiri, o rei Avasara II, da dinastia dos Silaras, do Conção, auxiliou os dominantes de Chemulia (Chaul) e Chandrapur. ⁽⁴⁾

Diz John Fleet, na sua obra *Dynasties of the Kanara*

⁽¹⁾ *Māhabhārata*, *Bhīṣma Parva*, cap. 12; *Harivansa*, cap. 96; *Śaṅkhyādi Khanda* do *Skanda Purāṇa*, part II, cap. III.

⁽²⁾ Gaspar Correia—*Lendas da Índia*, II, 55.

⁽³⁾ Edição de 1777 pag. 261.

⁽⁴⁾ *Gazetteer of the Bombay Presidency* part. II. pag. 526

District, que *Chandrapur* não está identificado, sendo provável que seja *Chandgad* no distrito de Belgão ⁽¹⁾.

Se *Chandrapur* era um pôrto, como consta da referida inscrição, não pode identificar-se com *Chandgad* que fica no interior.

¿Não será *Santupori* de Diogo de Couto e *Sandabur* dos viajantes árabes corrupção de *Chandrapur*?

É certo que a ilha de Elefanta não dista muito de Chaul (*Chemulia*). Certo é também que os Silares dominaram no Concão do norte. E ha quem diga que na ilha de Elefanta ficava a capital dos Silares ⁽²⁾.

A. B. DE BRAGANÇA PEREIRA.

(1) *Gazetteer* cit. pag. 568.

(2) Gerson da Cunha—*The Origin of Bombay*, pag. 26 e 31.

Famílias portuguesas estabelecidas na Índia, cuja varonía se extinguiu

(Continuação da pag. 88)

II

D. Cristóvão Severim Manuel de Vilhena

General do Norte, Vedor da Fazenda da Índia. Veiu á Índia em 1726, tendo sido casado com D. Isabel Botelho da Silva, filha de Pascoal Gomes e de sua mulher D. Isabel Botelho da Silva.

Filho

Cristóvão Manuel Severim de Ataíde, senhor dos prédios «Manoel de Motta» e «Ayvão», tendo sido casado com D. Josefa da Costa Morais, filha de António José da Costa Morais e de sua mulher D. Teresa Maria Pereira e Sousa.

Filhos

1 — *Manuel Camilo Severim de Ataíde*, major de cavalaria, nasceu aos 27 de Fevereiro de 1775 e faleceu aos 23 de Dezembro de 1840, tendo sido casado com D. Josefa Rita Correia da Silva e Gama, filha de Manuel Correia da Silva e Gama, Fidalgo da Casa Real, Marechal do Campo, e de sua mulher D. Maria da Costa e Braga, de quem teve única filha, D. Ana Rita Severim de Ataíde

(avó materna do signatário) que nasceu aos 27 de Janeiro de 1800 e faleceu aos 27 de Novembro de 1877, tendo sido casado com José Joaquim Soares de Veiga, coronel de artilheria. Com geração.

2 — *D. Maria Manuel Severim de Ataíde*, que casou com Mateus de Sousa Falcão, capitão de Baçaim. Com geração.

3 — *José Maria Severim de Ataíde*, morreu menino.

4 — *D. Catarina Severim de Ataíde*, que casou com António Francisco Bêlico de Velasco, tenente coronel comandante das fortalezas de S. Tiago, S. Brás e Chorrão. Com geração.

A sua varonia era Manuel, nenhuma mais ilustre na Europa pela sua origem; e teve principio no Infante D. Manuel, de cujo nome, tomou o apelido; era filho de S. Fernando III do nome, Rei de Castela e de Leão e da Rainha D. Brites de Suevia, filha de Filipe, Imperador de Alemanha. Foram Condes de Vila-Flôr.

Braço de armas. Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Sousas, esquartelado das Quinas de Portugal e armas de Leão, no segundo os dos Manueis, no campo vermelho um côto de águia, com uma mão, e uma espada nela guarnecida de ouro e assim os contrários, tendo no centro do escudo o anel dos Meneses, em campo de ouro o anel — Timbre o dos Sousas.

(*Continúa*)

FRANCISCO MOURÃO GARCÊS PALHA.

VÁRIA VARIORUM

O Marquês de Pombal conspirador

O Sequestro dum Rei ? !

O que foi a conjura contra D. Maria I.

As prisões estavam atulhadas de fidalgos, de magistrados, de frades; mesmo prelados agonizavam, mesmo grandes do reino sucumbiam. O bispo de Coimbra jazia coberto de vermes numa torre, o marquês de Marialva vivia isolado, o duque de Lafões sofria num exílio.

Lógicamente havia atentados pessoais.

Os amigos do marquês de Pombal sentiam, depois d'êle, o bem que lhes queriam. Uma vez, á saída da secretaria de Ajuda, recebera com um pedregulho nas pernas. A escolta acutilára o esfarrapado que o lapidára e cujo nome se perdeu tanto como decerto a sua sombra nalgum sinistro calabouço. O desembargador José Ricaldes Pereira de Castro, seu parcial, quando vinha do despacho sentira zunir aos ouvidos os zagalotes disparados por dois mascarados. Mr. de Montigny, que então era em Lisboa o ministro francês, participava ao duque de Aiguillon, nesse ano de 1772, por Maio :

— «Os attentados que successivamente se commettem dão motivo a reflexões e seria bom que se descobrissem os seus auctores.» Não havia policia embora fôsem imensos os espiões. Manique ainda não chegára á intendência, apesar de já ser uma creatura do Marquês.

Agora, com toda a sua obra de repressão concluída, deixando apodrecer nas casamatas os seus inimigos, não receava as conspirações. O único conjurado era êle.

Não queria ver-se o desapossado do mando dum dia para outro e então tentava, cada vez mais, o seu golpe contra a princesa do Brasil.

Fôra pondo, pouco a pouco, fôra do ministério os colegas que não lhe convinham. Fazia-os desterrar. O abade Mendonça conhecia o processo. Erguera-se e numa noite a escolta de cavalaria o conduzira para longe: D. Luís da Cunha sabia viver; enervava-se. O outro deixava-lhe farrapos de influência. Martinho de Melo falava mal d'êlo ao rei em Salvaterra; nunca mais fôra nada apesar de se humilhar. Agora estava no gabinete para o desapossar José de Seabra, um verdadeiro valido do marquês. Mais do que valido, cúmplice. O novo secretário de Estado saiu da conjuração contra a princesa do Brasil. Sabia e reflexionava. Aquele era simples. Tratava-se de obter do rei que a sucessão passasse para o neto, o filho da esbelta D. Maria e do infante D. Pedro, José, como o avô e educado por um mestre todo dedicado a Pombal, frei Manuel do Cenáculo, bispo de Beja.

José de Seabra ficára pasmado com aquele golpe meditado havia quasi quinze anos, levado friamente com uma vontade tenaz, espreitando hora a hora se a criança real seria o fruto ambicionado para num momento a dominar, a fazer sua, continuar a governar á sua sombra, enquanto a mãe e o pai, passassem os dias nos *lausperennes* das suas igrejas queridas.

Um segredo assim tão grave, tão estranho, não se deixa cair dos lábios, mas o marquês carecia de alguém para o ajudar que fôsse como a sua sombra e não se contivera.

Trabalharia para conseguir do rei a sucessão do neto, o afastamento da filha e do genro; sempre o poder para êle, mesmo quando a morte aniquilasse o seu Rei.

*
* *

Numa noite de Janeiro, o ministro José de Seabra recebeu ordem para se recolher á sua quinta de Vizeu, devendo apresentar-se na cidade ao juiz de fôra. Pombal mostrava-se pesaroso, dava a entender que o soberano o desterrára por inconfidente, pois falava de certo negócio secreto, e inventára que metera um morgado num mosteiro, que o vexára, se portára mal, enfim.

Fôra, na verdade, inconfidente, mas dos desejos do mar-

quês. Narrára á princesa o que se tramava contra ella e, deixando a de sobreaviso, inutilizava a obra de Pombal.

Devia ranger os dentes de raiva o poderoso ministro. Uma escolta de cavalaria levou o desterrado para as prisões do Pôrto; depois uma nau o conduziria para o degredo no ultramar.

Mas nem por isso o valido deixava de conspirar.

D. José sofrera um accidente que o deixára com a boca torcida; sonhava apenas com a morte; toda a gente olhava o marquês como um homem que ia cair. No fundo dos seus aposentos, devorado por uma singular melancolia, (seriam remorsos?) o soberano só via o áulico:

— Desta vez é o marquês de Clermont quem põe as cousas a claro:

— *Sabia secretamente que o Rei, devorado de escrúpulos, desejava empregar o resto da sua vida na salvação da sua alma e pensava em abdicar a corôa em seu neto o Príncipe da Beira.*

«Havia já muitos annos que se fallava n'essa abdicção e não se admirava que o marquez de Pombal o tivesse assim insinuado, pois era o unico meio que lhe restava para conservar, depois da morte do amo, o poder absoluto que exercêra havia tanto tempo, no reino. Cápossára-se com cuidado da educação do joven D. José, cercára-o d'individuos que lhe eram todos affectos, mas parecia ir encontrar na execução do seu projecto maiores difficuldades do que imaginára. A Princeza do Brazil não cederia facilmente os seus direitos, sobretudo a favor d'um príncipe ainda incapaz de governar por si mesmo e que seria dirigido pelo marquez, e a rainha mãe defenderia com energia os direitos da filha.»

E no final chegava o pior, o terrivel, o desolador:

— «A princeza tem de novo recobrado no animo d'El-Rei uma parte do ascendente que o grande valimento do marquez de Pombal lhe fizera perder.»

E entrevê-se no fundo da recâmara régia, a filha vindo, com as suas mãos de mulher, ao lado da mãe, acariciar o rei, que até então só vivera na sombra do valido; avizinham-se os seus cuidados, as suas ternuras em volta d'elle, cousas que só quem ama sabe dar, que só a família pode fazer; enfim, o regresso dêsse doente de boca torcida, de ânimo abatido, roído de remorsos, do amor dos seus e do sossêgo da vida de ha muito abandonada.

Falavam já os plenipotenciários na morte próxima de

D. José, lançavam suas noticias e presagiavam quem succederia ao marquês como se fôsse elle quem deixasse o trono vago para o visconde de Ponte de Lima e D. José da Silva Pessanha, asseguravam.

Mas o enfermo tivera um assômo de saúde; ia inaugurar-se a sua estátua; Pombal gozava do crédito rejuvenescido mas vira bem como era odiado; ouvira o ranger dos dentes enquanto o rei parecia agonizar. Agora, porém, elle os esmagaria. Deslumbram-o por momentos com a furia da estátua, galvanizava aquelle corpo quasi hemiplégico, porém, novamente, o soberano recaía no seu melancolismo, na sua lifemania. A grande sombra de Pombal não o largava. Tinha já quasi oitenta anos, mas era robusto, encorpado, fazia estremecer os sobrados quando andava.

Os diplomatas continuavam a transmitir farrapos da conjura hábil do ministro ao contarem que tinha o rei afastado da sua capital:

— *«Essa precaução indica inquietação do ministro e apesar de ser impossivel penetrar quaes as medidas que tomaria em caso d'accidente imaginava-se que todas seriam relativas á sua segurança pessoal e a conservação do seu credito e reputação.»*

.....
«Elle empregava todos os meios para fazer subir ao throno o Príncipe da Beira.»

«Corre um boato que coincide com esta conjectura é o fazerem-se todos os preparativos para o casamento do dito principe com sua tia D. Maria Benedicta, apesar de haver entre elles uma differença de quatorze annos, mas o marquez pensa que haverá menos desgosto quando se vir privar da corôa filha do seu soberano para a substituir pelo tutor.»

Havia mais ainda em tal intenção: Era dividir a familia real, mostrar a D. Maria Benedita o trono e o amor do galante sobrinho, torná-la, dêste modo, sua devedoura e, para tudo se realizar, elle contava com o amo, agora mui fraco ainda, mais próprio para o seu domínio, se isso era possivel.

A paralisia já invadira as pernas do rei; de dia para dia piorava, e então o marquês preparou o grande golpe, combinou o desenlace da tragédia em que queria a vitória. Os físicos aconselhavam ao soberano, não os banhos das Caldas, como a seu pai, mas os do Estoril. Era perto

de Oeiras. D. José instalar-se ia na quinta do Marquês e ali, naquela solidão, livre de visitas, ambos frente a frente, êle o levaria a assinar a exclusão da filha do trono em favor do neto.

Mas a família real fôra também. Alojára-se no palácio como para o vigiar.

E a luta devia ter sido toda de sorrisos e de traições.

*
*
*

Abrira se uma chaga na perna do doente. Ia, pouco a pouco, descendo á sepultura e o encarregado de negócios de França narrava :

— *«A morte do rei será um acontecimento importante, sobretudo pela mudança que pôde produzir no ministerio. O Principe da Beira não é muito inclinado ao Marquez de Pombal e isso decerto o desconcertou nos projectos da grande resolução que se dizia, preparava para mudar a ordem da successão. Deante disto, limitar-se ha a captar o mais possível a sua confiança, meio falho o plano de desviar a ordem da successão».*

Era nestes momentos que êle devia odiar imenso aquelle José de Seabra da Silva, o perturbador das suas vontades. Então havia lances de tragédia, requintes de maldades. Mandára o do cárcere, sob prisão, para o Rio de Janeiro, depois para Angola ; o coração refervia lhe em cólera, ordenava que o internassem, o conduzissem para as Pedras Negras.

E tudo isto sem julgamento, sem ter sido ouvido — lamentava-se, depois, o desgraçado.

O marquês deixara tão pouco rasto da sua ordem que mal se sabia do condenado na hora da justiça. Mas não desanimava. O que não se conseguira com habilidade talvez se obtivesse á fôrça e para se provar a conjura basta ler o que o marquês de Clermont dizia para o conde de Teryennes na retirada de Portugal, datando o officio de Badajoz :

— *«Ha mais de quatro annos que se falla em Lisboa no projecto de fazer succeder no throno o Principe da Beira, já ligando-o ao governo d'El-Rei, já pela abdicação de Sua Magestade Fidelissima em favor d'este seu neto. A revolução está a ponto de rebentar e os preparativos de guerra, feitos no Algarve, não tem outro motivo senão responder ao auxi-*

lio que sua Magestade Catholica possa dar a Rainha de Portugal».

Chegára a êste ponto ; ninguém o excedia em vontade e em audácia.

Recuaria, porém, talvez por ver fugir-lhe o apoio mal lhe tiraram o poder, pelo terem inspirado antes as vítimas que saíam dos cárceres?!

D. José, já agónico, não soubera resistir á vontade do ministro, confiado em que o casamento do Principe da Beira com a tia causaria a divisão da familia real o que lhe poderia ainda garantir o poder.

Pedira que os casassem, o rei. Depois perdera a fala. Era um espectro deitado no seu leito com os grandes olhos fixos.

A Rainha fôra nomeada regente. Tia e sobrinho uniam-se pouco antes do soberano deixar a vida.

O marquês de Pombal, falha a sua conjura, rodava pelas ante-câmaras vestido de luto.

Iam abrir-se as portas dos cárceres. Preparava-se a sege que devia conduzir para o destêrro o ditador formidável que rolava enfim dos degraus do trono.

ROCHA MARTINS.

O terreiro do Paço histórico

O dicionário «Portugal» esboça as seguintes notas sobre a história do Terreiro do Paço, no seu estado actual:

«Na reedificação da cidade foi ordenado pelo decreto de 16 de Janeiro de 1758, que se fizesse o novo terreiro, indicando-se a forma como deveria ser construido. O engenheiro Eugénio dos Santos de Carvalho foi o encarregado do projecto, e quando se terraplanou a praça, logo se fêz o alicerce para o monumento a el-rei D. José, em que o marquês de Pombal já pensava. A praça levou tempo a concluir. Quando em 1775 se inaugurou a estátua equestre (v. neste vol. pag. 330 e seguintes), ainda a maior parte dos edificios em volta do terreiro (a não ser do lado oriental) estava por fazer ; para as pomposas festas que então se realizaram, improvisou-se um simula-

cro de madeira pintada, representando as secretarias e as arcadas como se haviam de construir. O marquês de Pombal deu-lhe o título de «Praça do Comércio», por estar ali a Alfândega, onde se costumavam reunir os negociantes. Naquela praça instalaram-se as secretarias de todos os ministérios, as repartições do correio e telégrafos desde o ano de 1881, o Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal do Comércio, a Junta do Crédito Público, a Alfândega, a Bolsa, etc. Na «Ribeira Nova», livro do sr. visconde de Castilho, a que já nos temos referido, vem a pag. 447 descritas as actuais medições do Terreiro do Paço, que o illustre escritor declara ter tirado, e muita vez quasi formais palavras, dum artigo intitulado «Calculo demonstrativo da área da Praça do Comércio de Lisboa, e do número de pessoas que pode conter», o qual vem na «Mnemosine Lusitana», de 1817, n.º XVIII, e é assinado por J. C. Silva: «E' um paralelogramo de 722:100 palmos quadrados, a saber: os lados do Norte e do Sul medem 830 palmos; os do Nascente ao Poente, 870 palmos; Area da arcada do Norte: 20:416 palmos quadrados; Area da arcada do Nascente: 14:300; Area da arcada do Poente: 14:300; Area de vão de cada arco 90 palmos quadrados; numero dos arcos nos três lados da praça: 86; Area total do vão de todos os arcos (exceptuando o da rua Augusta), 17:740 palmos quadrados; Area total da praça com as arcadas: 793:664 palmos quadrados; Area da planta do monumento central, que é elliptica: 4:116 palmos quadrados; Nos extremos das duas alas, do Nascente e do Poente, ha os dois torreões do Ministerio da Guerra e da Alfandega, que avançam sobre a praça; a planta dessa porção saliente é para cada torreão um paralelogramo, cuja area é de 4:440 palmos quadrados; total da area absorvida pelos dois torreões: 8:880 palmos quadrados. Deduzindo da area total da praça esse espaço dos torreões e o do monumento, ficam de espaço livre 780:668 palmos quadrados. Dando a uma pessoa 9 palmos quadrados, calcula se que na area da praça e suas arcadas podem caber 867:740 pessoas».

(D. N. n.º 19.203, de 3-5-1919).

O Limoeiro histórico

— Algumas notas sobre o Limoeiro histórico, recolhidas do dicionário «Portugal» :

«A cadeia do Limoeiro está situada no largo denominado do «Limoeiro», um pouco adiante da Sé Catedral. Segundo parece, existiu ali uma casa de moeda, depois de ter existido outra, no sítio da Pedreira, junto ás Portas da Cruz, que se ficou chamando da «Moeda Velha». Foi no tempo de el-rei D. Fernando I, que se construiu no sítio, onde é hoje o Limoeiro, um sumptuoso palácio para habitação da família real, que se ficou chamando «Paço dos Reis», mas a que o povo dava o nome de «Paço da Moeda», provavelmente por terem estado ali as oficinas da moedagem. Na «Crónica de D. João II», Garcia de Rezende attribue o nome de «Limoeiro», que depois se adoptou, a uma grande arvore que existiu junto do edificio. El-rei D. Fernando, quando regressou do Porto, depois do seu casamento com D. Leonor Teles, foi habitar naquele paço, onde faleceu em 22 de outubro de 1383. Foi no Paço da Moeda Nova, como também se lhe chamava vulgarmente, que D. João I, o Mestre de Avis, matou o conde de Andeiro, valido da rainha D. Leonor Teles, em 6 de novembro do referido anno de 1383, sendo tradição que este facto se deu na chamada sala das columnas, que é actualmente a prisão n.º 1, caindo morto o conde junto duma destas columnas que ainda existem. Naquella palacio habitou depois a côrte de D. João I, enquanto se procedeu ás obras de reedificação do paço da Alcaçova, no castelo de S. Jorge. O mesmo soberano o cedeu a seus filhos, os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, e por isso se ficou chamando ao edificio «Paço dos Infantes». Alexandre Herculano, no «Monge de Cister», descreve minuciosamente esta habitação real, que se chamava então «paço a par de S. Martinho», e no vol. II, pag. 242 e seguintes dá nota dum sarau, que se realizou ali no tempo de D. João I. Mais tarde, D. Duarte, já depois de ter subido ao trono, destinou este palacio para a residencia das comendadeiras de Santos, que ali esteve

ram no ano de 1405. No tempo de D. Afonso V serviu da casa de moeda, tornando depois a ser habitação dos infantes, e ali residiu D. João, mais tarde D. João II. Foi este monarca quem estabeleceu a cadeia do Limoeiro no antigo Paço da Moeda, e D. Manuel, seu sucessor, numa reconstrução que fez no edificio, ali estabeleceu tambem a Casa da Suplicação, obra que o cronista Damião de Goes classifica de sumptuosa. D. João V procedeu a nova reedificação, mandando pela mesma época construir uma cadeia no castelo de S. Jorge. D. Antonio, prior do Crato, quando em 1580 teve de retirar-se de Lisboa, mandou abrir as portas do Limoeiro, saindo todos os presos, que, espalhados pela cidade, cometeram muitos roubos e outros crimes. Em 1640 tambem foram abertas as portas da cadeia e a este respeito diz o conde da Ericeira, no «Portugal restaurado»: «Chegando alguns fidalgos á Casa da Suplicação, acharam as portas fechadas. D. Gastão Coutinho abriu as cadeias e soltou todos os presos que estavam nelas, parecendo-lhe improprio não lograrem o privilegio do dia em que se declarava a liberdade da patria.» Em 1755, por ocasião do grande terremoto de 1 de novembro, fugiram muitos presos, porque a cadeia sofreu grandes destroços, assim como a Casa da Suplicação. O marquês de Pombal mandou reedificar o edificio, dando-lhe um plano adaptado para a cadeia principal da côrte. No memoravel dia 24 de julho de 1833 os presos fugiram tambem da cadeia, roubando moveis e roupas e queimando os livros do registo numa enorme fogueira, que âcenderam em frente da casa do carcereiro. Em 29 de abril de 1847 foram abertas as portas do Limoeiro, saindo quase todos os presos, mas foram recapturados, vindo alguns feridos. Consta que alguns dos presos se recolheram outra vez á prisão por livre vontade. Pela portaria de 31 de outubro de 1833 foram mandados desmanchar todos os carcereos e segredos do Limoeiro. Pela mesma ocasião cessou a distinção entre a cadeia da côrte e da cidade, ficando reduzida á denominação de cadeia da cidade, com um carcereiro. O decreto de 25 de novembro do mesmo ano nomeou uma comissão encarregada da sopa de caridade aos presos indigentes, comissão que foi dissolvida por decreto de 28 de agosto de 1845. Proximo do Limoeiro há o Aljube, prisão destinada ás mulheres, a qual faz parte da referida cadeia, e está sob a sua direcção. Ainda no seculo XVIII existia a prisão do «Tronco»,

que ficava no actual pateo deste nome, e onde era a entrada principal do velho teatro da Rua dos Condes».

(D. N. n.º 19.204, de 4-5 1919)

Academia de Sciências de Portugal

O Sr. Clemenceau, presidente do conselho de ministros de França, a quem o Sr. Dr. Bettencourt Rodrigues entregou o diploma de Sócio de Honra da Academia de Sciências de Portugal, oficiou a êste diplomata, agradecendo tamanha distinção que, pôr se reflectir na França, se lhe torna dúplamente preciosa e penhorante, e pedindo para transmitir á Academia a expressão de seu mais solene reconhecimento.

(D. N.)

DIVINA COMEDIA

Erguendo os braços para o céu distante
E apostrophando os deuses invisíveis,
Os homens clamam: «Deuses impassíveis,
A quem serve o destino triumphante,

Porque é que nos criastes? I Incessante
Corre o tempo e só gera, inextinguíveis,
Dôr, peccado, illusão, luctas horribéis,
Num turbilhão cruel e delirante ...

Pois não era melhor na paz clemente
Do nada e do que ainda não existe,
Ter ficado a dormir eternamente?

Porque é que para a dôr nos evocastes?
Mas os deuses, com voz ainda mais triste,
Dizem:—«Homens! porque é que nos criastes?»

Anthero de Quintal.

O ORIENTE PORTUGUÊS

REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLÓGICA
DA INDIA PORTUGUESA

DIRECTOR: — JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

A responsabilidade dos escritos publicados nesta Revista pertence
exclusivamente aos seus autores

Imp., Comp. e Administração:

Imprensa Nacional do Estado da Índia

Nova Goa

Assinatura anual..... 3:06:00 (1\$180)
Número avulso..... 0:05:06 (1\$24)
Acresce o porte do correio.

Publica-se em números de 24 páginas
ou mais. Doze números formarão um
volume, com o seu frontispício, índice
e capa especial.

Trato comercial entre a Europa e a Índia em tempos remotos

(Excerpto dum livro em publicação)

EXISTEM, indicadas pela própria configuração da terra, três vias comerciais entre a Índia e os portos do Mediterrâneo, e todas elas foram aproveitadas desde épocas remotíssimas, para se manter o tráfico comercial.

A primeira foi pelo Mar Roxo, a segunda pelo

Golfo da Pérsia, que seguindo pelo Eufrates ⁽¹⁾ chegava até onde o caminho se bifurca para o Tiro ⁽²⁾ e Sidônia ⁽³⁾ e os portos Levantinos.

A última via terrestre foi, talvez, a que vai do Hindu-Kush ao Bactro, atravessando os passos indianos, os plainos do Afeganistão e indo até o Oxus. Aqui as caravanas, por meio de jangadas, levavam as mercadorias aos portos do Cáspio e do Euxino ⁽⁴⁾.

Como não existem registos autênticos que mostrem o início das relações comerciais entre a Europa e a Índia desde os primeiros tempos, registaremos o que se baseia em meras conjecturas.

Do que se passou ha próximamente três mil anos, ha registos que nos devem merecer alguma fé. Os livros de Moisés, são os mais antigos e autênticos das ocorrências mais notáveis nas idades primitivas do mundo.

Herodoto, o mais antigo historiador pagão, cujas obras são conhecidas, viveu mil anos depois. Se se tentar investigar para além da época da história escrita, tem-se naturalmente de entrar na região da conjectura, da fábula, do incerto, a não ser que tenhamos como certo o que nos dizem os livros de Moisés.

Sem nós importarmos, porém, em fazer menção do que não esteja clara e positivamente estudado e

⁽¹⁾ — Célebre rio de Mesopotâmia, que nasce no monte Tauro, na Arménia, e entra com o Tigre no Golfo Pérsico. Tem uma rápida corrente e passa pelo meio da cidade de Babilónia. Conforme Estrabão, Ciro mudou a corrente d'êste rio, quando sitiou Babilónia.

⁽²⁾ — Cidade da Fenícia, fundada pelos Sidónios. Conservou a sua independência até o tempo de Alexandre, que a conquistou a 20 de Agosto de 332 a. c.

⁽³⁾ — Fica nas praias do Mediterrâneo, a 60 milhas de Damasco e 25 de Tiro. Aos seus habitantes attribue-se a invenção do vidro. Em 351 a. c. foi conquistada por Ocbo, rei da Pérsia.

⁽⁴⁾ — Antigo nome do Mar Negro, que se supõe ser um enfemismo de *Exxeinos*, «inhospito», — designação dada ao mar pelos primitivos navegantes, por causa das suas traiçoeiras tempestades.

confirmado em factos concretos e irrefutáveis, cingir-nos hemos ao que pareça mais plausível e racional.

A situação geográfica da Índia e a fertilidade do seu solo, foram o que mais concorreu para o seu progresso e desenvolvimento nas éras remotas de que ha noticia.

O Oriente, e muito especialmente a península hindustânica, produzia tudo o que fôsse necessário para o progresso intelectual e material dos povos que o habitavam. Nunca tiveram êles de ir a outras partes do mundo em ordem a prover os seus mercados.

Isto nos leva a supôr que se houve trato comercial entre a Índia e os países occidentais, foram êstes que o promoveram. Do que até agora se sabe, os egípcios, os fenícios e os judeus, foram os primeiros que entraram em relações comerciais com a Índia.

Quanto aos egípcios, quer-se supôr que sendo as terras banhadas pelo Nilo (*) muito férteis, e produzindo o Egipto tudo o que era necessário para uma vida confortável, se mantinham independentes dos outros países, tornando-se quasi uma máxima estabelecida na política, a renúncia de trato comercial com os estrangeiros. Em consequência disso, tinham êles por todos os mareantes um pronunciado desprezo, classificando-os de ímpios e profanos e proibindo-lhes entrada nos seus portos.

Alguns historiadores, baseando-se em Herodoto, porém, chegam a afirmar que Sesósiris, encarando com desprezo essas recuadas ideias, transformou os egípcios em um povo comercial, e tendo aprontado

(*) — Deriva o seu nome do rei de Tebas. Corre pelo meio do Egipto e entra no Mediterrâneo por sete bocas, as quais se chamam Pelustana, Canópica, Sebeniticano, Sais, Mendesiano, Bolbitemico e Bocólico. O Nilo inunda todos os anos o país, e a estas inundações regulares os egípcios são devedores da fértil produção das suas terras.

uma frota de 400 navios, conquistou todas as terras banhadas pelo Eritreu ⁽¹⁾ até á India.

Chega-se a concluir que a noticia da invasão da India por *Sesóstris*, não tem fundamento, por que não ha poder despótico que possa modificar as ideias e formas duma nação, quando mantidas pelo hábito, e são consideradas sagradas pela sanção religiosa; contudo, diremos que, quando subiu ao trôno, êle se tornou tão ambicioso de fama e glória militar, que levantando um poderosissimo exército, tentou conquistar o mundo, começando pela Libia, Etiópia e Arábia, e atravessando depois a Ásia, se entranhou pelo Oriente muito mais que *Dario*. Também invadiu a Europa e subjugou os Traces e mandou levantar colunas em todas as terras conquistadas, com esta pomposa inscrição: *Sesóstris, Rei dos Reis, conquistou com as suas armas este território*.

Herodoto que escreveu a história do Egipto depois de fazer as mais cuidadosas investigações em Memfis ⁽²⁾, Heliópolis ⁽³⁾ e Tebas ⁽⁴⁾, não faz a menor menção dessa armada, conseqüente invasão da India e posterior estabelecimento de tráfico commercial com a peninsula hindustânica. Fá-lo, porém, *Diodoro* ⁽⁵⁾, baseado numas informações dos sacerdotes egipcios, que em geral as davam com o fim de elevar a honra

(1) — Nome dado pelos antigos ao oceano Índico e aos dois golfos que dêle dependem: o Mar Roxo e o Golfo Pérsico.

(2) — Célebre cidade antiga do Egipto, perto de que ficam as famosas Pirâmides.

(3) — Quer dizer: cidade do sul. Os sus habitantes adoravam um touro chamado *Mnévis*, com as mesmas cerimónias que se praticavam no culto do deus *Apis*, em Memfis.

(4) — Antiga cidade do Egipto, chamada também *Hecatoimpilos*, por causa das suas 100 portas, e *Diospolis*, em razão de ser consagrada a Júpiter. Tebas foi arrasada por Cambises, rei da Pérsia.

(5) — Historiador, cognominado *Sículo*, por haver nascido em Agrigira, na Sicilia. Escreveu a história do Egipto, Pérsia, Síria, Média, Grécia, Roma e Cartago, em 40 volumes, dos quais, diz-se, existirem apenas 15.

e o crédito do seu país, sem se prenderem muito com a verdade, e tanto assim é, que não custa muito releger para o domínio da fábula quando soubermos que para a invasão da Índia, se preparou, além da frota mencionada, um navio de cedro de quatrocentos e noventa pés de comprido, coberto de ouro por fora e de prata por dentro.

O exército invasor de *Sesóstris*, compunha-se de 600.000 infantes, 24.000 cavalos e 27.000 coches armados, sendo os principais postos dessa força, confiados a 1.700 indivíduos que haviam tido a fortuna de nascer no mesmo dia em que veio ao mundo *Sesóstris*.

Estas e outras particularidades em que *Diodoro* é prolixo, mostram ultrapassar os limites do provável, e *Estrabão*, o geógrafo, rejeita, sem hesitação, as descrições da expedição indiana por *Sesóstris*.

Pertence também ao domínio da fábula, a invasão da Índia atribuída a *Nino*, filho de *Belo*, que fundou o império dos Sirios, 2059 A. C., e que estendeu as suas conquistas desde o Egipto até ás extremidades da Índia. Casado com *Semiramis*, reinou 52 anos, deixando o reino entregue ao cuidado da sua mulher, quando morreu.

A seguir aos egípcios, vem a história apontar-nos os fenícios, como sendo os povos que comerciaram com a Índia; mas dêstes não ha uma lenda ou uma simples conjectura que registe esta circunstância.

A sua feição característica e a situação eram favoráveis a manter o espirito comercial. O território por elles occupado, não era vasto nem fértil, para lhes garantir a opulência e o poder, daí o vir avigorar a convicção, que prevalece, de que os fenícios de *Sidônia* e *Tiro* assemelhavam-se aos estados de épocas posteriores.

E estas circunstâncias preponderaram a favor dos que crêem que os fenícios comerciavam com a Índia.

não obstante historiadores gregos, com excepção de Herodoto, os não mencionarem; e nem podiam fazê-lo, desde que escreveram muito depois da destruição de Tiro por *Alexandre, o Grande* ⁽¹⁾, que fez desaparecer todos os vestígios da opulência e grandeza dessa cidade, o que fôra profetizado 260 anos antes por *Ezekiel*.

A actividade comercial que êles mantinham, fôra de todas a mais importante. Como pela sua situação no Mediterrâneo e o estado imperfeito da navegação se não poderia estabelecer directa comunicação com a Índia, êles conquistaram aos Edomitas ⁽²⁾ alguns portos no gôlfo da Arábia, conduzindo os produtos da Índia e da costa da África para Rinocolura; pôrto dô Mediterrâneo, mais próximo dêsse gôlfo.

Até a descoberta do caminho marítimo para a Índia, pelo Cabo da Boa Esperança, foi esta via a mais acelerada e segura para o abastecimento da Europa com os produtos do Oriente, a preço convidativo, o que concorreu para enriquecer os fenícios ⁽³⁾.

Os judeus, pela sua vizinhança de Tiro, reconheciam quão lucrativo era o comércio mantido pelos fenícios e tentaram obter também portos no gôlfo da

(1) — No *Alcorão* Mahomet chama-lhe *Zulgarnyn*, e na Índia é conhecido pelo nome de *Sikandar*. Antigos investigadores orientais, dizem que Alexandre, crendo em Deus, foi por êle favorecido, e que auxiliado pelo profeta Khizir, chegou até á Fonte da Vida, sem contudo ser-lhe permitido beber a água da nascente.

(2) — Descendentes de Edom ou Esaú, e que legaram o seu nome a Idumêa, região montanhosa que se estende ao N da Arábia, desde a extremidade meridional do Mar Morto, até á baía de Etana, no Mar Roxo.

(3) — Foram subjugados primeiramente pelos persas, e depois por Alexandre, a cujos sucessores ficaram tributários, e em seguida aos romanos. Receberam o nome *fenícios*, de Fenix, filho de Agenor, um dos seus reis, ou da grande quantidade de palmeiras que ha no seu país.

Arábia, que lhes servissem para ter parte nesses ganhos.

Efectuou-se isso durante os prósperos reinados de *David* e *Salomão*, que conquistaram um pequeno distrito, que lhes deu a posse dos portos de Elath e Eziongéber, no Mar Roxo.

Hirano, rei de Tiro, também os favoreceu, auxiliando-os na preparação duma grande armada.

Mas tudo feito, pergunta-se e com razão, se os judeus chegaram á Índia ou se toda a sua actividade commercial se não limitou tão sómente, depois de atravessar os estreitos de Bab-el-Mandeb, a ir até ao rico reino de Sofala na África oriental?

Cuidadosos estudos, feitos sobre a configuração da terra, pelos que tem escrito sobre as primeiras transacções commerciaes com a Índia, são unânicos em afirmar que os judeus, sob o reinado de Salomão, embora dessem evidentes sinais de quererem entrar na actividade commercial pela via maritima, não podem ser agrupados no número dos povos que commercia-ram com a Índia.

Não podendo dar inteira fé, por pertencer ao dominio da lenda, o que ha escrito acerca das transacções commerciaes com a Índia, pelos egipcios, fenícios e judeus, vamos agora ver quem foram de facto os primeiros a conhecer a Índia, de que ha registo que nos deve merecer crédito, não obstante os usuais exagêros de descripção.

Dario (*), *filho de Hystaspis*, que subiu ao trono

(*) —Nobre Sátrapa da Pérsia (550 a. de J. c. 485), foi um dos sete nobres que destronaram Smerdes, o *Mago*. Desposou duas filhas e uma neta de Cyro, Atossa, Artystone e Garmys, e Phedima, filha de Otanés. Teve de sustentar muitas guerras para manter a sua autoridade. Marchou contra a Caldéa, tomou Babilónia, que resistiu vinte meses e organizou o império. Submeteu as tribus árabes do deserto da Síria, conquistou uma parte das Índias, da Trácia e de Jónia.

Foram seus successores Dario II, cognominado Natus (bastardo, filho natural de Artaxerxes Longimano; — e Dario III, Codomano, levado ao trono pelo eunuco Bagoas, reinou de 336 a 330 a. de J. c.

da Pérsia, animado pelo espirito empreendedor, tentou explorar as regiões asiáticas até aí pouco conhecidas. Invadiu e conquistou todas as terras que se estendiam desde o mar Cáspio até ao rio Oxus, e, não satisfeito, lançou as vistas sobre a Índia.

Coube a *Scylax de Caryandra* ⁽¹⁾ tomar o commando duma esquadra preparada em Caspatirus, moderna Pehkely, assenta nas margens do Indo. Longos dois anos e seis meses levou Scylax para descer o rio até o Golfo da Arábia.

A noticia que deixou da densidade da população, da fertilidade do solo e dos processos de cultura das regiões por elle atravessadas, fez nascer em Dario o desejo supremo de entrar na posse dessas terras. Não tardou que levasse a efeito a invasão, e não obstante a sua conquista não ir além das terras banhadas pelo Indo, o tributo imposto, excedia a um terço dos rendimentos da Pérsia.

Mas nem a exploração levada a efeito por Scylax nem a conquista de Dario, foram suficientes para dar uma ideia mais ampla da peninsula hindustânica. Os gregos, ao tempo considerados como sendo povos os mais cultos da Europa, não fazem a menor referência a êsse feito, por considerarem *bárbaros* todos os outros que ficavam longe do seu território, — e Scylax, foi tão exagerado na sua narrativa, que pouca confiança poudé merecer.

Cento e sessenta anos depois do terceiro e último Dario, Alexandre ⁽²⁾ o *Grande*, invadiu a Índia.

(1) — Célebre geógrafo e matemático, natural de Cario, alguns supõem ter sido elle o primeiro inventor das táboas geográficas.

(2) — Alexandre III, chamado o *Grande*, filho de Filipe, rei de Macedónia, e de *Olimpia*, nasceu em Pella, 356 anos antes de J. C., na mesma data em que foi reduzido a cinzas o famoso templo de Diana em Efeso. Foi discípulo de Aristoteles, o maior sábio do seu tempo e o seu primeiro feito de armas, foi contra os trácios, contra os gregos e contra os ilirios. Fez-se nomear commandante supremo do exército dos helenos e submeteu as nações bárbaras ao N. da Macedónia Tri-

Dos esforços admiráveis empregados pelos tirios em ordem a defender o seu território, fê-lo convencer de que estas qualidades êles haviam conquistado devido aos enormes recursos derivados do seu comércio com a Índia.

Com o fim de se assenhorear dêsse comércio, depois da destruição de Tiro, Alexandre, quando completou a conquista do Egipto, fundou uma cidade na foz do Nilo, a que deu o nome de *Alexandria*, que, não obstante sucessivas revoluções, continuou durante dezóito séculos a ser o principal pôrto do comércio com a Índia.

No meio das suas gloriosas campanhas e importantes conquistas, o seu desejo de possuir o comércio da Índia, não foi esquecido. Depois da sua última vitória contra os persas, êle marchou em perseguição de *Dario*, e para tanto teve de percorrer a parte da Asia que se estende entre o mar Cáspio e o rio Oxus. Tendo neste objectivo de atravessar cidades e povoações que mantinham directo comércio com a Índia, desta rica península obteve informações mais seguras, e como as suas resoluções eram sempre decisivas e rápidas, êle atravessou a grande cordilheira de montanhas, que constitui uma natural barreira contra as invasões da Índia, uma espécie de muralha que se ergue imponente, como que a avisar ás gentes estranhas, que o solo sagrado, rico e fértil,

balos é Getas. Confiando a *Antipater* o cuidado de governar a Macedónia e de vigiar a Grécia atravessou o Helesponto, avançou ao Grânico. Desembarçado do seu mais terrível adversário com a morte de Memnon, o *rhodio*, Alexandre prosseguiu a marcha para a frente. Atravessou o Tauro e entrou em Tarso; marchou sobre as Portas da Cilícia, contornou o gôlfo de Issos e esmagou o exército de Dario. Submeteu o litoral sírio e penetrou no Egipto. Em 331, atravessando o Eufrates e o Tigre derrotou por completo os exércitos de Dario, entrando na posse da Babilónia, Suza, Persépoles, Ecbatana. Submeteu a Partiena, a Hircania, a Aria, a Arochosia, o Bactriana e a Sogdiana. Morreu em Junho de 323, tendo de idade 32 anos, e de reinado 12 e 8 meses.

não deve ser profanado, nem tão pouco usurpado aos seus habitantes, que procuraram sempre viver numa serena e calma paz. Os seus usos e costumes a tanto os obrigavam.

Mas não ha barreira que seja completa. A própria natureza marca o caminho que a torna conquistável.

No que respeita á Índia, as invasões de Alexandre, *Tamerlão* ⁽¹⁾ e *Nadir Shah* ⁽²⁾, em três distantes épocas, e com fins bem diferentes, seguiram o mesmo caminho.

Depois de atravessar as montanhas, Alexandre acampou em Paropamis ⁽³⁾ e tendo subjugado e auxiliado os povos dessas regiões, atravessou o rio perto de Taxila ⁽⁴⁾, e tomou a direcção do Ganges com o fim de conquistar as ricas provincias do hindustão, banhadas por este rio.

(1) — Ou *Timurlang*, cujo verdadeiro nome é *Amir Taimur*. Nasceu em Kush, antiga Sogdânia em 9 de Abril de 1336, e era filho de *Amir Turaghái* e *Takina Khatun*, attribuindo-lhe historiadores orientais a descendência em linha recta de *Changez Khan*, o célebre conquistador da Pérsia. Senhor da Índia, tentou elle invadir a China. Conquistador do Egipto, foi em Samargand, sede do seu governo, que recebeu as homenagens de *Manuel Peleolugus*, imperador de Constantinopla e Henrique, rei de Castela, por intermédio de seus embaixadores. Morreu de 71 anos de idade, tendo reinado 26. Era antepassado de Babar, fundador da dinastia dos imperadores mogois de Delhi. Depois da sua morte foi-lhe concedido o título de *Firdans Makani*, isto é «que o paraíso seja a sua residência».

(2) — Também conhecido como *Nadir Quli Khan* e *Tahmasp Quli Khan*, famoso guerreiro da moderna Pérsia. Nasceu em 1687, filho de pais pobres, aos poucos conseguiu juntar á sua roda muitos adeptos. *Shah Tahmasp* II solicitou seu auxílio para reaver o trono usurpado por *Ashrab*, um dos chefes afgãos. Na sua ausência, tendo o *Shah* feito uma desastrosa aliança com o sultão da Turquia, *Nadir Shah* destronou-o, colocando seu filho de 6 meses de idade no trono, e as foi elle o verdadeiro *Shah*. Em 1730 invadiu a Índia, derrotou os exércitos do imperador Mogol, levando despojos de guerra do valor de mais de 150 milhões, em que estava incluído o célebre trono imperial cravejado de pedras preciosas. Foi assassinado em 1747.

(3) — Cordilheira de montanhas ao norte da Índia, chamadas o *Cinto forte* ou o *Caucaso Indiano*.

(4) — Entre os rios Indo e o Hidaspo.

Até aqui a sua marcha foi triunfante. Ninguém tentou opôr-se ao grande Macedônio, e a sua surpresa teria sido grande quando, havendo atingido o rio Hydaspo, teve de defrontar com o rei Poro, monarca poderoso e que vinha em defesa dos seus povos á frente dum grande exército.

Não obstante os revezes sofridos por êsse potentado indiano, Alexandre viu-se forçado a não estender mais as suas conquistas e limitar-se ás que havia feito e eram suficientes para preencher o fim que tinha em vista.

A posse completa do Punjab, banhado pelos cinco rios que lhe dão êsse nome e que causaram ao conquistador mais admiração mesmo depois de ter visto o Nilo, o Eufrates e o Tigres, dissuadiu-o de atravessar as férteis regiões banhadas pelo Ganges.

Nas margens do Hydaspo, os comandantes das suas forças conseguiram em pouco tempo juntar o maior número de barcos com o fim de demandar o oceano, descendo por êsse rio e conduzindo todo o rico comércio.

Dessa importante empresa ficou incumbido Nearch, e êle próprio o acompanhou á testa do seu formidável exército, que se compunha de 120.000 homens, 200 elefantes e mais de 2.000 barcos.

Nove longos meses, diz *Estrabão*, êsse grande exército levou para chegar ao oceano, e quando isto sucedeu, Alexandre, jubiloso por ter levado ao termo uma empresa tão dificultosa, conduziu o seu exército por terra á Pérsia, incumbindo *Nearch* (*) de conduzir a grande frota por mar, e que chegou ao Eufrates depois de sete meses de viagem.

(*) — Oficial general no exército Alexandre. Êste monarca o encarregou de navegar, juntamente com *Onesicrito*, pela costa do oceano indico. Depois da morte do rei foi encarregado do governo da Lícia e Pamfília

Foi por esta forma que êle trouxe ao conhecimento da Europa a existência da rica península hindustânica, e não obstante o relativamente pouco tempo que occupou as terras conquistadas, deixou muito curiosos apontamentos de tudo o que era digno de saber.

E deve-se essa importante noticia aos três principais generais do conquistador: a *Ptolomeu* ⁽¹⁾, filho de Lagos, a *Aristobulo* ⁽²⁾ e a *Nearcho*. Com respeito ao estado geral da India, sabemos que, na idade de Alexandre, não obstante não se saber da existência de qualquer poderoso império indigena que se assemelhasse ao que posteriormente se estabeleceu, estendendo-se do Indo ao Cabo Camorim, era constituído de importantes monarquias.

O rei de *Parsij* estava preparado, nas margens do Ganges, para se opôr aos macedônios com um exército de 20.000 cavalos, 100.000 infantes, 2.000 coches armados e um grande número de elefantes. Quanto aos dominios de Poro, que se conciliou com Alexandre, êstes se compunham de sete distintas nações e perto de duas mil cidades.

Teve também a Europa, por intermédio dêsses historiadores, conhecimento do clima, da terra, das produções e dos habitantes da India; e numa terra onde os usos e costumes e os trajes do povo são tão fixos e invariáveis como a própria face da natureza, não é nada admirável a semelhança das descrições.

(1) — Na verdade filho de Filipe de Macedónia e de Arsione, e legalmente desta e de Lagos. Foi amigo de Alexandre e seu general quando da invasão da Índia. Depois da morte do rei, obteve o governo do Egipto, com a Libia e parte dos territórios vizinhos da Arábia. Fundou uma biblioteca que foi a mais célebre do mundo, promoveu o gosto pela litteratura e fomentou a instrução entre os seus súbditos.

(2) — Foi um dos que escreveu a vida de Alexandre, lisonjeando a sua vaidade, exaltando as suas virtudes e desculpando os vícios. Alexandre, ouvindo ler esta obra quando navegava sobre o rio Hidaspo, achou-a tão ridícula, que arrebatando o livro das mãos de quem estava lendo, o lançou enfurecido ao rio.

com o que hoje vemos, espaçados mais de 2.000 anos.

À parte as estações climáticas, cuja determinação combina perfeitamente com o actual estado de cousas, são completas as informações sobre os seus habitantes, sua compleição física, sua cor, a maneira de se vestirem, sua alimentação quasi vegetariana, a divisão das castas, que os impede de casarem fóra delas, o costume de as mulheres se queimarem depois da morte dos maridos, hoje extinto, e muitas outras particularidades que tão bem se combinam com os dos actuais hindús.

Se a morte prematura não tivesse pôsto termo ao reinado de Alexandre, a Índia, temos razão de supôr, seria mais extensamente explorada pelos antigos e o dominio europeu ficaria aqui estabelecido com antecipação de dois mil anos.

Quando *Alexandre* invadiu a Índia, tinha elle mais alguma coisa em vista, além de uma passageira incursão. O seu objectivo era de anexar a vasta e opulenta península ao seu já grande Império, e não obstante o espirito refractário do exército forçá-lo, de momento, a suspender o progresso da sua marcha triunfante, elle estava longe de o abandonar duma vez para sempre.

Para dar uma pávida ideia das medidas por elle adoptadas para levar a effeito o seu propósito, e para apresentar quão seguro estava do bom successo, vamos registar alguns tópicos do seu objectivo.

Quando ficou senhor do império persa, bem depressa comprehendeu que, não obstante todo o poder dos domínios herdados e apoiado pelas tropas que poderia juntar pela sua influencia sobre vários estados gregos, não lhe seria possível reter a posse de territórios tão extensos e populosos. Para poder manter a sua autoridade com segurança, era primeiro que tudo necessário conquistar a afeição das nações

que havia subjugado, e que as mantinha pelas armas, e para isto conseguir, tinha de eliminar todas as distinções entre os vencedores e os vencidos, encorporando e amalgamando os seus súbditos europeus, e asiáticos, subordinando-os ás mesmas leis, fazendo-lhes adoptar os mesmos usos e costumes, concedendo-lhes iguais instituições, submetendo-os a idêntica disciplina.

Não obstante ser extremamente liberal o seu plano de política nada foi mais repugnante aos ideais e preconceitos dos seus patricios.

Os gregos tinham tão elevada opinião da sua preeminência, atingida pela civilização e sciência, que elles quasi que não reconheciam o resto da humanidade como pertencendo á mesma espécie como elles próprios.

A qualquer outro povo tratavam como bárbaro, e, em consequência da sua blasonada superioridade, julgavam-se com direito de ter sobre elles, o dominio, como a alma tem sobre o corpo, o homem sobre o irracional. E não obstante essas extravagantes pretensões, elas foram admitidas em todas as camadas sociais.

Aristoteles (*), cheio da sua opinião, em defesa da qual elle empregava argumentos mais subtyis do que sólidos, aconselhava a Alexandre a governar os

(*) — Denominado o *Príncipe dos filósofos*, nasceu em Stagira, na Macedónia, no ano de 384 antes de J. C. Seu pai, *Nicomaco*, era médico, e descendia, dizem, de Esculapio. Muito cedo perdeu seu pai, e vivendo em dificuldades, consultou o oráculo de Delphos de quem obteve esta resposta: *Ide para a cidade de Athenas, e estudaí filosofia*. Quando Alexandre nasceu, seu pai, Filipe, escreveu a Aristoteles: *Dou-vos parte que tenho um filho. Louvo os deuses, não tanto por mo haverem concedido, quanto por mo haverem dado no tempo de Aristoteles. Espero que d'ele fareis um successor digno de mim, e um rei digno da Macedónia*. E Alexandre costumava dizer, *que era devedor da vida a Filipe, e a Aristoteles, de saber viver*. Morreu dois anos antes de Alexandre e os stagiristas roubaram o cadáver, erigiram-lhe altares, e lhe consagraram um dia de festa.

gregos como súbditos, e tratar os bárbaros como escravos, considerando os primeiros como seus iguais e os segundos, como criaturas de natureza inferior.

Mas os sentimentos do discípulo, tinham maior expansão que os do mestre, e a sua experiência em comandar homens, ensinou ao monarca o que a ciência especulativa do filósofo não poudes descobrir.

Logo após a vitória de Arbela (*), Alexandre em pessoa, e, á vista do seu conselho, muitos dos seus officiaes, adoptaram os trajes persas, e procuraram assimilar os seus costumes. De igual maneira elle persuadiu a nobreza persa a adoptar os costumes dos macedónios, a aprender a lingua grega, e a se insuflarem nas formas elegantes da escrita grega, que era então universalmente estudada e admirada. E para cimentar a união duma forma indissolúvel, elle resolveu casar com Statira, filha de Darío e escolheu mulheres para cem dos seus principaes officiaes, entre as familias mais illustres da Pérsia.

Fez revestir de grande pompa esses casamentos e a iniciativa de grande alcance politico foi como uma centelha na pólvora: 10.000 macedónios casaram com mulheres persas, favorecendo *Alexandre* e cada um d'elles com um presente de núpcias.

Séculos depois, *Afonso de Albuquerque*, o fundador do império lusitano oriental, procedia de igual maneira; mas o seu ideal não foi apoiado pelos que o sucederam no Governo da Índia.

Continuemos, porém, a apresentar as ideias politicas e administrativas do grande Macedónio, sobre-

(*) — Cidade da Pérsia, sobre o rio Lico, famosa pela batalha que ali se deu entre Darío e Alexandre, a 2 de Outubro, 331 anos antes de J. C.

Esta célebre batalha, segundo alguns historiadores, foi dada junto a uma pequena aldeia chamada Gangamela.

tudo aquelas que elle não poudes pôr em prática, e que se encontraram nos seus *comentários*.

No intuito de se tornar ainda mais indissolúvel a união entre os seus súbditos, elle teve por fim edificar algumas cidades na Asia e na Europa, e povoar as asiáticas de europeus e as europeias de asiáticos.

Não obstante trabalhar sem descanso para levar a efeito esse seu gigantesco plano, Alexandre escolheu cuidadosamente nos países por elle subjugados, estações próprias para o desenvolvimento do comércio e portos onde as naus deviam ir abastecer-se.

Cercou as cidades de fortalezas, estabeleceu um núcleo de forças armadas para a sua defesa, e chamou os naturais para o serviço das armas, incorporando logo 30.000 asiáticos no seu exército, instruindo-os e armando-os á moda europeia; contudo, pondo-os sob o comando de officiaes macedónios, e assim preparados, conhecidos sob o nome de falanges, nas suas intermináveis conquistas, estas lhe serviram de grande auxilio.

Outro tanto se fez quando os portuguezes dominaram a India, cujos recursos em homens foram procurados e prestaram bons serviços, quando commandados por officiaes portuguezes; não obstante acêrca dêste facto pouco se tenha escrito e muito menos haja registado pelos cronistas que acompanharam os progressos do alargamento do império oriental.

Á medida que Alexandre irradiava as suas conquistas das margens do Eufrates, que se pode dizer era o centro dos seus extensos dominios, teve elle que fundar novas cidades e fortificá-las. Na India fundou duas nas margens do Hydaspo (*) e a terceira

(*) — Hoje Jhelum.

nas do Acesino ⁽¹⁾; ambos rios navegáveis, que iam entroncar com o Indo.

As primeiras duas que se ergueram sob a direcção de *Cratero* ⁽²⁾, eram conhecidas pelos nomes de Nicéa ⁽³⁾ e Bucephala ⁽⁴⁾. A terceira foi *Hephestião* ⁽⁵⁾ que a delineou, a qual em sua honra teve o seu nome.

Pela escolha dessas situações, leva-se a crer que elle tinha por fim manter comunicação com a Índia não só por terra mas ainda por mar, e para esse efeito a navegabilidade foi cuidadosamente estudada, como também, com igual fim, procedeu com o Eufrates e o Tigres, mandando que destruísse os molhos construídos pelos antigos reis da Pérsia, cujo escrúpulo religioso os impedia de permitir a seus súbditos atravessar os mares.

Já dissemos até que ponto tentou Alexandre chegar na sua invasão á Índia, e se mais não avançou, foi porque os seus soldados, cansados de continuas guerras, a tanto o impediram, e não porque os povos indianos lhe oferecessem alguma resistência.

Passados anos depois que se estabeleceu na parte da Índia conquistada, tratou elle de alongar a sua esfera de acção, e não encontrou grande resistência, porque os povos sob a sua jurisdição, não se mos-

⁽¹⁾ — *Chenarb*.

⁽²⁾ — General de Alexandre, cuja vida escreveu. Era sumamente respeitado dos macedónios, e particularmente estimado por Alexandre.

⁽³⁾ — Cidade da Índia, edificada por Alexandre no mesmo lugar onde alcançou uma vitória contra o rei Poros.

⁽⁴⁾ — Fundado por Alexandre na Índia, em honra do seu cavallo favorito Bucepholo.

⁽⁵⁾ — Célebre pela sua intimidade com Alexandre a quem acompanhou nas suas expedições Orientais, e lhe foi sempre tão fiel, que Alexandre dizia que Cratero (outro amigo seu) era amigo do rei; porém Hephestião o era de Alexandre. Morreu na cidade de Ecbatana, 325 antes da era cristã. Alexandre ficou inconsolável com esta perda, e fez ao cadáver do seu fiel amigo, o mais solene e magnifico funeral que jámais se viu na Babilónia.

travam descontentes, pelo pé de igualdade em que eram tratados em relação aos conquistadores, e, também, porque dois príncipes indianos, dos mais importantes, *Táxilo* ⁽¹⁾ e *Poro* ⁽²⁾, eram seus aliados, e reconheceram a humanidade dos macedónios no seu govêrno durante a guerra que os encheu de reconhecimento e gratidão.

Com êsse auxilio e guiado pelo seu grande valor e prestigio militar, Alexandre, se tentasse nova invasão de toda a Índia, ser-lhe hia fácil obter êxito na terra onde todas as invasões desde mui remotas épocas têm sido bem sucedidas.

Mas depois da morte do grande Macedónio, todos êsses projectos, que certamente fariam com que a Índia fôsse ao tempo dos empreendimentos de Portugal, mais conhecida da Europa, cessaram. A união e a sujeição em que se mantinham os diversos povos sob o dominio dêsse génio superior, foram pouco a pouco desfazendo-se.

Mercê da ambição, emulação e animosidade pessoal dos seus generais, levantaram-se uns contra os outros, e como muitos dêles eram igualmente pode-

(1) — Rei de Táxila, no tempo de Alexandre. Submeteu-se a êste conquistador, que o recompensou com a liberalidade.

(2) — Rei da Índia, quando Alexandre invadiu a Asia. Havendo-lhe êste intimado, que viesse render-lhe homenagem como príncipe dependente, Poro zombou das suas orgulhosas ameaças e mandando ajuntar o seu exército, se poz á sua frente e marchou com êle para as margens do Hidaspes. Alexandre marchou igualmente e tendo atravessado de noite o mesmo rio, bateu e derrotou um dos filhos do monarca indiano. Nisto acudiu Poro, e renovou a batalha, porém o valor dos macedónios prevaleceu, e Poro foi obrigado a retirar-se com grandes perdas, e êle mesmo coberto de feridas. Estes infortúnios o decidiram a apresentar-se ao conquistador e perguntando-lhe êste de que modo queria ser tratado — *como Rei*, respondeu Poro. Esta ousada resposta agradou muito a Alexandre que não só lhe restituiu todos os seus domínios, mas fez-lhe presente de outros com que aumentou muito o seu reino, e Poro em reconhecimento ficou sendo daí por diante um dos mais fiéis e verdadeiros amigos do Macedónio. Poro tinha um estatura agigantada, fôrças extraordinárias e uma dignidade proporcionada.

rosos e hábeis na arte da guerra, a luta durou por muito tempo e as vicissitudes da fortuna foram variáveis.

Quando, porém, as lutas terminaram, provou-se que as medidas adoptadas pelos macedónios após a conquista de novas terras, eram as que mais proflúas se mostravam.

Até a Índia, a sua derradeira conquista, submeteu tranquilamente a *Pytheas* ⁽¹⁾, e depois a *Seleuco* ⁽²⁾, que foi aos poucos estendendo a esfera da sua acção. *Poro* e *Táxilo*, não obstante a morte do seu benfeitor, não procuraram desembaraçar-se da autoridade dos macedónios, nem desfraldaram a bandeira da revolta.

Seleuco, que se pela luta patricida para o predomínio havia ficado senhor de todas as provincias da Pérsia, comprehendidas sob a denominação de Asia Superior, considerava a parte da Índia subjugada por Alexandre, como pertencendo ao império macedónio, de que era senhor absoluto. Como todos os discipulos desse grande génio, elle considerava a Índia sob o ponto de vista commercial como a sua melhor aquisição.

Necessário era, portanto, que ela reconhecesse a sua soberania, e para tanto marchou para a Índia, em parte para se defrontar com *Sandracotto* ⁽³⁾, po-

(1) — Natural de Massilea (Marselha), fez também grandes viagens por mar, e adiantando-se por norte, descobriu a ilha de Thule e entrou no mar, que hoje se chama Báltico. E os seus descobrimentos em astronomia e geografia, eram engenhosos, e elle foi o primeiro que estabeleceu a distincção dos climas, duração dos dias e das noites.

(2) — Macedónio, cognominado *Nicator* (358 a 280 A. C.) acompanhou Alexandre nas suas invasões asiáticas; e depois da sua morte juntou-se a Perdicco, a quem assassinou. Conquistou Babilónia, mas sendo expulso por Antígono, refugiou-se no Egipto. Aí persuadiu Ptolomeu a juntar-se a Lysimacho e Cassander contra Antígono. Antígono foi morto na batalha e seu filho Demetro retirou-se a Eheso, depois de dar sua filha Stratonica a Seleuco.

(3) — Ou melhor. *Chandragupta*. Conquistou o reino de Magadha, depois do massacre dos sobreviventes da dinastia de Naida, cuja capi-

tentado que queria contestar-lhe o direito ás regiões banhadas pelo Ganges.

Mas êsse seu intento não teve solução, porque foi forçado a voltar para a Pérsia, que era ameaçada por *Antigono*, que pelas armas queria contestar os seus direitos ao dominio.

Não querendo, porém, deixar as suas conquistas da India sob a constante ameaça de Sandracotto, Seleuco incumbiu *Megasthenes* de terminar conciliatóriamente o mal entendido, que se levantou sôbre o dominio dumas terras, o que fácilmente se fez.

A embaixada de Megasthenes a Sandracotto, e de *Dainacho* ao seu filho sucessor, *Alitrochido*, foram as últimas transacções dos monarcas sírios com a India.

Nem tão pouco se pode fixar a data certa, ou dar uma ideia de como êles perderam as suas provincias na India; mas, do que se deduz dos antigos historiadores, é que depois da morte de Seleuco, se teve de abandonar a India. Ao mesmo passo afirma-se, sem grande fundamento, que *Antiocho, o Grande* (*) quási dois séculos depois do seu antecessor Seleuco, fez uma incursão na India e concertou pazes com *Sophagaseno*, que reinava em Partha e Bactriana, oferecendo-lhe êste como prova de homenagem, muitos elefantes e grandes somas de dinheiro.

Mas, não obstante os sírios terem perdido o seu dominio sôbre a India, evidente é, e disto ha factos

tal é a célebre Pataliputta, ou Palibothra como os gregos lhe chamavam. Casou com uma filha de Seleuco Nicator e era avô de Asoka.

(*) — Nome comum a onze reis da Siria, dos quais o mais notável foi Antiocho III, cognominado o *Grande*, irmão de Seleuco Cerauno e seu sucessor no ano 223 antes de J. C. Foi vencido por Ptolomeu Philapator, contudo tomou Sardes, subjugou os médos, e os Arthos, a Judéa, a Phenícia e e Celesiria. Foi morto em Elimaide. Protegeu as artes e as sciências. Deixou três filhos: Seleuco, Philopatet, Antiocho, Epíphanes e Demétrio.

Os outros Antiochos que reinaram na Siria, tinham os sobrenomes seguintes: Soier, Theós Epíphanes, Entheo, Sidelas, Gyrpo, Cygornico, Pio e Aziático.

históricos incontestáveis, que o comércio da Índia com a Europa, manteve-se e até foi progredindo, fomentando a iniciativa dos macedónios, os reis bactrianos, que chegaram a dominar na Índia territórios muito mais ricos, populosos e extensos do que Alexandre tinha conseguido fazer, o que os levou a assumir o título de *Grande*.

E que foram esses povos que puderam tornar-se supremos senhores das terras ocupadas pelos sucessores de Alexandre, dizem-no historiadores chineses da época, o que vem confirmado por Estrabão. Os gregos foram despojados das suas conquistas na Índia por inúmeras tribus nómadas scithas, que vieram através de Jaxartes e caindo sobre Bactriana como uma irresistível corrente, esmagaram os gregos e puzeram termo ao seu domínio.

Daqui até aos derradeiros anos do século 15.º, quando os portugueses dobrando o Cabo da Boa Esperança, mostraram um novo caminho para o Oriente, e fizeram luzir por toda a Ásia a sua vitoriosa espada, nenhuma potência europeia conquistou a mais pequena parcela de território ou se estabeleceu na Índia.

Durante tão longo período de 1.600 anos, todos os projectos de conquista da Índia, parece terem sido completamente abandonados, e nada mais se tinha por fim além de se manter a concorrência comercial com a rica península.

Foi no Egipto que se assentaram as bases comerciais, e não é para surpreender, se dissermos que as transacções se estabeleceram com o Oriente pela via que a sagacidade de Alexandre já havia previsto.

Ptolomeu, filho de *Lagus*, logo que tomou posse do Egipto, escolheu Alexandria como séde do seu governo. Com alguns actos de energia, mas mais com manifestações de liberalidade, e com uma forma branda e igualitária de administração, elle conseguiu

acercar-se de tão grande número de habitantes, que em pouco tempo Alexandria se tornou uma cidade importante e populosa.

Conhecendo Ptolomeu bem os intentos de Alexandre em possuir essa cidade, sabia as vantagens que ela daria para o comércio com a Índia; mas, além disso, e de ter construído um magnífico farol — uma das maravilhas do mundo — na ilha de Paros ⁽¹⁾, não existem particularidades, nem tão pouco se sabe a que altura chegou a importância comercial no seu longo e próspero reinado.

Muito mais, porém, se sabe sobre o assunto dos progressos comerciais durante o reinado do seu filho *Ptolomeu Philadelpho* ⁽²⁾, que em ordem a fazer derivar todo o comércio do Tyro para Alexandria, tentou a empresa de abrir um canal de 100 côvados de largura e 30 de profundidade entre Arsinoe ⁽³⁾ no Mar Roxo, não longe do local onde hoje fica Suez, e Pelúsica, no braço do Nilo, em ordem a que as produções da Índia pudessem ser conduzidas para a sua capital sempre pelas águas.

Mas por qualquer circunstância, até hoje não averiguada, mais talvez pela dificuldade em navegar no Mar Roxo, esse projecto, que séculos adiante se devia levar a efeito, depois de Albuquerque também o ter tentado, — não foi adiante. No entanto, para su-

(1) — Célebre ilheu do mar Egeu. Foi rico e bem conhecido pelo seu famoso mármore. Era também célebre pelos excelentes gados que produzia, e pela boa qualidade das suas perdizes e pombos bravos. Dizem que fôra assim chamado de Paro, filho de Fason; outros dizem que de outro Paro, filho de Parobásio.

(2) — Filho de Ptolomeu I, e que succedeu no trono do Egipto, e foi chamado Philadelpho por antifrased, por causa de haver morto dois irmãos seus. Morreu aos 64 annos de idade.

Deixou dois filhos e uma filha, os quaes teve de Arsinoe, filha de Lisimaco.

(3) — Cidade do Egipto, perto do lago Meris, cujos habitantes adoravam os crocodilos. Este nome se dá a muitas outras pessoas, e lugares de que fazem menção os antigos escriptores.

prir as dificuldades que existiam em receber o comércio pelo Mar Roxo para ser transportado em caravanas para Alexandria, Ptolomeu fundou a cidade de Berenice (*), que bem depressa atingiu a maior importância comercial. De Berenice os produtos eram conduzidos por terra a Coptos, cidade que fica a três milhas do Nilo, e que se ligava com Alexandria por meio dum canal, de que ha ainda vestígios.

A distância entre Berenice e Coptos era de 158 milhas romanas e as caravanas atravessavam terrenos áridos e destituídos de água; mas o poderoso monarca, previdente em tudo, construiu de distância á distância cisternas bem providas de água (*caravanserai*), como no Oriente eram elas conhecidas.

Foi por esta via que se manteve o comércio da India por mais de 250 anos, enquanto o Egipto se manteve como reino independente.

Os navios que iam para a India saíam de Berenice e navegando pela costa da Arábia para o promontório Syagro (actual Cabo Rasalgate), seguiam costeando a Pérsia ou directamente para Pattala (hoje Tatta), na foz do Indo, ou para algum pôrto da costa do Malabar.

Não obstante haver outros países, como a Pérsia e a Siria, que poderiam com mais facilidade commerciar com a India, é para admirar como o Egipto mantinha o monopólio de todos os ricos produtos da península hindustânica sem que ninguém lhe contestasse o direito.

Os persas, como já dissemos, tinham uma completa abnegação pelo mar; mas nada ha que explique que os sirios deixassem campo livre aos egipcios, que para se defenderem contra qualquer rival

(*) — Nome comum a muitas rainhas e princezas da família dos Ptolomeus. De todas a mais célebre é a mulher de Ptolomeu Evergetes. O nome da cidade veio-lhe naturalmente dessa circunstância.

que surgisse para impedir ou partilhar do rico comércio, dispunham duma poderosa armada que lhes garantia a supremacia no Oriente.

Enquanto no reinado dos Ptolomeus o Egipto ia progredindo, outro poder surgiu no Ocidente que lhe foi fatal. Os romanos, apoiados pelas suas instituições militares e douta conduta politica, ficaram senhores da Italia e da Sicilia, venceram a república de Cartago, subjugaram a Macedónia e a Grécia, estenderam os seus domínios sobre a Síria, e dirigiram as suas armas vitoriosas contra o Egipto, o único país independente, mantido pelos sucessores de Alexandre, o Grande. Foi *Augusto* (*) que, no ano 30 A. C., o anexou ao já grande império de Roma.

(*Continúa*)

José F. Ferreira Martins.

(*) — Augusto Caio Júlio César Octaviano, 2.º imperador de Roma, filho de Octávio, senador, e de Accia, filha de Júlio César. Nasceu a 23 de Setembro do ano de 63 A. C. Morreu na cidade de Nola com 76 anos de idade, depois de haver reinado 44, e recomendou para seu sucessor a Tibério, seu filho adoptivo.

O nome de Augusto, foi dado depois aos seus sucessores no império romano, como pessoal, e o de César como distinção de familia. Nos tempos mais remotos do império, o título *Augusto*, era dado somente ao imperador, e o do *César*, á segunda pessoa do Estado, considerado como herdeiro presuntivo.

Para a história dos Marátas

(Cêrco da Praça de Raebol)

1739

“**T**ODO o que cubica a fazenda do seu inimigo e não a sua morte, erra contra a sua honra e vida, porque o que o seu inimigo poupa ás mãos lhe morre: — parecem ser as palavras — que o temível Leão dos Gátes, o Peshvá bramine de Poona, *premier* do fraco Rajá marata Xaú, rugia de rancor e raiva contra Portugal, já um tanto decaído da sua prestina glória, e as suas armas, que tantas façanhas fizeram neste Oriente, já em pleno ocaso. Mas, que ponderosas razões teria havido para essa violenta campanha de extermínio, empenhada com tão inexcedível presteza contra os Portuguezes na Índia? Seria a ambição dêsse potentado indiano em possuir os já magros e retalhados pedaços do Grande Império Luso que desejava adicionar ao Império Marata? Seria a causa, o simples facto, como resam alguns cronistas, de terem os portuguezes esposado a causa de Sambaji, um dos filhos de Angriá, contra o seu irmão Manaji protegido do régulo marata? Os nossos documentos officiaes, publicados em tempo nesta revista, revelam á saciedade, — sem embargo do empenho de neutralizar a gravidade da culpa — que as íras do poderoso Peshvá foram provocadas por um apodo picante dum dos Generais do Norte que o taxára de *Negro*, ferindo profundamente o seu amor próprio. O Peshvá jurou vingança, em especial contra o mesmo General e em geral contra os portuguezes que residiam na Índia.

Daf em breve descia das cordilheiras dos Gates uma poderosa fôrça que investiu com intrepidez a famosa For-

taleza de Tanã, a qual se rendeu em 1738 ⁽¹⁾. Em seguida, sem dar tréguas aos portugueses, cujos aliados, os ingleses, declaravam a sua *rigorosa* neutralidade em Bombaim ⁽²⁾, os expulsaram da Ilha de Salcete. Continuando com insistente teimosia a invasão dos territórios da Província do Norte, os maratas iniciaram o memorável cerco da sua Capital, a grande e opulenta *Cidade de Fidalgo*, ou melhor, a *Côrte do Norte*, a famosa Baçaim. Bâteram-se por muitos meses com incedível bravura e heroicidade, não conseguindo os maratas levar de assalto a Cidade, embora tivessem a seu favor artilheiros e munições do *aliado neutro*. Nestes frequentes combates, que se feriam a qualquer hora, geralmente das noites, os portugueses perderam cerca de 800 combatentes ⁽³⁾, e não podendo conseguir os necessários socorros da Capital da India Portuguesa, os maratas, mediante condições favoráveis, conseguiram a sua capitulação. A causa principal da rendição foi a fome e miséria; achavam-se os portugueses reduzidos à última extremidade. No convencionado dia em que os defensores abandonavam a sua predilecta cidade, os capitães dos maratas pasmaram ver sair por uma das portas das muralhas já rôtas, apenas um punhado de andrajosos, mancos e côxos que com dificuldade se arrastavam pelas ruas, heróis que com tanto denodo e valentia suspenderam por longos meses o camartelo da sua feroz

(1) Em Dezembro de 1738—«mostrou-se no ceo hum grande cometa que geralmente foi visto, pronostico infalivel de ruina e fatalidade que, não fazendo impressão nos corações, ficaram indurecidos, e cegos para a penitencia, até experimentarem os effeitos de huma guerra tão ruidosa e pezada». Vid. Vol. III pags. 28, desta Revista.

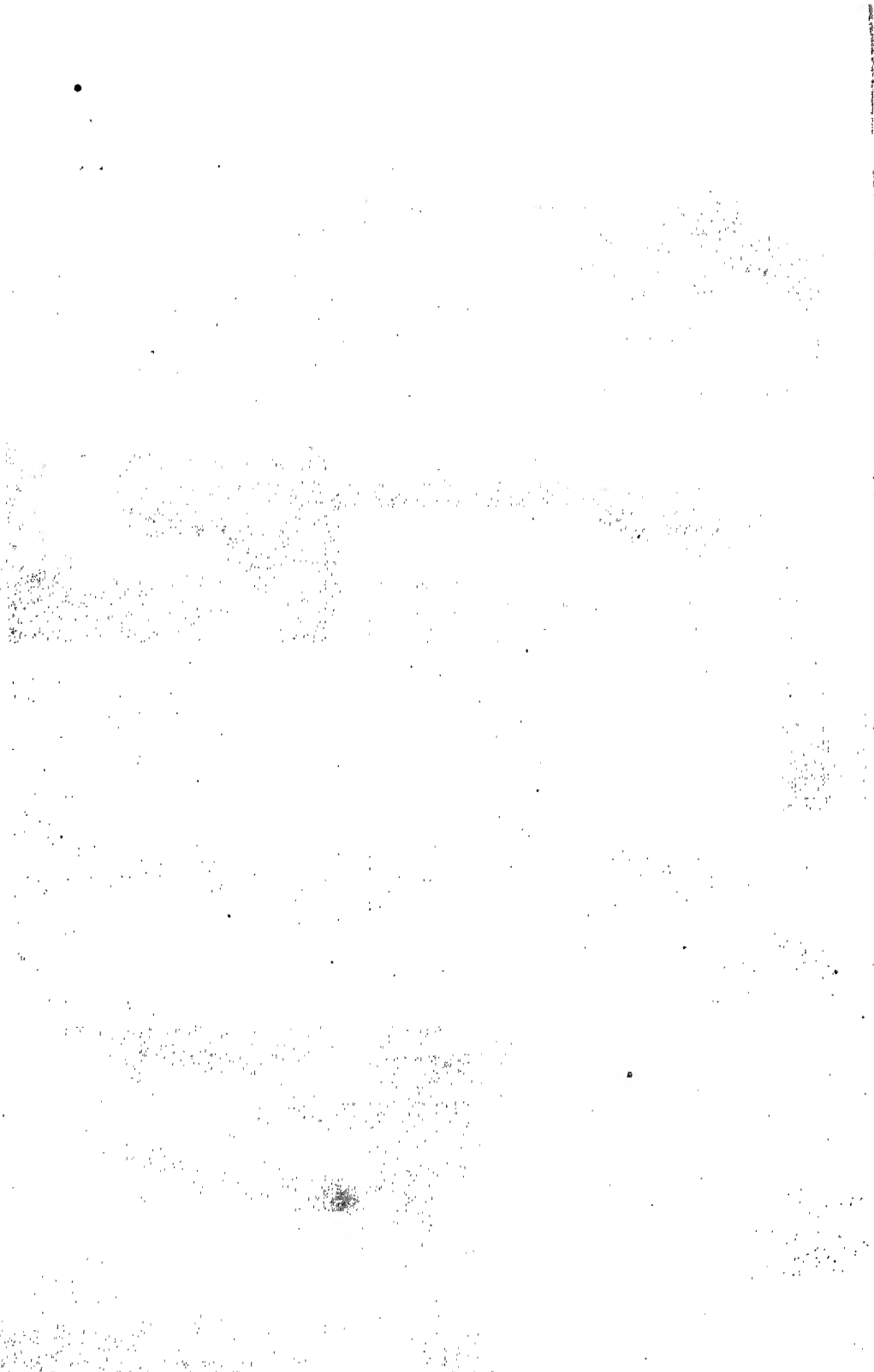
(2) No ano 1731 Angriá atacou Bombaim com uma esquadra de 9 palas e 30 galvêtas de guerra com mais de 2 mil homens, tendo de reserva mais 30 embarcações para ir em auxilio dos primeiros combatentes. Os ingleses tinham em sua defeza apenas 3 embarcações de guerra pequenas. Casualmente entrou neste pôrto, com a sua força naval Luis Vieira Matoso, Fiscal da Armada Portuguesa, o qual unido-se as ditas 3 embarcações deu batalha as forças superiores do Angriá, obrigando-o a retirar-se do pôrto e recolher as suas embarcações de guerra bastante avariadas. Dizem os nossos cronistas acêrca dêste incidente! «O General inglez agradeceu o Vice-Rei com expressões de ficar reconhecendo que a Inglaterra devia aos Portuguezes a conservação daquella Colônia». Vid. Vol. VII pags. 196. *Os Port. em A. A. A. e O.* (Edição de 1850).

(3) Os maratas confessaram ter perdido neste cerco cinco mil soldados. Vid. Taylor, *History of India* pgs. 397—*Maclean's Guide to Bombay* pag. 25.



BAÇAIM

Portão da entrada da praça



investida. Logo após a rendição de Baçaim, que teve lugar em 16 de Maio, os ingleses assinavam em Julho de 1739 um tratado de pouca *confiança política* com os conquistadores.

Uma boa parte dos defensores de Baçaim, entrando no seu número uma companhia de parsês (*parcis*), sob o comando do capitão Dagi Jasanga, veiu a Damão. Esta companhia foi incumbida, em 6 de Dezembro do referido ano de 1739, da defeza das aldeias Damão Pequeno e Catria, no local então denominado *Jampa de Catria* ou *estacada* que se prolongava destas aldeias atravessando Carivari até o rio de Damão, onde eram frequentes as investidas da cavalaria marata.

Durante o cerco de Baçaim, o capitão governador de Damão socorreu a do melhor modo possível com dinheiro e géneros alimentícios, porém as suas condições económicas não eram lisonjeiras, e o pior era que não dispunha de suficientes forças para obstar á marcha triunfante das aguerridas cohortes maratas. Breve Chimpaji ou Somnaji Appá, comandante em chefe e irmão do Peshvá, ordenou a Suneraji Pantá para invadir a Jurisdição de Damão, o qual atravessou o rio de Dantorá com um exército de 8 mil soldados de infantaria e 10 mil de cavalaria. Entraram nos territorios de Damão com o seu costumado grito belico de *Hur, hur, Mahadeo!* Os portugueses, que esperavam esse ataque, bateram-se com a sua costumada bravura. Após uma renhida luta na tranqueira de Catavará, elles sucumbiram perante a esmagadora força numérica dos invasores. Gradualmente os maratas se apossaram dos cassabés de Mahim e Quelme, dos fortes de Danum, Nargôl (aldeia dos jesuitas), Umbargão, Sirigão e Trapôr (sede do 2.º ouvidor da Jurisdição, e onde as freiras dominicanas tinham o seu mosteiro), e finalmente os presidios de Pareri e Sangens ou Sanjan (será corruptela de S. João?: além dum forte de razoável extensão, havia uma paróquia e igreja respectiva, hoje a linha férrea da B. B. tem aí uma estação) (1), e ainda a maior parte das aldeias de Damão.

Em menos dum ano desaparecia por completo a grande Província do Norte. Se os maratas conhecessem a con-

(1) No ano 1903 enviamos um mapa histórico e geográfico de toda a Jurisdição de Damão e das nossas possessões actuais,—um trabalho que nos levou mais de um mês—á Sociedade de Geografia de Lisboa.

dição interna e a dificuldade que o seu capitão-governador Luís Filipe de Valadares Souto Maior tinha em guarnecer e sustentar os seus combatentes que faziam custar, a cada palmo de conquista, rios de sangue do exército invasor, talvez sôbre a heróica Cidade de Damão pezasse a mesma desdita da capital do Norte.

Vejamos de passagem o que dizia uma representação dos militares ao monarca português que se acha registada nos livros das patentes do «Antigo e Nobre Senado de Damão» :

«M. A. e P. Snr. -- O Senado da Cidade de Damão da Provincia do Norte juntos em Meza de vereação prostrado reverentemente de in Joelhos ante o real Trono de Vossa Mage. pella representação que fizerão a esta Meza os officiaes millitares de guarnição da mesma Cidade para por meyo della pôrem na real presença de V. Magestade a summa pobreza em que todos vivem, e o continuo e excessivo trabalho em que existem continuamente em cima das muralhas com huã exacta e cautellada vigia pella tão pernicioza vizinhança contigoa do Inimigo Marata que se acha dominando toda esta Provincia do Norte usurpada pello dito Inimigo, excepto as vinte aldeas que pellas capitullaçoens que se ajustarão com o dito Inimigo ficarão reservadas para o subsidio desta Cidade das quaes só a seis se podem chamar Aldeas, porque as mais só o são no nome, e não no rendimento, porque o dito das não chega para o subsidio de coatro mezes etc.»

Embora na ocasião residissem dentro dos muros da cidade mais de três mil cristãos (sendo vedado aos hindús e mouros a residirem aí), ela chegou a última humilhação, tendo em 13 de Setembro do ano 1740 Souto Maior firmado um tratado com Balagi Bagi Rao Pardane ⁽¹⁾, em que se estipulou a retenção da cidade de Damão, do Forte S. Jerónimo e da Praganá Naer que abrange as aldeias entre o rio de Damão e o rio de Calém ao sul. E assim, a antiga jurisdição de Damão que tinha a extensão de

(¹) Bagi Rao era cunhado de Vencta Rau que comandou a fôrça marata que invadiu a Provincia de Salcete em Goa e dirigiu a campanha de Alibaga e chegou corajosamente com as suas fôrças até o coração do Império Mogol, Delhi. Faz nos parecer que Balagi era filho de Bagi, seguindo o tradicional costume entre os hindus e até mouros de adicionar o nome do pai ao seu nome. Vid. Vol. III, pgs. 288 desta Revista.

vinte légoas da costa, a começar com o rio de Balçar ao norte, ficou reduzida na sua área, a uma dúzia de aldeias com menos de 2 légoas da costa — um ponto microscópico que mal podia sustentar os seus encargos e menos ainda socorrer a capital da Índia Portuguesa pela crescente força marítima dos maratas combinada com a do Angriá.

*
* *

No referido ano de 1739 os maratas invadiram simultaneamente todas as possessões portuguesas da Índia, com excepção de Diu, pela sua especial posição topográfica.

Em que ocasião entraram eles em Salcete de Goa e puzeram cerco á Praça de Rachol?

O precioso documento que dá informações positivas sobre êsse cerco, consta da Genealogia da antiga «*Família Mello*» da Raia — bairro Oddánt. Vimos o original que se acha em poder do sr. Caetano Francisco da Piedade de Melo, e dos referidos livros (M. S. S.) trasladamos o seguinte :

«Ainda depois desta construção (da segunda caza dos Melos em Raia), como se mostra do codicilo tabelioso de 22 de Março de 1739 do testamento do Mui Rev Pe. Frei João Verissimo de Mello, da ordem de S. Pedro de 1 de Julho de 1737, a família Melo teve de refugiar-se para a sobredita Praça de Rachol (onde anteriormente tinham a sua residencia num predio denominado «*Horta da caza*», sendo alias gancares da aldeia Raia) por uma *nova* invasão a esta Provincia de Salsete em 23 de Janeiro de 1739 pela entrada e sitio feito pelos mesmos Marathas com uma grossa cavalleria e infantaria.

A nota historica existente no livro dos titulos da família dos Mellos, diz o seguinte com referência a este cerco : Aos 23 de Janeiro (1), dia Sexta-feira do ano 1639, entrou

(1) O vice-rei Conde de Sandomil em carta de 22 de Janeiro de 1739, informava a Côrte que Vencta Rau, cabo do marata, tinha chegado, com um corpo de cavalleria aos passos da descida dos Gátes. Pelo documento que trasladamos, deixa vêr, que logo no dia seguinte puzeram os maratas cerco á Praça de Rachol e levando e devastando tudo que encontrassem em Salcete. Vid. cit. Vol. pgs. 285.

nesta Província «Inimigo Maharatta» cõ sua grossa cavallaria e infantaria e sitiada a Praça de Rachol destruiu a sementeira da vangana e os campos ficaram diolutos por isso não houve este *et* (sic-anno) contas, ainda Sua Magestade cobrou ao depois os foros e mais que costumamos pagar».

Como bem se sabe, neste cêrco, o vice-rei D. Pedro Mascarenhas, Conde de Sandemil não tinha fôrças para obstar ás depradações dos maratas. Teve breve de fazer um tratado tão aviltante ao prestigio português que até lhes cedeu a grande e histórica Praça de Chaul que continuava ser ainda, um dos restos da nossa Província do Norte, em cujo pôrto heróicamente batalhou e foi vítima D. Lourenço de Almeida.

Todo êste terrível desastre, que humilhou o nome Português na Índia e privou a Nação da maior parte dos seus dominios, teve origem numa frase leviana e impolitica do General do Norte D. Luis Botelho, ⁽¹⁾ sobrinho do Vice-rei Conde de Sandomil. O *Peshvá Negro* cêdo vingou-se a sociedade dos portugueses, continuando a ser o seu mais encarniçado inimigo até que os inglêses desbaratarem os seus exércitos, asenhoreando-se dos seus dominios, e assim aparando as unhas e sacando os dentes do Leão dos

(1) António Carneiro de Alcaçova, vedor geral da fazenda, informou numa carta a S. Magestade, entre outras cousas, que tendo êle pessoalmente falado com Bagi Rao, indo ao exército marata, ficou sabendo dêle que tendo enviado os seus comissários a Baçaim para exigir do General D. Luis Botelho o cumprimento da promessa feita pelo V. rei para dar, na marinha da referida cidade, um sítio para estabelecer uma feitoria, o mesmo general deteve-os aí sem dar lhes resposta, e sendo um dia instado por eles, «foram pelo General descompostos de palavras injuriosas, excedendo o escandalo de fallar com vituperio na propria pessoa do Bagi Rao, *tratando-o de Negro*, palavra que elles interpretarão escravo, que assim lhe segurarão tratavamos aos cafres de Moçambique e que esta afronta merecia um grande castigo etc. . . e, por estes motivos dirigirá *imediatamente a Tanã*, aonde sabia se achava tal General que teve a industria de salvar; mas que tinham sido castigados os seus cabos pelo deixar fugir, porque o intuito era castigarem-no como ele merecia, e se assim o conseguissem, *se acabaria a guerra*» etc. Vid. pag. 289 cit. Vol. III.

Na carta do Conde de Sandomil, na monção de 1740, dizia êle a côrte que até as cartas dos *estrangeiros* faziam culpa da invasão do marata na Ilha de Salcete ao dito General D. Luis Botelho porêr buscava de todos os modos diminuir a culpa do seu sobrinho. Era um sentimento muito natural, mas a Nação perdeu quasi todas suas possessões por causa dum *imprudente epileto* !!

Gátes que depois tornou-se inimigo impotente dos portugueses, os quais, poucos anos antes obtiveram d'ele em 1779 a cessão das 72 aldeias da actual Praganã-Nagar-Aveli que hoje forma parte do Distrito de Damão, e antes, da antiga Provincia do Norte que ia mais além, abrangendo a Aldeia Tambary-grande que era possuido pelo fisico D. Josepho Tello, membro da Familia Real Portuguesa, e cujos serviços foram solicitados pelo General do Norte em Baçaim, por falta dum fisico e negado pelo Capitão Governador de Damão.

E como escrevo esta na semana santa, apenas direi : *Sic transeat gloria* . . . ! Ojalá, Damão, uma das preciosas reliquias da Provincia do Norte, reconquistado pelo *piússimo* vice-rei D. Constantino, viva sempre debaixo das sagradas quinas.

Damão.

A. F. MONIZ.

Os ranes, os quetris, os oixos, os chardós e os brâmanes de Goa

Porque os que usaram sempre o mesmo officio
D'outro não podem receber consorte
Nem os filhos terão outro exercicio
Senão o de seus passados até morte.

(Camões — Os Lus. C. VII — E. XXXVIII)

Escreveu o padre Leonardo Pais no seu *Promptuario das definições indicas*, publicado em Lisboa em 1713:

«Destes (dos chardós) é o valoroso D. Lourenço de Lisboa que actualmente por provisão Real, passada pelo Ex.^{mo} Vice-rei Caetano de Melo e Castro é Cabo das praias das terras de Bardez. Destes foi Zoitagi Rane que pelos serviços que fez a Sua Magestade indo com a gente da guerra a acompanhar os Portuguezes nas guerras de Ceilão, assistindô-lhes com valor e presteza, causa porque Sua Magestade que Deus guarde o apremiou, fazendo-lhe mercê de tres aldeias sitas em Bardez, chamadas Nadorá, Revoddá e Pirna, e aos que se converteram da dita familia á Nossa Santa Fé Catolica fez mercê de *Dom* e de apelido Lisboa, como se acha D. Lourenço de Lisboa, acima relatado, por ser da mesma familia».

Vejamos até que ponto são verdadeiras as afirmações de Leonardo Pais.

No *Arquivo Português Oriental* que não temos aqui á mão, encontramos referências ao rane cabo das praias de Bardez e á concessão das aldeias de Nadorá, Revorá e Pirna. Numa certidão passada a 11 de Setembro de

1854 pelo contador geral interino João Vicente Soares da Veiga, lemos a transcrição dos seguintes dois assentos de baptismo:

«Aos dez e seis de Maio de mil setecentos oitenta e dois baptizei e puz os Santos Oleos a D. José Joaquim Sequeira de Lisboa, que em gentio se chama Chondrugí Rane, Dessae das Aldeias Revorá, Nadorá, Pirna, da provincia de Bardez, casado em rito gentilico com Malcume Rani, casta *Quetry*, da idade de cincoenta e sete anos, pouco mais ou menos, e foram seus padrinhos, o senhor Dezembargador e Chanceler deste Estado José Joaquim de Sequeira e Magalhães e Nossa Senhora de Vitoria — Padre Francisco Xavier Cabral».

«No mesmo dia baptizei e puz os Santos Oleos a Dom Alexandre Nunes Monteiro de Lisboa, que em gentio se chama Visvabara, filho do dito Chondresgi Rane, da idade de dez anos pouco mais ou menos, foram seus padrinhos o senhor Dezembargador Alexandre Nunes Monteiro, Ouvidor geral do civil e Provedor dos defuntos e Nossa Senhora de Vitoria. — Padre Francisco Xavier Cabral. Conforme com os proprios Assentos que ficam a folhas duzentos trinta e seis do Livro deles dos anos de mil setecentos trinta e tres a mil setecentos e oitenta e tres. O Escriuario Luis Maria de Araujo conferiu. Contadoria geral, onze de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro. Deste um xerafim e de busca tres tangas. O Contador geral interino João Vicente Soares da Veiga».

«Estes assentos mostram:

- 1.º que os *ranes*, dessais de Revorá, Nadorá e Pirna, têm o titulo de *dom* e o apelido *Lisboa*.
- 2.º que os *ranes* pertencem á casta *«quetry»*.

A existência da casta *«quetry»* em Goa é confirmada pela seguinte resposta que as câmaras gerais de Pondá e Bicholim deram aos quesitos formulados pelo governo provincial a 16 de Agôsto de 1824 sobre os usos e costumes dos hindús:

«Brâmanes e *quetrís* e outros hindus têm direito a constituirem adoptivos.

«Os brâmanes e *quetrís* na falta de filhos devem fazer adoptivos aos segundo genitos de irmãos.

Os sudras, *oixos* e mais indivíduos de dezoito classes chamadas *Ast Pocoda Jati* quando queiram, podem fazer adoptivos dentre os parentes sanguíneos mais próximos» (1).

É conhecida a célebre classificação do Manú que distinguia na população hindu 4 classes (*varnas*): brâmanes (sacerdotes), *cxátrias* (militares), *vâixias* (mercadores) e sudras (operários e artífices).

A palavra *quetri* não será corrupção do termo *cxátria* e a palavra *oixo* do vocábulo *vâixia*?

Ouçamos o padre Francisco de Sousa autor do *Oriente Conquistado*, a famosa crónica da Companhia de Jesus, publicada nos princípios do século XVIII:

«Ainda que seja grande a variedade destas castas, todas se veem a reduzir a quatro fundamentais que são: Bramanes, *Ketris*, *Oixos* e Sudras. Os Bramanes são os mais nobres de todos, e têm por officio, segundo a disposição das suas leis antigas, dar e pedir esmola, aprender e ensinar a lei, fazer o sacrificios e assistir a ele, e em uma palavra, vem a ser como os Levitas entre os Tribus de Israel. A obrigação dos *Ketris*, e por outro nome *Rajás* ou *Rajaputros*, segundos em nobreza, é dar esmola, mas não pedil-a, e aprender a lei mas não ensinall-a, assistir ao sacrificio, mas não fazel-o, governar e defender a Republica» e a esta casta pertencem os Reis, Governadores e soldados.

Os *Oixos*, e por outro nome *Comatis* que tambem é casta boa atende aos contratos e mercancia. Os Sudras ja faltos de nobreza e reputados por gente baixa exercitam todas as artes mecánicas da Republica e a esta classe se reduz uma grande multidão de castas muito diversas e opostas entre si» (2).

Os *quetris* e os *oixos* correspondem, pois, aos *cxátrias* e aos *vâixias* da classificação de Manú.

Que existe em Goa a casta *vâixia* se vê do Compromisso do pagode de Mandodory de Betqui, de Pondá, que diz no seu artigo 3.º:

(1) Filipe Neri Xavier—Colecção de Bandos e outras diferentes providências das Novas Conquistas, I. 83.

(2) Padre Francisco de Sousa—Oriente Conquistado a Jesus Cristo, I. 34.

«A mazanja compõe-se de dois vangores : um de *Vaixia* Gancãres Forttes, composto de cinco *gorvoios* (famílias) e o outro da culcornins brâmanes» (1).

Os *oixos* são também conhecidos por *vanis* (do sanscrito *vanij*, mercador, correspondente ao guzerate *vanio* de que nós portugueses fizemos *banianes* do plural *vâ-niyan*). Pois diz H. A. Stuart no seu *Manual of the South Canara District* : «Os *vanis* são comerciantes oriundos de Goa que falam o concanim» e acrescenta Thurston na sua monumental obra *Castes and Tribes of Southern India* : «*Hari Xete* é sinónimo de *vani*». Segundo o *Madras Census Report* de 1901, os *vanis* dizem-se *vâixias*. E diz o insuspeito padre António João de Frias na sua *Aureola dos Indios*, cuja 1.^a edição foi publicada em Lisboa em 1702 : «Na cidade de Goa os *vanios* mercadores e correctores usam a linha sagrada (*upanaina*) distintivo das 3 castas superiores» (2).

Mas acrescenta o padre Francisco de Sousa :

«Aos 25 do mesmo mez de Agosto, dia de S. Luis, Rei de França, baptizaram os Padres da Companhia os *Charaddós* de Bati (Batim) O Baptismo se fez na egreja de nossa Senhora de Guadalupe achando-se o Vice Rei presente. *Charaddós*, conforme eles dizem, vem a ser o mesmo que *Rajaputros* ou *Ketris*, segundos em nobreza, depois dos Bramanes, os quais não querem estar por esta opinião, e derivam a significação *Charaddó* de principios menos lustrosos. Seja como for eles são homens de guerra e receberam com tanta alegria o Baptismo que em rompendo a alva estavam já vestidos e armados batendo ás portas do seu Vigario».

Portanto, os *quetris* convertidos ao cristianismo são ... *chardós*, o que vem confirmar uma das asserções de Leonardo Pais.

Compreende-se que houvesse *homens de guerra hindus*

(1) José F. Ferreira Martins—Legislação do Estado da Índia—X, 271.

(2) *Aureola dos Indios e Nobiliarquia brâmane* pag. 34.

em Goa, sobretudo em Batim. Durante alguns séculos, dominaram em Goa as dinastias hindus dos *Silaras* e dos *Cadambas*, cuja capital era Goa Velha, aldeia vizinha da de Batim ⁽¹⁾. Os *Silaras* e os *Cadambas* deviam ter a sua côrte, a sua aristocracia militar, o seu exército que de certo nenhum Paraçurama exterminou. Mas os brâmanes, fiéis á crença do aniquilamento dos *cxátrias* por Paraçurama (incarnação do deus Visnú), não podiam nem podem admitir a existência de *cxátrias* em Goa. O que uma lenda destroi só outra lenda, pode fazer renascer. Assim, consoante a lenda, os deuses arrependidos, pelos progressos da impiedade, (talvez budista) criaram novos *cxátrias* no alto do Monte Abu: são os *rajputs*, o braço secular que auxiliou a propaganda do néo-bramanismo ⁽²⁾. Ser ou não ser *cxátria* depende dos brâmanes — afirma o brâmane dr. Ketkar ⁽³⁾. Com efeito, Sivaji, o fundador da nacionalidade e do império marata, pagando 40 mil libras aos brâmanes de Benares, conseguiu ser agraciado com o titulo de *cxátria*! ⁽⁴⁾

Convém notar que a tradição, confirmada pelas inscrições atribuí aos reis *Cadambas* a introdução dos brâmanes do *Ahikhetra* (região dos Himalaias) no Decão, e nas costas do Concão e do Malabar ⁽⁵⁾.

Terá a palavra *chardó* alguma relação com *Ahikhetra* e daí serão oriundos os brâmanes e os chardós de Goa?

Chamamos a atenção dos estudiosos para o seguinte:

1.º O rio *Sarasvati* desce dos Himalaias e banha o Panjab. Ora — diz o *pandit* (teólogo hindú) Bhattacharia — supõe-se que os brâmanes *xenevis* ou *gaud-sarasvats* de Goa sejam um ramo dos *sarasvats* de Panjab; uns e outros comem peixe ⁽⁶⁾ o que é defesa aos outros brâmanes do Decão e Concão.

2.º Grierson, o sábio linguista, notou grandes afinidades entre o concanim e o guzerate e afirma que Trihotra

⁽¹⁾ J. Fleet—*The Dynasties of the Kanarese Districts* no *Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I, part II, pag. 543.

⁽²⁾ Kennedy no *Imperial Gazetteer*, vol. II.

⁽³⁾ Dr. Ketkar—*An Essay on Hinduism* pag. XXIV.

⁽⁴⁾ Census of India, 1901 I, Ethno graphic Appendices by H. Risley.

⁽⁵⁾ Fleet—obr. cit. pag. 540 e 576. Char—*The life and teachings of Sri Mādevācheria* pag. 3.

⁽⁶⁾ Bhattacharia—*Hindu castes and sects*, pag. 89.

donde os *xenevis* se dizem oriundos não se identifica com Tírhut (Behar) (1). Por outro lado, a inscrição em cobre do século XI, a que aludimos no n.º 1.º d'êste volume, demonstra, á exuberância, as relações religiosas e económicas que Goa mantinha com o Guzerate e Kathiawar, ao tempo dos reis Cadambas.

3.º As incursões dos maometanos em o noroeste da Índia, desde o século VIII, provocaram o êxodo dos príncipes hindus que de certo não emigraram sem se fazerem acompanhar de sacerdotes e companheiros de armas (Vide Char—obr. cit. pag. 3)

4.º O facto de os brâmanes de Goa comerem peixe, como os *sarasvats* de Panjab mostra que aqueles e êstes são oriundos ou atravessaram regiões fluviais e marítimos, e as relações económico-religiosas entre Goa e Guzerate levam a conjecturar que os Cadambas emigraram do nordeste da Índia pela via marítima que ao tempo devia ser mais cómoda e rápida que a terrestre, pois que não havia então caminhos de ferro nem automóveis que encurtassem as distâncias.

5.º Os ranes, os *quetris* e outras tribus guerreiras do Conção e do Decão, os dessais e os gãocares das nossas Novas Conquistas são hoje conhecidos por *maratas* (2). Ora diz Stuart no seu já citado *Manual of the South Canara District* que os genuínos maratas de Canará são oriundos de Goa e acrescenta Thurston no também citado livro *Castes and tribes of Southern India*: «Os maratas do Canará dizem-se *Ari kchatri*» (*Ahikçhetra*?).

6.º Não só os *quetris* e os *chardós* de Goa, mas ainda os maratas se atribuem a origem *rajput*.

«Os maratas pretendem descender dos antigos *caitrias* e relacionam-se com os *rajputs*.

A semelhança dos apelidos, como Ahirau, *Chalqui* (Chaluquia) Chandel, *Gujar*, *Cadambo Kalchuri*, *Lad*, *Pavar*, *Solanke*, *Shisode*, *Yadava*; a proibição do casamento das viúvas; o uso da linha sagrada; o costume de *purdah*; o papel que o barbeiro desempenha na cerimónia do casamento, tudo isso parece confirmar o parentesco entre os maratas e os *rajputs*. A história atesta o

(1) Linguistic Survey of India—VII, 12.

(2) Dr. Ketkar—obr. cit. pag. 78; Dr. Almeida e Azevedo—As Comunidades de Goa, pag. 14.

facto de alianças matrimoniais entre as famílias reais maratas e rajputs. A mãe do illustre Sidharaj Jaising, de Anhilevada; (Guzerate) era filha do rei Cadamba de Goa. Sucaji Yadava, avô materno de Sivaji, descendia de Ramdev da dinastia dos Yadavas de Devagiri» (1).

É factó que dominaram no Decão e no Concão as dinastias de *Chaluquias*, *Kalachurias*, *Gurjaras*, *Cadambas*, *Latas* e *Yadavas* (Vid. Fleet, obr. cit.) e é natural que subsistam no Decão, no Concão e em o nosso território de Goa vestígios dessas dominações, como existem quanto aos maometanos, cujo imperialismo precedeu o português e o inglês.

E os *vanis* convertidos ao cristianismo?

«A terceira nação da gente da Índia é a dos Chatins que em lingua da terra se chamam os *vanis*, nem porque estão em terceiro lugar, nem porisso deixam de ser muito illustres — é o mesmo padre Leonardo Pais quem escreve — e por isso os Regios chardós se aparentam com eles e comunicam nos comeres, e mais cousas, o que não fazem com outras nações inferiores».

Podemos em abôno do asserto de Leonardo Pais, apontar o seguinte factó:

O 8.º *vangor* (secção) da comunidade agricola de Arossim (Salcete) compõe-se de *chardós* e de *xetes* e ao mesmo pertencem uma familia *vani* hindu e uma familia cristã *chardó*, as quais são *daijis*, isto é, descendem, por tradição, do mesmo tronco.

Por conseguinte, não só os *quetris*, mas ainda os *vanis*, convertidos ao cristianismo, se integraram na casta *chardó*. Assim se explica que entre os cristãos do Goa haja *brâmanes* e *sudras*, mas não haja *quetris* nem *vanis*, como entre os hindus.

A. B. DE BRAGANÇA PEREIRA.

(1) Census of India, 1911, vol VII part. I pag. 289.

BENS PENSIONADOS EM GOA

Capelas e Pensões do Convento de S. Caetano

O Convento de S. Caetano é um magestoso edificio que ainda hoje se vê de pé na Velha Cidade e que se deve ao zêlo apostólico da Ordem chamada dos *Teatinos*, que não podendo entrar no reino de Golconda, para onde haviam sido enviados em 1640 pelo Papa Urbano VIII a fim de pregar o evangelho cristão, tiveram de se estabelecer em Goa, na vizinhança do Colégio Velho de S. Paulo, transferindo-se daí mais tarde para o Terreiro do Paço, onde construíram esse grande convento e a respectiva igreja que dizem os nossos cronistas representar em miniatura a Basilica de S. Pedro em Roma⁽¹⁾. Afirma, porém, Gemelli Careri que ela se parece com o templo de St.^o André della Vella da mesma cidade⁽²⁾.

Os primeiros *teatinos* mandados por esse Papa foram D. Pedro Avitabile, superior, D. Francisco Manco e D. Antonio Maria Ardisone. O voto da Ordem era de absoluta pobreza e todos viviam de esmolas, adoptando por divisa as conhecidas palavras de S. Pedro: *aurum et argentum non est mihi* e a isto se deve a tradição que por então corria de que os *teatinos* ou *Caetanistas* ou ainda *frades da Divina Providencia* viviam das bocetas dos fidalgos, isto é, dos jantares que estes lhes enviavam em bocetas.

(1) F. N. Xavier — *Resumo hist. da vida de S. F. Xavier*; pg. 376, nota.

(2) Churchill's *Voyages & Travels*, vol. IV, p. 205.

Com o andar do tempo, teve esta Ordem bens de raiz, uns comprados, outros doados por várias pessoas com encargos pios.

Cumpre também advertir que a Congregação dos teatinos se compunha a principio só de europeus, mas, como havia falta dêles, foram mais tarde admitidos nela clérigos indígenas, primeiramente da casta brãmãne, e mais tarde das outras castas.

Acêrca da primeira entrada dos teatinos em Goa, veja-se *O Cronista de Tissuari*, vol. III, pg. 64.

O livro das Capelas que existe no arquivo da fazenda foi começado em 1733, mas nêle estão trasladas as capelas e missas do livro anterior desde 1693, quando o Prepósito dessa casa era Fr. D. Salvador Gallo.

Consta dêsse segundo livro que o mesmo Prepósito, vendo as dificuldades que aquella Casa tinha na arrecadação dos juros das quantias das Capelas empregadas nas fazendas alheias e tambem na falta da pontual satisfação dos encargos», determinou comprar, de pleno acôrdo com a Congregação, um palmar de Lazaro Nunes Figueira, comandante do Paço de Naroá, que êle possuia em Bardez na Aldeia de Sirulá, na freguesia de N. S. de Pomburpá, no bairro *Velotim* pelo preço de 18.500 xs.

Esse prédio depois de comprado foi entregue para o grangiar e administrar a um certo Filipe Ribeiro, mas êste houve se com tão pouco zêlo no desempenho das suas obrigações, que o mesmo prédio, no estado lastimoso em que estava, foi tirado das mãos dêsse administrador e vendido a fim do seu produto poder assegurar o cumprimento dos encargos das capelas de que estava cativa a quantia pela qual primitivamente fôra comprado.

Com êsse produto foi comprado em Morombim o grande um palmar, a fim de que com as rendas dêste se pudessem satisfazer as penções investidas no dito palmar *Velotim*.

A Casa da Divina Providência tinha as seguintes pensões:

«25 missas anuaes por tenção do Pre. Manuel Pinto, o qual, para isso, deixou á Casa da Divina Providencia umas tangas de recamo da aldêa de Neurá o grande, as quaes foram vendidas a Pre. Gabriel Dias por 500 xs. que se despenderam no grangeamento do palmar *Velotim*.

Em 1733 foi tombada esta penção pelo Provedor-mór dos defunctos. As missas foram regularmente

satisfeitas desde 1690, em que principiou a penção, até ao ano de 1814. Pelo assento do Capitulo feito a 28 de Agosto de 1764 ficou para sempre investida esta Capela no Palmar de Morombim o Grande.

«Uma missa cotidiana por alma de Domingos Ferreira e de sua mulher Maria de Azavedo. O dito Domingos deixou para isto 4.000 xs., devendo a referida missa dizer-se no altar de S. Gregorio da igreja do Convento onde o dito defunto estava sepultado

Principiou a penção em Janeiro de 1693. Foram satisfeitas as missas até ao ano de 1814, tendo sido tombada a penção pelo Provedor-mór dos Defunctos no ano de 1733. Por assento do Capitulo de 28 de Agosto de 1764 ficou para sempre investida esta Capela no palmar *Challe de Manduvim*.

«Uma missa quotidiana por alma do mesmo Domingos Ferreira, o qual deixou mais 4.000 xs. por verba do seu codicilo, devendo dizer-se a missa tambem no altar de S. Gregorio.

Principiou a penção em 1 de Jan. de 1693. O fundo desta e da primeira Capela estava assegurado no referido palmar *Velotim*, tendo sido em 1664 investida a penção no aludido palmar *Challe*. Satisfeitas as penções até 1814.

«Uma missa quotidiana por defunctos D. Ignez de Motta e D. Sebastiana Marem, as quaes deixaram 3.000 xs., que ficaram asseguradas no palmar de *Velotim* e se principiou a correr com esta missa a 1 de Maio de 1693.

A Casa ficou desonerada dessa penção, ou, por melhor dizer, aliviado o palmar de *Velotim* desta missa, visto ter dado o Pre. Nicolao Simoens morador de Neurá o grande os ditos 3.000 xs. com obrigação de os pôr nos bens de raiz equivalentes. Esse Pe. não cumpriu esta obrigação porque morreu sem deixar clareza alguma, e seu irmão tambem morreu e os herdeiros tudo sonegaram, pelo que armou demanda, que tendo sido decidida a favor da Casa, a administração daquele fundo foi tirada das mãos dos mesmos herdeiros, fundo que consistia num palmar e 8 tangas de recamo sitas na dita aldea e de que a Casa tomou posse em 14 de Setembro de 1729. Conheceu-se mais tarde que esse palmar era um *nomoxim*, cujo senhorio directo era o Colegio de S. Paulo

e por isso se tornou sem efeito a posse do mesmo palmar. Foi satisfeita esta penção até 1814.

181 missas anuais por defuncta Victoria Mendes, a qual por verba do seu testamento deixou que, tiradas as dividas, legados e deixas, tudo o que ficasse pertencendo á sua terça entregasse ao Pre. Pref.^o de Divina Providencia para instituir *rata pro quantitate* uma missa e como D. Francisca de Almada, mãe da dita defuncta, entregou 1500 xs, que correspondem as d.^{as} 181 missas tomando a missa quotidiana a 3 mil xs. (sic), e por dizer João Dias, casado e morador na aldêa de S. Simão conhecido e da obrigação desta Casa, que a tenção da d.^a testadora foi que a d.^a missa fosse por ele administrada, pondo os ditos 1500 a ganhos nalguma fazenda, assim se fez e o mesmo João Dias veio satisfazendo a penção desde Março de 1694. Por morte do mesmo Dias, succedeu na herança sua viuva, e o Pre. Jeronimo Dias e Ant.^o de Porciuncula, seus f.^{os}, hipotecaram uma sua fazenda em garantia dessa obrigação, tendo esta sido por eles satisfeita até á sua morte em 1720 depois da qual Caetano Dias, f.^o do dito Porciuncula não tratou de satisfazer ás missas, pelo que e porque ele ia dilapidando o palmar em que estava hipotecada esta meia Capela, se lhe armou demanda, que acabou depois do seu falecimento com a execução e arrematação do referido palmar, com o qual ficou a Casa, comprometendo-se a continuar o encargo que sobre ele pesava logo que o palmar estivesse em condições de render o suficiente para ocorrer á penção.

Foram satisfeitas as missas até 1814. A Casa começou a satisfazer-as desde 1751, em que o palmar foi por ela arrematado em hasta publica.

(Não encontrei ainda a escritura p.^a se indentificar esse palmar).

Uma missa quotidiana por alma do Def.^o Francisco Mendes da Silva e da sua mulher D. Laura de Tavora, os quais deixaram por verba do seu testamento 3000 xfs. para se continuar todos os dias do altar de St.^o Christo desta nossa Igreja emqt.^o o mundo durar.

Esses 3000 xs. haviam sido assegurados no palmar *Velotim*, mas por Assento do Cap. de 28 de Agosto de 1764 se transferiram para o palmar *Challe* do Mandovim.

Foi satisfeita esta penção até 1814 e começou em 7 de Junho de 1696.

«270 missas anuaes por alma de Francisco de Veiga, o qual deixou por verba de seu testamento 3000 xs., que tendo sido primitivamente applicados no palmar *Velotim* foram depois transferidos para o palmar de Morombim o grande por Assento do Cap. de 28 de Agosto de 1764.

Começou a penção em 1 de Julho de 1702 e foi satisfeita até 1814.

«45 missas anuaes, emquanto mundo durar, por alma de Gracia de Faria, a qual deixou 500 xs.

Esse dinheiro primitivamente applicado no palmar *Velotim* foi depois transferido p.^a o de Morombim o grande com igual encargo, que começou a ser satisfeito em 1 de Janeiro de 1705 e o foi até 1814.

«Uma missa quotidiana por alma de Manoel Nogueira e de sua mulher, naturaes da Vila de Tancos, em Portugal.

Deixarão por verba do seu testamento 3500 xs., os quaes estavam postos no palmar *Velotim* e depois se transferiram com igual encargo para o de Morombim o grande. Começou a correr desde 1 de Jan. de 1706 e foi satisfeita até 1814.

«Uma missa quotidiana por alma de M.^a Rezende primeira mulher de Vidal-Bravo da Fonseca, o qual deixou 4000 xs. para se fundar uma missa perpetua nesta Igreja da Divina Providencia.

Por Assento do Cap. da data já mencionada foi investida esta capela no palmar *Challe* de St.^a Luzia. Começou a correr a 1 de Dezbr.^o de 1712 e foi satisfeita até 1814.

«117 missas anuaes por alma de João de Luna dos Remedios, o qual deixou 1361 xs. e meio.

Esse dinheiro estava assegurado no palmar *Velotim*, mas passou depois a ser o no palmar de Morombim o grande.

Começou a correr em Julho de 1715 e foi satisfeita até 1814.

«74 missas anuaes por alma de Domingos Gonsalves, que deixou por verba do seu testamento que do que sobejasse da sua terça, pagas as dividas e legados, se dissesse uma missa perpetua *rata pro quantitate*, e como Domingas Farias, filha da dita defunta entregasse 800 xs., feitas as contas a razão de 4000 xs. a missa perpetua, veio a caber por cada ano pelos ditos 800 xs. as ditas 74 missas.

Essa penção foi assegurada primeiro no palmar *Velotim* e depois no de Morombim o grande. Começou a correr em Setembro de 1717 e foi satisfeita até 1814.

«180 missas anuaes ou meia capela por alma de D. Joana da Costa no altar de S. Gregorio, para o que esta deixou 2.000 xs., que foram postos no palmar de Morombim o grande.

Começou a correr a 1 de Agosto de 1718 e foi satisfeita até 1814.

«Uma missa quotidiana por alma de Pre. Ant.^o de Albuquerque, clérigo, natural de Bardez, que deixou por testamento 4.000 xs. para fundar a d.^a missa quotidiana no altar de S. Gregorio.

Essa penção esteve investida no palmar *Challe* de St.^a Luzia e começou a correr a 15 de Janeiro de 1705, tendo sido satisfeita até 1814.

«Uma missa quotidiana por alma de D. Izabel Coelho da Costa no altar de S. Gregorio.

A dita D. Izabel deixou por testamento 4.000 xs. que foram entregues á Casa por sua creoula D. Francisca Izabel de Castro no fim de Dezembro de 1728.

Ficou investida esta capela no palmar *Challe* de St.^a Luzia e o seu cumprimento começou no 1.^o de Janeiro de 1729. Foi satisfeita até 1814.

«Idem idem por alma de Manuel Luis Ribeiro, que morreu em Fevereiro de 1727 e deixou por testamento 4000 xs. que foram entregues á Casa pelos seus herdeiros e testamenteiros.

Ficou investida a penção no referido palmar *Challe* de St.^a Luzia e começou o seu cumprimento em 1 de Fevereiro de 1729, tendo sido satisfeita até 1814.

«Uma missa quotidiana por alma de Antonio Bornoal de nação Irlandez, que morreu em Madrastapata e deixou no seu testamento que os seus sufragios se fizessem como entendessem os seus testamenteiros, pelo que sua mulher e Luis de Madeiros Barreto acordaram em instituir uma missa por alma do dito Bornoal e pediram ao Pre. D. Pozda José Fideli, Prefeito da Casa da Divina Providencia que aceitasse a mesma capela, o que ele fez com o consentimento do Capitulo, recebendo das mãos de Julião Pacheco, Procurador do d.^o Luis Madeiros Barreto, 4200 xs.

Essa capela foi investida no palmar *Challe* de

Mandovim e começou a correr no 1.º de Março de 1729, tendo sido satisfeita em 1814.

«35 missas anuais por alma de Francisca do Carmo e de seu marido Valentim Lopes, a qual Francisca, por verba do seu testamento, incluída no mandado de posse que houve no ano de 1721 em 16 de Agosto, declarou o seguinte: Declaro que possuo huas cazas sobradadas em que eu moro, sitas no Bazarinho da Sé com taverna na loja, as quaes deixo á Caza da Dn.^a Providc.^a com declaração de q' se aluguem sempre e do procedido dos alugueis feitas as despezas necessarias para o concerto dellas ametade se despenda em missas pela alma do meu marido e minha e outra ametade fique p.^a a Caza da Dn.^a Providc.^a. Declaro que a sobredita pensão das missas que ponho se entendem em todos os annos ...» Conforme esta disposição continuou aquella Caza a possuir as referidas casinhas, cujas rendas chegavam para satisfazer as missas, até que foram vendidas as mesmas casinhas é aplicado o seu producto para um fundo destinado exclusivamente a occorrer ao encargo da penção.

A venda fez-se com Theodosio de Mendonça e Noronha por 250 xs. com a condição de hypothecar o dito dinh.^o em bens de raiz, livres, e pagar em cada ano a razão de 7 por cento 17 xs e meio.

Começou a Casa da Divina Providencia a administrar essa propriedade, como cousa sua desde Janeiro de 1737. Antes de se fazer a escritura, morreu o dito Theodosio, obrigando-se os herdeiros a passar a dita escritura e pagar os d.^{os} 17½ xs. Foi satisfeita a penção até 1778, e depois se suspendeu por os herdeiros do dito Theodosio não pagarem os juros.

«31 missas por alma de Sebastião Francisco Pereira e Pre. Pedro Martins que tomou sobre si esta Casa da Divina Providencia com a congrua das cazas e horta, sitas na aldea de Malar no bairro Belsur desde o ano de 1753.

As referidas missas foram tombadas nas ditas cazas e horta. Foram satisfeitas até ao ano de 1814

«3 missas quotidianas que instituiu D. Luiza Francisca de Noronha, viuva que foi de D. Antonio Casco e Mello (1) por verba do seu testamento com o fundo de 14.500 xs.,

(1) Foi governador de Baçaim nos anos de 1712-1717. F. N. Xavier — *Gab. Lit. das Fontainhas*, IV, verb. *Baçaim*, p. 218.

uma p.^a sufragio de sua alma, outra p.^a sufragio da alma do d.^o seu marido e a terceira p.^a sufragios das almas dos seus Pais D. Juhanes de Noronha e D. Leonor da Cunha e Souza, e de seus sogros D. Francisco Casco e Mello e D. Maria de Souza Coutinho, e assegurou os ditos 14.500 xs. em dois palmares que com suas casas possuia em Verém, um deles deixou a seu sobrinho João Vicente da Silveira e Menezes assignando 11.000 xs. e outro deixou a seu irmão D. Henrique de Noronha assignando nelle 3.500 xs. com obrigação de pagarem no principio de cada mez os ganhos de 6 por cento, de sorte que, faltando os d.^{os} seu sobrinho e irmão e seus successores de pagarem anticipadamente *pro rata* os d.^{os} g.^{as} na forma referida, revoga a deixa que a eles faz dos mencionados palmares e cazas e manda ao Prelado que for desta de Dn.^a Provedor a quem nomea pr. Testamenteiro em 3.^o lugar, cessando de o serem o d.^o seu Irmão D. Henrique de Noronha aq.^m nomea em pr.^o lugar e a sua irmã D. Mariana de Noronha aq.^m nomea em 2.^o lugar, e não querendo ella ao Prep.^o q' for da Congregação do Oratorio desta cidade, que tratem da administração dos palmares e cazas; e no caso que por qualquer via dos seus parentes hajam demandas com alguns dos referidos Testamenteiros manda que se componhão entre si, e se não compondo revoga tbem todas as deixas que faz a seus parentes, sem excepção alguma, e quer que os d.^{os} testamenteiros nomeados em 3.^o e 4.^o lugar disponhão de todos os seus bens como melhor entenderem até dos da nomeação e encabeçamento, se puder.

Faleceu a testadora a 18 de Fevereiro de 1743. Foram satisfeitas as missas até ao ano de 1753, tendo depois ficado suspensas por causa de demanda até 1808 em que começaram a ser satisfeitas e o foram até 1814.

«180 missas pelo defuncto I.^o Pacheco de S.^a Commandante que foi da Fortaleza de Tiago, para o que deixou 2.505 xs., que esta Casa recebeu no ano de 1761.

Ficou investida esta capela no palmar *Challe* de Morombim o grande e o seu cumprimento começou em Março de 1761 e durou até 1814.

J. B. AMANCIO GRACIAS.

Famílias portuguesas estabelecidas na Índia, cuja varonia se extinguiu

(Continuação da pag. 187)

III

D. Luís de Castro

Capitão de mar e guerra da Armada Real da Índia. Veiu á Índia em 1725 e morreu em Calicut desterrado por ter morto o seu genro Luís de Melo de Sampaio (o roncador); tendo sido casado com D. Luisa Caetana Henriques, filha de D. Miguel Henriques, capitão de Azarém e de sua mulher D. Luísa de Meneses, neta pela linha paterna de D. Luís Henriques (o moço), almirante da armada do Norte, e de sua mulher D. Maria Henriques, e pela materna de António da Silva de Meneses e de sua mulher D. Filipa de Melo de Sampaio.

Filhas

1 — *D. Mariana de Castro.*

2 — *D. Filipa de Castro* que casou com Luís de Melo de Sampaio (o roncador), general do Norte nas guerras de Mogor. Com geração.

Os Castros descendem dos Condes de Castraxeres e Condes de Rezende.

Braço de armas. Escudo; em campo de prata treze arruelas de azul, timbre um leão de ouro.

IV

Miguel Carlos da Cunha

Tenente-coronel. Veiu á Índia em 1756, tendo sido casado com D. Inácio Antónia da Silva Vilhena e Castro, filha de Diogo Prestes de Abreu e da sua mulher D. Paula Maria Tomásia de Vilhena e Castro.

Filhos

1 — *D. Ana Leonor Rita da Cunha*, que casou com José Maria António Lobato Gameiro de Faria — Com geração.

2 — *Mmanuel Carlos da Cunha*, ajudante general, coronel do 2.º regimento, tendo sido casado com D. Antónia de Melo, filha de Luis Xavier de Melo e de sua mulher D. Maria Antónia de Melo.

Filha

D. Henriqueta Adelaide da Cunha, tendo sido casada com D. Cristóvão Joaquim de Gárcomo Lobo. Com geração.

Os Cunhas são descendentes do Vice-Rei de Índia, João Nunes da Cunha, Conde de S. Vicente.

Braço de armas. Um delfim da sua côr em cinco ondas da própria côr, em campo de ouro, com as letras *Quascunque findit*.

(Continúa)

FRANCISCO MOURÃO GARCÊS PALHA.

VÁRIA VARIORUM

O Convento de Nossa Senhora do Cabo

Está situado na aldeia Taleigão das Ilhas.

No frontispício da barra da Ilha de Goa, conforme menciona Frei Jacinto de Deus, no seu *Vergel de plantas e flores*, da parte do Nordeste para Ocidente, estava uma Ermida dedicada á invocação de Virgem Senhora Nossa do Cabo, sôbre um espêssô monte em um derrubadouro que cai sôbre as águas onde furiosamente ferem as ondas.

O Vice-Rei Matias de Albuquerque, grande devoto da dita capela e amigo dos Frades Capuchos, pediu-a ao Arcebispo D. Matias para nela formar á sua custa um convento. Cedeu o Arcebispo com o Cabido as instâncias do Vice-Rei, com condição porem (que se acha ás fol. 154 do Livro dos Acórdãos do Rev. Cabido) que essa igreja e convento sempre seria dos Capuchos e nunca doutro instituto ainda que da mesma Ordem; e se acaso em algum tempo a quizessem os Frades Capuchos da obediência do Convento da Madre de Deus de Goa, deixar ou largar, se tornaria a posse, direito e domínio ao Rev. Cabido e sua Igreja Metropolitana. Com esta condição aceitou o Vice-Rei a Ermida; e nela fez nova igreja e convento á sua custa, e a que era Ermida serviu de sacristia que depois se alargou.

Começou-se a construção do edificio aos 5 de Fevereiro de 1594; lançando a primeira pedra o mesmo Vice-Rei assistido do Bispo Fr. André de S. Maria, que por morte do Arcebispo D. Matias, governava a Diocese, e acabou-se aos 14 de Julho do mesmo ano.

Em 1612 foi, segundo se conta, ampliado este Convento e depois da extinção das Ordens Religiosas em Goa esteve entregue a um administrador, passando depois a ser

a residência do Primás segundo a concessão de S. Magestade publicada pela Portaria de 25 de Junho de 1844.

Actualmente é residência dos governadores gerais de Goa.

F. M.

Sinetes e escudos de armas

El-rei D. João I, trazia na orla das armas uma letra que dizia: *Por bem*. E a rainha D. Filipa de Alencastre, sua mulher, outra que respondia a esta em inglês, que dizia: *Me contenta*.

O infante D. Fernando, seu filho, o Santo, trazia uma caçela de hera com seus cachinhos e no meio dela a cruz de Aviz, de cuja cavalaria era mestre.

O infante D. Pedro, uma capela de carvalho, com suas bolotas e no meio umas balanças, e nas armas reais no banco de pinchar, em cada pé de alto a baixo mãos e por cima umas letras escritas muitas vezes que diziam: *Dizer*; e entre cada palavra destas um ramo de carvalho com bolotas.

O infante D. João, que foi mestre de San Tiago, casado com a neta do condestável D. Nuno Alvares Pereira, trazia uma capela de ramos de silva com cachos de amoras, com as bolsas de San Tiago no meio e três conchelas em cada uma com uma letra, em inglês, que dizia: *Com muita razão*.

O infante D. Henrique, mestre de Cristo, trazia as armas do mestrado e as de Portugal e ao redor um cinto largo de correia, que abroxava no cabo de baixo e uma fivela, que fazia volta com a correia e em inglês a letra dos cavaleiros de Garrotea, que elle também era, e dizia: *Contra si faz quem mal cuida*; e uma capela de carrasco, e no banco de pinchar três fiores de lirio em cada pé.

El-rei D. Afonso V, trazia pintado um mundo com esta letra: *Conheço que não te conheci*.

El rei D. João II, seu filho, trazia um rodizio, com estas letras: *Se tere*, e na outra trazia um pelicano ferindo o peito e dizia a letra: *Pela lei e pela grey*.

A rainha D. Leonor, sua mulher, trazia uma rede de pescar, a que chamam rastro.

El-rei D. Manuel uma esfera como uma cruz. *A excelente senhora*, uns alforjes e, nas cevadeiras, pintadas as armas de Castela, com esta letra: *Memoria de mi derecho*.

O marquês de Valença, neto do conde D. Nuno Alvares Pereira, trazia dois guindastes, que levantavam um título de pedra, com quatro letras cada uma, por parte.

E além destas há memória de muitas outras, que dão testemunho do uso, que delas havia neste reino.

O Arcebispo de Goa, «Primaz»

O Arcebispo de Goa é, ou não, Primaz ?

Logo desde a erecção em diocese ⁽¹⁾, os bispos do Funchal, a quem estavam sujeitas as cristandades das descobertas desde o Cabo Bojador até a Índia ⁽²⁾, vieram usando o título de *Primazes*. Assim, o bispo D. Diogo Pinheiro, em uma sentença executória ⁽³⁾, se chama *Episcopus Funchalensis, Indorum Primas*. E devemos notar que por — *Índia* — se designava outrora todo o Oriente.

A Santa Sé reconheceu a preeminência primacial, isto é, o *Primado* dos *Bispos do Funchal*, como se conhece pela leitura da Cédula Consistorial ⁽⁴⁾ de Clemente VII, pela qual D. Martinho de Portugal foi nomeado Arcebispo do Funchal ⁽⁵⁾. Diz esse documento: «*Ipsumque (Dom. Martinum a Portugalia) in Archiepiscopum praefecit et pastorem, Primate[m] praedictarum insularum, prout antea Episcopi Funchalenses pro tempore existentes appellabantur.*»

As duas Bulas ⁽⁶⁾ de Paulo III, que erigiram as dioceses dos bispos de Goa e S. Tomé, declararam serem êles sufragâneos a Funchal erecta — *an metropolitanam ac Indiarum, necnon omnium et singularium. . . insularum et ter-*

⁽¹⁾ Bula *Pro excellenti* de Leão X, datada 12 Junho 1514 (Bullar Patronat. I, 100).

⁽²⁾ «*Ad Capitis Bojador usque ad Indos* (Bul. cit).

⁽³⁾ Datada 7 Junho 1517 (Bullar I, 146).

⁽⁴⁾ Datada 10 Fev. 1533 (Bullar I, 146).

⁽⁵⁾ Erecta em arcebispado em 1533, Ced. Consist. 31 Jan. (Bullar. I, 141).

⁽⁶⁾ *Aequum reputamus*, 3 Nov. 1534 (Bullar, I, 148 e 153).

rarum, novarum eatenus repertarum ac...reperiendarum Primatiale cum Archiepiscopali et **Primate** dignitate» E', pois Primaz de todas as terras descobertas e que, de futuro, se descobrissem.

Iguais palavras se lêem na Bula *Gregis Dominici* de Paulo III, datada de 25 de Agosto de 1536.

Extinto o arcebispado de Funchal, e revertido a bispado, sufragâneo a Lisboa, a dignidade metropolitana passou para Goa ⁽¹⁾, e, desta maneira, os arcebispos de Goa, a cuja província pertenciam as dioceses de Cochim e Malaca ⁽²⁾ e outras que, sucessivamente, se erigiram no Oriente, vieram usando o titulo de *Primaz*.

Vejamos. Na sessão 6.^a do Concílio Tridentino, em a qual *Abd-Isu*, Patriarca de Muzal (Mossul), dissera ter jurisdição sobre a metrópole de Goa e outras dioceses da India, o embaixador português protestou declarando não reconhecer nenhum superior hierárquico além do arcebispo de Goa, *qui totius Indiae est Primas* ⁽³⁾. Foi isto em 1562.

Os três primeiros arcebispos de Goa, D. Fr. Gaspar, D. Fr. Jorge e D. Fr. Vicente, nos decretos do 1.^o, e 2.^o, e 3.^o Concílio Provincial de Goa ⁽⁴⁾ usam o titulo de *Primaz* com pequenas variações na designação. Assim, D. Fr. Jorge intitula-se *Primas das Indias*; — D. Fr. Gaspar, *Primaz da India e partes orientais*; — D. Fr. Vicente, *Primaz da India e também Primaz da India e partes orientais*.

Deve notar-se que o Arcebispo D. Gaspar, na qualidade de Primaz comunicou ⁽⁵⁾ e notificou ⁽⁶⁾ ao senhor D. Mar Abraham, *Arcebispo de Angamale no Malabar* e um dos seus bispós *comprovinciaes* a convocação ao 2.^o Concílio Provincial de Goa.

Verdade é que Mar Abraham deixou de assistir ao Concílio; mas não foi porque não quizesse reconhecer a supremacia hierárquica do arcebispo de Goa; sim, e uni-

⁽¹⁾ Bula *Etsi sancta*, de Paulo IV, dat. 4 Fev. 1557 (Bullar. I, 191).

⁽²⁾ Criadas pela Bula *Pro excellenti* de Paulo IV, de 4 Fev. 1557 (Bullar. I, 193 e 196).

⁽³⁾ *Bullar Patronat*, I, 203 e 204.

⁽⁴⁾ O 1.^o Conc. reuniu-se em 1567 o 2.^o em 1575 o 3.^o em 1585; o 4.^o em 1592; o 5.^o em 1600 e o 6.^o em 1894 (Bullar. Apend. I, 3, 4, 40, 41, 144, etc.).

⁽⁵⁾ Provisão 8 Junho 1575. Bullar. Ap. I, pag. 41).

⁽⁶⁾ Outubro de 1574 (Id. pg. 48).

camente como foi pelo rei de Cochim comunicado ao Papa Gregório XIII, pelo receio de ser molestado e prêso (1).

O arcebispo D. Fr. Vicente notificou a Mar Abraham, intimando-lhe a comparência, a convocação do 3.º Concílio, e aquêlê arcebispo, que já havia recebido iguaes ordens da Santa Sé (2) assistiu ao Concílio, em o qual—note-se — se fizeram (3) 10 decretos disciplinares relativos ao *arcebispo de Angamale*, e em um dos quais (4) se reconhece a jurisdição metropolitana de Goa naquella arquidiocese.

E no 3.º Concílio (5) está determinado que nenhum bispo, nomeado pelo Patriarca de Babilónia, seja reconhecido como tal, sem apresentar as respectivas letras «ao Arcebispo de Goa, *como Primaz, que he, da India e partes orientaes*». Ora, o 2.º e o 3.º Concílio tiveram lugar respectivamente em 1575 e 1585, mas já antes dêste ano, em 1572, a Santa Sé (6) reconhecia a arquidiocese de Goa por — «*metropolis et Ecclesiarum Indiae Orientalis Primas*».

Nos decretos do célebre Sinodo Diamperitano, convocado e presidido pelo Arcebispo Fr. Aleixo de Menezes em 1599, se lê: «Fr. Aleixo, Arcebispo Metropolitano de Goa, *Primaz da India e partes Orientaes*» (7).

Vê-se, pois, não ser historicamente exacto o dizer-se que foi em 1606, no 5.º Concílio Provincial, que o arcebispo Menezes tomou para si e seus sucessores o titulo de *Primaz*.

O Papa Leão XII (8) reconhece o Primado dos arcebispos de Goa.

E, também, as Concordatas de 1857 e 1886, nos artigos 1.º e 2.º, respectivamente. Sabem todos o cuidado e o escrúpulo com que, nós tratados e pactos internacionais, as partes contratantes e, maiormente, a Santa Sé, empregam as palavras.

Depois da Concordata de 1886, o Papa Leão XIII diri-

(1) Bull. Patronat. II, 221.

(2) Breve *Jucundissimae*, de Gregório XIII, de 29 Nov. 1578, Bullar. II, 227).

(3) Acção 3.ª.

(4) Decreto 1.º.

(5) Acção 3.ª, decreto 10.

(6) Gregório XIII, Breve *Pastoralis Officii*, 13 Dez. 1572. (Bullar. I, 232).

(7) Bullar. II, 150, 151, etc.

(8) Breve *Ecclesiarum omnium*, (12 Dez. 1826).

giu uma enciclica (*) á Hierarquia da India. Diz êsse documento pontificio: «*Venerabilibus Fratribus Antonio Archiepiscopo Goano Primati Patriarchae, cunctisque Archiepiscopis et Episcopis Indiarum Orientalium*». E basta. *Salis prata biberunt*.

PE. F. X. VAZ.

(Do *Heraldo* de 26-4-1919).

Sinos e sineiros

Pedro Rodrigues Palavra e seu filho

Em tempos publiquei, nesta mesma fôlha, um artigo subordonado ao título — Sinos e sineiros — que era o início duma série de notícias sobre esta especialidade, que se pode considerar, um grande número de casos, um suplemento indispensável da relojoaria.

A descrição dos sinos, importante para a história religiosa, não o é menos para a história das indústrias metálicas, pois muitos dêles, além das suas qualidades técnicas, são dignos de atenção pelos seus ornatos, de modo que o artífice e o artista, se confundem e completam

A epigrafia portuguesa também tem muito a lucrar, pôsto que as inscrições fundamentais dos sinos, de carácter litúrgico, não ofereçam grande variedade, obedecendo a padrões comuns ou frases sacramentais.

Não tenho prosseguido nestes estudos, por haver empregado a minha actividade em outros de igual natureza, sobre diversas manifestações industriais e artísticas do nosso país, reservando-me desenvolvê-lo e completá-lo quanto possível, para momento mais oportuno e quando as circunstâncias o permitam.

Não sei se um dia realizarei êste meu propósito, mas com isto nada se perderá, pois acaba de chegar ao meu conhecimento que o sr. Ascensão Valdez, da Biblioteca Nacional, tem coligido numerosos subsídios sobre o assunto e que dentro em pouco publicará uma curiosa memória.

(*) Datada de 6 Out. 1887.

Apresso-me, por este meio, em lhe fornecer alguns dos subsídios que possuo e que poderão talvez auxiliá-lo na sua tarefa, que oxalá leve com prestesa a cabo, no interesse de todos que apreciam a história das nossas artes industriais.

No artigo aludido fiz referência a Pedro Rodrigues Palavra, que foi um dos mais activos mestres na arte de fabricar os sinos, fornecendo não só o continente, como também as províncias ultramarinas.

O «Oriente Português», revista que sai á luz da publicidade em Nova Goa, a páginas 480 do volume VI, transcreveu do «Herald», periódico da mesma cidade, a seguinte notícia ácerca dos três sinos da igreja do Bom Jesus, na Velha Goa:

«O sino maior tem as seguintes inscrições:

*S. Francisco Xavieri
Hujus urbis patrone
Ora pro nobis
J. H. S.*

(Efigie de S. Francisco Xavier)

In nomine Jesu ones (deve ser onnes) genuflectatur coelestium, terrestrium et infernorum».

*Pedro Roiz Palavra
Me fez anno 1786*

Inscrições do 2.º sino:

«Ave Maria gratia plena Dominus tecum benedicta ter in mulieribus et benedictus fructus ventris tui Jesus».

Inscrições do 3.º sino:

«In nomine Jesu one genuflectatur, coelestium, terrestrium et infernorum».

De Pedro Rodrigues Palavra e de seu filho Máximo Rodrigues Palavra ocupei-me também dos opúsculo intitulado «Fundidores de artilharia».

Segundo o «Monumento Sacro», (pag. 115) ha no convento de Mafra um sino, á parte dos do famigerado carrilhão, que foi construido por Pedro Palavra. Chamam-lhe o «Sino da Graça» por ter um tom muito mavioso.

S. V.

(Diário de Noticias, n.º 16.005, de 5-6-910).

À MAGDALENA

De noite a Magdalena vae segura,
Passa por homens d'armas, sem temor;
Tão enlevado vae no seu amor,
Que lhe não lembra a quanto se aventura.

Indo buscar a vida á sepultura,
Quando não achou n'ella o Redemptor,
Com suspiros, com lagrimas, com dôr
Movia á piedade a pedra dura.

Suave esposo meu, ah! meu só bem
(Co's olhos no sepulchro começou)
Levaram-vos d'aqui? aqui vos tinha.

Quem vos levou, Senhor, onde vos tem?
Torne-me, meu Senhor, quem m'o levou,
Ou leve com seu corpo est'alma minha.

Diogo Bernardes.

O ORIENTE PORTUGUÊS

REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLÓGICA
DA INDIA PORTUGUESA

DIRECTOR: — JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

A responsabilidade dos escritos publicados nesta Revista pertence
exclusivamente aos seus autores

Imp., Comp. e Administração:

Imprensa Nacional do Estado da Índia

Nova Goa

Assinatura anual..... 3:06:00 (\$180)
Número avulso..... 0:05:06 (\$120)
Acréscce o porte do correio.

Publica-se em números de 24 páginas
ou mais. Doze números formarão um
volume, com o seu frontispício, índice
e capa especial.

Trato comercial entre a Europa e a Índia em tempos remotos

(Continuação da pag. 222)

Depois da conquista do Egipto pelos romanos e de reduzir a simples provincia um reino tão florescente, o comércio com a Índia continuou a fazer-se da mesma forma, sob a protecção de Roma, que, enriquecida com o espólio de todo o mundo conhecido, havia adquirido gosto e desmedida ostentação pelo luxo.

Na capital do maior império que até aí se havia estabelecido na Europa, cheia de uma população

cuja única ocupação era divertir-se e dissipar o ouro acumulado pelos seus antepassados, exigia de tudo que fôsse elegante e raro, em ordem a manter a pompa e haurir as delicias dos prazeres.

Para o conseguir, novos e extraordinários esforços teve de empregar, como o fizeram, e o comércio com a Índia atingiu um desenvolvimento de tal ordem que bem poderia objectivar a grandeza e a importância do Império.

Já mostramos como os produtos da Índia eram conduzidos para o Egipto; mas os que iam por essa via não eram suficientes para satisfazer ás exigências do novo consumidor.

Desde tempos mais remotos estava estabelecida a comunicação comercial entre a Mesopotamia e as partes de Síria e Palestina, banhadas pelo Mediterrâneo. A jornada fazia-se atravez do deserto, tendo como entrepósito uma cidade cheia de exuberante vegetação, que amenizava as sequiosas caravanas que atravessavam campos áridos. Os sírios chamavam-na Tadmor e os gregos Palmira (*), e esta cidade pela sua importância comercial rivalizava com Alexandria.

Como Palmira distava 85 milhas do Eufrates e 170 do Mediterrâneo, foi em pouco tempo crescendo de importância, á medida que se progrediu o comércio com a Índia por esta via.

Embora Síria tivesse caído nas mãos dos romanos, Palmira que sempre fez parte do império siriaco, desde o reinado de Seleuco, manteve-se independente, entre a força dos romanos por a querer possuir e a ambição dos parthos que a queriam para si.

(*) — Capital de Palmyrene, país nos limites orientais da Síria, também conhecida por Tadmor. É célebre por haver nela residido a famosa Zenóbia, e Odenata. Esta capital está hoje em ruínas; o esplendor e a magnificência dos seus pórticos, templos e palácios são visitados com admiração pelo viajante curioso e instruído.

Mas enquanto o Egipto e a Siria se rivalizavam usando de toda a sua actividade, em ordem a satisfazer as crescentes exigências dos romanos em adquirir as produções da India, esta por várias circunstâncias aproximava-se mais do resto do mundo.

Marinheiros gregos e egipcios não deixavam de reconhecer, pelas observações feitas durante as viagens, que os ventos sopravam por diversas formas em determinadas épocas do ano. O mais ousado dentre elles, Hippalo, aventurou-se a mudar a rota até ali seguida para se chegar á India, deixando de fazer pela primeira vez a longa e custosa viagem pela costa.

A descoberta era de grande importância, porque reduziu consideravelmente o tempo que se levava para lá se chegar, e como o facto se deu em tão remotas eras, julgamos que não será fóra de propósito deixarmos aqui registado, de como se fazia a viagem.

De Alexandria ia-se a Juliopolis, que dista 2 milhas, daqui a carga destinada á India seguia pelo Nilo a Copto, que dista próximamente 100 milhas, e a viagem durava 12 dias. De Copto os artigos eram transportados por terra a Berenice, no Golfo Árábico, havendo de atravessar 258 milhas, e como as caravanas caminhavam só de noite a viagem fazia-se em 12 dias

De Berenice a carga era transferida para navios, que em 30 dias de viagem chegavam a Ocelis (Gella) e daqui em 40 dias a Musiris (*), principal empório da India.

Como êste pôrto era o mais importante depósito dos artigos que se exportavam para o Egipto e para a Siria, na época em que o comércio se encontrava no mais florescente estado, parece-nos apropriado

(*) — Fica entre Goa e Telicheri.

dizer qual a natureza dos artigos que os antigos, particularmente os romanos, recebiam do Oriente.

Não é, porém, fácil fazê-lo com exactidão, desde que os historiadores da época, embora deixassem notícia completa e muitas vezes cheia de exageros quando tivessem de descrever as guerras, conquistas e outras emprêsas similares, em que estavam sempre envolvidos, não faziam a menor menção das relações comerciais que mantinham com os países longínquos.

À falta dessas informações, iremos procurar quais as necessidades que a India poderia satisfazer a um povo rico, como era o romano, quando a Europa não lhe podia conceder.

Vem dos tempos antigos a convicção, que não ha maneira de poder ser contestada, de que a India era a maior fornecedora dos artigos de luxo, perfeitamente dispensáveis ás nações de costumes simples. Mas ao tempo em que os romanos se tornaram senhores do comércio da India, elles não só tinham atingido o nivel social em que o homem mostra-se ancioso de adquirir tudo para ter uma vida de completa alegria, como também tinham adoptado gostos fantásticos, criados pelo capricho e pela prodigalidade.

Para se dar uma amostra das suas necessidades apontaremos os três artigos de maior exportação da India, e que tinham grande consumo em Roma: 1.º — Especiarias e drogas aromáticas; 2.º — pedras preciosas e pérolas, e 3.º — sêdas.

A forma religiosa no mundo pagão, com o número exagerado de divindades, e os templos que a elas eram consagrados, exigiam um consumo considerável de incenso.

Era também costume entre os romanos queimar os seus cadáveres, e como em tudo elles procuravam envolver a magnificência, nessas ocasiões o consumo de drogas aromáticas era grande.

Nos festejos fúnebres de Sylla (*) consumiram-se mais de duzentas cargas de especiarias.

Diz-se que Nero mandou queimar no funeral de Pappêa uma quantidade de cassia e canela maior do que aquela que as terras donde elas provinham poderiam produzir em um ano.

Primeiramente era da Arábia que iam êsses artigos de luxo para os romanos, mas tendo ficado de posse do comércio da India foi esta que lhes começou a fornecer daí para diante, sempre em quantidades que iam de ano para ano crescendo.

Na idade augustina, uma das principais ruas de Roma era toda ocupada pelos vendedores do incenso, da pimenta e de drogas aromáticas.

Em segundo lugar, como artigo de importação indiano, estavam as pedras preciosas. Ainda que o seu valor não fôsse real quanto a sua utilidade, foram e ainda são, em todos os casos, distintivos de vaidade e opulência, em que uns procuram exceder-se a outros, a ponto de lhes determinar excessivo valor. Os diamantes, dentre as pedras preciosas, obtinham o mais elevado preço, como eram também de maior estimação.

Embora nesses tempos não existissem lapidários que os fizessem realçar no colo das romanas, contudo

(*) — Lúcio Cornélio Sylla, célebre romano de uma ilustre família. Principiou a sua carreira, alistando-se no exército, debaixo do comando do grande Mário. Passado algum tempo deixou Mário e foi servir debaixo das ordens de Catão. Depois foi nomeado pelo senado romano para estabelecer a Ariobarzanes sobre o trono de Cappadolia, contra as vistas e interêsses de Mitridates, rei do Ponto. Dizem os melhores historiadores que Sylla, á imitação de Mário procurou nos últimos momentos da sua vida, sufocar os remorsos da consciência por meio duma continuada bebedeira. Sylla protegeu as artes, e as sciências, conduziu da Ásia para Roma, a numerosa livreria de Apêlicon, célebre filósofo peripatético, na qual estavam as obras de Aristoteles e de Theophrusto, e êle mesmo compôs 22 livros da sua própria história.

pela descrição feita por Plínio (*), nota-se a estimação em que êles eram tidos nesses tempos.

Também as pérolas, embora de menor valor, foram entre os romanos um artigo de moda, usando-as até nas vestimentas. Júlio César presenteou a Servília, mãe de Bruto, com uma pérola cujo valor excedia a 48 mil libras. As famosas pérolas dos brincos de orelha de Cleopatra valiam mais de 170 mil libras.

Pedras preciosas não só se encontravam na India, mas em diferentes outros países, mas todas eram açambarcadas para se satisfazer a vaidade de Roma. A India, porém, era a que fornecia em maior quantidade, sendo de todas as outras proveniências a mais abundante, variada e valiosa.

Outro produto da India, que tinha muito procura em Roma era a sêda e se tomarmos em linha de conta a variedade de artigos que dela se fazem, e quanto ela tem contribuido para o esplendor de trajes e enfeites, não nos admira que um povo tão cheio de pompa, como era o romano, a tivesse em tanta estimação.

O seu preço era exorbitante e só estava ao alcance dos membros de elevada categoria e opulência. O seu valor mais ainda se elevou quando Elagabalo concorreu para que também os homens começassem a usar fatos de sêda, imitando os trajes de mulheres.

Bem ao contrário do que em geral sucede nas operações comerciais, a importação de sêda em Roma não acompanhou ás crescentes exigências. Como os egipcios eram os intermediários, é de supor que êles preferiam encarecer o artigo trazendo em

(*) — Cognominado *o mais moço*, era filho de Cecília e da irmã de Plínio *o mais velho*. Distinguiu-se como poeta e escritor, e escreveu as vidas dos homens ilustres. De todas as suas obras resta sómente um panegirico a Trajano e 10 livros de cartas escritas com muita pureza e elegância.

menor quantidade possível, e como não era originário da Índia, mas sim da China, com a qual os egípcios não mantinham relações comerciais directas, bem explicava o valor que se dava na Europa á sêda.

Vejamos agora quais os outros artigos de menor importância que eram importados da Índia. O primeiro pôrto que desde os tempos mais remotos os navios egípcios tocavam foi Patala, na foz do rio Indo, e enquanto nesse pôrto a mercadoria estava pronta para encher os porões dos navios, êstes desembarcavam em grande quantidade coral, estoraque, artigos de vidro, prata, dinheiro amodado e vinho.

Mais tarde, á medida que a Índia começou a ser mais frequentemente visitada, a êstes artigos de importação vieram juntar-se vinhos italianos, gregos e da Arábia, cobre, chumbo, trevo, arnica, e moeda em ouro e prata, exportando ágata e outras pedras preciosas, marfim, mirra, tecido de algodão, simples e lavrado, e pimenta longa.

Os artigos de exportação, também, variavam conforme a região, aonde as naus do Egipto tocavam; de forma que a tartaruga e as pedras preciosas eram artigos de exportação dos portos do sul da Índia, naturalmente dos da costa do Malabar.

O estado social e particularmente os costumes dos naturais da Índia, naqueles remotos tempos, como hoje ainda, foram tão simples, que as suas necessidades, eram por completo preenchidas pelo que o solo produzia. Fóra disso, do que ela carecia era do tecido de algodão, que embora fôsse naqueles tempos muito inferior ao que ao presente recebe, a Grécia e a Roma faziam o provimento levando em troca grande quantidade de lã, que era de consumo dos povos da Europa.

Vamos agora dar uma ligeira ideia de como naquelas éras se tentou ter conhecimento dos países que ficam no extremo Oriente, — da China que os romanos sabiam existir mas de que tinham pouca noticia.

Arriano ⁽¹⁾, o autor da circumnavegação do Mar Roxo, é o que dentre os antigos dá noticia mais exacta da configuração da península industânica. A mensão que êle faz dos portos da costa do Malabar e por fim a localização do Cabo Camorim, correspondem perfeitamente com o que é.

Quando, porém, a descrição atinge as regiões da India banhadas pelos Ganges e a costa oriental da India, percebe-se bem que êle o faz por simples tentativas

Estrabão ⁽²⁾, que vem em segundo lugar e que escreveu a sua grande obra no reinado de Augusto, declara positivamente que das partes orientais da India tem pouco conhecimento, e quanto a réstante parte socorre-se das memórias descritivas deixadas pelos officiaes de Alexandre.

Plínio, que viveu 50 anos depois de Estrabão, não foi mais adiante; mas tem muito valor a sua descrição da viagem directa do Golfo Arábico á costa do Malabar, e sobretudo a noticia de Taprobana, a verdejante Ceilão. Ptolomeu, reedita o que os antero-

(1) — Historiador grego, natural de Nicomedia, adquiriu um nome célebre nos reinados de Adriano, António e Marco Aurélio, pelo seu grande talento e eloquência, de forma que lhe chamavam o *Novo Xenofonte*. Adriano o fez governador da Cappadocia. Êle bateu os Alanos, e obistou as suas correrias. Existem d'êle 7 livros de história de Alexandre o Grande, impressos em Leyde, 1704, em fólio; Amsterdão, 1757, em 8.º, e uma tradução francesa de Ablancourt, em 12.º.

(2) — Natural de Amásia, cidade do Ponto, nas fronteiras de Cappadocia, o qual floresceu no tempo do imperador Augusto, e de Tiberio. A sua geografia, única de todas as suas obras, que hoje existe, é justamente célebre, e mui digna de maiores elogios. Estrabão viajou pela maior parte do mundo para se instruir, e adquirir conhecimentos. Êste famigerado geógrafo morreu no ano 25 da era cristã.

res escreveram acêrca da Índia, pertencendo á escola de Hipparcho, quanto a clareza em discorrer sôbre a exactidão geográfica.

Mas desde o primeiro até o último não conseguiu dar a medida exacta da península, que era tão bem sua conhecida, porque Megasthenes, mais antigo de todos êles, a atravessou.

Ainda que da Índia pouco mais se sabia além do que muito de leve deixamos registado, é certo que as relações comerciais com ela foram crescendo, por intermédio de Alexandria e da Síria, e devido á rivalidade nascida da ambição entre os povos que se forneciam dos artigos de luxo trazidos da Índia, veio a vontade de procurar saber a proveniência da sêda e de como ela era manufacturada.

Dois missionários católicos de origem persa se incumbiram de fazer uma viagem para a China e de lá trouxeram o bicho de sêda, ensinando os processos de fabrico do tecido, tão apreciado também já na Grécia e na Turquia, e foi assim que começou a declinação do comércio dêsse artigo, que era adquirido por intermédio da Índia, e que em certa época teve tanta procura.

Em diferentes partes da Grécia, sobretudo em Peloponneso (*) fez-se em grande escala a criação do bicho de sêda. Sicilia seguiu o exemplo e bem depressa a Itália fez a tentativa, e a indústria tão lucrativa e não menos apreciada ficou sendo conhecida

(*) — Célebre península, que abrange as partes mais meridionais da Grécia. A sua capital era a cidade de Argos. Deu-se-lhe o nome de Peloponneso, de *Pelops*, que dela se havia apoderado. Esta península tinha sido primeiro chamado: Arga, Pelasgia, e Argolis. Hoje o seu nome é Morea. A Peloponneso era dividida em seis diferentes províncias a saber: Messénia, Lacónia, Elis, Arcádia, Achaia própria, e Argolis, ás quais alguns acrescentaram Sicyonía.

A Peloponneso apenas tinha 200 milhas de extensão e 100 de largura. Está separada da Grécia pelo estreito de Corinto.

na Europa, sendo aos poucos reduzida a sua importação.

*
* *

Aproximadamente oitenta anos depois da morte de Justiniano ⁽¹⁾ deu-se uma ocorrência que causou funda revolução nas transacções comerciais entre o Ocidente e o Oriente.

Mahomet ⁽²⁾, pregando uma nova religião, conseguiu despertar paixões latentes e préstimos de seus súbditos.

Os árabes, povo quasi selvagem ainda, mas independente, e que na imensidade e aridez dos seus desertos haviam escapado ás armas romanas, saíram de repente da sua obscuridade, impulsionados por um ardor entusiástico, inspirado pelas exortações e

(1) — Imperador do Oriente, e sucessor de Justino I, seu tio. Aos raros talentos militares do grande Belisário, deveu este imperador a execução dos seus projectos, e a posse de Constantinopla. O seu nome se immortalizou na história, pela collecção de leis que foram recompiladas e á qual se deu o nome de *Pandecta e Digesto de Justiniano*. O templo da Santa Sofia, em Constantinopla, tão celebrado pela sua beleza e magnificência, foi erigido debaixo da sua protecção. Justiniano morreu aos 83 anos de idade, e 39 de reinado.

(2) — O fundador da nova religião nasceu em 570 e á sua família coube a inspecção do túmulo de Ismael. A *Caeba*, é uma pedra negra que cobre o sepúlcro. Os devotos passavam sete vezes em roda d'elle e outras tantas a abraçavam. O espirito benéfico arrebatou Mahomet para o meio de horrorosos desertos e ali manifestou a sua vocação de reformador politico e religioso—*Não ha mais que um só Deus e Mahomet é o seu profeta*—A oração leva até á metade do caminho que conduz ao Senhor, o jejum até á porta da sua casa, e a esmola abre as portas. São estes os preceitos do islamismo. Outros preceitos como a circuncisão, a poligamia, prohibição de comer carne de porco, e beber vinho eram fundados em motivos locais. Mahomet fugiu de Meca para Medina e ali encontrou partidários. Desta fuga é marcada a era dos mussulmanos, chamada *Higira* (fuga). Mahomet fez a sua última peregrinação ao sepúlcro de Ismael á frente de 40.000 crentes e morreu em 632.

exemplos de Mahomet; e espantaram o mundo pela sua coragem.

Em pouco tempo subjugaram metade da Ásia, as costas da África, e uma parte da Europa; e o seu nome outrora desconhecido, fez tremer, sobre o seu trono, o imperador do Oriente e o rei da Pérsia, os dois maiores potentados do mundo, por aqueles tempos.

O Egipto foi também uma das suas primeiras conquistas, e quando elles se estabeleceram naquele florescente país, foi proibido aos gregos commerciar ahi, por serem os mais notáveis commerciantes na compra das especiarias do Oriente.

A seguir também a Pérsia lhes caiu nas mãos e como elles encontraram este país próspero, principalmente com o commercio da India, não tardou que impulsionados pelo mesmo ardor da fé excedessem a todos os anteriores povos que o mantinham, e estenderam as suas explorações até o extremo Oriente, chegando a estabelecerem-se na China.

Com o fim, porém, de engrossar os lucros derivados das ricas transacções, o califa Umar (*) fundou a cidade de Bassora, na junção dos rios Eufrates e Tigres e em pouco tempo tornou-se esta cidade rival de Alexandria.

(*) — Umar bin-Khattab estendeu as suas conquistas sobre Síria e Fenicia e conquistou Jerusalém depois duma obstinada resistência. Seus generais invadiram a Pérsia e o Egipto. A queda de Alexandria está marcada pela destruição da célebre livreria, mas elle renovou a tentativa para abrir o canal entre o Nilo e o Mar Roxo. Durante o seu califado os maometanos conquistaram 36 000 cidades e destruíram 4 000 templos christãos, construindo 1.400 mesquitas. Umar foi o primeiro que usou o título de Amur-ul-Mominin, ou o *Senhor dos Crentes*, e depois disso todos os seus successores usaram no. Casou sete vezes e uma das suas mulheres foi Umm Kulsum, filha de Ali. Foi apunhalado numa mesquita por um escravo persa de nome Firoz. Os persas daí em diante festejavam esse dia com grande pompa, manifestando assim a sua opposição e formal desagrado pelas ideias de Umar.

Não seguiremos, passo a passo, o grande desenvolvimento que a história marca ao comércio do Oriente depois das conquistas dos árabes.

Não obstante desconhecerem ainda o uso da agulha magnética, embora se diga que era já conhecida no Oriente, as suas viagens, continuando a ser costeiras, excederam as dos europeus, que tinham só chegado até o golfo do Sião. Os árabes foram até á China e lá se estabeleceram, como já tinham feito na India, da forma como os persas tinham procedido, e de como o fizeram ha registo legado por antigos historiadores.

Também os árabes excederam aos gregos e aos romanos em colher e legar mais positivas informações acêrca da India, e são êles que afirmam que na costa do Malabar, a mais visitada pelos navegadores, havia um poderoso monarca, de nome Balehara, de quem era feudatário o célebre Samorim, tão conhecido dos portugueses e com quem tantas lutas tiveram para se apossar do comércio da India.

Eles também nos falam dos vastos conhecimentos de astronomia de que tinham os índios, assegurando que neste ramo de sciência eram muito superiores as mais esclarecidas nações da Europa, daí o seu soberano ser conhecido por *Rei da Sabedoria*.

O que se prova é que os árabes procederam com a Índia bem diferentemente dos gregos e romanos, que os precederam, investigando fóra do espírito commercial as qualidades dêsse povo, avançado na civilização, mas cujos usos e costumes lhes não permitiam levar para outros países o fruto da sua sabedoria, de que adiante falaremos, o que é bem necessário para desfazer a idéa predominante de que quando os portugueses chegaram á India, tiveram que defrontar com o povo ignorante.

Não demoraremos em descrever que, além dos maometanos, cujo zêlo religioso conjugado com o

espírito comercial os levou aos confins do mundo, também os cristãos, estabelecidos na Pérsia, onde existiam numerosas igrejas nestorianas (*), sob protecção do *califa*, fizeram uma accessa propaganda religiosa na Índia e até na China, de que ha noticia escrita legada pelos historiadores árabes.

Enquanto durara êste estado de coisas, os povos da Europa ficaram quasi completamente excluidos dos beneficios do comércio do Oriente. Para êles o grande entrepósito de Alexandria, onde o movimento comercial mantinha-se ainda mesmo quando outros se erguessem em importância, foi completamente fechado, e os novos senhores do golfo pérsico, bem satisfeitos de poder satisfazer as exigências dos seus extensos dominios, pouco se importaram em commerciar com os portos do Mediterrâneo.

Os ricos, porém, não se submeteram facilmente a essa falta de comodidade, que obtinham com os productos da Índia, donde se pode deduzir em quanta estimação êles eram tidos, e como as dificuldades se desfazem em frente da vontade, bem depressa se encontrou a maneira de trazer a sêda da China. sujeitando-se a longas e perigosas viagens através dos extensos tratos de terras ignoradas, pelo Oxo, Cáspio etc., e tendo de defrontar perigos resultantes dos assaltos e devastações dos tártaros, dos hunos e dos turcos, e de outras tribus errantes que infestavam o noroeste da Asia, e sempre consideraram os commerci-

(*) — Pertencentes a uma seita religiosa das que no século v sustentavam a separação entre as naturezas divina e humana de Cristo. Nestór o, que deu o nome á seita foi feito patriarca de Constantinopla em 428. Apoiado por Teodoro de Mopsuestia êle argumentava que Virgem Maria era mãe do Cristo pelo lado humano. Nestas suas ideias teve como opositor a Cirilo de Alexandria. O imperador Teodósio II convocou uma grande reunião em Epheso, mas Nestório e seus sequazes foram condenados antes dessa reunião. Na costa de Malabar ha proxímanente 100.000 cristãos siriacos, provavelmente descendentes dos antigos nestorianos.

antes, os viajantes e suas fazendas como sua legítima preza.

Nem essa solução satisfazia o desejo sempre crescente da Europa em ter parte no comércio da Índia. Mais ou menos neste período, Amalphi ⁽¹⁾ e Veneza tendo atingido um grau de segurança e independência que bem conduzia com o progresso nas artes e indústrias adquiridas pelos seus habitantes, e com elas a riqueza, como sempre tem sucedido, nasceu neles o gosto pelas exquisitas comodidades, que nesses tempos, como se vê, cifravam-se em obter as preciosidades da Índia, em sêdas, pedras preciosas e especiarias.

Como e quando conseguiram os povos da Europa preencher esse desejo não se pode dizer. Como os esforços para reatar as relações comerciais com a Índia nasceram na Itália e na Grécia, era justo esperar que os historiadores dêsses países alguma coisa deixassem escrito sobre o assunto; mas não o fizeram, a ponto de ficarmos completamente às escuras sobre o período de quatro e meio séculos que intermediaram desde a idade de Mahomet até quando Comneno ⁽²⁾ subiu ao trono de Constantinopla. A história bizantina é muito superficialmente tratada em crônicas da época, que não vão além do relato minucioso das intrigas palacianas e das disputas entre teólogos. Nada há além disso que mostre a origem do comércio, mais do que uma parca notícia

⁽¹⁾ — República que perdeu a sua independência, quando Rogério, da Sicília, a conquistou (1131). Em certo período foi poderosa rival de Génova e Pisa. Tinha 50 000 habitantes e doughtas leis marítimas, conhecidas por *Tabula Amalphitana*.

⁽²⁾ — Aleixo I (1048-1118), Comneno foi sobrinho do imperador Isaac Comneno, que suplantou Nicéforo. Reinou 37 anos e durante este período reformou o exército e pôs em ordem as finanças. A *Alexiada* registou a sua brilhante administração.

deixada nas crônicas de André Dandolo (*), doge de Veneza, que, em certa altura, diz que foi elevado a êsse importante cargo, quando estava estabelecido já o comércio com a Alexandria.

Se, porém, formos procurar encontraremos a causa verdadeira da renovação do comércio da Europa com a Índia, nas *Cruzadas*, — guerras em que estava empenhada a Europa inteira para recuperar a Terra Santa, que duraram por espaço de dois séculos, e que embora houvesse um verdadeiro choque sangüinário entre duas grandes facções, cada uma defendendo os seus princípios religiosos, concorreram para uns dos outros se aproximarem social e comercialmente.

Para darmos uma ideia da santidade em que era tido a terra que o autor da nossa religião escolheu como lugar preferido e onde êle trabalhou para a redenção do género humano, basta dizer que desde os primeiros tempos de cristandade, o visitar os lugares sagrados da Judeia era considerado como exercicio de piedade, tendente a poderosamente erigir e manter o espirito da devoção.

Foram bafejados por êsse espirito de religioso empenho que os povos da Europa se uniram para defrontar o comum inimigo espiritual, o que também concorreu para o desenvolvimento comercial, de que foi notável a Itália e o sul da França.

As expedições religiosas foram os acontecimentos que caracterizaram, mais do que tudo, essa idade.

A marcha insensível da *barbárie* para a civilização, é o quadro mais interessante e mais variado, que

(*) — Foi Dandolo uma das doze nobres famílias de Veneza, que deu quatro doges á república. Os mais notáveis foram Enrico Dandolo (1108-1205), eleito primeiro doge em 1192, e que auxiliou as *Cruzadas* com dinheiro e navios e os acompanhou a Constantinopla. André Dandolo (1317-54) foi quem conseguiu abrir os portos da Asia Menor e do Egipto pelo successos de armas obtidos contra os turcos.

estas expedições nos apresentam. A Europa grosseira e semibárbara, lançando-se além dos mares, com a indisciplina e com os vícios das nações selvagens, encontrou no caminho e trouxe consigo as primeiras ideias, as primeiras necessidades dum luxo, que, antes de a corromper devia civilizá-la. É isto tanto verdade, que desde esse tempo é que data a reorganização social.

Vámos a largos traços apresentar a época mais fecunda em lições históricas, a das *Cruzadas*, sob duas faces: as suas causas e seus efeitos.

A multidão de romarias á Terra Santa aumentava-se todos os dias, com o espirito religioso. Os pápas apoiando as pregações e o zêlo dos frades prometiam todas as bênçãos celestes aos que se ligassem, para livrarem o sepúlcro de Jesus Cristo das mãos dos infieis. A esperança dum glorioso martírio excitou uns e o ardor belicoso atraiu outros. É incontestável porêem que os reis e a igreja tiveram também outros motivos.

Os feudais estavam cansados de render homenagens aos reis, porque se não sofria com isso a sua autoridade, ao menos muito se ofendia o seu orgulho. Essas guerras longinquoas ofereciam-lhes ao mesmo tempo, o engodo da glória e a esperança da independência.

Por sua parte os reis, também cansados com as guerras contínuas, que tinham de sustentar com os vassalos, desejavam com ardor vê-los empenhados nestas santas expansões.

A sua ausência concedia aos reis todo o descanso preciso, para consolidarem o seu poder. Independentemente do motivo religioso, bom é que se diga, havia outro para os soberanos se armarem e promoverem essas expedições. Com efeito, enquanto elas duraram, a unidade monárquica tornou-se mais forte, e as descórdias civis amainaram.

A igreja via nas *Cruzadas*, além dum dever de piedade, uma homenagem á sua influência, e um poderoso meio de desenvolver o seu poder e estender a sua autoridade.

Como já dissemos, um dos resultados das *Cruzadas* foi a diminuição do poder feudal. Mas não foi só isso.

Os *cruzados*, pelo seu contacto com os venezianos, aprenderam a conhecer o comércio, e, pela sua convivência com os orientais, adquiriram necessidades fictícias, contrairam o gosto pelo luxo. Dêste modo se abriram as portas aos maiores progressos, que tiveram as artes e a civilização. Effectuou-se, pois, uma revolução completa, e, a partir desta época, o comércio, as artes, as letras, as sciências, e a indústria fizeram enormes progressos.

Houve ao todo oito *Cruzadas*. A primeira teve lugar no pontificado de Urbano II, e foi pregada por Pedro, o Eremita; a última foi no reinado de S. Luís, rei de França.

Gregório VII, Filipe Augusto, S. Luís e Henrique II foram os grandes homens dêste periodo. Godofrêdo de Builhão, o representante da primeira *Cruzada*, fundou um novo reino, o reino de Jerusalém. Acompanhado de numerosos cavaleiros e de 300.000 franceses, lorenos, flamengos, normandos e italianos se pôs em marcha para a Terra Santa, em 15 de Agosto de 1096. Depois de numerosos combates, a 15 de Julho de 1099, desfraldou o estandarte das *Cruzadas* sobre a Terra Santa.

Pois foi neste periodo que as nações da Europa ficaram tendo conhecimento das riquezas do Oriente.

Grandes exércitos comandados por illustres príncipes e compostos de individuos cheios de empreendimentos marchavam para Palestina, atravez dos países mais avançados do que aqueles que abando-

navam; êles admiravam o nascer da prosperidade das repúblicas italianas, que procuravam rivalizar umas com as outras, nas artes, nas indústrias e em acumular dinheiro com o rico comércio do Oriente.

Chegavam a Constantinopla, e olhando-a elevada á proeminência sôbre todas as mais cidades, viram que era só o comércio com a Índia que lhe tinha garantido essa prosperidade.

Êles estabeleceram-se nas províncias que abundavam com as especiarias da Índia, fundaram o reino de Jerusalém, e tomaram conta do trono da Grécia.

Por fim não satisfeito o desejo por que abandonavam as suas terras em cumprimento dum dever espiritual, juntaram-se aos venezianos para a conquista de Constantinopla (1204), voltando as armas erguidas contra os infieis para desapossar um monarca cristão da sua capital. Um nobre de origem flamenga cingia a corôa, e os dominios dos sucessores de Constantino foram divididos em quatro partes, cabendo uma aos venezianos, que bem diferentes dos seus aliados guerreiros ocuparam-se de modo a engrossar o seu comércio com os produtos indianos, de que Constantinopla era também um importante empório.

Também os genovêses se estabeleceram nos subúrbios dessa cidade, estenderam as suas ambições comerciais para o Mar Negro e apossaram-se de Chersonesus Taurica, a moderna Criméa, conquistando Caffa, sua principal cidade e assento do comércio oriental.

Veneza e Génova passaram a ser os dois grandes poderes comerciais na Europa. Mantinha-se acesa a rivalidade entre as duas repúblicas, e quando a influência dos genovêses ia crescendo e a dos venezianos declinando, êstes promoverem a tempo outra paz comercial donde pudessem trazer os produtos da Índia, e foram a Alexandria, que devido a rigorosa

vigilância das vias de comunicação, os sultões dos Mamelukes mantiveram em segurança o comércio, embora sujeito a fortes tributos.

A medida, portanto, que os genovêses enchiam os seus celeiros com os artigos trazidos pelo Mar Negro, os venezianos faziam crescer as suas riquezas com as transacções com Alexandria, conseguindo para a tranquilidade da sua consciência uma permissão do pápa para commerciar com os infieis, assim como os portugueses, séculos depois, em 1454, obtiveram-na de Nicolau v, que lhes permitiu commerciar livremente com os mouros, referindo-se a uma igual concessão feita pelo pápa Martinho v, aos reis de Portugal.

Estando, portanto, serenados êsses escrúpulos religiosos, recorrendo-se a autoridade infalível do sumo pontífice, os venezianos foram de ano a ano engrossando o seu comércio com Alexandria.

Vejamos agora a qualidade de comércio que traziam os navios da Veneza. Em menor quantidade eram os cravos, a noz moscada, as pérolas e pedras preciosas, que vinham para Alexandria pelo Golfo Pérsico, subindo o Tigres até Bassora e daí a Bagdad. Os artigos mais pesados: a pimenta, o gengibre e outros semelhantes vinham pelo Mar Roxo, atravez do deserto e pelo Nilo.

O preço dêsses artigos nessa capital era elevadissimo, porque os sultões do Egipto impunham fortes direitos, mesmo assim eram êles tão procurados que o comércio ia crescendo progressivamente.

Não descuraram também os navegadores sôbre a riqueza dos países donde provinha êsses artigos e dêles trouxeram tão importantes informações que induziram um veneziano de familias nobres, Marco Polo, depois de commerciar por muitos anos na Ásia Menor, a penetrar atravez de todo o continente e chegar até á fronteira da China.

Este estado de coisas continuou por dois longos séculos, com diversas alternativas para as repúblicas de Veneza e de Génova, que cada uma a seu modo procurou rivalizar uma com a outra fornecendo ao resto da Europa os produtos da Índia.

Nunca, porém, qualquer delas teve de cercear as suas importações por falta de fregueses. As diversas nações da Europa, depois das *Cruzadas*, tinham naturalmente entrado a largos passos na senda do progresso. A civilização caminhava ininterrupta, as necessidades cresciam, o gosto pelo luxo aumentava-se, e tudo isto lhes fazia recorrer cada vez mais aos ricos produtos da Índia, que foram, em todas as idades, como já dissemos, o indispensável para se exteriorizar o fausto e dar o sinal de bom gosto.

Mas, como sempre sucede, pela ordem fatal das coisas, não são eternos os males ou os bens de que fruem ou sofrem os homens, as colectividades e até as nações.

Em 1453 o império grego caiu nas mãos de Mahomet II, que estabeleceu a sede do governo turco em Constantinopla. A consequência imediata desse extraordinário caso foi, que os genovêses estabelecidos em Pera, ficando envolvidos pela grande calamidade, tiveram de abandonar, não somente esse estabelecimento, mas todos os outros que elles possuíam na outra costa, depois de estar na sua posse durante dois séculos.

Anos depois, próximamente em 1474, as armas vitoriosas do sultão os expulsou de Caffa e de toda a península de Crimea. Constantinopla deixou desde então de ser o empório dos géneros indianos; e todos os fornecimentos cessaram, excepto pelo Egipto e pelos portos da Siria, sujeitos ao sultão dos mamelucos.

Os venezianos, em consequência da protecção e dos privilégios conseguidos pelo tratado comercial

com aqueles poderosos monarcas, continuaram a comerciar com os seus domínios com tais lucros, que lhes trouxeram vantagens estupendas sobre todos os competidores. Génova, que desde remotos tempos tinha sido a sua mais poderosa rival, humilhada pela perda das suas possessões orientais, e enfraquecida pelas dissensões internas, entrou em tão rápida declinação, que não tardou em submeter-se ao domínio dos duques de Milão, e aos reis da França.

Sob essa nova fase politica tentou ela obter do Egipto a aceitação dum tratado comercial, que a collocasse no mesmo pé em que estava Veneza, e não conseguiu, daí ser esta a única a fornecer á Europa inteira os productos da India durante o resto do século 15.º, que nos derradeiros anos havia de vêr outra nação a contestar o exclusivo, devido aos seus ousados marinheiros, que conseguiram procurar um novo caminho para a India.

O espirito das outras nações da Europa estava extremamente favorável para o progresso comercial veneziano. A Inglaterra, esgotada e enfraquecida pelas guerras entre as poderosas casas de York e Lancaster, não estava nas condições de voltar a sua atenção para o objectivo e fins que séculos depois a havia de conduzir para a opulência e poder, sem grandes sacrificios de homens e dinheiro, pois que o fizeram por sua conta os portugueses, aplainando as terríveis oposições dos asiáticos e sobretudo daqueles povos que eram os únicos a commerciar com a India.

Na França sentia-se ainda o efeito da guerra com a Inglaterra e o seu rei não tentou adquerir o poder em ordem a encaminhar o genial povo francês para a aura intellectual que chegou depois a atingir.

A Espanha continuava desunida. Províncias fertilissimas estavam ainda sob o dominio dos mouros, com os quais andava em constantes guerras. Com

excepção dos catalães, os mais pouca atenção ligavam ao comércio.

Portugal não obstante ter entrado arrojadamente no período das descobertas, com magníficos resultados, devido á inteligente e incansável fôrça de vontade do infante D. Henrique, não se podia considerar como nação verdadeiramente comercial.

Estava, portanto, no campo só a Veneza, que fornecia á Europa inteira os produtos da Índia.

Duma maneira muito diferente do que procederam os turcos, os gregos e os romanos e como mais tarde haviam de proceder os portugueses, os holandeses, os franceses e os inglêses, — os venezianos em vez de comprar os produtos da Índia em troca de ouro e prata amoedada, de que a Índia foi duma voracidade sem igual, adqueriam tudo por meio de permuta.

O Egipto era fértil, mas faltava-lhe para o seu estado adiantado social, muita cousa que os venezianos lhe forneciam. Tendo uma superfície quasi plana, faltava-lhe madeira de construção, ferro, chumbo e cobre, que teriam de ser importados. Além disso, Veneza trazia-lhe tecido de algodão, de lã, de sêda e muitos outros artigos de uso ordinário que o engenho dos artistas venezianos sabiam obrar. De torna-viagem, além dos produtos propriamente da Índia, levavam sêda de Damasco, e variados produtos da indústria da Síria, da Palestina e da Arábia. De Alepo recebia a rica tapeçaria da Pérsia.

Para preencher o faltante na permuta, quando na Itália e no sul da França não o pudesse obter, era a Alemanha, rica em minas de ouro e prata, que supria as faltas.

Para manter essa transacção comercial em larga escala, empregavam os venezianos em grande número galeões e caracas, de mais de 200 toneladas, os maiores que ao tempo eram construídos.

Individuos de todas as classes, sem exclusão até

dos mais nobres, animados a tomar parte nas transacções comerciais, fundavam numerosas empresas particulares.

Nunca os venezianos supuzeram que o poder da sua república estivesse tão firme, ou mais confiaram na continuação incontestada da riqueza, de que nos derradeiros anos do século 15.^o, quando se deu um acontecimento, que elles jamais esperavam, e que se lhes provou fatal; foi a descoberta do caminho marítimo para a Índia pelo inclito Vasco da Gama, de que já tratamos em outro capítulo desta obra.

De todos os efeitos na história da humanidade, foi êsse o dos mais brilhantes e que maior revolução trouxe ao mundo. Fôra êle a causa de importantes mudanças de relações comerciais, que finalmente abateu a grandeza e opulência da Veneza.

É bom que se diga, embora a largos traços, que entre a Europa e a Índia não houve sómente uma troca de produtos materiais. A Europa ficou fraternizada com as ideias orientais. A filosofia oriental teve alguma influência no desenvolvimento da doutrina cristã. O neo-platonismo foi certamente um traço entre a filosofia europeia e indiana, e muitas seitas semi-cristãs, por acaso os maniqueus e os gnósticos, têm uma origem similar. Contos de origem indiana encontram-se em Boccácio, no Gesta Romanorum, e mesmo nas obras de Chaucer. Doutro lado a astronomia, as sciências matemáticas e a medicina divulgam vestígios de considerável empréstimo aos escritores gregos e romanos.

José F. Ferreira Martins.

François Caron e Ceylão

NA renhida luta em que, por largo periodo, andaram empenhadas as nações européas pela supremacia commercial e politica na India, representaram os francezes um papel importante.

A sua afamada Companhia da India Oriental, fundada, a principio, com o fim de travar simplesmente relações commerciaes com o Oriente, foi-se pelo tempo adiante avigorando e desenvolvendo por tal forma, que conseguiu estabelecer um predomínio politico, tolhendo o progresso não só dos holandeses, como também dos portuguezes, que já então principiavam a mostrar sinais de decadência.

É que os homens que vinham servir nessa Companhia eram verdadeiros patriotas, animados de ardente zêlo pela expansão do império da sua nação. Entre elles destacam algumas figuras de relêvo, que tem encontrado justa consagração nos escritores das cousas da India. Labourdonnais e Dupleix — dois valentes cabos de guerra e a um tempo atilados politicos, — rebrilham em todo o seu esplendor em diferentes livros e monografias; e os seus heróicos feitos, inspirados por um abnegado amor da pátria, tão intensa luz projectam sobre as suas individualidades, que a história jamais os esquecerá, muito embora um sôpro de infortúnio tenha dado em terra com a prestigiosa soberania que elles implantaram e mal chegaram a consolidar.

Ao lado dêsses notáveis vultos, — os verdadeiros pioneiros da influencia franceza na India — salienta se também outro homem, quiçá menos honesto, mas igualmente superior, cuja longa carreira, acidentada de satisfações e desgostos, bem indica o elevado tino de que era dotado, a persistente energia com que procurava e não raras vezes conseguia vingar os seus projectos.

Referimo-nos a François Caron que sendo holandês e havendo exercido os mais elevados cargos na Companhia Holandesa da Índia Oriental, da qual chegou até a ser director geral, desde 1647-50, largou o serviço da sua nação para entrar ao de idêntica Companhia Francesa, na qual conseguiu igualmente alcançar os lugares de maior confiança e responsabilidade, inclusive o de director, no ano de 1666, juntamente com outro director francês, chamado De Faye.

Como elle obteve tão importante situação entre os franceses, pertencendo elle a uma nação hostil; de que meios se serviu para se insinuar na confiança dêles, a ponto de, sendo renegado, chegar a dirigir os negócios franceses na Índia, é cousa que se envolve ainda hoje nas dobras do mistério.

É, porém, certo que contra elle recaíam graves suspeitas de deslealdade com relação aos negócios da Companhia, sendo-lhe até atribuída a morte, por envenenamento, do seu colega De Faye, a quem pouco antes oferecera em Surrate, onde ambos se juntaram, um grande banquete.

Para cúmulo, o seu progressivo enriquecimento á custa daquela Companhia lhe ia dia a dia agravando a situação, não podendo os franceses sofrer com bom ânimo que um estrangeiro estivesse tão deslealmente dirigindo os negócios da sua companhia, em beneficio próprio.

As consequências de um tal procedimento não podiam surpreender ninguém. Pediu-se um inquérito aos actos de Caron, sendo encarregado de tão delicada missão Fr. Ambrósio de Prenilly, chefe dos Capuchinos, o qual, porém, não a poudé desempenhar, visto como, apenas entrou o reverendo em casa de Caron para lhe falar sobre o assunto, este o deitou fóra, ameaçando metê-lo em ferros.

Fr. Ambrósio, contudo, prestou o competente relatório da sua incumbência, no qual se lê o seguinte:

«Heer Caron, com o fim de levar a efeito os seus projectos sobre o cravo, escreveu na Bahia de Ceylão a seguinte carta ao rei de Ceylão, a qual mostra que superior homem ele era:

«Senhor — As cousas do Oriente têm-se tornado bem notorias na Europa, onde reis e principes procuram um meio pelo qual possam gozar, com toda a liberdade e satisfação, do que produzem as vossas terras. Aprovei-

tou-se, porisso, o ensejo de se fundar em França uma nova Companhia, a qual foi effectivamente estabelecida na real cidade de Paris. E para se conseguir o seu desenvolvimento permanente, resolveu o Christianissimo rei de França enviar fidalgos a fim de offerecer presentes a V. Imperial Magestade e considerar os meios de celebrar um tratado de amizade duradoura com o reino de V. Magestade, por forma que d'ahi resultem benções, venturas e prosperidades como outr'ora nos tempos dos vossos antecessores.

«Mas eu cheguei tão tarde a esta costa da India que me tem sido impossivel este anno cumprir completamente as determinações do meu rei. No entanto ousou com todo o respeito aproveitar esta occasião para levar ao conhecimento de V. M. que sou um dos velhos servidores de V. I. Magestade. Se V. M. se dignar ordenar aos vossos cortezãos que reconstituam os acontecimentos de uns poucos anos atraz, elles acharão que François Caron tomou aos portuguezes, a 9 de jan. de 1644, a fortaleza de Neombo, depois de derrotar as hostes de Don Antonio Macharetuan ⁽¹⁾ e as de Don Antonio Mothagalvão ⁽²⁾. Depois d'isso, entrei ao serviço do Christianissimo rei de França, sendo sempre encarregado de commissões de grande responsabilidade. Praza ainda ao bom Deus que tudo corra bem para a felicidade commum e para o serviço de V. I. Magestade, e que elle conserve a vossa alta e poderosa pessoa, e bem assim o vosso immenso reino, dando vos victoria sobre os vossos inimigos. Feito a bordo do meu navio, na Bahia de Cochim, a 29 de dezembro de 1667.

Senhor, vosso obedientissimo servo,
François Caron.»

Malograda a primeira tentativa para inutilizar o seu director, cujo procedimento pouco honesto cada vez mais os irritava, os francezes não descansaram. Incumbiram Joubert de ir á França e apresentar pessoalmente aos Directores as suas queixas.

Quando o emissário tocou em Madagascar, teve noticia de que Caron o havia feito seu prisioneiro, mas, feliz-

(1) Dom Antonio Mascarenhas.

(2) Dom Antonio da Mota Galvão.

mente, poudé chegar á França, a bordo da nau «La Force», em 10 set. 1670

Desta vez a agitação dos Franceses surtiu efeito, pois Caron teve imediatamente ordens para regressar ao reino, ostensivamente com o fim de esclarecer os Directores sobre o comércio da India Oriental, mas na realidade, para responder ás queixas de Joubert.

Tendo chegado a Gibraltar, de caminho para a França, quiz êle entrar no rio de Lisboa, mas a sua nau bateu numa rocha, e êle morreu submergido, perdendo-se tudo a bordo. Somente seu filho se salvou

Eis, pois, o resumo da carreira dêsse notável homem, que pela sua habilidade e astúcia, chegou ás maiores eminências e cujas acções se mencionam num importante e antigo livro holandês, existente na livraria da Real Sociedade Asiática, Ramo de Ceilão, com o seguinte titulo: *Historia da India Oriental, contendo, alem d'uma singela descripção de distantes terras, noticia completa sobre os feitos dos francezes n'aquellas partes. Traduzida dos apontamentos d'elles e illustrada com gravuras* — Rotterdam (editor) Pieter van Slaart, 1606

Nesse livro, de que Mr. F. H. de Vos, *barrister at-law*, deu pela primeira vez conhecimento num artigo publicado no jornal da referida Sociedade, n.º 55, vol. XVIII de 1904, encontra-se também a seguinte descrição de Ceilão:

«A 24 de dezembro de 1668 avistou-se a ilha de Ceylão, que nos pareceu a principio uma formosa terra plana, mas na qual, assim que nos iamos approximando d'ella, depa-ramos um grande numero de altas montanhas, cobertas de vegetação. Na manhã de 25, emquanto os francezes faziam sondagens da Bahia de Mata, ⁽¹⁾ foram ahi 2 barcos holandezes para saberem quem elles eram, voltando logo para deitarem ferro acima do Cap Ronge ⁽²⁾ (que é uma curva d'esta bahia com casas, armazens e um pequeno forte, em que fluctuava a bandeira hollandeza). A este local, que se chama Sandry, ⁽³⁾ chegou o navio. «A aguia d'ouro» (*l'Aigle d'or*), encontrando logo um *canot* (canoa) com um soldado a bordo, o qual fôra com ordens

(1) Matara (?)

(2) Não se pode identificar.

(3) Talvez erro typographico por Sandry, corrúptela de Dandras

do Governador Pieter de Groot ⁽¹⁾ para anunciar que os francezes eram sempre bem vindos onde estivessem os holandeses, e que, se alguém tivesse a comunicar qualquer cousa por escripto, havia navios na Ponta de Galle prestes a seguirem para a Europa. Heer Gonjou apromptou logo algumas cartas para a Camara Geral em França dando-lhe conhecimento dos progressos por elles feitos.

«Tendo adiantado mais tres milhas, avistamos a Ponta de Galle perto d'um oiteiro em forma, d'um pico que indicava á distancia a localidade. Com o telescopio vimos um bello e novo forte, muitas casas bem construidas e cinco grandes navios fundeados na bahia. Soube-se d'um soldado enviado pelo rei de Sandy ⁽²⁾ que os holandeses andavam em guerra com o rei de Ceylão, cujos subditos em grande numero elles haviam tomado, obrigando os depois a trabalhar, com ferros nos pés, na fortaleza da Ponta de Galle.

«Em 27, viajando na direcção sul, vimos n'um pequeno monte um estabelecimento holandez chamado Barberin.

«Em 31, a vinte milhas da Ponta de Galle, avistou-se a cidade de Colombo, bem construida e situada na praia do mar, n'um terreno bem plantado, a qual tinha um lindo aspecto. Ao lado havia uma grande fortaleza e no porto 8 navios.

«Os holandeses estão bem installados em Ceylão, onde têm, alem da Ponta de Galle e Colombo, mais duas cidades, denominadas Negombo e Japhepatnam. Acham-se igualmente bem fortificados nas costas do norte, oeste e sul. Os Portuguezes tambem possuiam ali outr'ora alguns fortes, mas estes lhes foram tomados e desmantelados pelos holandeses.

«Entre os graos $7\frac{1}{2}$ e 8, na direcção norte, existem dois lugares, dos quaes um se chama Tinkemale e o outro Battecalo. Este possui uma bella e segura bahia, na qual desagua um grande rio, podendo ali entrar e sair as embaçcações a todo o panno. No angulo da mesma bahia ha um lugar apropriado para a construção d'um forte, que o rei de Ceylão de bom grado cederia a qualquer nação que pudesse resistir aos holandeses, visto estes tirarem-lhe todo o cravo sem nada pagarem, allegando,

⁽¹⁾ Evidentemente Pieter de Granuw.

⁽²⁾ Kandy.

como escusa, terem despendido avultadas quantias para deitarem fóra os portuguezes. Elles guardam para si todas as cidades e fortalezas que lhe foram tomadas, exclusive as desmanteladas, sem lhe restituirem qualquer d'ellas, como aliás o deviam fazer nos termos do tratado. Guardam-n'as como garantia da divida, levando o cravo como parte dos juros.

«De Batticalo pode-se facilmente ter relações com o rei, visto a cidade de Kandy, onde reside, estar quasi a meio da ilha, a dois dias de jornada de Batticalo e Colombo. Os mappas que indicam outra cousa não são exactos.

«Proximo de Kandy, ao lado de Batticalo, existe uma bella mata de cravo, que nunca possuiram os portuguezes nem os hollandezes. parte por estar muito ligada aos dominios do rei e parte por elles não terem envidado os seus esforços n'aquelle sentido, visto a costa occidental produzir o cravo em tal quantidade que poderia ser sufficiente ao mundo inteiro. Este rei que não é muito rico, porque lhe levam sem pagamento quanto produz a sua terra, quereria um negociante que lhe comprasse aquella mata. E era esta uma boa occasião para os francezes conseguirem o trafego do cravo, mas os hollandezes têm hoje o monopolio d'esse trafego e o levam todo de Ceylão. As grandes despesas, porém, que elles têm a fazer n'esta ilha ensinaram-os a procurar ainda outras fontes de receita».

J. B. AMANCIO GRACIAS.

Relação completa das religiosas do Mosteiro de Sta. Mónica de Goa

(Continuação da pág. 198 do volume XV)

151.^a *Soror Maria de Assenção*, f.^a de Miguel Pinheiro Ravasco e de D. Maria Velosa, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome do respectivo Prelado, em os 16 de Dezembro de 1630, falleceu em os 14 de Maio de 1662, Domingo, ás 7 de noute.

152.^a *Soror Antonia de St. Agostinho*, f.^a de Francisco Macedo e de sua mulher Francisca de Almeida, natural de Cochim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome do respectivo Prelado, em os 15 de Junho de 1630, falleceu em os 12 de Maio de 1661, ás 11 do dia.

153.^a *Soror Catharina de S. José*, f.^a de Antonio Pinto Pimenta e de Maria Ferreira, natural de Moçambique, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome do respectivo Prelado, em os 20 de Agosto de 1631, falleceu em os 10 de Janeiro de 1636, 5.^a feira ás 6 de tarde.

154.^a *Soror Ursula de Jesus*, f.^a de Antonio Marques e de Anna Rebello, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome do respectivo Prelado, em os 21 de Outubro de 1631, falleceu em os 16 de Junho de 1671, 3.^a feira.

155.^a *Soror Gracia do Espirito Santo*, f.^a de Sebastião Figueredo e de Philippa de Covas, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria da Ressurreição, em nome do respectivo Prelado, em os 15 de Janeiro de 1632, falleceu em 26 de Fevereiro de 1674.

156.^a *Soror Ursula dos Santos*, f.^a de Diogo Carvalho e de Maria Raimundes, natural de Moçambique, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome do D. Fr. Manoel Teles, respectivo Prelado, em os 7 de Novembro de 1632, falleceu em os 23 de Fevereiro de 1668, 5.^a feira.

157.^a *Soror Catharina de Madre de Deus*, f.^a de Antonio Rodrigues e de Maria Vieira, natural de Cochim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Guiomar de Apresentação, em nome do Arce. D. Fr. Manoel Teles, em os 20 de Fevereiro de 1633, falleceu em 3 de Abril de 1636, 5.^a feira pela manhã.

158.^a *Soror Martha do Apresentação*, f.^a de Luis Pena e Mendonça de Breatis de Abreu, natural de Moçambique, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Guiomar de Apresentação, em nome do D. Fr. Manoel Teles, em os 20 de Fevereiro de 1633, falleceu em 29 de Abril de 1658, 2.^a feira, á 1 hora de noute.

159.^a *Soror Margarida de Crux*, f.^a de Francisco Pereira de Romaes e de D. Francisca de Faria, natural de Malaca, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Guiomar de Apresentação, em nome de D. Fr. Manoel Teles, em os 12 de Junho de 1633, falleceu em 26 de Novembro de 1639, sabbado ás 11 horas de noute.

160.^a *Soror Sebastiana das Chagas*, f.^a de Hieronimo de Abreu Aiala e de D. Francisca de Sá, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Guiomar de Apresentação, em nome de D. Fr. Miguel Rangel, bispo, em os 31 de Dezembro de 1634, falleceu em os 19 de Junho, 4.^a feira, vespas de St., ás 3 de tarde, não consta o anno.

161.^a *Soror Viana de Assumpção*, f.^a de Gaspar de Ares e de Limoa de Vasconcellos, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Luiza das Chagas, em nome de D. Fr. Miguel Rangel, Bispo de Cochim e Governador do Arcebispo, em os 15 de Abril de 1635, falleceu em 11 de Abril de 1660, ás 2 de tarde.

162.^a *Soror Melicia dos Anjos*, f.^a de D. Lourenço da Cunha e de D. Izabel Aragão, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Luiza das Chagas, em nome de D. Fr. Miguel Rangel, Bispo Gov., em os 2 de Setembro de 1635, falleceu em 24 de Fevereiro de 1658, 4.^a feira, ás 9 de noute.

163.^a *Soror Izabel de Conceição*, f.^a de Manoel de Bar-

ros e Costa e de D. Catharina Carvalho, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Luiza das Chagas, em nome de D. Fr. Miguel Rangel, Bispo Gov., em os 16 de Dezembro de 1635, falleceu em 24 de Fevereiro de 1652, sabbado as 4 de tarde.

164.^a *Soror Margarida de Nascimento*, f.^a de Diogo de Mello de Sampaio e de D. Xerafina de Menezes, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Luiza das Chagas, em nome de Francisco de Brito, em os 8 de Dezembro de 1636, falleceu em os 10 de Agosto de 1671, ás 5 de manhã.

165.^a *Soror Maria de S. Joseph*, f.^a de Lourenço da Cunha e de D. Izabel de Aragão, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Luiza das Chagas, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 23 de Fevereiro de 1637, falleceu em 22 de Maio de 1665, 6.^a feira ás 10 de noite.

166.^a *Soror Leano do Sacramento*, f.^a de D. Lourenço da Cunha e de D. Izabel de Aragão, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Luiza das Chagas, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 22 de Fevereiro de 1637, falleceu em 11 de Junho de 1655, Domingo ás 5 de tarde.

167.^a *Soror Ignacia de Jesus*, f.^a de Francisco Marques e de Anna Soares, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Luiza das Chagas, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 15 de Março de 1637, falleceu em 1 de Maio de 1659, 4.^a feira, ás 5 de manhã.

168.^a *Soror Francisca da Conceição*, f.^a de Diogo Ximeno e de Izabel Quaresma, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos de P. Soror Anna de Madre de Deus, em nome de D. Fr. Francisco de Martyres, em os 4 de Outubro de 1637, falleceu em os 15 de Abril de 1666, 5.^a feira, ás 9 de noite.

169.^a *Soror Francisca das Chagas*, f.^a de D. Philippe de Souza, e de D. Maria D'Souza, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de Madre de Deus em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 11 de Outubro de 1637, falleceu em 21 de Janeiro de 1682, 4.^a feira ás 11 do dia.

170.^a *Soror Antonia de Cruz*, f.^a de Jorge de Mattos e Mesquita, e de Luiz de Pina, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de Madre de Deus, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres em os 21 de

Outubro de 1637. falleceu em os 19 de Fevereiro de 1681, 4.^a feira, ás 5 de manhã.

171.^a *Soror Maria de Visitação*, f.^a de ElRei de Jafanapatão, e de D. Clara de Austria, baptisada no convento de St. Antonio de Colombo, fez profissão nas mãos da P. Soror Anna de Madre de Deus, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 17 de Dezembro de 1637, falleceu em os 9 de Abril de 1682, 4.^a feira ás 3 de manhã, sendo Prioreza governando 6 mezes.

172.^a *Soror Leogarda de S Joseph*, f.^a de Antonio de Almeida e Sampaio, e de D. Anna de Mello, natural de Baçaim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de Madre de Deus, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 24 de Janeiro de 1638, falleceu em os 20 de Julho de 1675, sabbado ás 5 de tarde.

173.^a *Soror Anna de St. Agostinho*, f.^a de Francisco de Souza de Castro, e de D. Esperança da Costa, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de Madre de Deus, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 1 de Agosto de 1638, falleceu em 9 de Julho de 1653, 4.^a feira, ás 8 de noute.

174.^a *Soror Izabel dos Anjos*, f.^a de El-rei de Jafanapatão, e de D. Clara de Austria, baptizada, no Convento de St. Antonio de Colombo, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de Madre de Deus, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 27 de Dezembro de 1638, falleceu em 10 de Agosto de 1645, 5.^a feira, ás 3 de manhã.

175.^a *Soror Marianna de Jesus*, f.^a adoptiva de D. Manoel de Souza, e de D. Maria de Crom, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ursula de Encarnação, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 2 de Maio de 1639, falleceu em os 4 de Maio de 1657, ás 4 de manhã.

176.^a *Soror Catharina de S. Nicolau*, f.^a de António Barreto da Silva, e de D. Francisca Henriques, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ursula de Encarnação, em nome de D. Fr. Francisco; em os 14 de Agosto de 1639, falleceu em os 24 de Julho de 1658, 4.^a feira as 7 de manhã.

177.^a *Soror Maria de Purificação*, f.^a de Diogo de Mello de Sampaio, e de D. Xeráfina de Menezes, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da Ursula de Encarnação, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em

os 28 de Outubro de 1639, falleceu em os 23 de Novembro de 1643, 2.^a feira, ás 5 de manhã.

178.^a *Soror Margarida do Sacramento*, f.^a de D. Philippe de Souza, e de D. Maria de Souza, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ursula de Encarnação, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 21 de Novembro de 1639, falleceu em 17 de Maio 1653, sabbado 1 de tarde.

179.^a *Soror Izabel de Jesus*, f.^a de Antonio Barreto da Silva, e de D. Francisca Henriques, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ursula de Encarnação, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 16 de Abril de 1640, falleceu em 25 de Julho de 1661, ás 5 de tarde.

180.^a *Soror Luitza de Jesus*, f.^a de D. Lourenço da Cunha, e de D. Izabel de Aragão, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ursula de Encarnação, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 28 de Outubro de 1640, falleceu em os 18 de Setembro de 1644, Domingo, ás 6 de tarde

181.^a *Soror Maria de Trindade*, f.^a de Francisco Ferreira de Sá, e de D. Clara de Souza, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ursula de Encarnação em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 29 de Setembro 1641, falleceu em os 10 de Maio de 1677, 2.^a feira ás 5 de manhã.

182.^a *Soror Anna de Jesus*, f.^a de Antonio da Silva de Menezes, e de D. Maria Pereira, natural de Coullão, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 6 de Abril de 1642, falleceu em os 10 de Junho de 1675, 2.^a feira ás 6 de manhã.

183.^a *Soror Barbosa de Sacramento*, f.^a de João Coelho da Silva, e de D. Maria Telles, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 15 de Junho de 1642, falleceu em os 10 de Julho de 1653, 5.^a feira, ás 7 de noite.

184.^a *Soror Violante de Jesus*, f.^a de Antonio Barreto da Silva, e de D. Francisca Henriques, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 23 de Setembro de 1642, falleceu em os 12 de Abril de 1658, 6.^a eira ás 10 de noite.

185.^a *Soror Izabel de Graça*, f.^a de Domingos Rodrigues Pereira e de Luiza da Costa, natural de Moçambique, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. Joseph, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 28 de Outubro de 1842, falleceu em 24 de Junho de 1675, ás 5 de tarde.

186.^a *Soror Maria Xavier*, f.^a de Domingos Rodrigues, e de Luiza da Costa, natural de Moçambique, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. Joseph, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 28 de Outubro de 1642, falleceu em os 30 de Junho de 1687, 2.^a feira, ás 8 de noute

187.^a *Soror Anna de Trindade*, f.^a de Antonio Carneiro de Aragão, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 1.^o de Fevereiro de 1643, falleceu em os 5 de Março de 1652, 2.^a feira, ás 5 de tarde.

188.^a *Soror Mariana dos Martires*, f.^a de Antonio Correa, e de Catharina Dias, natural de Cochim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 3 de Abril de 1643, falleceu em 22 de Novembro de 1672, ás 7 de noute.

189.^a *Soror Andreza da Graça*, f.^a de Sebastião Soares Paes, e de D. Anna Oliveira, natural de Goa fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 10 de Maio de 1643, falleceu em 29 de Dezembro, de 1661, 4.^a feira, a 1 hora depois de meia noute.

190.^a *Soror Izabel de S. José*, f.^a de Diogo de Amaral Castello Branco, e de Maria Fonseca, natural de Cochim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 15 de Julho de 1643, falleceu em os 10 de Dezembro de 1559, 2.^a feira, ás 2 de manhã.

191.^a *Soror Antonia de Madre de Deus*, f.^a de Antonio da Fonseca de Azavedo e de D. Anna Borgès, natural de Cochim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 15 de Julho de 1643, falleceu em 21 de Setembro de 1658, 6.^a feira, ás 3 de manhã.

192.^a *Soror Mariana de Apresentação*, f.^a adoptiva de Jorge Albuquerque, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 15 de Julho de 1643,

falleceu em 24 de Agosto de 1643, segunda-feira ás 4 de manhã.

193.^a *Soror Maria de Lus*, f.^a de Nuno da Costa, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 5 de Agosto de 1643, falleceu em os 22 de Dezembro de 1659, 2.^a feira.

194.^a *Soror Maria de Santa Cruz*, f.^a de António Barreto da Silva, e de D. Francisca Henriques, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 29 de Novembro de 1643, falleceu em os 16 de Dezembro, 6.^a feira ás 4 horas de tarde. (ignora se o anno).

195.^a *Soror Mariana da Conceição*, f.^a de José Cabreira da Guarda, e de D. Catharina de Carcere, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 22 de Julho de 1644, falleceu em os 12 de Dezembro de 1687, 6.^a feira ás 10¹/₂ de noute.

196.^a *Soror Mariana do Espirito Santo*, f.^a de João de Sousa de Lacerda, e de D. Luiza Barbosa, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 20 de Novembro de 1644, falleceu em os 8 de Agosto de 1659, 6.^a feira ás 8 de noute.

197.^a *Soror Maria do Sacramento*, f.^a de Sebastião da Costa, e de D. Clara Mendes, natural de Moçambique, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Anna de S. José, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 31 de Dezembro de 1644, falleceu em os 22 de Fevereiro de 1651, 4.^a feira ás 8 de noute.

198.^a *Soror Maria de Madre de Deus*, f.^a de Antonio Dias de Andrade, e de Leonor Peixeira de Pina, natural de S. Thomé, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel do Espirito Santo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 11 de Junho de 1645, falleceu em 9 de Janeiro de 1662, sabbado, as 2 de tarde.

199.^a *Soror Maria de Encarnação*, f.^a de Antonio Borges Sotto Maior, e de Luiza Machado, fez a sua profissão nas mãos de P. Soror Izabel do Espirito Santo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 18 de Junho de 1645, falleceu em os 24 de Maio de 1665, Domingo, ás 11 horas.

200.^a *Soror Maria de Bom Successo*, f.^a de Julianes de

Noronha, e de D. Izabel Mascarenhas, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel do Espírito Santo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 21 de Maio de 1646, falleceu em 27 de Abril de 1659, Domingo ás 4 de tarde

201.^a *Soror Clara do Sacramento*, f.^a de Fernão Brito Correa e de D. Clara de Quadros, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel do Espírito Santo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 10 de Junho de 1646, falleceu em 11 de Abril de 1674, ás 2 de noute.

202.^a *Soror Beatris de Santa Anna*, f.^a de Domingos Maciel de Aguiar e de D. Anna de Mendonça, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel do Espírito Santo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em 28 de Outubro de 1646, falleceu em 13 de Setembro de 1674, 2.^a feira ás 6 de noute.

203.^a *Soror Bernarda de S. Agostinho*, f.^a de Francisco Rodrigues da Silva e de Izabel de Mello, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel do Espírito Santo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 16 de Junho de 1647, falleceu em 2 de Fevereiro de 1657, ás 10 do dia.

204.^a *Soror Maria do Espírito Santo*, f.^a de Matheos Paes Fragoso e de Maria da Costa, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel do Espírito Santo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 23 de Junho de 1647, falleceu em os 8 de Setembro de 1697, Domingo ás 9¹/₂ de noute.

205.^a *Soror Francisca de Madre de Deus*, f.^a de Luis de Freitas de Macedo e de D. Maria Siqueira, natural de Cochim. fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel do Espírito Santo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 30 de Setembro de 1647, falleceu em os 30 de Setembro de 1647, falleceu em 30 de Outubro de 1675. 4.^a feira, ás 5 de tarde.

206.^a *Soror Thereza de Santa Anna*, f.^a de D. Thomé Beque e de D. Izabel da Cruz, natural de Japão, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 23 de Fevereiro de 1648, falleceu em os 24 de Março de 1648, 3.^a feira, ás 4 de manhã.

207.^a *Soror Maria de Purificação*, f.^a de Antonio Rodrigues Carvalho e de Anna Maria, natural de Macau, fez

a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 14 de Junho de 1648, falleceu em 5 de Maio de 1695, 5.^a feira, ás 4 de manhã.

208.^a *Soror Ignez de Jesus*, f.^a de Antonio Monis Barreto, natural de Cochim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 28 de Outubro de 1648, falleceu em os 6 de Outubro de 1655, ás 9 de manhã.

209.^a *Soror Anna do Sacramento*, f.^a de Francisco Monis da Silva e de D. Maria de Mello, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 31 de Dezembro de 1648, falleceu em 7 de Outubro de 1674, Domingo ás 7 do dia.

210.^a *Soror Izabel do Sacramento*, f.^a de Frederico Carneiro de Aragão e de D. Melicia Paes, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 28 de Janeiro de 1649, falleceu em os 1 de Fevereiro de 1649, 2.^a feira, ás 11 horas.

211.^a *Soror Michaela dos Anjos*, f.^a de Luis de Abreu Fustamante e de Joanna de Figueiredo, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 6 de Fevereiro de 1650, falleceu em 27 de Dezembro de 1673, 3.^a feira á uma de noute.

212.^a *Soror Maria de Apresentação*, f.^a de Phelippe Lopes e de Anna Rebello, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 4 de Maio de 1650, falleceu em os 6 de Janeiro de 1669, Domingo, ás 6 de manhã.

213.^a *Soror Maria do Salvador*, f.^a de Luis Peres Pacheco e de D. Maria Terras, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 14 de Setembro de 1650, falleceu em os 20 de Agosto de 1654.

214.^a *Soror Luisa de S. Miguel*, f.^a de Luis Mendes de Vasconcellos e de D. Violante de Amaral, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de S. Paulo, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 16 de Outubro de 1650, falleceu em 5 de Novembro de 1660, ás 2 horas.

215.^a *Soror Luiza de Jesus*, f.^a de Antonio Rodrigues Cavalinho e de Anna Marim, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 4 de Junho de 1651, falleceu em 23 de Março de 1660, ás 8 de noute.

216.^a *Soror Antonia de Graça*, f.^a de Antonio Gomes Homem e de Izabel de Mello, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em 24 de Setembro de 1651, falleceu em os 14 de Fevereiro de 1661, ás 5 de tarde.

217.^a *Soror Jacintha de Madre de Deus*, f.^a de Cipriano de Brito da Silva e de Antonia Ferreira, natural de Moçambique, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 24 de Setembro de 1651, falleceu em os 21 de Outubro de 1680, 2.^a feira de 6 a 7 de noute.

218.^a *Soror Mariana de Assumpção*, f.^a de Fernão Lobo de Menezes, e de D. Luiza Loba, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 24 de Fevereiro de 1652, falleceu em 11 de Novembro de 1669, Domingo ás 6 de tarde.

219.^a *Soror Izabel de Visitação*, f.^a de Manoel de Souza Cabral, e de D. Barbosa Tavares, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 10 de Novembro de 1652, falleceu em 13 de Outubro de 1700, 4.^a feira ás 8 de noute.

220.^a *Soror Catharina de Jesus*, f.^a de Luis de Abreu Bustamante, e de Joanna de Figueredo, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 19 de Janeiro de 1653, falleceu em os 27 de Novembro de 1691, 3.^a feira, ás 2 de tarde.

221.^a *Soror Michaela de Jesus*, f.^a de José Cabreira, e de D. Catharina de Carceres, natural de Goa, fez a sua profissão, nas mãos da P. Soror Maria de Ressurreição, em nome de D. Fr. Francisco dos Martyres, em os 9 de Março de 1653, falleceu em 19 de Março de 1682, 5.^a feira, ás 8 do dia.

222.^a *Soror Izabel de Encarnação*, f.^a de Francisco Peixoto, e de D. Izabel da Cunha, natural de Goa, fez a sua

profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Assumpção, em nome do respectivo Prelado, em os 25 de Março de 1654, falleceu em os 4 de Dezembro de 1661, ás 2 de tarde.

223.^a *Soror Custodia do Sacramento*, f.^a de Christovão de Fonseca, e de Inez Carvalho, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Assumpção, em nome do respectivo Prelado, em os 8 de Agosto de 1654, falleceu em os 17 de Maio de 1669, ás 9 de noute.

224.^a *Soror Maria de Espectação*, f.^a de André Salema, e de Mariana de Oliveira, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Assumpção, em nome do respectivo Prelado, em os 29 de Setembro de 1654, falleceu em os 2 de Novembro de 1657, 6.^a feira, ás 6 de manhã.

225.^a *Soror Luisa de Assumpção*, f.^a de D. Manoel de Castello Branco, e de D. Mariana de Vilhana, natural de Baçaim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Assumpção, em nome do respectivo Prelado, em os 19 de Março de 1655, falleceu em 12 de Maio de 1661, 5.^a feira, ás 8 de manhã.

226.^a *Soror Mariana do Sacramento*, f.^a de Diogo de Amaral de Castello Branco, e de Maria Cardoza, de Cranganor, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Assumpção, em nome do respectivo Prelado, em os 6 de Agosto de 1655, falleceu em 6 de Dezembro de 1669, sabbado ás 2 de tarde.

227.^a *Soror Francisca de S. Bernardo*, f.^a de Bernardo Gracia da Costa, e de D. Anna Ribeira Pacheca, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Assumpção, em os 26 de Março de 1656, falleceu em os 7 de Abril de 1707, 5.^a feira, ás 9 de noute.

228.^a *Soror Francisca de Assumpção*, f.^a de D. Antonio Mascarenhas, natural de Colombo, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Assumpção, em nome do respectivo Prelado, em os 3 de Setembro de 1656, falleceu em 22 de Julho de 1701, 6.^a feira, ás 10 do dia.

(Continúa)

A. F. MONIZ.

As conquistas de Portugal

A Índia Oriental, se bem que, em ordem dos descobrimentos dos portugueses, ter sido a última, foi em grandeza a primeira do mundo. Teve por limites o Cabo de Boa Esperança, na Cafraria, e o Liampo, na China, distantes um do outro, quasi quatro mil léguas, compreendendo nesse espaço metade da Africa e quasi toda a Ásia com inúmeras ilhas.

Dividia-se em sete partes.

A primeira tendo por limites o Cabo de Boa Esperança e o estreito de Meca compreendendo muitos reinos de Cafraria, o grande e rico reino de Monomotapa, todas as minas de ouro de Africa, de Sofala, Moçambique, Quiloa, Pemba, Melinde, Paté, Brava, Mogadoxo, Mombassa com as suas fortalezas.

A segunda, desde a boca do estreito de Meca, de Ormuz até Bassorá (Basrá) contendo a região de Arábia com a fortaleza de Mascate, fortissima e quasi inexpugnável.

A terceira, tendo por limites o estreito de Bassorá até o rio Indus, compreendendo uma parte da Pérsia, de Guadel, de Sind e grande parte de Cambaia, com as fortalezas de Ormuz, de Bandel (na Pérsia) e Carbaia cêrca da boca do rio Indus, a cidade de Diu.

A quarta, desde o rio Indus até o Cabo de Camorim, incluindo parte de Cambaia, Deccan, Malabar, Canará, a cidade e fortaleza de Damão, a de Assarim, para defender a entrada de Baçaim, a de Danu, de Sangens, de Agaçaim, de Mahim, de Manorá e de Tarapôr, que se chamavam Tanadarias; a cidade e a fortaleza de Baçaim, a vila e a fortaleza de Taná, com dois castelos no próprio rio, a vila e a fortaleza de Carxuja, a cidade de Chaul,

forte e nobilissima com uma grande fortaleza, a cidade de Goa, populosa, grande e forte, cabeça de todo o Estado da India, aonde residiam os Vice-Reis, os tribunais de Inquisição, a Fazenda Real, a Contadoria e tudo que tinha relação com o governo comum dos amplissimos Estados, tendo alfândegas, arsenal e armazens de munições e abastecimentos. Goa está situada em uma ilha de que tomou o nome, tendo sido fortificada com muros e seis castelos, o de Daugim, de S. Brás, que chamavam Passo Seco, de S. Tiago, de Agaçaim, Pangim e de Nossa Senhora do Cabo, e na outra parte para a defesa da barra e rios, em frente do rio de Daugim, a fortaleza de Naroá, a fortaleza de Rachol, a de Aguada, a de Reis-Magos e a de Gaspar-Dias. As fortalezas de Onor, Barcelor, Mangalore, Cannanor, Cochim, Cabo de Camorim e de Coullão.

A quinta, tendo por limites o Cabo de Camorim e o rio Ganges, compreendendo Coromandel e Orissa, as fortalezas de Nagapatão, Miliapore ou S. Tomé e a de Masulapatan.

A sexta, desde o rio Ganges até o Cabo de Singapura, compreendendo os reinos de Bengala, de Pegú, de Tenassarim e outros e a fortaleza de Malaca.

A setima desde o Cabo de Singapura até o Cabo de Liampo, compreendendo os reinos de Pan, de Lugor, de Sião, de Camboja, de Champá, de Cochim China e parte de China, e bem assim as fortalezas de Colombo, no gôlfo de Manar e na Ponta de Gales. No estreito de Malaca, uma parte de Sunda e as ilhas de Solor e Timor com suas fortalezas.

Existiam em todo o reino de Asia, dez conventos da Ordem de S. Domingos, vinte e um da de S. Francisco, quatorze da de S. Agostinho e treze de Jesuitas, com uma casa professa em Saor, cidade principal de Mogor e em Japão muitas casas e colégios além de Seminários e Igrejas em 67 reinos daquelas ilhas, e na China, paróquias e oratórios.

Das conquistas de Africa, que foram as primeiras, a mais illustre foi a cidade de Ceuta, depois Tanger, e a seguir Mazagão, as ilhas de Madeira, do Corpo Santo, Açores, S. Miguel, S. Maria, Graciosa, Corvo, S. Jorge, Faia e Pico; ao sul Cabo-Verde, Maio, Fogo, Boa-Vista, S. Vicente, S. Lúcia, Sal, Brava, S. António, S. Nicolau, Ilha de Príncipe e outras, os portos de Ocre, Arda, Ca-

labar na ilha de S. Tomé, Congo, Guiné, Angola, ilha de S. Helena etc

Na América, a grande provincia do Brazil que se dividia em 14 capitánias, sendo 8 de El-Rei e 6 dos particulares, desde o Pará até Maranhão 160 léguas, de Maranhão a Ceará 125 léguas, ao Rio Grande 100 léguas. de Paraísa, de Tamaroca á Pernambuco 6 léguas, de Pernambuco á Segeripe 70 léguas, de Segeripe á Bahia 25 léguas.

As rendas do Estado subiam a 1270 milhões de *maravedis* (valia 400 a 500 réis cada).

Só o Estado da India rendia 413 milhões de *maravedis*, e o Brazil 66 milhões.

Abril 1919.

FRANCISCO MOURÃO GARCÊS PALHA.

BENS DOS JESUITAS

Sanação

A fim de que possa ser consultado por todos a quem interessa, transcrevemos textualmente o seguinte Breve Pontifício, documento muito raro, e a sua tradução oficial :

Pius PP.—VI

Ad perpetuam rei memoriam

Romanam Ecclesiam ideo matrem et magistram constituit Christus Dominus, ut per eam quae ubique a fidelibus gerenda sunt, ordinentur, vel etiam errata corrigantur in melius quin liceat irrationabili arbitrio aliquid immutari, quoties confusa libertas, si aliorum vota dissentiant, aut in aliorum scandalum sine iusti discretionem libraminis commendanda supprimeret, aut minus digna laudibus indebitis celebrarent; Nuper in tristitia Cordis nostri accepimus Bona ad suppressam Societatem Jesu spectantia et in Portugalliae et Algarbiorum Regnis existentia, vel ex asserto quodam reversionis iure, vel quocumque alio praetextu Regio Fisco fuisse addicta, unica de onerum satisfactione et adimplemento retenta lege brevi tamen eiusdem Fiscus administratores sua, non quae Jesu Christi quaerentes aliquam eorumdem bonorum partem vel per contractum, vel per gratuitam donationem distraxerunt, nulla amplius de piis oneribus, quibus eadem Bona essent gravata habita ratione, neglectoque penitus eorumdem onerum adimplemento. Eximia sane Charissimae in Christo Filiae nostrae Mariae Franciscae Reginae Fidelissimae Religio fuit ac sollicitudo pro inquirenda de Bonorum qualitate et natura, veritate, pluresque spectatissimos viros selegit,

qui nunciarent quae ex dictis bonis, vel libera vel piis oneribus essent gravata; sed irrita prorsus impensa studia, nulla enim bonorum divisio nisi labore summo, incertoque exitu confici potest. Nobis igitur eadem Charissima in Christo Filia nostra Regina Fidelissima humiliter supplicari fecit ut praemissis opportune providere et ut infra indulgere de benignitate apostolica dignaremur. Nos autem boni Patris-familias munere fungi quotidie satagentes et illius vices, meritis licet imparibus, gerentes, cuics misericordiarum non est numerus et infinitus est Thesaurus, supplicationibus huiusmodi inclinati ejusdem Charissimae in Christo Filiae nostrae Reginae Fidelissimae votis annuere, quantum in Domino possumus, sincere cupientes, tenore praesentium, deque apostolicae auctoritatis plenitudine nullitatem et nullitates quascumque, quae in dictorum bonorum alias suppressae Societati Jesu spectantium alienationibus et distractionibus, quascumque intervenisse dici censi seu praetendi possent, sanamus penitusque tollimus, omnesque iuris et facti defectus suplemus. Cum vero aliqua ex dictis bonis distracta vel alienata inveniantur, nulla onerum habita ratione, nihil super dictis bonis de novo imponere intendimus, sed ab iis, perpetuis futuris temporibus, prorsus libera et exempta declaramus. Verum cum adhuc aliqua nec exigua eorumdem bonorum portio Regio Fisco unita remaneat, volumus ac praecipimus ea imposterum eroganda esse in alimenta et commodam vitae sustentationem individuorum suppressae Societatis Jesu., qui alias in Regnis praedictis commorabantur, quique modo supersunt, nec non restituendis pecuniarum summis ad Nostram Camera Apostolicam in sumptis pro ipsis alendis individuis tam longo annorum spatio, quo a Regio Aerario non fuerat eisdem consultum, quibus omnibus praedictis individuis deficientibus et Camerae nostrae apostolicae dictis praestationibus integre restitutis, tunc ut alios pios usus arbitrio ejusdem Charissimae in Christo Filiae Nostrae Reginae Fidelissimae, eiusque Successorum assignari eadem bona suppressae Societatis Jesu et applicari possint. eadem auctoritate libenter concedimus et indulgemus. Decernentes easdem praesentes litteras semper firmas & : et integros effectus obtinere et illis ad quos in praesenti spectat et in futurum perpetuis temporibus quomodolibet spectabit, plenissime suffragari, ac ab eis inviolabiliter observari. Sic, quae in praemissis per quoscumque Judices & : Auditores

bens, mas os declaramos para todo e sempre inteiramente livres e isentos de encargos.

Mas, como alguns dêsses bens, e não pequena porção, continuem ainda incorporados na Fazenda Rial, queremos e determinamos que sejam êles para o futuro despendidos na alimentação e decente sustentação dos membros da extinta Companhia de Jesus, os quais residiam outrora nos ditos Reinos e vivem ainda hoje, assim como em se restituir á Nossa Câmara Apostólica as somas dispendidas na alimentação dos mesmos membros por longo espaço de anos, em que o Fisco Rial não providenciou a isso; — e, depois de falecidos todos os referidos membros e satisfeitas integralmente á Nossa Câmara Apostólica as ditas prestações, então pela mesma Nossa autoridade de boa vontade concedemos e permitimos que os mesmos bens da extinta Companhia de Jesus possam ser destinados e applicados a outros usos pios ao arbitrio da Mesma Nossa Carissima em Cristo Filha Rainha Fidelissima e dos seus sucessores.

E DECRETAMOS que as presentes Letras sejam sempre firmes, etc., e surtam inteiro efeito, e aproveitem plenissimamente, assim aos que ao presente affectam como aos que de futuro affectarem, e pelos mesmos devem ser inviolavelmente observadas. E assim sôbre o estatuido deve ser julgado, e definido por quaesquer Juizes etc., Auditores e Cardeais da Santa Igreja Romana ainda Legados *a Latere* e Núncios da Sé Apostólica, etc., e irrito etc. o que diferentemente se atentar.

Não obstante, em referência ao estatuido, e até onde necessário seja, as disposições ainda de última vontade de quaesquer testadores que hajam deixado encargos de missas ou outros para serem satisfeitos pelos membros da extinta Companhia de Jesus ou nas suas Igrejas, — o que em relação ao estatuido sufficiente e expressamente comutamos; e bem assim as Constituições gerais ou especiais e Ordenações Apostólicas, e as publicadas nos Concilios universais, provinciais e sinodais, os costumes, privilégios e também indultos, etc. em contrário inovados. Tudo e cada do que etc. derogamos, e tudo o mais em contrário.

Dado em Roma em S. Pedro sob o Anel do Pescador no dia 6 de Março de 1779, quinto anno do Nosso Pontificado.

I. Card. de Comitibus.

Embaixadas Indianas aos Imperadores Romanos

(Nótulas histórico-arqueológicas)

Não são somente as grandiosas conquistas no campo das sciências, artes e letras que, em tempos remotos, deram celebridade á Índia ⁽¹⁾. Também o fino tacto diplomático de muitos dos seus estadistas tem sido objecto de admiração no mundo culto.

Haja vista o famigerado Kautlíia, o insigne chanceler ⁽²⁾ do imperador indiano Chandragupta, o Sandrakottos ⁽³⁾ dos historiadores gregos, que ascendera ao trono de Magada ⁽⁴⁾ no ano 312 ⁽⁵⁾ A. C. A monumental obra de Kautlíia intitulada *Artachashtra* ⁽⁶⁾ ou Arte de Govêrno, só per si basta para cobrir de glória não só um nome, mas

(1) Vide o nosso artigo na revista marata *Maharachtra-Sahitia-Patrick*, de Bombaim, n.º 4 de Dezembro de 1918, nota 13.

(2) Vide o artigo *Chanakya; the Great Master Sage of India* na revista *The Modern Review*, de Calcuta, 1918; Pavgee, *Self Government in Ancient India*, p. 248; A Besant, *How India wrought for freedom*, *Hist. Int. X*; Prof. Radhakumud Mookerji M. A., *Introdução da obra Studies in Ancient Hindu Polity* por N. N. Law, M. A., B. L.; Kelkar, *The Case for Indian Home Rule*, p. 3.

(3) V. A. Smith, *Asoka*, pag. 13, nota ⁽¹⁾ da ed. 1901; J. H. de Moura, *As inscripções indianas em Cintra*, pag. 79; S. R. Pereira Nunes, *Diu*; Pavgee, *Aryavartie Home & Arctic Colonies*, pag. 282; C. Pinto, *Os Magos no Oriente*, artigo publ. no *Rosario* de Maio de 1903.

(4) Magada corresponde á actual Behár.

(5) V. Smith, *Early Hist of India*, pag. 38, nota; M. Monier-Williams, *Indian Wisdom*, 4.ª ed., pag. 224; *Historians' Hist. of the World*, Vol. II; etc.

(6) A *Arthasāstra* de Kantilya foi traduzida em inglês e publicada em 1907. Antes dêsse ano appareceram, porém, no *Indian Antiquary* de 1905 alguns excerptos da aludida obra de Kantilya.

uma nacionalidade inteira, como bem o patenteou a erudita crítica dos ilustres pesquisadores Hillebrandt, Hertel, Jolly, Narendra Nath Law, Jacobi e outros ⁽¹⁾.

Os ensinamentos dos tratados sócio-políticos *Artachashtra* e *Sukraniti* ⁽²⁾, entre outros, demonstram a evidência quão alto desenvolvimento tinha tido a diplomacia na antiga Índia. Nesses tratados ocupa lugar importante o assunto que trata das embaixadas ou missões diplomáticas, a cujo respeito também se encontram largas referências na literatura védica ⁽³⁾. Por seu turno, os poemas épicos Ramaiana e Mahabharata aludem-se às regalias dos enviados internacionais. No poema de Valmiki diz-se que na antiquíssima ⁽⁴⁾ cidade de Aiodhia, residiam embaixadores de diferentes países ⁽⁵⁾. O poema do imortal Viassa ⁽⁶⁾ descreve os romanos vindos para a corte do imperador hindu Iudhisthir com valiosos presentes na ocasião de *rajasula-lagula* realizado naquela histórica cidade que, na expressão de Keene ⁽⁷⁾, é tida na imaginação dos indus como a metrópole do Bharatvarcha e que se intitula Delhi.

Em tempos menos remotos, isto é, no terceiro século A. C., o império máuria punha-se em constantes relações internacionais pelos seus enviados, como se depreende do testemunho do embaixador grego Megástenes (aprox. 320 A. C.) ⁽⁸⁾, a quem seguem profundos historiadores da Índia como Vincent Smith ⁽⁹⁾.

As relações internacionais de vários soberanos indianos não se limitavam apenas aos diferentes estados da Índia e do resto da Ásia, mas ainda aos da Europa e África. São

(1) Vide o artigo de Lanman na cit. revista *The Modern Review*, n.º de Janeiro de 1919 e a cit. obra de N. N. Law.

(2) Vide *Sukra-Niti*, translated by Prof. Benoy Kumar Sarkar, M. A.

(3) Vide os artigos da epigrafe *International Law in Ancient India* publi. na cit. *Modern Review* do ano 1918.

(4) Escreve o Prof. Heeren: «We do not perhaps assume too much when we venture to place the origin of Ayodhya from 1,500 to 2,000 B. C.» — *Histor. Researches*, Vol. 2.

(5) Mrs Manning, *Ancient and Mediaeval India*, vol. 2.º.

(6) Mahabharata, *Sabha Parva*, 51.

(7) Keene, *Moghul Empire* cit. por J. Strachey no seu livro *L'Inde*.

(8) Essa data foi dada por Tilac no seu *Guita rahashia*, que mencionamos igualmente no nosso artigo publicado na revista marata *Vidhadvastar* de Bombaim, Vol. 48, p. 311.

(9) Vide o nosso artigo *Repúblicas e outras formas do governo representativo na antiga Índia* publi. em *O Herald*, de 17 de Dezembro de 1918.

célebres na história indiana os nomes de Megástenes, Deímacos, Basilis, Dionísios e alguns outros embaixadores ⁽¹⁾. Não menos ilustres são os de embaixadores indianos que estiveram nas côrtes da China ⁽²⁾ e do Japão ⁽³⁾, principalmente depois que se introduziu o budismo no império celeste ⁽⁴⁾.

Também Roma, o *Ramiaca* ou *Ramanaca* ⁽⁵⁾ dos puranas indus, não foi alheia das relações diplomáticas dos alguns *rajás* indianos; pelo contrário essa cidade recebeu mais de uma vez as embaixadas desses dominantes.

Sabido é que durante longos anos a Índia mantinha intensas relações comerciais ⁽⁶⁾ com a Roma, onde, no tempo de Augusto, havia um grande mercado que vendia exclusivamente as especiarias da Índia ⁽⁷⁾, particularmente a canela, que lá era conhecida pelo seu nome indiano *Karpian* (Tamil *Karupa*), e a pimenta ⁽⁸⁾. Além das especiarias, importava esta cidade vários outros produtos indianos, como o índigo ⁽⁹⁾, pedras preciosas ⁽¹⁰⁾, aço ⁽¹¹⁾,

(1) Escreve Weber: «Megasthenes was sent by Selencus to Chandragupta, Deimachus again by Antiochus and Dionysius and most probably Basilis by Ptolemy II to Amritaghata, son of Chandragupta». (*Hist. of Indian Literature*).

(2) Vide o artigo do Dr. Ram Lal Sircar na revista bengali «*Grihastha*» de Jaista de 1320 da era bengali; e especialmente os artigos «*Maritime Activity and Enterprise in Ancient India: Intercourse and Trade by Sea with China*» publicados na revista de Calcuta *The Dawn* nos anos 1910-1912.

(3) Vide o artigo «*India and Japan in Ancient Times*» no *Journal of the Indo-Japanese Association* de Janeiro 1910; *Journal of the R. A. S.* de 1905: *Bhandarkar Commemoration Volume*, artigo do Dr. Belvalkar.

(4) Supõe-se geralmente que o budismo foi introduzido na China pelo ano 65 da era cristã ou seja no 1.º século de C. (*Bulletin de l'Ecole Française d'Extreme Orient*, 1910, p. 95). Mas o Dr. E. J. Eitel, no seu *Buddhism*, assina para esse acontecimento a data de 250 A. C., e H. Hackmann coloca essa data no ano 217 A. C. (*Buddhism as a Religion*); ao passo que muitos outros autores, como Herbert J. Allen, pensam que o budismo teve a sua introdução no ano 221 A. C. (*Journal R. A. Society*, 1896, p. 223).

(5) Vide o artigo de Wilford nas *Asiatic Researches*, vol. XI.

(6) Vide H. C. Rawlinson, *Intercourse between India and the Western World*, etc.; Prof. Mookerji, *A Hist. of Indian Shipping*; J. F. Martins, *Cronica dos vice-reis e governadores da Índia*, Cap. IV.

(7) Robertson, *India*, 56, 57.

(8) Theophrastos: *Historical Plant*, IX.

(9) *Chamber's Encyclopaedia*, vol. V, p. 557.

(10) Pliny, *Natural History*, XXXVII.

(11) Ctesias, *India*, C. IV.

calicós ⁽¹⁾, panos de algodão, musselina e chitas de diferentes espécies ⁽²⁾. Os tiars de Dacca, diz o dr. Buist ⁽³⁾, produziram êsses maravilhosos tecidos que exornavam as formosuras mais nobres da Côrte de Augusto César, tendo na Cidade Eterna, por cêrca de seis séculos, a mesma designação pela qual o algodão é ainda conhecido na Índia. Parece que os próprios hindus iam muitas vezes commerciar á Roma ⁽⁴⁾ nesses tempos remotos. E tal era a abundância dos produtos indianos que entravam no império romano que no 1.º século da era cristã, o escritor Plínio queixava-se de que o luxo dos romanos drenava cem milhões de sestercios (£ 1.000.000) para a Índia e o imperador Tibério, numa das suas cartas ao Senado sensurava igualmente o demasiado luxo da sua nação pelo qual a Índia se tornava assaz rica ⁽⁵⁾!

Nessa época, isto é, nos primeiros séculos da era vulgar, encontravam-se estabelecidas muitas colónias romanas na Índia ⁽⁶⁾ do Sul, onde, principalmente nos distritos de Coimbatore ⁽⁷⁾, Madura ⁽⁸⁾ e Kananor ⁽⁹⁾, tem se descoberto considerável quantidade de moedas romanas. Diz um historiador da Índia que as portas importantes da forte de Madura eram geralmente guardados pelos soldados romanos ⁽¹⁰⁾ alistados ⁽¹¹⁾ no serviço dos Pandias e outros reis tamils. O illustre investigador Stein, num seu recente estudo publicado na *Epigraphica Indica*, prova que um soberano indiano, ofuscado pela grandeza romana, se apelidava de *Kaiser* pelo ano 170 de C.

Estreitadas assim as relações de indianos e romanos, não é para admirar que tivesse havido a troca de embal-

⁽¹⁾ *Encyclopedia Britan.*

⁽²⁾ *Periplo do Mar Erythreu.*

⁽³⁾ *Notes on India* cit. por Cristovam Pinto nos *Estados Unidos da Índia*.

⁽⁴⁾ Vide Jacolliot, *Voyage au pays des brahmes*. Acêrca da proficiência dos negociantes hindus o Pe. João de Lucena disse o seguinte: «são espertos, & tam entendidos, que não dam ventagem nas subtilidades dos tratos & contratos aos mercadores de Europa» (*Vida do P. Francisco Xavier*, l. II, cap. XI).

⁽⁵⁾ Katavate, *Hindusthánachá práchina itihás*.

⁽⁶⁾ Vincent Smith, *Early Hist of India*.

⁽⁷⁾ *Journal of the R. A. S.* for 1904, «Roman Coins».

⁽⁸⁾ *O Oriente Português*, vol. XIII, p. 310.

⁽⁹⁾ Momensen, *Provinces of the Roman Empire*, vol. 2.

⁽¹⁰⁾ Pillay, *The Tamils Eighteen Hundred Years Ago*, Ch. III.

⁽¹¹⁾ Pillay, *Op. cit.*

xadas ou missões diplomáticas entre os dois povos. Destaca-se, porém, entre todas a que Augusto César ⁽¹⁾ recebeu do rei Pandion. Este poderoso monarca dominava em um grande reino ao sul da Índia, que compreendia o território que fica de Goa para o sul, isto é, os actuais distritos de Canará e Malabar, os estados de Cochim e Travancore, o distrito de Coimbatore, no interior, e talvez parte do Mysore, e na outra costa, Tinneveli e Madurá, tendo por capital a cidade dêste nome ⁽²⁾. A essa embaixada do rei Pandias se referem, Nicolau de Damasco ⁽³⁾, Strabão ⁽⁴⁾, Dion Cassius ⁽⁵⁾, Paulo Orosius ⁽⁶⁾ e Florus ⁽⁷⁾, e da qual, entre outros, fazia parte ⁽⁸⁾ um sofista indiano que depois de passar algum tempo em Roma foi seguidamente para Atenas, onde se fez morrer de modo trágico ⁽⁹⁾. Sobre o seu sepulcro gravou-se: «Aqui jaz Zarmanos (Sarmana, religioso budista) Chêgas hindu de Bargaosa (Barigoza, hoje Baroch) que, segundo o costume da sua pátria, se deu pessoalmente a morte» (Godard).

O historiador Gibbon menciona (cap. XVIII) que Constantino recebera as saudações dos indianos.

Bardesanes (154-222 de J. C.) compoz em siríaco um livro, que tinha por título *Hypomnemata Indica*, compilado das informações orais, que êle obteve de um embaixador da Índia, que passou em Edessa no seu caminho para a côrte romana ⁽¹⁰⁾.

Plínio dá notícia duma outra embaixada dos indianos ao imperador Cláudio. Esta embaixada compunha-se de quatro enviados, os quais ao autor da História Natural deram valiosas informações acêrca de Ceilão, o paraíso do Oriente ⁽¹¹⁾.

Dion Cassius ⁽¹²⁾ refere-se também a várias embaixadas

(1) Pe. Leonardo Paes, *Promptuario das Diffinições Indicas*; Besant, *Op. cit.*, XIII.

(2) A. R. Pereira Nunes, *Hist. de Diu*, 1.ª P. p. 4.

(3) Cit por C. Godard no seu opúsculo *O Faquirismo*, trad. p.

(4) Strabo, Livr. XV.

(5) *History of Rome*.

(6) *History*.

(7) *Epitome of Roman History*.

(8) Godard, *Op. cit.*

(9) Malvert, *Science et Religion*.

(10) Revista de educação e ensino, Janeiro, 1909, p. 13.

(11) Assim o denomina o italiano F. S. Rondina no seu livro *Viaggio Nell'India e nella China*, vol. 1.º.

(12) *Cit. History*.

que Trajano recebeu dos indianos. E Ammianus (1) Marcellinus fala dumas outras que da Índia enviaram ao imperador Juliano em 361 da era vulgar.

Como se vê, são poucos os materiais que se encontram a respeito da história das relações diplomáticas entre a Índia e a Roma na antiguidade, e esses mesmo foram fornecidos pelos historiadores romanos, ao passo que os indianos nem tão pouco deixaram escrito sobre o tão interessante capítulo da história diplomática da antiga Índia.

(Sanquelim).

P. S. S. PISSURLENCAR.

(1) *History of Rome*, vol. XXII, 7.

Famílias portuguesas estabelecidas no Chorão ⁽¹⁾

I

Côrte-Real

António de Mendonça Côrte-Real. Do ramo de Val dos Reis, filho de Diogo de Mendonça Côrte-Real e de D. Jerónima de Lacerda, veio á Índia em 1732 e estabeleceu-se no Chorão, freguesia de Nossa Senhora da Graça, bairro Maddel, e, lá morreu em 26 de Novembro de 1774. Casou-se no Chorão com D. Constança Catarina Leite de Sousa e Castro ⁽²⁾, nascida em Naroá aos 23 de Agôsto de 1751 e filha de Xavier de Leite de Sousa e Castro ⁽³⁾. O seu pai D. Diogo de Mendonça Côrte-Real foi Secretário do Estado em Lisboa, e assim encontramo-lo em 1750 e tantos.

Filhos

1 — D. Ana de Mendonça Côrte-Real, Soror Ana de Sacramento. Foi freira de véu preto no Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa, onde tendo professado em 16 de Julho de 1752, faleceu em 16 de Dezembro de 1784.

2 — D. Joaquina de Mendonça Côrte-Real, Soror Joaquina de Anunciação, freira de véu preto no Real Mos-

(¹) Quanto ás notas publicadas pelo Sr. Francisco Mourão Garcez Palha sob a epigrafe «Famílias portuguesas estabelecidas na Índia cuja varonia se extinguiu» temos a aditar alguns dados que apurámos quanto a família «Côrte Real».

(²) Tinha mais uma irmã—Soror Brites de Santa Maria—que nasceu no Chorão, professou em 6-6-1751 e faleceu em 14-9-1793 e foi priora do Convento de Santa Mónica de Goa.

(³) Achamos D. Maria Catarina de Magalhães como sua mulher. Seria casado duas vezes?

teiro de Santa Mónica de Goa, professou em 18 de Outubro de 1761 e faleceu em 1 de Maio de 1779.

3 — D. Maria de Mendonça Côrte-Real, Soror Maria de Nazaré, freira de véu preto no Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa, professou em 17 de Janeiro de 1773 e faleceu em 18 de Agôsto de 1826.

4 — D. Bernarda de Mendonça Côrte-Real, Soror Bernarda de St.º Agostinho, foi freira de véu preto no Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa.

5 — António de Mendonça Côrte-Real. Natural do Chorão, escudeiro e fidalgo da Casa Real pelo Alvará de 30 de Março de 1778, foi comandante da ilha do Chorão, director de Surrate e morreu de volta de Timor de que foi governador. Casou-se com D. Francisca X. de Melo Lobo de Almeida, filha de Agostinho de Melo Lobo de Almeida e de D. Josefa Francisca Tereza de Cárcomo Lobo, nascida aos 6 de Maio de 1773 e falecida aos 17 de Fevereiro de 1833, a qual mudou-se para Ribandar depois do falecimento do marido, por causa da epidemia que começara a grassar no Chorão em 1766.

Seus filhos

a) — D. Josefa Francisca Teresa de Mendonça Côrte-Real. Casou-se com Bernardo Carneiro de Sousa e Faro, fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real e major reformado.

b) — D. Mariana de Mendonça Côrte-Real, nascida em 28 de Janeiro de 1798 e baptisada em 11 de Fevereiro de do mesmo ano, como se vê do seguinte assento de baptismo, que se acha no livro dos baptizados da freguesia da Graça e pelo qual se vê que seu pai era filho de António de Mendonça Côrte-Real e de D. Constança Catarina Leite de Sousa e Castro. Ei-lo :

Mariana f.ª de Ant.º
de Mendonça Corte
Real.

Aos onze de Fevereiro de mil setecentos noventa e oito o Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. Arcebispo D. Fr. Manoel de Santa Catharina baptisou e poz os Santos oleos a Mariana nascida de quinze dias filha de António de Mendonça Corte Real e de D. Francisca Xavier de Mello e Almeida, neta pela paterna de António de Mendonça Côrte-Real e de D. Constança Catharina de Souza e Castro pela Materna de Agostinho de Mello e Almeida e de D. Josepha

Francisca Thereza de Carcomo Lobo forão seus P. P. João Antonio de Moraes Sarmiento e D. Anna Maria de Carcomo Lobo por Cujá comissão tocou a criança no acto do baptismo D. Maria Antonia Teixeira de Andrade; e este acto se celebrou na Igreja do Real Seminario desta Ilha a que assistirão presentes o Rvd.^m vigr.^o de S. Br.^{meo} Pascoal Antonio Lobo e o Preposito da Congreg.^m do Oratorio Rdo. Me. Luis Caetano, em ffé de que se fez este assento em q' me assigney com os d.^{os} R. R.

(a) O vigr.^o Vicente Philipe Coutt.^o Faltam neste assento as assinaturas dos padres de que faz menção no assento.

6 — Xavier de Mendonça Côrte-Real. — Alcunhado de «Mil Diabos» pela sua actividade e bom official. Escudeiro fidalgo cavaleiro da Casa Real, pelo Alvará de 5 de Fevereiro de 1781, casou-se em 1773 com D. Violante Luisa Pereira de Castro, filha de D. Diogo Pereira de Castro e de D. Lizarda Caetana de Brito de Sampaio.

Seus filhos

a) — Diogo de Mendonça Côrte-Real. Fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real, por Alvará de 11 de Março de 1788, nasceu no Chorão em 13 de Julho de 1776. Em cadete voluntário prestou exame da 1.^a parte da marinha em 21-10-1792 e foi aprovado sendo-lhe conferida a carta de habilitação da 1.^a parte em 23-10-1792 e da 3.^a em 17-10-1795.

b) — D. Constança de Mendonça Côrte-Real, Soror Constança da Conceição, freira de véu preto no Real Mosteiro de St.^a Mónica de Goa, nasceu no Chorão aos 18 de Outubro de 1778, professou em 11 de Outubro de 1792 e faleceu em 31 de Maio de 1812.

c) — Francisco Xavier de Mendonça Côrte-Real, fidalgo escudeiro e cavaleiro da Casa Real por Alvará de 11 de Março de 1788, nasceu no Chorão em 1779. Em guarda marinha foi aprovado na 1.^a parte da aula da marinha em 9-11-1804, sendo-lhe conferida a carta de habilitação em 11-11-1804.

d) — João Joaquim de Mendonça Côrte-Real. Em guarda marinha foi aprovado na 1.^a parte da aula da marinha em 9-11-1804 e na última em 16-6-1805, sendo-lhe conferida a carta de habilitação respectivamente em

11-11-1804 e 21-10-1805. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1835, ajudante de ordem dos castelões governadores de Diu; António L. de Sousa e Castro é José Leite de Sousa e Castro, promotor da Justiça, presidente e vereador do Senado de Goa, capitão de fragata da marinha de Goa, capitão-tenente (ordenado 600 xs. ao ano e embarcado 960 xs.), director ou administrador geral das alfândegas de Goa mudou-se para Ribandar, por causa da epidemia, e aí casou-se aos 12 de Janeiro de 1814 com D. Ana Joaquina Mourão Garcês Palha, filha de Cândido Mourão Garcês Palha e de D. Angela Maria de Sousa Rancosa, e morreu em Ribandar aos 26 de Abril de 1839. Ana Joaquina nasceu em Malim aos 17 de Janeiro de 1706 e faleceu em Ribandar aos 5 de Novembro de 1854.

e) — D. Lizarda Joaquina de Mendonça Côrte-Real. Nasceu no Chorão aos 2 de Julho de 1789 e casou-se em Ribandar aos 17 de Dezembro de 1809 com Joaquim Mourão Garcês Palha, tendo falecido também em Ribandar aos 9 de Outubro de 1823 e sepultada na igreja do convento de Madre de Deus de Daugim.

Talvez pertencem á esta mesma familia: D. Ana Maria de Mendonça Côrte-Real casada com Hilário Gomes Moreira; natural de Goa, freguesia de S. Salvador e cuja filha D. Arcângela Moreira (Soror Arcângela de Glória) foi freira no convento de St.^a Mónica de Goa, onde tendo professado em 30 de Novembro de 1751, faleceu em 20 de Abril de 1794. Encontramos também Francisco da Silva Côrte Real, que veio á Índia na nau «N. Sr.^a da Conceição e S. Vicente Ferrer» que tendo saído em 12 de Abril de 1763 chegou em 16 de Setembro do mesmo ano e foi desembargador da Relação e director geral das fábricas de pano e seda em 1765, e Manuel Jorge Côrte-Real em 1690 e tantos. No período do maior auge da epidemia tinha esta familia nada menos de 10 a 12 pretos. Xavier de Mendonça Côrte-Real tinha também em Maddel, freguesia da Graça uma capela.

II

Baamonde ou Boamonde (Bramante)

José Agostinho Delfim Dias de Baamonde (Bramante). Natural de Évora, filho de João António Delfim Dias de

Bramante e de D. Luiza Teresa de Jesus, veio á Índia numa das naus «N. Sr.^a da Caridade» ou «S. Francisco de Paula», as quais tendo saído de Portugal em 17 de Abril de 1773, chegaram a Goa em 26 de Setembro do mesmo ano.

Estabeleceu-se no Chorão, freguesia da Graça, tendo em 1777 mudado o seu apelido Bramante em Baamonde, que também lemos Boa-Monde ou Boamonde. Foi capitão de infantaria dos sipais e casou-se com D. Maria Antónia Teixeira de Andrade, natural de Goa e filha de Joaquim José Teixeira de Carvalho, natural de Lisboa e morador no Chorão, e de D. Isabel Maria Prestrelo, natural de Goa.

Filhos

1 — D. Maria Francisca Delfim Dias de Boamonde. Nasceu no Chorão em 25 de Dezembro de 1795 sendo baptisada na igreja da mesma freguesia da Graça em 3 de Janeiro de 1796.

«Maria Francisca filha do capitão de Infantaria José Agostinho Delfim de Boamonde. Aos três de Janeiro de mil setecentos noventa e seis de minha Licença o Padre José Fernandes baptisou e poz os santos oleos a Maria Francisca nascida de nove dias filha de José Agostinho Delfim de Boamonde e de D. Maria Antonia Teixeira de Andrade netta pela Paterna de José Antonio Delfim de Boamonde e de D. Luzia Tereza de Jesus moradores na cidade de Evora pella Materna de Joaquim José Teixeira de Carvalho e de D. Isabel Maria Pret.llo moradores que forão desta freguesia. Forão seos padrinhos José Caitano Pacheco Tavares, Secretário de Estado, e D. Francisca Xavier de Mello e Almeida mulher de Antonio de Mendonça Corte Real, em ffé de q'se fez este assento em q'me assignei e as testemunhas presentes . . . José Pereira de Naroa e Antonio de Mendonça Corte Real, tenente-coronel de Infantaria comandante da Ilha de Chorão. O d.^o Pay de criança baptisada he capitão de Infantaria. (da) José Pr.^a de Macedo O vigr.^o Vicente Phelipe Cout.^o e Ant.^o de M.^{ra} Corte Real.

2 — João Antonio Teixeira Delfim Dias de Boamonde casou-se com D. Isabel Maria Francisca Teixeira Delfim

Dias de Boamonte, filha de Manoel de Lima e D. Antonia Josefa Correa, moradores no Chorão.

Seus filhos

a — D. Claudina Delfim Dias de Boamonde, nasceu em 14 de Junho de 1819 no Chorão, freguesia da Graça, e, foi baptisada na igreja da mesma em 24 de Junho do mesmo ano.

«D. Claudina f.ª de João Antonio Teixeira de Boa Monde e de D. Isabel M.ª de Boamonde, de Maddel. Aos vinte e dois de Junho de mil oitocentos desanove annos eu Pe. Isidoro Caetano Lobo vig.º Encomendado da Graça de Chorão Baptisei, e pus os Santos oleos a menina chamada Claudina nascida de oito dias filha de João Antonio Teixeira de Boa monde e de D. Isabel M.ª de Boamonde, Avos Paternos José Agostinho Delfim Dias de Boamonde, e D. M.ª Teixeira de Andrade mor.ª nesta, Avos Maternos Manoel Du.º de Lima e D. Antonia Josepha Correa moradores tambem nesta. ... forão Padrinhos José Antonio Botelho Fonseca Hunhão, e D. Isabel Maria Teixeira de Boamonde mo.ªs em Ribandar em fé de q' se fez este Assento assinado por mim, e pelas tt.ªs q' de pres.ªs estavam.

(aa) O vig.º Encomend.º Pe. Isidoro Caetano Lobo, Anselmo Filipe Roiz e Vicente Xavier Martins.

b — José Frederico Teixeira de Boamonde (ilegitimo) baptisado em 19 de Junho de 1825 de 4 anos e 10 meses.

3 — D. Ana Joaquina Delfim Dias de Boamonde. Nasceu em 18 de Novembro de 1798 e baptisada na referida igreja da Graça em 29 do mesmo ano. Mudou se para Ribandar antes de 1810.

«Anna Joaquina f.ª de Cap.º José Agostinho Delfim Dias de Boamonde. Aos vinte e nove de Novembro de 1798 baptisey e puz os St.ªs oleas a Anna Joaquina nascida de onze dias filha de José Agostinho Delfim Dias de Boamonde natural da cide. Eyora, e D. Maria Antonia Tixeira de Andrade nl. de Goa neta por Paterna de João Antonio Dias de Boamonde natural do reino de Hespanha e de D. Luiza Tereza de Jesus nl. de Lisboa, e D. Isabel Maria Prestrelo natural de Goa, forão seos P. P. João Caet.º Galego de Fonc.ª Tenente Coronel da Infan-

taria da Real Legião de Pondá e D. Rosa de Minezes m.^{cr} de Pedro de Moraes Correa Cap.^m de Mar e Guerra, e Tanador-mór das Ilhas de Goa e por Comissão destas levou a Pia a Criança João Joaq.^m de Mendonça Corte Real. Os Paes da Criança são moradores nesta freg.^a em ffé de que se fez este assento em que me assigney e as tt.^{as} pres.^{tes} o d.^o João Joaq.^m de Mç.^a Corte Real e Thomé Caet.^o de Sá.

(aa) O vigr.^o Vicente Philipe Contt.^o, João Joaq.^m de Mç.^a Corte Real e Thomé Caet.^a de Sá.

4 — D. Maria Rosa Delfim Dias de Boamonde, nasceu no Chorão em 23 de Junho de 1803 e baptisada em 18 de Setembro do mesmo ano.

M.^a Rosa f.^a de Jé. Aos des de Setembro de mil oito Agostinho. centos e tres anos eu Pe. Mariano Dg.^{os} Teixeira vigr.^o desta Igr.^a de Sr.^a de Graça pus os Santos Oleos a Maria Rosa nascida de dois meses e vinte sinco dias baupntisada em casa cauza periculi p' Pe. Antonio Vicente Dias filha de José Agostinho Delfim de Boamonde, e D. Maria Antonia Tixeira de Andrade, Avos paternos João Antonio Delfim de Boamonde, e D. Luzia Tereza e Maternos Joaquim José Carvalho e D. Isabel Maria Prestrello, forão P. P. Placido José Mascarenhas, e D. Maria Quiteria Telles de Carvalho, em ffé de que se fez este assento em que me assigney com as tt.^{as} presentes.

O vigr.^o (a) Mariano Dg.^{os} Luis Ferreira, Pe. Ignacio de Sousa, Aleixo Fernandes.

5 — Francisco Xavier Teixeira de Carvalho e Boamonde, casado com D. Ana Joaquina Teixeira de Boamonde, foi major reformado de infantaria. Mudou-se para Ribandar por causa da epidemia e faleceu em Mapuçá em 1850 e tantos.

(Continuar-se há).

JUSTINIANO DE ALBUQUERQUE

VÁRIA VARIORUM

Peças pouco vulgarizadas

Titulo sobre a tomada da Cidade
e Ilha de Goa, e do senhorio que della tem
a Corôa de Portugal

Sendo Capitão Geral, e Governador da India, Affonso d'Albuquerque por El Rei D. Manoel, no anno do Nascimento do nosso Senhor Jesus Christo de 1510, fez em Cochim huma grossa Armada para passar a Ormuz, donde partio no fim de janeiro do dito anno, e fazendo sua viagem antes de chegar a barra de Goa, soube que esta Cidade, e Ilha com muita parte da terra firme era possuida de hum Rei Mouro, poderoso inimigo da nossa Santa Fé Catholica e dos Portuguezes, chamado Sabaim Dalcão, e que além de ter muita gente de guerra de Turcos, e outras Nações, e muitos naturaes Gentios, tinha feito na dita Cidade huma grossa Armada de Naos, e Navios de remo, com a qual pretendia lançar os Portuguezes da navegação da Costa da India, e vendo o dito Governador o intento deste inimigo tão prejudicial ao Estado, tendo conselho com os Capitães da sua armada, assentou que convinha tomar esta Cidade, para della lançar os Turcos, e desfazer o poder do dito Rei, e tomar-

lhe a dita Armada que tinha feita, e pondo em effeito esta determinação valorosa, entrou com a sua Armada no rio de Goa, e depois de tomado por força de armas, por seus Capitães, o Paço de Pongi (Pangim) querendo hir contra a Cidade, os moradores della e o mais Povo da Ilha, com receio de serem destruidos, lhe entregaram pacificamente, a partido de os deixarem viver com suas propriedades, e heranças, debaixo de obediencia, e amparo d'El-Rei de Portugal, com obrigação de pagarem os tributos, e foros que pagavam ao dito Sabaim Dalcão, que o dito Governador aceitou, e pera os ter pacíficos, e obedientes lhes fez graça, e mercê de lhes quitar a terça parte dos ditos tributos, direitos, e foros, e que pagassem a El-Rei nosso Senhor as duas partes somente, do que pagavam, e assim tomou posse da dita Cidade, e Ilha de Goa com seus termos, e Ilhas annexas, para a Corôa de Portugal, pacifica e boa, em Fevereiro do dito anno, e a possuio tres mezes e meio, até o fim de Maio, em que a tornou a largar, por o dito Sabaim Dalcão vir sobre ella com todo o seu poder, e lhe pôr cerco, e os Mouros e naturaes que lha tinham entregue se alevantarem, e recolhendo-se com toda a gente na Armada, que estava no Rio, se fez nella forte até 15 d'Agosto do dito anno, em que sahiu pela Barra fóra, e foi o Cochim onde a tornou a reformar, e com mais Náos e poder no dito anno, em Novembro, partio com intento de tornar sobre a dita Cidade, e Ilhas de Goa, commetteo logo a Cidade, e a ganhou valentemente per armas, com toda a Ilha, e sua jurisdicção, e termos, em 25 de Novembro do dito anno, dia de S. Catharina, e ficou de posse della por El-Rei Nosso Senhor, pacifica e boa, e nella se sustenta até o presente, e se sustentara, para sempre com o favor Divino. E tendo o dito Governador assim tomado a Cidade, e Ilha, e vendo quão accommodada era para Portuguezes fazerem nella assento e defender se dos ymigos, por ser muito fertil e ter em si rendimento, para suprir as despesas, e Porto para grande Commercio e trato, e que pelo tempo em diante havia de ter grande Commercio e Mercadores, e além de outros grande beneficios de serviço de Deus, e d'El-Rei Nosso Senhor, e proveito dos Portuguezes, se seguia a exaltação da Santa Fé Catholica, e conversão dos Gentios naturaes e estrangeiros, assentou de a sustentar e fazer assento nella, fortificando-a, e provando-a de Portuguezes casados, para o effeito do qual, lançou fora della e de

toda a Ilha, e seus termos os Mouros, que nella viviam, e tinham propriedade e heranças, e lhas tomou pera El-Rei Nosso Senhor por serem tredos (trahidores), e as applicou pera os ditos Portuguezes moradores, que se casassem na dita Cidade, e nella fizessem assento, e assim as terras que possuiam os Gentios naturaes por pacto e concerto, que com elles fez, lhas tornou a dar, para possuirem como dentes, pagando a El-Rei todos os tributos, direitos, e foros, que pagavam ao Sabaim Dalcão, de que se fizeram autos e papeis authenticos, que o tempo tem consumido, e se não acha o original, mas o que d'elles consta se contem em hum Foral que fez Affonço Mexias, Vedor da Fazenda no anno de 1530, e em outro que fez Fernão Rodrigues de Castello-Branco, Vedor da Fazenda no anno de 1541. Esta Ilha em que está situada a Cidade de Goa, he chamada dos naturaes *Tissuary*, e tem em si 31 Aldéas, sujeitas aos ditos naturaes, que as possuem desde muita antiguidade com o nome de Gancares, pagando seus foros e direitos ao senhorio da dita Cidade, e Ilha, o qual nome do Gancar e da posse em que estavam se não pode saber o principio. O qual treslado vai conforme o proprio, bem, e fielmente copeado sem acrescentar nem diminuir cousa alguma que duvida faça, e ao referido Liv. me reporto, Goa, 10 de Março de 1770. = *Apolinario Caetano* (a).

Memoria historica sobre os Palacios da residencia dos V. Reis da India ⁽¹⁾

1505. O primr.^o V. Rey da India D. Francisco d'Almeida, o primeiro porto em que desembarcou neste Esta-

(¹) Cópia fiel (incluindo o título) de um manuscrito, que foi encontrado entre papeis avulsos, que ficaram por obito do Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão. Existe na bibliotheca do Museu Ethnológico Português.—M. J. de Campos.

do foi na Ilha de Angediva a 12 de Setembro de 1505—construiu as Fortalezas de Cochim, Cananor e Angediva—e residia ordinariamente em Angediva e Cochim.

1510. O Grande Affonso d'Albuquerque, seu successor, tendo conquistado a Cidade de Goa a 25 de Novembro de 1510, mudou a sua residencia de Cochim p.^a esta Cidade, p.^a o Palacio de Adilxá Sabaio, Rei de Visapur e senhor de Goa, (pai de Hidalcão):—este Palacio era situado na Rua direita ao norte do largo da Sé Primacial, que pr. este motivo se denominava=praça do Sabaio=. Ali residirão os V. Reys, e Gov.^{ors} da India até 1554.

1554. O V. Rey D. Pedro de Mascarenhas, Senhor de Palma, magro e da idade avançada de 70 annos, não podendo subindo as cumpridas escadarias do ref.^o Palacio, que tinha tres andares, mudou a sua residencia p.^a a Fortaleza da Cidade, que desde essa epoca ficou sendo Palacio dos V. Reys.

1560. O antigo Palacio dos V. Reys foi destinado p.^a o Tribunal da Inquisição, que se estabeleceu nesse anno em Gôa.

1598. O V. Rey D. Francisco da Gama, Conde de Vidigueira, mandou colocar no Arco dos V. Reys a estatua do seu bisavô D. Vasco da Gama, Conde de Vidigueira, descobridor da India, e 2.^o V. Rey d'ella, que faleceu em Cochim em 1524.

1695. Tendo chegado a um grande auge a epidemia que começou em 1635 e devastou a Cidade, o V. Rey D. Pedro Antonio de Noronha conde de Vilaverde, foi obrigado a transferir a sua residencia p.^a o Palacio de Panelim na Freg.^a de S. Pedro (que até ahi era a casa de recreio dos V. Reys)—porém as funcções publicas sempre se fizeram no Palacio da Fortaleza até 1720.

1703. O V. Rey Caetano de Mello e Castro mudou a sua residencia p.^a o magestoso Palacio, que se construiu na Praça de Mormugão em consequencia das Ordens Regias, pr. causa da epidemia de Goa, mas não permaneceu nelle pr. mt.^o tempo, e voltou p.^a Panelim, e continuarão ahi a residir os seus successores.

1759. O V. Rey Manoel de Saldanha Albuquerque, Conde de Ega, passou p.^a o Palacio de Pangim em 1.^o de Dezembro de 1759 com excessivo dispendio do antigo Senado de Goa, que lhe deu uma nova forma,—tendo sido antes disso uma das Fortalezas do Estado do tempo do Rei Hidalcão, reedificada em 1615 pl o V. Rey D. Jeronimo de Azevedo—o que prova a inscripção que ainda existe sobre a porta do mesmo Palacio da parte do rio Mandovi nos termos seguintes :

Rege Fidelissimo Josefo primo
 Prorege Comite ab Ega
 Senatus ex informi formavit
 1760 ⁽¹⁾

Em consequencia desta transferencia foi destinado o Palacio de Panelim p.^a o Hospital Real (Hospital militar) que até ahi existia na Cidade de Goa ao pé do Arsenal da Marinha.

Os Governadores hão passar algum tempo no Palacio da Fortaleza de Goa em occasião das festividades, e ahi davão as Audiencias solemnes na grande sala destinada p.^a este fim até o anno de 1812, em que se desfez uma grande parte do tecto, e foi então abandonado.

1807. No anno de 1807 se deo neste Palacio um sumptuoso jantar e baile em occasião da entrada do V. Rey Conde de Sarzedas, que foi festejada com grande aparato, pq. nelle foi estabelecido o título de V. Rey, abolido em 1774—e o concurso foi mt.^o numeroso pq. alem da antiga nobreza de Goa existia aqui nesse tempo o Exercito Inglez commandado p.t.^o Major General Clark, que assistio com a sua officialde., e grande num.^o de Madamas Inglezas.—O Conde de Sarzedas era Sobrinho do Marquez de Tavora, que foi V. Rey da India desde 1750 até 1754.

(1) Esta inscripção vem, *ipsis verbis*, a p. 117 de *Inscripções Lapidares da India Portuguesa*, por Cunha Rivara, edição de Lisboa, 1894 —M. J. de Campos.

1820. Pelo assento da junta de Fazenda de 19 de Julho 1820 presidida p.^{to} V. Rey Conde do Rio Pardo se mandou demolir os dous Palacios da Fortaleza de Goa e da Casa da Inquisição, pq. estavam inteiramente arruinados e exigião enormes despesas—tendo sido transferidos p.^{lo} m.^o V. Rey no anno de 1818 o Tribunal da Relação a Junta da Fazd.^a Publica, a Contadoria Geral e todas as mais Repartições publicas, p.^a Pangim, nas casas que p.^a este fim forão compradas ao Chefe de Divisão da Marinha de Goa Victorino Brim da Cunha Gusmão pr. 19,3co x.^s —e a Alfandega muito antes pelo V. Rey Conde de Sarzedas em 3 de Dezembro de 1811.

Quando na Monção de 1774 vierão ordens da Corte p.^a a reedificação da Cidade de Goa, as obras destes Palacios forão orçadas, a saber do Palacio do Sabaio pr. 70,600 x.^s—e em 21,000 as despesas da demolição dos Carceres da Inquisição—e do Palacio da Fortaleza em—397,000 x.^s —e pr. aqui se pode fazer ideia da vastidão destes magestosos Palacios.

O soalho todo do Palacio de Pangim era de pedra e foi substituido pelo de madeira no tempo dos Gover.^{es} Geraes Lopes de Lima, e Conselheiro Pestana desde 1841.

A Capella deste Palacio he mt.^o antiga pois consta que o Governador interino Antonio Telles de Menezes tomou posse do Governo nesta capela em 4 d'Outubro de 1639 pelo falecimento do V. Rey Pedro da Silva. Nova Goa 20 de junho de 1872.

Luis H. Correa da Graça ⁽¹⁾

(Do *Heraldo* de 16-7-1909).

⁽¹⁾ Julgamos haver engano na inicial do segundo nome, pois o escripto é evidentemente da penna do pachorrento colleccionador de antiguidades e erudito escriptor o finado Luis Xavier Corrêa da Graça. (R. do *Heraldo*).

Figuras nacionais

Martim Moniz

Escuro, troncado, bisonho, pequeno de corpo, Martim Moniz olhava com desdenhoso assombro a onda ruiva e gigantesca de flamengos, de inglezes e de alemães que o delírio sagrado do primeiro rei trouxera a conquistar Lisboa. Apertára-se o cerco. A pedra dourada da almedina coroava o morro hirsuto da cidade. O rio lampejando n'uma babugem de prata, coalhava-se de duzentas galés anglo-normandas. No meio da babel confusa das vozes, rugiam as cordagens das catapultas, erquiavam-se ouriços e torres, martelavam os picões minando os muros, tiniam ferrolhando lorigas e caneliras, e o pês, em labaredas fulvas, lambia a muralha, escorria ardendo pelas fragas, flamejava, fumegava.

N'isto, uma quadrela desmorona-se e abate. As trombas de prata dão o sinal do assalto. Com a torrente impetuosa dos homens do norte, esbracejantes de cruces vermelhas, os portugueses avançam, negros, ardentes, meudos — formidáveis. Vae com eles Martim Moniz. Vinte ou trinta galgam os fraguados sob uma chuva de virotões, de pedras e de chamas; transpõem as cavas; entestam a um lanço das quadrelas; n'um instante, escalam e cavalgam o muro; descem a abrir uma porta, bramindo e batendo-se como leões; mas os sarracenos perseguem-nos pela corredoura, ferem-nos pelas costas, entalam-nos d'encontro aos pesados batentes chapeados de cobre, vão exterminá-los inutilmente—quando Martim Moniz, atirando-se, consegue levantar os ferrolhos; atravessa o corpo na porta entreaberta, cae n'um charco de sangue, e grita, orgulhoso e negro, heroico e moribundo, aos homens ruivos do norte, que avançam :

— Por aqui!

**Censo indo-britânico de 1911
comparado com o de 1901**

População total	{ 1911	315.122.537
	{ 1901	294.361.056
Diferença a mais		20.761.481
representando o aumento 6,71 por cento.		
População masculina	{ 1911	161.326.110
	{ 1901	149.951.824
	+	11.374.286
População feminina	{ 1911	153.806.427
	{ 1901	144.409.232
	+	8.397.195

(Times of India, 30-10-911)

**Mapa estatístico da população natural
da India Portuguesa, recenseada no
ultimo censo (1901) da Presidência de
Bombaim**

Naturalidade	Total		Total
	M.	F.	
Goa	32.692	16.854	49.546
Damão	4.642	3.472	8.114
Diu	393	18	411
Não especificada	1	2	3
Total	37.728	20.346	58.074

(Officio do Sup. Prov. do Censo, n.º 2914 de 15-3-912).

OS VENCIDOS

Irmãos, amei — amei e fui amado ...
Por isso vago incerto e fugitivo,
E corre lentamente um sangue esquivo
Em gotas, do meu peito alanceado.

Irmãos, amei a Deus com fé profunda ...
Por isso vago sem conforto e incerto,
Arrastando entre as urzes do deserto
Um corpo exangue e uma alma moribunda.

Irmãos, amei os homens e contente
Por elles combati, com mente justa ...
Por isso morro á mingoa e a areia adusta
Bebe agora meu sangue, ingloriamente.

Anthero de Quental.

O ORIENTE PORTUGUÊS

REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLÓGICA
DA INDIA PORTUGUESA

DIRECTOR:—JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

A responsabilidade dos escritos publicados nesta Revista pertence
exclusivamente aos seus autores

Imp., Comp. e Administração:

Imprensa Nacional do Estado da Índia

Nova Goa

Assinatura anual..... 3:06:00 (\$180)
Número avulso..... 0:05:06 (\$120)
Acresce o porte do correio.

Publica-se em números de 24 páginas
ou mais. Doze números formarão um
volume, com o seu frontispício, índice
e capa especial.

O OUVIDOR GERAL ANTONIO DE MACEDO

Ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Ernesto Garcia
Marques, meritíssimo Desembar-
gador da Relação de Moçambique.

Os conflitos entre os governadores do Ultramar português e a judicatura, raros nos últimos tempos, mas frequentes no século passado, como se vê da leitura da *Colecção de Legislação Novíssima do Ultramar* e dos *Anais do Conselho Ultramarino*, não tiveram o seu início, como se poderá supôr, no regime monárquico constitucional, com a declaração da independência do Poder Judicial, que

os governadores se recusavam a respeitar, apesar de mais de um diploma legal declarar que nenhuma ingerência tinham nos negócios judiciais, e que alguns juizes pretendiam interpretar no sentido de que nenhuma espécie de subordinação deviam aos governadores.

Êsses conflitos tiveram o seu início no Oriente português, no segundo quartel do século xvi, quando o Rei, para proteger os seus vassallos contra o arbítrio dos governadores e vice-reis da Índia, senhores quasi absolutos, ia subtraindo a êstes, a pouco e pouco, o poder de julgar, entregando-o primeiro a ouvidores, a quem, nos regimentos, concedia poderes especiais, maiores ou menores, e os colocava mais ou menos fóra da dependência dos governadores, e depois a um tribunal colectivo — a Relação de Goa.

Ao lado do governador e capitão mor da Índia, que era um fidalgo de alta linhagem, pertencente ás familias mais poderosas de Portugal, colocava o Rei um letrado vindo da pequena fidalguia e mesmo de mais baixo, dando-lhe poderes que limitavam os do governador, que era o representante do Rei na Índia e a quem todos deviam obediência, á excepção do clero em matérias espirituais.

O clero, porém, estava numa situação privilegiada. Mesmo quando se ingeria em matérias temporais, o que aconteceu tantas vezes, o governador nada podia contra êle, porque, como bom católico, temia a excomunhão e a recusa de absolvição com que decerto o ameaçariam se êle tentasse reprimir o clero.

O ouvidor não tinha ao seu dispôr armas tão poderosas. As únicas que tinha eram a Lei e o regimento que lhe fóra dado, onde o Rei garatujara a sua assinatura. O Rei, porém, estava longe e não podia proteger o ouvidor contra o arbitrio do seu

lugar tenente, que dispunha de todos os meios, incluindo a prisão — o tronco — e a força.

Era triste a situação do ouvidor. Ou se sujeitava aos caprichos do Governador, cuja vontade era superior ás Ordenações do Reino e aos regimentos que o Rei fazia expedir, ou era esmagado.

Um ouvidor houve, o primeiro que foi enviado á India com largos poderes, que, fiado no regimento que o Rei lhe dera, quiz exercer a sua função sem se sujeitar á vontade do governador, que era então Nuno da Cunha, e o resultado foi a prisão na torre de Naroá e no tronco de Goa, onde sofreu as maiores indignidades.

Esse ouvidor foi o licenciado António de Macedo.

Embarcou para a India em 15 de Março ou 3 de Abril de 1530, na nau *S. Bartolomeu*, de que era capitão Pero Lopes de Sampaio. Enquanto as naus que tinham partido ao mesmo tempo chegaram a Goa nos meados de Setembro, a *S. Bartolomeu*, em fins de Outubro, pairava em frente de Cananor, com a tripulação e passageiros doentes e incapazes de manobrar o navio. Foi nesta triste situação que a armada de Diogo da Silveira, cunhado do governador, que cruzava na costa, a foi encontrar.

Entre os doentes que estavam mais necessitados de tratamento figura o licenciado António de Macedo, «que estava para morrer». Com os outros foi levado para terra, para o hospital de Cananor, onde esteve em tratamento durante algum tempo, e depois foi para Goa para assumir os cargos de Ouvidor geral da India, Quadrilheiro das prêsas e Provedor-mór dos defuntos e ausentes para que fôra nomeado.

Não se demorou muito tempo em Goa. Em 1 de Janeiro seguinte embarcou com Nuno da Cunha em direcção a Bombaim, onde se reuniu a grande armada, a maior que até então se formara na India, e que,

por ordem de D. João III, o governador ia lançar contra Diu.

Depois de Nuno da Cunha lhe passar revista, a armada arrancou de Bombaim; parou uns dias em Damão para fazer aguada; em 8 de Fevereiro tomou a ilha de Bete depois de um furioso combate; e em 15 do mesmo mês appareceu em frente dos muros de Diu erriçados de canhões.

No navio em que viajava, naturalmente naquele em que ia Nuno da Cunha, o Ouvidor geral assistiu, no dia seguinte, á investida da grande armada contra Diu: a artilharia troando continuamente durante todo o dia, um sol radiante encoberto por uma fumaraça negra, espessa e acre, cortada pelos relâmpagos dos canhões disparando.

Diu não foi tomada, e Nuno da Cunha, depois de reunir o conselho dos capitães, a que assistiu tambem o Ouvidor geral, levantou a vela e partiu para Goa, no meio dos apupos e risadas da gente de Diu, que, por detrás das muralhas, zombava do *firingui* e da sua armada.

Em Goa o Ouvidor geral retomou as suas occupa-
ções habituais

Tinha toda a alçada no cível, mas nas causas crimes intervinha o Governador, que inclusivamente assinava as sentenças.

O Ouvidor geral era um magistrado hábil, sabedor e justiceiro «muy vero em fazer justiça», como diz Gaspar Correia. E se não tivesse estas qualidades, D. João III não o nomearia para tão importantes cargos e com tão vastos poderes, dando-lhe uma independência que até aí os ouvidores gerais não tinham gozado.

Nuno da Cunha tratava o Ouvidor com muita consideração. Quando em Bombaim passara revista á armada, levava-o consigo no batel, com os capi-

tães mais afamados, já pelos seus feitos, já pelo sangue, e quando fôra investir Diu fazia-o assistir aos conselhos dos capitães, onde os seus latins, como diz algures Gaspar Correia, não seriam de grande proveito. Em Goa, depois de lhe dar despacho, Nuno da Cunha convidava-o ás vezes para o acompanhar a passeio, e lá iam os dois a cavalo pelas ruas de Goa.

Ao Governador capitão mór, representante de D. João III na Índia, nunca passou pela cabeça que o fidalgo vestido de preto que cavalgava a seu lado era também um representante do Rei, que nêle delegara a função augusta de julgar. Não; nunca tal lhe passou pela cabeça. E tanto assim que um dia disse ao Ouvidor geral que era melhor que fôsse na sua frente com a vara branca, a vara da justiça! na mão. O Ouvidor não concordou com a ideia.

Nuno da Cunha amou e contou o caso a alguns fidalgos que falaram nisso ao Ouvidor geral, aconselhando-o a que fizesse a vontade ao governador; mas o Ouvidor, enfadado, respondeu-lhes com severidade:

«O meu officio é estar sentado ouvindo e despachando as partes, e não ir pelas ruas adiante do governador com a vara levantada como se fôsse um porteiro».

Mal pronunciadas, estas plavras chegaram aos ouvidos do governador, que começou a tratar o Ouvidor com menos consideração. Fazia-lhe o despacho vagaroso, obrigava-o a esperar na antecâmara e ás vezes mesmo mandava-o embora sem o despachar.

Num Domingo, á hora da missa, um meirinho levava prêso um homem, que, ao passar pela casa de um cunhado do governador, um fidalgo chamado Diogo da Silveira, pediu socorro aos criados dêste, os quais, saindo á rua, tiraram o prêso das mãos do

meirinho, a quem espancaram e quebraram a vara. O Ouvidor, que logo teve noticia do sucedido, foi a casa de Diogo da Silveira com o alcaide e pedindo auxilio á gente do povo recapturou o prêso.

Diogo da Silveira ficou furioso quando soube do desacato e em altas vozes perguntava aos seus familiares por que não tinham arrancado as barbas ao judeu que El-Rei mandara a India como Ouvidor geral. E no meio da sua cólera pronunciou algumas palavras irreverentes contra o Rei a quem considerava o culpado de tudo.

Chamado o Ouvidor a casa do Governador, contou-lhe o que se passara, omitindo, porém, as frases menos respeitosas que Diogo da Silveira soltara contra o Rei. Nuno da Cunha, julgando que o caso não tinha importância e que tudo se harmonizaria com facilidade, mandou que se procedesse contra o cunhado.

Na devassa que o Ouvidor geral tirou provaram-se não só os insultos que Diogo da Silveira contra elle soltou, mas também o nefando crime de faltar ao respeito á pessoa sagrada do Rei, crime tão grave que êste reservava para si o julgamento.

Em Agôsto a devassa estava pronta e o Ouvidor geral entregou-a ao Governador, tendo tido a precaução de ficar com uma cópia autêntica, que mandou tirar secretamente, com tenção de a mandar ao Rei, porque presumia que Nuno da Cunha não enviaria a devassa que lhe ia entregar.

Nuno da Cunha prometeu ao Ouvidor que mandaria a devassa para o Reino e ordenou ao cunhado que se conservasse prêso em casa; mas daí a pouco mandou-o soltar e nomeou-o Capitão mór do mar.

O Ouvidor geral, sabendo o que se passava, mandou intimar Diogo da Silveira a embarcar para o Reino no primeiro navio que partisse para comparecer perante o Rei, sob pena de traidor.

Diogo da Silveira, apesar da sua influência e da dos seus parentes andava apavorado com a devassa. Falara mesmo a alguns amigos em pedir perdão ao Ouvidor geral. Quando o Juiz ordinário o foi intimar parou, ouviu-o em silêncio e disse-lhe urbanamente que cumpriria a ordem quando lhe apresentassem mandado do Governador. De tudo se lavrou auto que foi entregue ao Ouvidor geral.

Nuno da Cunha, a quem o cunhado contara o sucedido, mandou chamar o Ouvidor geral e asperamente o censurou pelo que fizera sem ordem sua, mandou que rasgasse a intimação, que nenhum valor tinha, e afiançou-lhe que Diogo da Silveira não iria para o Reino, porque precisava dê-lo para serviço do Rei.

—«E que outra tal vos não aconteça», terminou Nuno da Cunha com severidade.

O Ouvidor geral sentiu decerto a admoestação que o Governador lhe inflingira, mas sobretudo o devia ter irritado a crítica dos seus actos de juiz feita por um homem que não conhecia a primeira palavra de leis. Respondeu-lhe com firmeza e atrevidamente:

—«Senhor, eu fiz o que cumpre a meu cargo e obrigação a El-Rei nosso senhor. Agora mande Vossa Senhoria o contrário, se o pode mandar».

Nuno da Cunha levantou-se da cadeira numa fúria e com a face barbuda a chamejar de cólera gritou ao homem que lhe lançara tão audacioso desafio:

—«Eu o posso mandar, e enforcar cem ouvidores se me desobedecerem!»

Apezar de não ser muito difícil que a ameaça se materializasse, o Ouvidor não se mostrou muito atemorizado e respondeu ao Governador com serenidade:

—«Senhor, confesso que Vossa Senhoria tem todo o poder que El-Rei nosso senhor lhe dá nas cousas

do seu serviço bem bem feitas, e se tais não forem êle lhe tomará contas».

O Ouvidor geral ainda queria dizer mais, mas o Governador despediu-o com um gesto desabrido e imperioso.

Diogo da Silveira não foi para o Reino na monção seguinte e continuou a batalhar na India; mas a cópia da devassa que o Ouvidor geral tirou e o auto de intimação decerto foram nas naus que partiram em principios de 1532, em mão de pessoa de confiança.

Conversando com alguns fidalgos, Nuno da Cunha contou-lhes indignado o que se passara. Uns ainda mais o acirraram contra o Ouvidor geral; mas outros, mais prudentes, aconselharam-no a que não fizesse qualquer coisa que desagradasse ao Rei, porque o Ouvidor geral era pessoa tanto da sua confiança que no regimento que lhe dera dizia que o podia mostrar ou não ao Governador como melhor entendesse.

— «Bem sei», respondeu Nuno da Cunha amargamente; «bem sei que assim o traz; por isso é tão independente».

Para mostrar o seu poder ordenou ao Ouvidor geral que entregasse ao Secretário do Estado as vias de sucessão do Govêrno da India; mas o Ouvidor geral ponderou que recebera as vias das mãos do Vedor da Fazenda Afonso Mexia em virtude de mandado assinado pelo Rei e só por ordem dêste as poderia entregar a outrem.

Apezar das razões que o Ouvidor geral invocava para não cumprir a ordem, o Governador mandou que um Juiz ordinário, acompanhado de um tabelião, do Secretário do Estado e de duas testemunhas fizesse uma busca aos papéis do Ouvidor geral.

A busca fez-se. Era cêrca de meio dia e o Ouvidor estava á mesa a jantar. Da cadeira onde estava

sentado e onde o obrigaram a conservar-se protestava em grandes brados e requeria que não tocassem nos seus papéis, que continham segredos do Rei. O Juiz ordinário objectava que assim procediam por mandado do Governador que prestaria contas a El-Rei das ordens que dava. Não encontraram as vias de sucessão, que estavam dentro de uns livros e que o Ouvidor geral se recusara obstinadamente a entregar, porque, gritava cheio de paixão, «de mim El-Rei as fiou, e não de quantos estão na Índia!»

A busca, porém, não fôra de todo infrutuosa. Entre os papéis do Ouvidor acharam o rascunho de uma carta dêste para o Rei, onde lhe dizia muito mal de Nuno da Cunha e o acusava de erros no cerco de Diu. Apesar dos protestos e brados do Ouvidor, levaram o rascunho da carta ao Governador.

A carta, ainda mais que a desobediência do Ouvidor, devia ter enfurecido Nuno da Cunha.

A infeliz jornada de Diu, precedida de tão grandes preparativos, era uma ferida aberta e sangrando no flanco do Governador. Ainda retiniam nos seus ouvidos os apupos e as risadas de escárneo com que a gente de Diu se despedira da grande armada quando ela levantou as velas e retomou tristemente o caminho de Goa. A culpa do revés atribuíam-na a Nuno da Cunha, que por se ter demorado a tomar a ilha de Bete enfraqueceu as suas forças e deu tempo a que um importante socorro de soldados e munições entrasse em Diu. E com êste desastre empalidecia o prestígio militar de Nuno da Cunha, o qual, quando chegara a Índia, vinha todo ufano com os louros colhidos na tomada de Mombaça.

O rascunho da carta do Ouvidor geral ia lembrar-lhe o revés que tanto o devia pungir, principalmente por ser devido a êrro seu.

Irritado, fez de novo intimar o Ouvidor a entregar

as vias de sucessão, e como êle se recusasse a cumprir a ordem mandou-o meter no tronco da cidade, carregado de ferros, apesar dos seus protestos de que não podia ser prêso, não só porque tinha o hábito de Cristo, mas também por causa dos cargos que exercia.

O Ouvidor geral julgou-se feliz em estar prêso. No tronco e em ferros estava mais seguro. Se continuasse em liberdade, nada mais fácil do que ser assassinado por qualquer sicário pago pelo Governador. Conservou-se muito calado, sem falar na sua prisão, «nem em nada», como diz Gaspar Correia; evitava mesmo falar com algumas pessoas que o iam visitar, receiando que fôsse gente que o Governador mandava para ouvirem o que êle dizia.

Foi depois transferido para a tôrre de Naroá por motivos que Gaspar Correia não diz, e aí ficou incommunicável e com ferros tão grossos e pesados que se não podia mover do lugar em que estava.

A 4 de Setembro de 1532 chegou a Goa, na nau *S. Miguel* o doutor Pero Vaz do Amaral, que era corregedor em Lisboa e fôra despachado para a Índia como Vedor da Fazenda. Como trazia provisão do Rei para lhe serem entregues as vias de sucessão logo Nuno da Cunha o mandou á tôrre de Naroá, acompanhado de um Juiz ordinário e de um tabelião, para as receber das mãos do Ouvidor geral; mas êste jurou solenemente sôbre os Santos Evangelhos que as não tinha e que as pessoas que tinham feito a busca aos seus papéis as tinham levada ás escondidas. E havia tanta sinceridade nas suas plavras que todos os presentes o acreditaram.

Nuno da Cunha é que não ficou convencido com o juramento do Ouvidor geral e mandou-o transferir para o tronco de Goa, onde o collocaram no meio das imundicies dos presos, com uma gargalheira ao pescoço. E Nuno da Cunha, furioso, jurava que o

havia de conservar assim até que regresasse ao Reino para onde o havia de levar, sob prisão, para o entregar ao Rei.

Nuno da Cunha tivera razão em não acreditar nos protestos e no juramento do Ouvidor geral; porque êste, não podendo suportar o suplicio que o Governador tão cruelmente lhe inflingira, mandou chamar o Vêdor da Fazenda, e entregou-lhe as vias de successão.

O Vêdor da Fazenda, condoído do infeliz magistrado, intercedeu junto do Governador para que êste o mandasse soltar e reintegrar no exercício dos seus cargos. Nuno da Cunha, que estava contente por ver reduzida a resistência do teimoso magistrado e que não era mau homem, anuiu logo; mas o Ouvidor geral é que não concordou com a ideia e agradecendo ao Vêdor da Fazenda a sua bondade, disse-lhe com dignidade:

—«Escuso de ficar com os meus cargos, porque não fico com a minha honra e sem prestar para nada, metido debaixo dos pés do Governador e das suas coisas, que ainda que sejam erradas não poderei contrariar; e assim não poderei guardar nem fazer justiça. Em ferros estou e neles quero antes morrer do que perder a minha honra».

Nuno da Cunha, a quem o Vedor da Fazenda comunicou a resposta do Ouvidor geral, sem ver o que havia de grande e de nobre no proceder do homem que êle torturara, vendo somente na recusa o desprêso pelo favor que êle magnanimamente queria fazer, bradou enfurecido:

—«Pois bem! Se êle assim quer, eu também não quero que perca nada da sua honra, e assim estará até que El-Rei o mande ir»,

E de novo o fez encerrar na tôrre de Naroá carregado de ferros.

O Vedor de Fazenda, que parecia ser amigo do

Ouvidor geral, mais uma vez interveio e conseguiu que o Governador o mandasse prêso para o reino, num navio que partiu antes das naus, provavelmente em Janeiro de 1533. Acompanhava-o o auto de perjúrio que o Governador mandara levantar e um rol de acusações.

Chegado o Ouvidor geral ao reino, o Rei não o quiz ouvir nem decidir coisa alguma enquanto Nuno da Cunha não voltasse da Índia; «porque nom ouve quem falasse», diz Gaspar Correia.

Talvez houvesse; mas a voz que por acaso se levantou foi decerto abafada pela voz poderosa do velho Tristão da Cunha e pelos dos seus parentes e amigos.

O Rei conservou Nuno da Cunha no Govêrno da Índia por mais seis anos, até fins de 1538, e nunca o ouviu. Nem Nuno da Cunha voltou a Portugal, nem mesmo chegou á Ilha Terceira, onde António Correia de Baharem, capitão de uma armada, o esperava, por mandado do Rei, com um pezado grilhão para lhe lançar ao tornozelo. Morreu na viagem, depois de dobrar o Cabo da Boa Esperança. Como o romano que êle citava em latim, não quiz que a pátria possuísse os seus ossos, e preferiu que fôsem lançados ao mar e tivessem essa «fria e inquieta sepultura».

Informa Gaspar Correia que o licenciado António de Macedo demandou os herdeiros de Nuno da Cunha, os quais foram condenados a pagar-lhe para cima de dez mil cruzados como indemnização pelos ordenados e emolumentos que deixou de receber.

Lourenço Marques, Agôsto de 1919.

AUGUSTO DE VASCONCELOS.

GOA ANTIGA

O vocábulo «*ariano*» que, como nota o professor Rapson (1), se applicava, sob a influência das obras de Max Müller, a todo o grupo das linguas indo-europeias, hoje designa apenas a lingua persa e as indianas. As afinidades entre os persas e os indios levam a concluir que, numa idade remota, êsses povos viveram juntos e falaram a mesma lingua. Quando se separaram, o ramo *iraniano* (persa) occupou o Afganistão setentrional e a Pérsia, e o *ariano* (indiano) transpôs o Afganistão meridional e estabeleceu-se nas margens do Indo, onde a civilização norte-indiana ou *ariana* atravessou o periodo infantil, para atingir o seu apogeu no vale do Jamna e do Ganges, donde, graças ao budismo e ao hinduismo, duas religiões proselitistas e cosmopolitas, se difundiu pelo Decão e pela India meridional.

A civilização ariana caminhou, pois, do noroeste da India para o nordeste e do nordeste para o sul.

O progresso da civilização ariana na India foi determinado pela conformação geográfica da peninsula indiana que se divide em quatro regiões bem definidas:

a) O noroeste que, banhado pelo Indo, é separado da região gangética pelos deserto de Rajputana e se associa historicamente ao Guzerate.

b) O Hindostão, propriamente dito, a grande planura banhada pelo Ganges e pelo Jamna.

c) O Decão, o planalto, compreendido entre a cordilheira dos Vindias, que o separa do Hindostão, e o rios Tungabadra e Krisna que o delimitam pelo sul. O Decão

(1) *Ancient India* by Rapson, professor of sanskrit in the University of Cambridge, pag. 29.

ocidental é conhecido por Maharastra (*Dandakarania*, da literatura sanscrita) que é um triângulo com a base no golfo de Arábia (de Damão a Karwar) e com o vértice em Nagpur. Maharastra divide-se em três regiões bem distintas: o *Concão*, faixa de terra entre o golfo de Arábia e a cordilheira dos Gates; o planalto do *Desh*, separado do Concão pelos Gates; e o *Mawal* que é a porção montanhosa entre o Concão e o *Desh*. Do Concão faz parte o nosso território de Goa.

d) A Índia meridional, ao sul do Tungabadra e Krisna.

No Decão ocidental (*Maharastra*) fala-se o *marati*, língua ariana, sanscritóide, ao passo que são tamiloídes, drávidas as que se falam no Decão oriental ou Telingana (actual Estado nativo do Nizam do Hyderabad) e na Índia meridional.

Certo é que o budismo e o neo-bramanismo ou hinduismo, religiões arianas se propagaram por toda a Índia, até ao Cabo de Comorim.

Como é que se explica que as línguas arianas se tenham expandido menos que as religiões arianas?

É que os arianos subjugarão *política e socialmente* o Hindostão e o Decão ocidental, como muito bem advertiu Bhandarkar, o eminente historiador *brámane*, que escreveu:

«Embora Maharastra seja o último país ocupado pelos indo-arias a dominação destes não foi aí menos completa que em todo o Hindostão. Tanto em Maharastra como no Hindostão os indo-arias impeliram uma parte dos aborígenes para os recessos das montanhas e das florestas e *incorporaram o resto na sua sociedade*... Mas no extremo sul e na costa oriental, os indo-arias, embora aí tivessem penetrado e propagado a sua civilização, não conseguiram *integrar na sua sociedade os indígenas e exterminar a língua e a civilização destes, as quais tiveram de aprender e adoptar em parte*. Assim, o canari, o telegú, tâmil e outras línguas que se falam na Índia meridional não são sanscritóides, mas pertencem a outra família e a arte do sul é diferente da do norte. Se a invasão ariana não deu no sul da Índia os mesmos resultados que ao norte, é porque os indo-arias encontraram no sul comunidades e reinos bem organizados»⁽¹⁾.

(1) *Early History of the Dekhan*, pag. 136.

Por conseguinte, a arianização político-social foi mais acentuada no Hindostão e em Maharastra que no resto da Índia.

Mas por terem desaparecido de Maharastra e do Hindostão as línguas drávidas não se pode concluir que foram aniquilados os povos que as falavam, como não foram aniquilados, após a romanização da Península Ibérica, os lusitanos e os outros povos que perderam a sua língua e adoptaram o latim vulgar e o corromperam, formando-se as línguas neo-latinas, como o português e o espanhol.

É mister não confundir os arianos de raça com os arianizados, com os indígenas *assimilados*, indígenas que, na frase de Bhandarkar, se incorporaram na sociedade ariana, como a *élite* cristã indo-portuguesa se integrou na sociedade portugueza, assimilando os costumes e o *savoir vivre* dos colonizadores europeus.

A arianização da Índia não significa que arianos de sangue a colonizaram de norte a sul, exterminando os povos autoctónes. Pois a antropologia e a história nos demonstram que mesmo na *Ariavarta* (Índia do norte) se misturaram os arianos com os não-arianos; que tanto os indígenas, como os estrangeiros que se entranharam na Índia, depois dos arianos, assimilaram a civilização ariana e a modificaram.

A antropologia distingue na *Ariavarta* (Índia do norte) três tipos étnicos: o *indo-ária*, ao oeste (Panjab, Rajputana e Cachemir); o *ário-drávida* no centro (Tirhut, Kanauj) e o *mongolo-drávida* a leste (Bengala) ⁽¹⁾.

Os scitas, por exemplo, que abraçaram, primeiro o budismo e, depois, o neo bramanismo, espalharam a cultura ariana pelos países onde dominaram, como em Maharastra.

Os factos que havemos de referir encarregar se-ão de destruir a lenda que attribuía a arianização do Decão unicamente ás colónias *neo-bramánicas* (sacerdotais) que desceram da Índia do norte (*Ariavarta*) para o sul. Esta lenda foi alimentada por largo tempo pela ignorância da história político-religiosa da Índia, que se perdia no vago misterioso e nevôento da fantasia.

Será irrisório, por exemplo, inferir da existência das missões do Padroado português na Índia que a expansão

(1) Sir Herbert Risley—*The People of India*.

portuguêsa pela Índia foi meramente religiosa e que os missionários do Padroado foram sempre portugueses de sangue.

É natural presumir que a difusão do neo-bramanismo pelo Decão foi protegida e apoiada pelo *braço secular*. Esta presunção é confirmada pela história político-religiosa que se irá desenrolando num esbôço rápido e fugitivo.

Os factos mostram a evidência que a arianização linguística de Maharastra, em vez de documentar a infiltração do sangue ariano é a mais eloquente expressão da hegemonia política dos príncipes arianizados, como os *andras*, os *scitas*, os *chaluquitas*, os *rastraculas* e os *yadavas*.

A arianização étnica e a arianização linguística são coisas perfeitamente distintas. Séculos antes de as colónias neo-bramânicas terem descido da Índia do norte para o Decão, já o Decão estava arianizado, graças a Chandragupta e a Axoca, imperadores da Índia do norte, e ao jainismo e ao budismo, religiões arianas, anti-bramânicas.

O neo-bramanismo absorveu o jainismo, o budismo e as crenças dos drávidas do sul, e daí resultou que a Índia, quasi toda, seja, hoje, neo-bramânica ou hindu.

O Hindostão ⁽¹⁾ estava, nos tempos primitivos dividido em pequenos e numerosos Estados independentes que mutuamente se digladiavam. A situação política do Hindostão assemelhava-se a da França, antes da unificação dos francos por Clovis. «Todos os autores antigos que tratam dos francos, e sobretudo, dos sugambros e batavos, que formavam o grupo principal dos francos salios chamavam aos chefes da tribo reis. Estes reis que de começo talvez fossem chefes de uma ou duas aldeias com os seus respectivos territórios são, pois a origem do poder imperial franco» ⁽²⁾. A luta determinava a formação de alianças a principio temporárias e, mais tarde, permanentes. O chefe mais valente e prestigioso, qual Agamemnon da guerra de Troia, assumia o comando das forças aliadas, resultando daí a supremacia do Estado que representava.

⁽¹⁾ V. Smith-*Early History of India*.

⁽²⁾ Professor Felix Dahn, da Universidade de Rœnigsberg — *História primitiva dos povos germânicos e romanos*, na *História de Oncken*, vol. VII, pag. 26.

Temos um exemplo recente na guerra franco-alemã que consagrou a hegemonia do rei da Prussia.

Antiquissimas tradições literárias enumeram 16 Estados desde Gandara (Kandaar) até Avanti (Malwa) sendo os mais importantes os reinos dos *curus* e dos *panchalas*, na vizinhança de Delhi. A luta entre os *curus* e os *panchalas* constituiu o assunto da grande epopeia: *Mahabharata*.

Em 650 (antes do Cristo) o centro político deslocou-se para Cosala (Oud) e em 600 para Magada (Behar) Nos fins do século 6.º ou nos princípios do 5.º foi a Índia invadida por Dario, célebre rei das Persas e, em 327, por Alexandre Magno.

Chandragupta, logo após a morte de Alexandre, apoderou-se do trono de Magada, iniciando a dinastia dos Maurias e lançou os fundamentos de um grande império, estendendo os seus domínios por quasi todo o Hindostão.

Seleuco Nicator, general macedónio e rei da Siria, atravessou o Indo em 305, pretendendo imitar Alexandre, mas saiu-lhe ao encontro Chandragupta que o obrigou a recuar e a assinar em 303 um humilhante tratado de paz. Chandragupta esposou uma das filhas de Seleuco.

Séleuco nomeou Megasthenes embaixador junto da cõrte de Chandragupta. Megasthenes residiu por largo tempo em Pataliputra (*Patna*) capital do império de Chandragupta e legou-nos a *Indike*, obra de valor, onde encontramos interessantes notas sobre os usos, costumes e instituições indianas.

Chandragupta foi o primeiro imperador da Índia. O seu braço potente uniu, como num feixe, as diversas tribus e nações do Hindostão. Foi, é certo, ajudado pelo curso dos acontecimentos, mas só o génio politico os sabe ver e aproveitar. A hegemonia dos *curus* e dos *panchalas*, primeiro, e a de Cosala, depois; a unidade religiosa, filha do movimento jaina budista que se iniciou no século 6.º (antes do Cristo) e o imperialismo persa e macedónio, formaram e engrossaram a corrente unificadora que venceu mas não eliminou o particularismo local indigena, representado pelas *comunidades de aldeia*, que eram os verdadeiros órgãos da administração local.

Está envolta na obscuridade a expansão do budismo, desde o século 6.º até o 3.º (antes do Cristo) Rice nos demonstra em face de inscrições, dos escritos de Megasthenes e das tradições jainas que o jainismo se introduziu

no Decão no século 4.^o (antes de Cristo) sob a protecção de Chandragupta (1).

Por conseguinte, a arianização do Decão remonta, pelo menos, ao século 4.^o (antes de Cristo).

Cerca de 272, Axoca, neto de Chandragupta, subiu ao trono de Magada. Goa fez parte do império de Axoca, que se estendia das montanhas de Hindu Kush (Afganistão) á actual Presidência de Bengala, dos Himalaias ao rio Kalianapuri, ao sul de Goa. Estavam sob o protectorado de Axoca os *gandaras* de Kandaar (Afganistão) os *yavanas* (gregos) de Kabul os *ratas* (ascendentes dos maratas) e os *andras* do Decão. Ao sul do império de Axoca ficavam os reinos dos *Cheras* (Malabar, Cochim e Travancor) *Cholas* (Madrasta e Mysore) e *Pandias* (Maduré).

Ao passo que os *andras* e os *ratas* de Decão adoptaram o *maharastri*, lingua ariana derivada do *magadi* (lingua de Magada) e forma arcaica do *marati*, e aceitaram o jugo de Axoca, os *cheras* os *cholas* e os *pandias* não só estiveram fóra da *esfera de influencia* de Axoca; mas ainda conservaram as linguas drávidas, afirmando a vitalidade e a pujança da civilização drávida.

Axoca enviou missionários budistas para o Decão, Conção, India Meredional, Ceilão, Siria. Egipto, Cirenaica, e Macedonia, como consta do seu 13.^o édito, gravado em pedra.

O dr. Grierson (2) classifica em 2 grupos os vernáculos áricos da India:

a) o sauraseni.

b) o magadi, o ardha-magadi, o maharastri, o marati, e o concani.

O parentesco do concani, vernáculo de Goa, com o magadi, lingua de Magada, centro do budismo e reino de Axoca, vem confirmar a influencia arianizadora da dominação de Axoca em Goa.

Os *andras*, após a morte de Axoca, proclamaram a independência e ocuparam quasi todo o Decão. Na côrte dos reis andras falava-se o *maharastri*. No reino andra floresceu o budismo e mais tarde o neo-bramânismo.

Cêrca do século 1.^o (antes de Cristo) estabeleceram-se na costa ocidental da India os *scitas* e os *palavas* (par-

(1) *Mysore*, vol. I, pag. 288.

(2) *Linguistic Survey of India*, vol. VII, pag. 7.

tos), povos brancos da Asia Central, os quais no século 2.^o (da era vulgar) eram vassallos dos *andras*. No meiado do século 2.^o, o *scita* Rudradaman conquistou o Concão ao seu sogro, o rei andra Palumaio 2.^o. Ujjain, em Gwalior, passou a ser a capital dos scitas.

No século 3.^o, desmembrou-se o império *andra* e o Decão converteu-se na arena de combate entre os *palavas* e os *ratas* (ascendentes dos maratas) os quais foram subjugados por Samudragupta, imperador da India do norte.

Nos fins do século 4.^o, o Concão foi incorporado no império de Chandragupta 2.^o, sucessor de Samudragupta, que derrotou o scita Rudrasinha, cujos dominios se estendiam desde Kathiawar até o Concão. É provável que Chandragupta 2.^o seja o lendário Vicramaditia e que o seu reinado coincida com a época mais brilhante da literatura sanscrita e com o desenvolvimento do neo bramanismo. Ujjain, a capital dos scitas, passou a ser a séde do govêrno dos Guptas, e aí, cêrca de 400 (da era vulgar) se representavam peças do teatro do grande Calidassa, autor de Xacuntalá. Nas suas peças, Calidassa põe na boca das mulheres, que entram em scena, versos em *maharastri*, o que prova que o *maharastri* era a lingua vernácula do império dos Guptas, pois que o *sânscrito* era uma lingua erudita, cultivada pelos intellectuais, como o latim na Europa medieval, e no teatro indiano, o povo e as mulheres falam o vernáculo e só personagens importantes, como os príncipes e os brâmanes, se exprimem em sanscrito.

A conversão dos *andras* ao budismo e ao neo-bramanismo, e a cultura do *maharastri*, lingua ariana, na côrte dos andras e a sua vulgarização no império dos scitas e dos Guptas são a prova eloquentissima da arianização politica e social de Maharastra.

A dominação dos scitas e dos partos, por alguns séculos, no Decão influiu evidentemente na modificação do tipo étnico dos povos de Maharastra. O casamento do rei scita Rudradaman com a filha do rei andra Pulumaio 2.^o vem demonstrar a fusão das scitas com os drávidas. A conversão das scitas ao budismo e ao neo bramanismo vem documentar a arianização social dos scitas.

O império dos Guptas desmembrou-se no século 6.^o, enfraquecido pelas lutas com os *hunos* que desceram da Asia Central.

No meado do século 6.^o, surge no Decão a dinastia *rajput* das *chaluquias*:

Qual é a origem dos *rajputs*?

Os *scitas* — escreve o professor Aiyangar ⁽¹⁾ — fundiram-se com os nativos e formaram uma nova raça que se converteu ao neo-bramanismo.

Os chefes indo-scitas, os descendentes das antigas casas reinantes, e os chefes aborígenes arianizados que se distinguiram pelo valor militar e pela ortodoxia e zelo religioso passaram a constituir a classe dos *rajputs* que por meio de fantásticas lendas foram agraciados com o título de *cxátria*.

Entre os soberanos *chaluquias*, avulta a figura de Pulaquessim 2.^o que subiu ao trono, cêrca de 611, e derrotou os *cadambas* de Banavasi (Mysore) que mais tarde dominaram em Goa. Os seus domínios dilataram-se ao norte até Guzerate e Malwa e ao sul até o rio Palar (Mysore). Os frescos de Ajanta (Hyderabad) mostram o desenvolvimento que a arte da pintura havia atingido no século 7.^o, no reinado de Pulaquessim 2.^o. O viajante chinês, Hwan Thsang que visitou a Índia, cêrca de 639 esteve na côrte dos *chaluquias* e rendendo as suas homenagens de admiração ao grande Pulaquessim 2.^o escreveu:

«É da raça dos *cxátrias*. Chama-se Pulaquessim. As suas idéas são alevantadas e o seu espírito altruista. Os seus subditos servem-no com dedicação». Referindo-se ao povo de *Mah-rastra* acrescentou: «Os costumes são simples e honestos. Os nativos são de estatura elevada, altivos e de carácter rígido. Nunca se esquecem dos favores recebidos, mas não perdoam os agravos, de que se vingam mesmo arriscando a vida».

As lutas entre os *partos* e os *chaluquias* enfraqueceram uns e outros. O império *chaluquia* desmembrou-se e a suzerania do Decão passou no século 8.^o aos *rastracutas*, um ramo dos *ratas*. O *rastracuta* Crisna 1.^o ergueu o célebre templo de Kailasa, em Elora (Hyderabad) que é uma das maravilhas architectónicas, o mais sumptuoso templo talhado em rocha. O império *rastracuta* estendia-se ao norte ate Malwa (Índia do norte) e ao sul até ao rio Cauvery (Índia meridional) Amogavarcha transferiu de Nasic (Presidência de Bombaim) para Malked (Hy-

(1) *A History of India* pag. 108.

derabad) a capital do império. O imperador Caca 2.º foi destronado pelo *chaluquia*. Tailapa 1.º que, em 973, fundou a dinastia dos *chaluquias* de *Kalian* (Hyderabad).

Entre os *chaluquias* de *Kalian*, destaca-se Vicramaditía 2.º que subiu ao trono em 1076, fez tributário o *cadamba* Jaiquessi, rei de Goa, e protegeu o poeta cachemiri Bilhana, que fez o seu elógio histórico, e o grande jurista *Yajnavalquia*, autor de *Mitacchara*, cuja autoridade é ainda hoje acatada pelos tribunais ingleses, sobretudo em Maharastra. O rei Somesvara 3.º escreveu um tratado da educação dos príncipes, intitulado *Abhilashitarta Chintamini*, revelando vastos conhecimentos de astronomia, poética, música, pintura, arquitectura, retórica e medicina.

Em 1190 desmoronou-se o império *chaluquia* de *Kalian*. Os *Yadavas*, nobres vassalos dos *chaluquias* passaram a dominar no Decão ocidental. O império dos *Yadavas* que abrangia o nosso território de Goa caiu aos golpes dos muçulmanos.

Entre as dinastias feudatárias das precedentes, destacam-se a dos *silaras* e a dos *cadambas*.

São conhecidos três ramos da dinastia *silara*: um que reinou no Concão do norte, outro no Concão do sul e o terceiro em Kolhapur.

Interessa-nos a história da dinastia *silara* que dominou no Concão do sul de que faz parte o nosso território de Goa. De uma placa de cobre, descoberta em Ratnagiri, consta a genealogia dos *silaras* do Concão meridional e alguns feitos importantes dos reis. Diz que Crisna (provavelmente um dos reis *racetracutas*) concedeu a Sanafula o território compreendido entre o Oceano e os Gates; que o rei Aiaparaja conquistou terras e se *banhou na água de côco* perto da cidade de Chandrapur; que o rei Avasara 2.º derrotou os seus inimigos e auxiliou os reis de Chemulia (Chaul) e de Chandrapur; que o rei Bima se apoderou da *mandala* (província) de Chandra; que o rei Rataraja reinou em 1008 e era feudatário de Satiaraia, rei *chaluquia* de *Kalian*. Esta dinastia deve ter reinado no Concão do sul desde o século 8.º até o 11.º, pois em 1017 o ramo do Concão do norte dominava em todo o Concão.

No século XI, o *cadamba* Jaiquessi 1.º tomou Goa aos *silaras* do Concão do norte e escolheu para capital do

reino Goa Velha, hoje uma das aldeias do concelho das Ilhas ⁽¹⁾.

Os *cadambas* foram, a principio, feudatários dos *chaluquias* de *Kalian* e mais tarde dos *yadavas* de *Devagiri*. Usavam o título de «soberanos senhores de *Banavasi*» (*My-sore*) e as suas armas ostentavam um leão. Adoravam Sívá, sob a invocação de *Saplacotisvor*, cuja imagem se encontra no pagode de Naroá, de Bicholim. Em 1257, terminou a dominação dos *cadambas* em Goa.

Os *chaluquias*, os *yadavas*, os *silaras* e os *cadambas*, embora não sejam hoje dinastias reinantes não desapareceram; constituem actualmente *clans* da tribu (*jati* ou casta) *marata* ⁽²⁾.

É um erro, pois, supor que a casta (tribu) *marata* appareceu depois de Sivagi; seria o mesmo que afirmar que o povo português surgiu depois de D. Afonso Henriques.

É mister não confundir a *casta marata* com a *nação marata* que Sivagi ergueu. A casta *marata* é constituída pela classe militar *histórica* de *Maharashtra*, pelos descendentes dos companheiros de armas das dinastias que reinaram no Decão occidental desde Axoca ⁽³⁾; ao passo que a *nação marata* se compunha de diversas classes: sacerdotal (*brâmane*) comercial (*vani*) *bandari* (lavradores de palmeiras) etc. que Sivagi unificou. De maneira que, no sentido lato, *marata* é todo o povo de *Maharashtra* e na acepção restricta é apenas a tribu militar de *Maharashtra*.

Como é que a tribu militar de *Maharashtra* se intitula *cxátria*?

As tribus que se converteram ao neo-bramanismo — nota Vaidya ⁽⁴⁾ — reclamam o seu lugar na tradicional classificação de Manú que distinguia quatro *varnas* (classes) na população da Índia: *brâmanes* (sacerdotes) *cxátrias* (militares) *váixias* (comerciantes) e *sudras* (proletários). Assim — acrescenta Vaidya — ha *brâmanes maratás*, *cxátrias maratás*, *váixias maratás* e *sudras maratás* e, dêste modo, se explica que haja várias sub castas brâmanes que entre si se não aparentam; cai pela base a teoria da *unidade da raça bramanica* e se dissipa a ilusão de que ha. quatro *raças* na Índia: a *brâmane*, a *cxátria*,

(1) John Fleet — The Dynasties of the Kanarese Districts — Gazetteer of the Bombay Presidency, vol. I, part. II, pag. 536-564.

(2) Census of India, 1901, vol. I, pag. 93.

(3) Dr. Ketkar — An essay on hinduism, pag. 78.

(4) Epic India, pag. 81.

a *vaixia* e a *sudra*, como se um agrupamento étnico pudesse subsistir, exercendo todos os seus membros a mesma profissão, como se pudesse haver uma raça de sacerdotes, outra de militares!

Manú é o primeiro a confessar que a sua classificação não tem valor étnico, pois diz que os gregos, os scitas, os chineses, os drávidas passaram de *cxátrias* a *sudras* por não terem observado os sagrados ritos e terem desobedecido aos brâmanes (X, 42,44). Se os gregos e os scitas podem ser *cxátrias* ou *sudras*, segundo aprouver aos brâmanes, como é que a classificação de Manú pode ter uma base étnica?

É verdade que, como vulgarmente se diz, o povo *má-rata* apareceu no cenário da História no século 17.^o, mas isto quer dizer, simplesmente, que em volta da bandeira levantada por Sivagi contra os maometanos cerraram fileiras todas as tribus de Maharastra, fundindo-se politicamente e usando o nome da tribo a que pertencia o chefe, pois, como vimos, os *chaluquias*, os *silaras* e os *cadambas* são hoje conhecidos por *maratas* e a unificação política teve a sua expressão intelectual no *maratí* que é cultivado, como lingua literária e comercial, pelos brâmanes de Goa sem embargo de o *concani* ser o seu vernáculo.

Das lâminas de cobre, descobertas em Goa e remetidas para Portugal em 1727 e conhecidas dos leitores desta *Revista* consta que uma colónia árabe, estabelecida em Goa tomou parte no seu governo, tendo um membro dela ascendido ás culminancias de *premier*. Com a queda da dinastia dos *cadambas*, os árabes senhorearam-se do poder (1).

A dominação política dos árabes na India foi efêmera, mas numerosas colonias de mercadores árabes estabeleceram-se na costa ocidental desde o Kathiavar até ao Malabar.

Estava porêem reservada a um outro povo a difusão do maometismo na India. Com a queda da dinastia *Omaiad*, a capital do império árabe foi transferida de Damasco para Bagdad, sob a dinastia abassida. Isto avigorou a influência persa: governadores persas declararam a sua independência. Para contraminar a influência persa,

(1) Teixeira Pinto=Memórias sobre as possessões portuguesas na Asia pag. 45.

os Kalifas rodearam-se de mercenários turcos. A guarda pretoriana turca tornou-se a árbitra do império árabe, resultando daí a afluência de novas correntes turcas que passaram a dominar desde o Egipto até Samarcand.

Em 962, o turco Alptagin fundou um reino maometano, tendo por capital Ghazni (Afganistão) Mahomet, neto de Alptagin fez, desde o ano mil a 1026, dezaseis campanhas na India. Graças ao fanatismo muçulmano e á falta de união entre os príncipes hindus, Maomet venceu todas as resistências, saqueou templos e palácios e voltou para Ghazni com os riquíssimos despojos dos vencidos. Ao furor iconoclasta de Mahomet não escaparam os famosos templos hindus de *Nagarcot* (Himalaia) *Thanesswar*. *Mutra* e *Somnat*. O culto fervoroso que Maomet prestou á Sciência e á Arte clareia o quadro sombrio das suas incursões: o astrónomo Biruni, o filósofo Farabi, o historiador Utbi, os poetas Unsuri, Farruqui. Asjudi e o célebre Firdausi, autor de *Shah Nama* — o maior poeta da Pérsia e um dos maiores do mundo — eram as mais preciosas gemas que brilhavam na côrte de Ghazni. Ao passo que Napoleão se apossou em toda a parte das obras d'arte e as remeteu para Paris, Maomet arrebatou de todos os países que conquistou quantos sábios e poetas pôde e mandou-os para Ghazni que êle transformou numa estância de arte. num fóco de saber, fundando uma Bibliotica, uma Universidade, um Museu, instituindo pensões para os estudantes e homens de letras, construindo aquedutos, fontes, cisternas e mesquitas.

A dinastia de *Ghazni* sucedeu a de *Ghor*. Maomet de *Ghor* (1184-1200) depois de ter subjugado todos os príncipes maometanos do noroeste (Sind e Panjab) empreendeu a conquista do Hindostão que estava sob o domínio dos *rayputs* e nomeou *Kutb-ud-din* vice-rei da India maometana. *Kutb-ud-din* estabeleceu-se em Delhi e após a morte de Maomet proclamou-se sultão de Delhi. Os seus sucessores completaram a conquista do Hindostão, e Delhi passou a ser a capital do império indo-turco.

Os turcos foram tolerantes. Respeitaram a religião e os costumes dos hindus. O maometismo infiltrou-se lenta e gradualmente, passando os maometanos a constituir uma casta homogênea e dominante.

O sistema das castas — diz Lane Poole (1) — habituou

(1) *Medieval India*, pag. 62.

os indios ás fortes barreiras que separam as classes, e os reis muçulmanos, embora não occupassem, pela sua nobreza, um alto lugar na hierarquia hindu, organizaram uma casta — a casta muçulmana unida e forte. Esta unidade foi a força do islamismo na Índia. O indio que se convertia ao maometismo passava a fazer parte duma sociedade homogénea, em que todos eram iguais perante Deus, em que todos podiam elevar se pelo seu mérito e ingressar, pelo casamento, nas classes superiores ... A solidariedade e o fanatismo religioso aliados á energia e plasticidade de ânimo asseguravam aos maometanos superioridade sobre os hindus, iguais em coragem, mas inferiores em coesão, unidade, entusiasmo e pertinácia.

A dinastia de Kutb-ud-din succedeu em 1200 a dos Khiljis. Ala-ud-din Khilji invadiu o Decão, em 1294, compeliu o rajá Yadava de Devagiri a ceder Elchpur e em 1297 conquistou o Guzerate.

Em 1309 Malik Kafur, general de Ala-ud-din fez tributário o rajá Yadava de Devagiri e numa das últimas incursões saqueou Goa e confiou o seu governo a Malik Tubliga (1).

No século 14.^a, o império indo-turco dilatou-se por quasi toda a Índia.

A excessiva bondade e a nula energia do imperador Firoz Shah, as incursões dos mongois pelo noroeste, a submissão incompleta dos rajás hindus, a ambição, a indisciplina, e a insubordinação dos vice-reis e governadores muçulmanos, tudo contribuiu, na segunda metade do século 14.^o, para a queda do império indo-turco que se desmembrou.

Cerca de 1347, Devagiri, a antiga capital dos *Yadavas*, soltou o grito de revolta. Jafar Kan, um official turco foi proclamado rei. Jafar Kan tomou o nome de Haissan Ganga Bahmani, em homenagem ao brâmane Gangu, seu protector. Em 1356 o imperador de Delhi reconheceu o reino *bahmani* que se alargou consideravelmente, compreendendo todo o Decão occidental, e sendo Kulbarga a capital do reino.

Ao sudoeste do reino *bahmani* tinha-se constituido o reino de Vijaijanagar, cuja capital era Hampi, no actual distrito britânico de Bellary. Cerca de 1335, Hariara I, principe de Anegundi, fundou o reino de Vijaijanagar que

(1) *Brigg's—Ferishta*, I, 391.

com o rodar dos anos se transformou num colossal império que abrangia o actual Estado nativo de Mysore e a Presidência de Madrastra.

Os dois impérios vizinhos, o *bahmani* e o de *Vijaianagar*, este hindu e aquele muçulmano andaram envolvidos em contínuas guerras. Assim se explica que o nosso território de Goa tomado aos maometanos em 1389 por Hariara II, de Vijaianagar ⁽¹⁾ fosse conquistado em 1469 por Maomet Gawan, ministro do rei *bahmani* ⁽²⁾.

Em 1479 Melique Ocem, de Onor, fugindo á perseguição do imperador de Vijaianagar, ocupou Goa, sob o protectorado do rei *bahmani*, e transferiu a cidade de Goa Velha para Velha Goa ⁽³⁾.

Tendo-se fragmentado o império *bahmani*, formaram-se cinco reinos indo-turcos: *Berar*, *Ahmednagar*, *Bidar*, *Golconda* e *Bijapur*. Adil Kan, o Idalcão, o Sabaio dos cronistas portugueses, que era governador de Bijapur proclamou-se rei, e Goa passou a fazer parte dos seus domínios

A 1 de Março de 1510, Afonso de Albuquerque conquistou Goa ao rei de Bijapur e reconquistou-a a 25 de Novembro do mesmo ano. As provincias de Salcete e Bardez entregaram-se pacificamente a Albuquerque que as arrendou a Tmoja quando conquistou Goa pela primeira vez, mas não foram recuperadas quando foi da reconquista. Em 1520 Rui de Melo, capitão da cidade de Goa tomou aos mouros as *tanadarias* de Salcete, Bardez e Pondá. Em 1523 um capitão de Bijapur, á frente de 5 mil homens cercou o tanadar-mór Fernão Anes de Souto Maior no *pagode* (templo hindu) de Mardol (Pondá) e conquistou as *tanadarias* de Salcete, Bardez e Pondá.

Em 1543, tendo falecido o rei de Bijapur, a sucessão foi disputada pelo seu filho Meale Kan (aliás *Mir Ali Khan*) e pelo seu neto Ibraim Kan, levando este a melhor. Meale Kan acolheu-se á protecção dos portugueses. Ibraim Kan receando que prestassemos auxílio ao seu rival cedeu-nos Salcete e Bardez, com a condição de Meale Kan ser mandado para Malaca. Governava a Índia Martim

⁽¹⁾ *Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, IX, 227.

⁽²⁾ *Brigg's-Ferishta* II, 485.

⁽³⁾ *Pe. Francisco de Sousa — Oriente Conquistado* I, conq. I, div. I § 17.

Afonso de Sousa. A condição do desterro de Meale Kan não se cumpriu. Ibraim Kan declarou-nos guerra, em que tomou parte gloriosa D. João de Castro. A guerra terminou com o nosso triunfo, visoreinando D. Luís de Ataíde

Uma filha de Meale Kan converteu-se ao cristianismo recebendo o nome de Maria de Além-mar e casou com Jorge Toscano, capitão de Cananor. Este casamento serviu de tema, para Camilo bordar a novela 9.^a dos *Doze casamentos felizes*.

Em 1652, o marata Quemá Saunto Bounsuló revoltou-se contra o rei de Bijapur e proclamou-se sardesai de *Praganã Cudale*, cuja capital era Varim (hoje *Sauntvadi*). Em 1698, um dos seus sucessores apoderou-se das províncias de Pernê, Bicholim e Satari que faziam parte do reino de Bijapur. Nas lutas com o rei de Bijapur e com Sivagi, Bounsuló foi auxiliado pelos portugueses e pelo tratado de 2 de Setembro de 1699, Bounsuló reconheceu a suzerania do rei de Portugal ⁽¹⁾. Tendo Bounsuló invadido o nosso território, o vice rei Caetano de Melo e Castro derrotou-o e tomou-lhe as ilhas de Corjuê e Ponolê que nos foram cedidas pelo tratado de 7 de Abril de 1712 ⁽²⁾. Em 1785 o imperador mogol de Delhi conferiu a Bounsuló o título de rajá bahadur. Pelo tratado de 29 de Janeiro de 1788 ⁽³⁾, Bounsuló atacado pelo rajá de Kolhapur implorou o nosso auxílio e cedeu-nos Pernê, Bicholim e Satari. Em socorro do Bounsuló marcharam 1.200 homens, sob o comando do marechal Francisco António da Veiga Cabral. Em 1741, o vice-rei Marquês de Lourical conquistou ao império marata, fundado por Sivagi, os concelhos de Pondá, Quepê, Sanguê e Canácona e pelo tratado de 24 de Junho de 1742 ⁽⁴⁾ cedeu-os ao rei de Sundê, reino fundado em 1570 por um príncipe da casa real de Vijaiánagar. Tendo Sundê (Canará) a capital do reino, sido tomada e destruída em 1763 por Haider Ali, maometano que se apoderara do trono de Mysore, o rei de Sundê solicitou-nos um asilo seguro que lhe foi dado na Quinta de Sr.^a Rosália, em Moulá (Ilhas de Goa)

(1) *Bol. do Gov.*—1874, pag. 5.

(2) *Bol. do Gov.*—1873, pag. 28.

(3) *Bol. do Gov.*—1875, pag. 67.

(4) *Bol. do Gov.*—1873, pag. 197.

e pelo tratado de 17 de Janeiro de 1791 cedeu-nos os concelhos de Pondá, Quepêm, Sanguém e Canácona ⁽¹⁾.

Pode dizer-se que as *Novas Conquistas* (Pernêm, Bicholim, Satari, Sanguém, Quepêm e Canácona) foram arrancadas aos *maratas*, mas não é a dominação marata que devemos atribuir o predomínio e a cultura do *maratî* na população hindu de Goa. O império marata constituiu-se sobre os escombros do reino de Bijapur. O turco Adil Khan, fundador do reino de Bijapur, casou com uma marata e cerca de 1535 o *maratî* passou a ser a língua oficial do reino ⁽²⁾. Daí o emprego do *maratî* na escrituração das comunidades das Novas Conquistas. Os reis indo-turcos de Bijapur protegeram os maratas, fizeram-lhes mercês de terras, em recompensa dos serviços militares nas guerras com os mogois ⁽³⁾, donde resultou, pelo menos em parte, a formação dos *dessaiados* e *sar-dessaiados* das Novas Conquistas. Os *dessais* e os *sar dessais*, verdadeiros barões feudais, já existiam no Decão antes das invasões maometanas ⁽⁴⁾; eram recrutados, em regra, entre os companheiros de armas dos reis. Era natural, pois, que os *dessais* e os *sar-dessais* constituissem a aristocracia militar.

Nas *Velhas Conquistas* (Ilhas, Salcete e Bardez), tomadas ao rei de Bijapur, ha tradições da existência de *dessaiados* e *sar-dessaiados*, as quais legitimam as pretensões nobiliárquicas de algumas famílias cristãs ⁽⁵⁾.

Resumindo:

O nosso território de Goa fez parte do império de Axoca (século III, antes de Cristo) do *rastracuta*, (século VIII a X) do *chaluquta de Kallian* (século X a XII) do *Yadava* (século XII a XIII) do indo-turco (XIII a XIV) do de Vijaianagar (XIV a XV) do *bahmani* (XV) do reino de Bijapur (XV a XVI) do império marata (XVII a XVIII) do reino de Sundem (XVIII). Dominaram em Goa os silaras (feudatários dos *rastracutas* e dos *chaluquios de Kallian*) desde o século VIII a XI, os *cadambas* (desde o XI a XIII) como feudatários dos *chaluquias de Kallian* e

⁽¹⁾ Bol. do Gov.—1875, pag. 274.

⁽²⁾ *Imperial Gazetteer of India Bombay-Presidency*, vol. I, pag. 23.

⁽³⁾ *Gazetteer of Bombay Presidency*, vol. I, parte II, pag. 613.

⁽⁴⁾ Kyd Nairne—*History of the Konkan*, pag. 34.

⁽⁵⁾ Dr. Almeida e Azevedo — As Comunidades de Goa, pag. 82.

dos *Yadavas*, os árabes (XIII) Melique Ocem, de Onor, feudatário do *bahmani* (XV).

Terá o leitor goês de fixar datas, nomes e factos com a paciência com que nas escolas estudou a história dos egípcios, fenícios, assírios, babilónios, persas e judeus, porque não é mal gasto o esforço consumido em se conhecer. *Nosce te ipsum* ⁽¹⁾.

A. B. DE BRAGANÇA PEREIRA.

⁽¹⁾ Cf. *Vincent Smith-Early History of India*; *Rhys Davids Buddhist India*; *Rapson-Ancient India*; *Lane Poole-Medieval India*.

Relação completa das religiosas do Mosteiro de Sta. Mónica de Goa

(Continuação da pág. 294)

229.^a *Soror Maria de S. Miguel*, f.^a de Manoel de Castello Branco, e de D. Mariana de Vilhena, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria dos Apostolos, em nome do respectivo Prelado, em os 7 de Fevereiro de 1657, falleceu em 11 de Março de 1662, sabbado, ás 8 de manhã.

230.^a *Soror Mariana de Apresentação*, f.^a de Manoel Mascarenhas de Andrade, e de D. Maria Freitas, natural de Cananor, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de Paixão, em nome do respectivo Prelado, em os 8 de Dezembro de 1657, falleceu em 10 de Maio de 1704, sabbado ás 11 do dia.

231.^a *Soror Breatis de Annunciação*, f.^a de Heronimo de Fonseca, e de D. Maria Monteiro, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de Paixão em nome do respectivo Prelado, em os 28 de Julho de 1656, e falleceu em 23 de Maio de 1708.

232.^a *Soror Querobina do Espirito Santo*, f.^a de D. João Pereira, e da D. Maria Natalia, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de Paixão em nome do respectivo Prelado, em os 2 de Junho de 1659, falleceu em os 19 de Abril de 1665, Domingo ás 8 horas.

233.^a *Soror Agada da Trindade*, f.^a de Christovão de Fonseca, e de Ignez Carvalho, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel da Cruz, em nome do Rd.^o P. S. D. Fr. João de S. Jacintho, Governador do Arcebispado, sede vacante, em os 15 de Janeiro de 1661, falleceu em 24 de Julho de 1673, Domingo, ás 5 de manhã.

234.^a *Soror Ignez de Jesus*, f.^a de Antonio Valente Peireira e de Elena Rocha, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel da Cruz, em nome do Rd.^o Gov. do Arcebispado, em os 7 de Março de 1660, falleceu em os 29 de Setembro de 1674, sabado ás 11 de manhã.

235.^a *Soror Maria de S. Rafael*, f.^a de Sebastião de Carvalho e de D. Francisca de Tavora, natural de Tanna, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel da Cruz, em nome do Rd.^o Gov. do Arcebispado, em os 25 de Abril de 1660, falleceu em 5 de Novembro de 1681, 4.^a feira, ás 9 do dia.

236.^a *Soror Maria da Côte Celestial*, f.^a de Manoel Côte Real de Sampaio e de D. Francisca de Cunha, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Cruz, em nome do respectivo Prelado, em os 15 de Agosto de 1660, falleceu em 8 de Dezembro de 1729, ás 7 de manhã.

237.^a *Soror Marianna do Lodo*, f.^a de Francisco Monis e Carvalho e de Joana de Cruz, natural de Tanna, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel da Cruz, em nome do respectivo Prelado, em os 21 de Outubro de 1660, falleceu em 30 de Janeiro de 1710, 5.^a feira. ás 2 de noute.

238.^a *Soror Luiza do Ceu*, f.^a de Antonio Coceira Lancerote e de Maria de Brito, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Cruz, em nome do respectivo Prelado, em os 21 de Outubro de 1660, falleceu em 22 de Julho de 1674, ás 7 de noute.

239.^a *Soror Maria da Gloria*, f.^a de Thomé Neto da Silva e de Maria de Almeida, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Cruz, em nome do respectivo Prelado, em os 23 de Novembro de 1660, falleceu em os 1.^o de Julho de 1674, Domingo, ás 4 de tarde

240.^a *Soror Joanna do Sacramento*, f.^a de D. Manoel de Castello Branco e de D. Mariana de Vilhena, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel de Cruz, em nome do respectivo Prelado, em os 18 de Setembro de 1661, falleceu em 25 de Novembro de 1706, 5.^a feira á 1 de noute.

241.^a *Soror Francisca dos Anjos*, f.^a de Manoel Farto Barbosa e de D. Thomasia Bosalha, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel da Cruz, em nome do respectivo Prelado, em os 6 de Novembro de

1661, falleceu em 19 de Dezembro de 1704, 6.^a feira quazi ás 2 de tarde.

242.^a *Soror Magdalena dos Anjos*, f.^a de D. Rodrigo de Castro e de D. Leonor de Castro, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Izabel da Cruz, em nome do respectivo Prelado, em os 9 de Novembro de 1662, falleceu em 19 de Dezembro de 1702, 3.^a feira das 5 para 6 de tarde

243.^a *Soror Paschoela de Resurreição*, f.^a de Bernardo Gracia da Costa e de Anna Ribeiro Pacheca, natural de Baçaim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana de Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 13 de Maio de 1663, falleceu em 15 de Agosto de 1712, 2.^a feira á 1 hora do dia.

244.^a *Soror Luiza de S. José*, f.^a de Manoel da Costa Nogueira e de Mariana Peixoto, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 13 de Maio de 1663, falleceu em 31 de Dezembro de 1731, 2.^a feira, ás 9 do dia.

245.^a *Soror Catharina de S. Miguel*, f.^a de Antonio Valente Pereira e de Alina da Rocha, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 26 de Julho de 1663, falleceu em os 8 de Abril de 1668, Domingo, ás 6 de manhã.

246.^a *Soror Paula de Assenção*, f.^a de Balthazar Rebello de Almeida e de D. Luiza Lacerda, natural de Caranjá, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 20 de Abril de 1664, falleceu aos 5 de Março de 1701, sabbado, ás 7 de noute.

247.^a *Soror Mariana de Madre de Deus*, f.^a de Balthazar Rebello de Almeida e de D. Luiza de Lacerda, natural de Caranjá, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana da Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 20 de Abril de 1664, falleceu em os 12 de Janeiro de 1691, 4.^a feira, ás 10 para 11 de noute.

248.^a *Soror Joana de Jesus*, f.^a de Balthazar Rebello de Almeida e de D. Luiza de Lacerda, natural de Caranjá, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana da Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 20 de Abril de 1664, falleceu em os 29 de Dezembro de 1666, ás 7 de manhã.

249.^a *Soror Thereza de Jesus*, f.^a de D. Balthazar de

Castro e de D. Maria Coutinho, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana de Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 28 de Outubro de 1664, e falleceu em os 17 de Abril de 1670, 5.^a feira ás 10 de noute.

250.^a *Soror Thereza do Espirito Santo*, f.^a de Domingos de Carnasa de Noronha e de D. Catharina de Noronha, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana de Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 26 de Maio de 1665, falleceu em 18 de Junho de 1697, 4.^a feira, 6 de tarde.

251.^a *Soror Thereza de S. José*, f.^a de Lobo Sarmiento de Carvalho e de D. Maria Siqueira, natural de Macau, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joana de Columna, em nome do respectivo Prelado, em os 30 de Agosto de 1665, faleceu em 13 de Julho de 1713, 6.^a feira, de 1 para 2 de tarde.

252.^a *Soror Antonia de Jesus*, f.^a de João de Sousa e Lacerda e de D. Luiza Barbosa, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de Paixão, em nome do respectivo Prelado, em os 9 de Maio de 1666, faleceu em 20 de Março de 1687, 5.^a feira, de 1 para 2 de tarde.

253.^a *Soror Maria de S. João*, f.^a de João Gomes Fajardo e de Jeronima Luis de Amaral, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de Paixão, em nome do respectivo Prelado, em os 21 de Setembro de 1666, faleceu em os 7 de Janeiro de 1685, Domingo, das 10 para 11 do dia.

254.^a *Soror Anna de S. Miguel*, f.^a de Pero Gomes de Brito e de D. Mecia da Silva, natural de Trapur, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de Paixão, em nome do respectivo Prelado, em os 10 de Março de 1667, faleceu em os 17 de Outubro de 1672, 2.^a feira, ás 9 do dia.

255.^a *Soror Maria do Sacramento*, f.^a de Lazaro Nunes Figueira e de Maria Ribeira Poxa, natural de Cochim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de Paixão, em nome do respectivo Prelado, em os 8 de Setembro de 1667, faleceu em 12 de Dezembro de 1709, 5.^a feira, ás 2 de noute.

256.^a *Soror Catharina de S. Agostinho*, f.^a de Manoel de Almeida e de Domingos de Abreu, natural de Nagapatão, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Ignez de

Paixão, em nome do respectivo Prelado, em os 20 de Maio de 1668, faleceu em 9 de Agosto de 1692, sabbado, os 4 de manhã.

257.^a *Soror Joana do Espirito Santo*, f.^a de Gomes Frere de Andrade e de Anna Marinha, natural de S. Thomé, fez a sua profissão nas mãos da Soror Ignez de Paixão, em nome do respectivo Prelado, em os 5 de Agosto de 1668, faleceu em 25 de Agosto de 1684, 5.^a feira, depois de meia noute.

258.^a *Soror Violante do Ceu*, f.^a de Antonio de Azevedo e Brito e de D. Joanna Sotto Maior, natural de Chaul, fez a sua profissão nas mãos das Virgens Africanas, em nome do respectivo Prelado, em os 25 de Março de 1669, faleceu em 4 de Fevereiro de 1691, Domingo, ás 8 de noute.

259.^a *Soror Isabel da Corte Celestial*, f.^a de Manuel Corte Real de Sampaio e de D. Francisco da Cunha, natural de Baçaim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria das Virgens Africanas, em nome do respectivo Prelado, em os 9 de Junho de 1669, faleceu em os 27 de Julho de 1676, 2.^a feira 1 de tarde.

260.^a *Soror Maria de Assumpção*, f.^a de D. Francisco de Souza e de D. Anna de Lancastre, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria das Virgens Africanas, em nome do respectivo Prelado, em os 8 de Dezembro de 1669, faleceu em os 22 de Maio de 1691, 3.^a feira, de 1 para 2 de tarde.

261.^a *Soror Andreza de S. Francisco* f.^a de D. Francisco de Souza e de D. Anna de Lancastre, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria das Virgens Africanas, em nome do respectivo Prelado, em os 8 de Dezembro de 1660, faleceu em os 26 de Novembro de 1705, 5.^a feira, ás 5 horas de manhã.

262.^a *Soror Ignez da Assumpção*, f.^a de D. Pedro Henriques e de D. Maria de Castro, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria das Virgens Africanas, em nome do respectivo Prelado, em os 26 de Janeiro de 1670, faleceu em os 23 de Setembro de 1697, 2.^a feira, ás 10 de noute.

263.^a *Soror Maria de Circumcisão*, f.^a de Inocencio Mendes Teixeira e de D. Marianna Silveira, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria das Virgens Africanas, em nome do respectivo Prelado, em os

11 de Janeiro de 1671, faleceu em os 24 de Novembro de 1703, sabbado, ás 8 do dia.

264.^a *Soror Francisca da Graça*, f.^a de Pero Gomes de Brito e de D. Maria da Silva, natural de Tarapor, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria das Virgens Africanas, em nome do respectivo Prelado, em os 8 de Março de 1671, faleceu em os 1.^o de Dezembro de 1687, 2.^a feira, ás 7 de manhã.

265.^a *Soror Engenia de Sta. Maria*, f.^a de Antonio Cortes Pereira e de D. Jeronima Botelho, natural de Cochim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria das Virgens Africanas, em nome do respectivo Prelado, em os 7 de Junho de 1671, faleceu em 22 de Julho de 1708, Domingo, ás 11 do dia.

266.^a *Soror Thereza de Trindade*, f.^a de D. Antonio de Almeida e de D. Antonia de Barreto, natural de Baçaim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Philipa de Apresentação, em nome do respectivo Prelado, em os 24 de Abril de 1672, faleceu em os 21 de Outubro de 1705, 4.^a feira, ás 8 de noute.

267.^a *Soror Izabel de Jesus*, f.^a de Manuel Furtado de Mendonça e de D. Maria de Sousa, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Philipa da Trindade, em nome da D. Fr. Christovão de Silveira. Arcebispo de Goa, em os 28 de Outubro de 1672, faleceu em 29 de Julho de 1708, Domingo, ás 6 do dia.

268.^a *Soror Thereza de Jesus*, f.^a de Manuel Furtado de Mendonça e de D. Maria Lacerda, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Philipa de Apresentação, em nome do respectivo Prelado, em os 2 de Julho de 1673, faleceu em os 8 de Dezembro de 1706

269.^a *Soror Joanna de Jesus*, f.^a de Sebastião de Carvalho e de D. Francisca de Tavora, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joanna de Assumpção, em nome de D. Fr. Antonio Brandão, Arcebispo de Goa, em os 28 de Dezembro de 1675, faleceu em os 26 de Abril de 1686, 6.^a feira, ás 7 e meia de noute.

270.^a *Soror Guimar da Conceição*, f.^a de Sebastião Carvalho e de D. Francisca de Tavora, natural de Mangalor, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joanna de Assumpção, em nome de D. Fr. Antonio de Brandão, em os 28 de Dezembro de 1675, faleceu em os 16 de Novembro de 1701, 4.^a feira, ao meio dia.

271.^a *Soror Leogarda de Assumpção*, f.^a de André de

Azavedo de Saude e de D. Bernarda de Tavora, natural de Damão, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joanna de Assumpção, em nome de D. Fr. Antonio de Brandão, em os 19 de Janeiro de 1676, faleceu em os 8 de Março de 1696.

272.^a *Soror Leonor do Sacramento*, f.^a de André de Azavedo de Saude e de D. Bernarda de Tavora, natural de Damão, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Joanna de Assumpção de Fr. Agostinho de Piedade, em nome de D. Fr. Antonio de Brandão, em os 2 de Julho de 1677, faleceu em os 29 de Março de 1691, 5.^a feira, às 2 para 3 de tarde.

273.^a *Soror Izabel de Chagas*, f.^a de Manuel da Costa e de Maria Dias, natural de Baçaim, fez a sua profissão nas mãos da P. de Fr. Agostinho de Piedade, em nome de D. Fr. Antonio de Brandão, em os 13 de Fevereiro de 1678, faleceu em 1.^o de Janeiro de 1703, Domingo, às 7 de noute.

274.^a *Soror Luisa de Trindade*, f.^a de Lazaro Nunes Figueira e de Maria Rosa, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Francisca das Chagas, em nome do respectivo Prelado, em os 3 de Abril de 1679, faleceu em 20 de Outubro de 1688, 4.^a feira, às 6 e meia de tarde.

275.^a *Soror Mariana de Jesus*, f.^a de Antonio de Souza Coutinho, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Francisca das Chagas, em nome do respectivo Prelado, em os 19 de Novembro de 1679, faleceu em 25 de Dezembro de 1687, 5.^a feira, meio dia para 1 hora.

276.^a *Soror Maria de Ressureição*, f.^a de João de Sousa Pereira e de D. Luiza de Mendonça, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos do Arcebispo D. Manuel de Souza e de Menezes, em os 1.^o de Janeiro de 1682, faleceu em 18 de Outubro de 1689, 4.^a feira de 4 para 5 de tarde.

277.^a *Soror Bernarda do Espirito Santo*, f.^a de Domingos Barreto da Silva e de Maria Brugel, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de Santa Anna, em nome de D. Manuel de Souza e Menezes, em os 19 de Julho de 1682, faleceu em 17 de Agosto de 1681, 6.^a feira, das 4 para 5 de manhã.

278.^a *Soror Maria da Collunna*, f.^a de Francisco da Silva e de Antonia da Fonseca, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Britis de Santa Anna, em

nome de D. Manuel de Sousa e Menezes em os 9 de Maio de 1683, faleceu em 20 de Janeiro de 1700, 4.^a feira, ás 3 de manhã.

279.^a *Soror Antonio do Espirito Santo*, f.^a de Diogo Cardozo Homem, e de D. Luiza Bustamante, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de Santa Anna, em nome de D. Manuel de Souza Menezes, em os 22 de Agosto de 1683, faleceu em 6 de Janeiro de 1702, 6.^a feira ás 7 de noute.

280.^a *Soror Maria de Encarnação*, f.^a de Mathias Ferreira e de Maria da Silva, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de Santa Anna, em nome de D. Manuel de Souza Menezes, em os 7 de Novembro de 1683, faleceu em os 17 de Fevereiro de 1700, 4.^a feira, ás 6 de noute.

281.^a *Soror Izabel de S. José*, f.^a de João Tosado, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de Santa Anna, em nome de D. Manuel de Souza Menezes, em os 29 de Setembro de 1683, faleceu em 10 de Outubro de 1711, sabbado, ás 9¹/₂ do dia.

282.^a *Soror Anna de Aladre de Deus*, f.^a de Jeronimo Gonçalves de Miranda e de D. Francisca Miranda natural de Baçaim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de Santa Anna, em nome do respectivo Prelado, em os 25 de Fevereiro 1684, faleceu em os 11 de Dezembro de 1717, 2.^a feira, ás 10 do dia.

283.^a *Soror Anna de S. José*, f.^a de Nicolao de Mora Brito e de D. Catharina de Souza, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de St.^a Anna, em nome do respectivo Prelado, em os 28 de Maio de 1684, falleceu em os 25 de Fevereiro de 1713, sabado, ás 3 de tarde.

284.^a *Soror Joanna de S. Maria*, f.^a de Manoel Teixeira e de D. Francisca de Sampaio, natural de Chaul, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria do Espirito Santo, em nome do respectivo Prelado, em os 36 de Dezembro de 1685, falleceu em 20 de Fevereiro de 1702, 4.^a feira. ás 7 de manhã.

285.^a *Soror Luiza de Cristo*, f.^a de Diogo Vas Roso e de Izabel da Costa, natural de Maimbandura, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria do Espirito Santo, em nome do respectivo Prelado, em os 19 de Março de 1687, falleceu em os 14 de Fevereiro de 1718, 2.^a feira, ás 7 de noute.

286.^a *Soror Luíza dos Anjos*, f.^a de Gaspar de Carvalho de Menezes e de D. Cícilia de Mello, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria do Espírito Santo, em nome do respectivo Prelado, em os 11 de Março de 1687, falleceu em os 14 de Julho de 1720, 6.^a feira ás 5 de tarde.

287.^a *Soror Catharina dos Anjos*, f.^a de Domingos Barreto de Alva e de Maria Rangel, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos do Arcebispo D. Alberto da Silva, em os 21 de Novembro de 1687, falleceu em 31 de Dezembro de 1706, ás 4 de tarde.

288.^a *Soror Maria de Jesus*, f.^a de Leandro Duarte e de Maria Pinto, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de S. Anna, em nome de D. Alberto da Silva, em os 15 de Dezembro de 1687, falleceu em 20 de Março de 1723, sabbado, ás 3 horas de manhã.

289.^a *Soror Maria da Conceição*, f.^a de Manoel José Esteves da Silveira e de Maria Cabral, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de S. Anna, em nome do Arcebispo D. Alberto da Silva, em os 16 de Dezembro de 1687, falleceu em os 7 de Novembro de 1737, 5.^a feira, ás 8 de manhã.

290.^a *Soror Magdalena de St.^o Agostinho*, f.^a de Manoel Marques e de Ignacia Cardoso d'Almeida, natural de Baçaim, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Britis de S. Anna, em nome do Arcebispo D. Alberto da Silva, em os 14 de Setembro de 1688, falleceu em os 2 de Março de 1738, Domingo, ás 8 de noute.

291.^a *Soror Emevenciana de St.^a Maria*, f.^a de João Figueiro de Sonlle e de D. Izabel de Sá, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de St.^a Anna, em nome do respectivo Prelado, em os 20 de Janeiro de 1689, falleceu em os 7 de Novembro de 1743, 5.^a feira ao meio dia.

292.^a *Soror Maria de S. Miguel*, f.^a de Manoel de Goveia Ferreira e de D. Francisca Borges de Souza, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de S. Anna, em nome do respectivo Prelado, em os 23 de Janeiro de 1689, falleceu em 30 de Maio de 1729, 2.^a feira, ás 2 de noute.

293.^a *Soror Luíza de St.^a Maria*, f.^a de Antonio Duarvos e de D. Catharina de Prado, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Brites de Sta. Anna,

em nome do respectivo Prelado, em os 29 de Maio de 1689, falleceu em 28 de Novembro de 1718, 2.^a feira, ás 6 de manhã

294.^a *Soror Catharina do Sacramento*, f.^a de Francisco Simões Leitão e de D. Catharina de Souza, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Britis de Sta. Anna, em nome de D. Fr. Pedro da Silva, em os 4 de Outubro de 1689, falleceu em os 29 de Janeiro de 1743, sabbado. ás 5 de manhã.

295.^a *Soror Francisca de Sta. Maria*, f.^a de Diogo Monteiro de Sampaio e de D. Luiza de Sá, natural de Goa, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Beatris de Santa Anna, em nome de D. Fr. Pedro da Silva, em os 8 de Dezembro de 1689, falleceu em os 16 de Janeiro de 1707, Domingo, ás 8 de noute.

296.^a *Soror Bealris do Sacramento*, f.^a de Luis Prestrello de Souza e de D. Maria de Figueredo, natural de Couronya, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Beatris de Sta. Anna, em nome de D. Fr. Pedro da Silva, em os 14 de Maio de 1690, falleceu em 30 de Dezembro de 1757, 6.^a feira, ás 2 de tarde.

297.^a *Soror Roza de Jezus Maria*, f.^a de Luis Prestrello de Souza e de D. Maria de Figueredo, natural de Caranja, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Beatris de Sta. Anna, em nome de D. Fr. Pedro da Silva, em os 14 de Maio de 1690, falleceu em os 19 de Setembro de 1690, 3.^a feira, ás 2 para 3 de manhã.

298.^a *Soror Francisca de Jesus*, f.^a de Damião de Souza Fragoso e de Maria da Fonseca, natural de Tete, fez a sua profissão nas mãos da P. Soror Maria do Espirito Santo, em nome do respectivo Prelado, em os 3 de Junho de 1691, falleceu em 11 de Março de 1703, Domingo, á meia noute para 1 hora. Foi rectificada esta profissão em os 21 de Julho de 1693.

(Continúa).

A. F. MONIZ.

BENS PENSIONADOS EM GOA

Capelas do Convento de S. Francisco

Os Franciscanos foram os primeiros frades que organizaram missões na Índia, espalhando a luz do Evangelho cristão sob a direcção espiritual de Fr. António de Loreto pelas vastas regiões do Sul, estabelecendo conventos em Jafnapatão e tomando para campo da sua actividade apostólica a provincia de Bardez, onde edificaram a maior das igrejas das respectivas freguesias com o auxilio das esmolos dos paroquianos.

Logo após a conquista de Goa pelo heróico Afonso de Albuquerque, em 1510, fundaram na Velha Cidade sôbre a mesquita grande dos mouros que lhes foi cedida uma pequena igreja, que em 1521 foi substituida por outra com a invocação do Espirito Santo, a qual fôra mandada construir pelo rei Dom Manuel. Essa também foi mais tarde, por ameaçar ruina, demolida e edificada outra, para o que o rei Afonso 6.^o fez aos Franciscanos a mercê das capitancias de Sofala e de Diu, a fim dêles as venderem e applicarem o produto ás obras daquela construção. A essa mercê, porém, os referidos Religiosos renunciaram por as esmolos por êles colhidas serem suficientes para o fim de que se tratava e assim se edificou o belo Convento de S. Francisco, ao qual os diversos Provinciaes successivamente acrescentaram celas, introduzindo também diversos melhoramentos.

As igrejas e estabelecimentos que fundaram em Bardez foram as seguintes:

Franciscanos

1555 — 1.^a O collegio dos Reys-Magos, fundado no anno de 1555, com esmolos dos fieis.—Pelos annos de 1595, se fundou o Seminario de S. Jeronimo, contiguo ao mesmo

Colegio, para educação de meninos orfãos, também á custa das esmolas dos fieis.

1560—2.^a A Igreja de N. Sr.^a da Esperança de Candolim. Com esmolas se comprou ao ano de 1560 o chão onde teve a sua primeira fundação. Depois se mudou para o lugar, onde hoje existe, no ano de 1667. Os Gancares levantaram as novas torres da Igreja no ano de 1764.

1560—3.^a A Igreja da Santíssima Trindade de Nagoá, fundada, com esmolas no ano de 1560. Para esta fundação ajudaram os Gancares da aldeia, os quais pelos anos de 1579 reedificaram de novo a mesma Igreja.

1565—4.^a A Igreja do Sr. Salvador do Mundo de Sirulá, fundada no ano de 1565, com ajuda dos Gancares, e de outras esmolas.

1568—5.^a A Igreja de Santo Antonio de Siolim, fundada por dois homens de negocio Portuguezes no ano de 1568, os Gancares da aldeia fizeram as casas para morada do Reitor.

1569—6.^a A Igreja de S. Thomé de Aldoná, fundada com esmolas pelos anos de 1569.

1569—7.^a A Igreja de N. Sr.^o dos Remedios de Nerul, ou Nelur, fundada com esmolas no ano de 1569.

1591—8.^a A Igreja das Chagas de S. Francisco de Corvale, ou Colvale, fundada no ano de 1591. Foi reedificada com esmolas pelos anos de 1678. O inimigo Sambagy queimou os tres retabulos da Igreja e parte das casas do Parocho e tudo foi novamente reparado no ano de 1682 com esmolas. Ultimamente no ano de 1713 foi reedificada de novo, fazendo-se a abobada, por conta da mesma aldeia.

1594—9.^a A Igreja de S. Joronimo de Mapuçá, fundada no ano de 1594 por conta dos Gancares da dita aldeia, e de varias esmolas. No ano de 1674 foi reedificada por conta da mesma aldeia. No ano de 1719 se levantou a casa de sobrado e se fez a do cofre com esmolas da mesma aldeia. Incendiou-se na noite de 27 para 28 de Abril de 1838, e estava concluida a sua reedificação em 10 de Março de 1839. tudo a custa das comunidades reunidas.

1595—1.^a A Igreja de Santo Aleixo de Calangute, fundada no ano de 1595 por conta dos Gancares e esmolas. No ano de 1716 se reedificou por conta dos Gancares e de esmolas. Novamente se reedificou no ano de 1741 por conta da aldeia. Finalmente se lhe levantaram as torres a custa da aldeia e deve esta obra toda a sua magnificen-

cia ao trabalho e architectura do Padre Definidor Fr. Antonio da Encarnação no ano de 1765.

1603 — 11.^a A Igreja de S. Miguel de Anjuna, fundada no ano de 1603 por conta dos Gancares e de muitas esmolas. Pelos anos de 1713 se fez de novo a capela-mór a custa da mesma aldeia.

1604 — 12.^a A Igreja de S. Diogo de Guirim e Sangoldá fundada no ano de 1604 com ajuda dos Gancares. Pelos anos seguintes ameaçando ruina a dita Igreja, os Reitores vizinhos ajudaram com suas esmolas no seu reparo. Novamente se repararam as ruínas, que a ameaçavam, e se fizeram as torres no ano de 1703 (?).

1621 — 13.^a A Igreja de Santa Izabel Rainha de Portugal de Ucassaim, fundada no ano de 1621, e concluída em 1626 com esmolas, e algum adjutorio dos Gancares, caiu esta Igreja com invernadas no ano de 1708, e o Padre Reitor Fr. Francisco de S. Boaventura a reedificou com esmolas, que pediu.

1623 — 14.^a A igreja de S. Cristovam de Tivim, fundada por conta da aldeia pelos anos de 1623. Pelos anos de 1685 a reedificaram os Gancares por se ter abraçado toda na invasão do Sambagy.

1636 — 15.^a A Igreja de N. S. da Conceição de Moirá, fundada no ano de 1636 pelos Gancares da aldeia ajudando o Padre Provincial Fr. Francisco de Barcelos esta fundação com um retabulo, que tirou do Convento de Goa para a Capela-mór da dita igreja, e todo o mais necessario para a despeza do culto divino. O seu frontispicio, que é bastante curioso, foi reedificado em 1800, a capela-mór em 1814, o corpo da igreja em 1832, a torre para colocar o grande sino do convento de S. Domingos em 1838, a casa parochial em 1841.

1636 — 16.^a A Igreja de S. Lourenço, foi fundada pelo Conde de Linhares (vice-rei) no ano de 1633, o qual fez doação dela aos Religiosos de S. Francisco por Escritura passada nas notas do Tabelião Francisco Barbosa aos 22 de Fevereiro de 1636. Passou esta igreja ao estado de Parochia no ano de 1688. O Reitor dela era também capelão da Fortaleza da Aguada.

1649 — 17.^a A Igreja de Senhora Santa Anna de Parrá, fundada pelos anos de 1649. Deu para ela o Provincial Fr. Jeronimo Ferraz toda a madeira assim da igreja, como das casas do parcho, a qual trouxe de Chaul, quando veio da visita do Norte, e deu também topo o necessario

para o culto divino, Nas guerras do Sambagy foi esta Igreja arruinada, e os Gancares a reedificaram no ano de 1668.

1653 — 18.^a A Igreja de N. Senhora da Victoria de Revorá, fundada no ano de 1653 a custa do Padre Mestre Jubilado Fr. Manoel Baptista sem concurso dos fregueses. Depois veio a abobada da Igreja abaixo e a reedificaram os Gancares, sendo Reitor o Padre Fr. João Baptista, e Provincial o Padre Fr. Manuel da Paixão. Sendo a dita Igreja queimada pelo inimigo Qhema Saunto no ano de 1705, os Gancares a reedificaram.

1658 — 19.^a A Igreja de S. João Baptista de Pilerne, teve seu principio em uma Ermida, que com esmolas dos fieis edificou o Padre Fr. Diogo de Santa Clara no ano de 1658. Depois de erecta em Parochia os Reitores a reedificaram duas vezes até ao tempo, em que Fr. Antonio dos Anjos fez a cela dos Reitores, e a Portaria, que tem, com esmolas; e os Gancares a seu exemplo levantaram a Igreja. O Padre Fr. Carlos dos Remedios acrescentou a casa com a esmola, que lhe deu a Aldeia, para fazer um habito; e o Padre Ex-Provincial Fr. Bernardino de S. José fez a varanda, e os Parochianos concorreram para a perfeição da dita igreja e culto divino.

1655 — 20.^a A Igreja de N. Sr.^a da Penha de França de Verlucá foi fundada por D Anna de Azevedo, que fez doação á ordem de S. Francisco em dois testamentos seus, feito um por Francisco Rodrigues, e outro por Francisco Netto, Tabeliães em Goa. Faleceu a fundadora em 1629. No ano de 1656 fundou novamente a dita igreja desde os alicerces até a ultima perfeição, o Ex-Provincial Fr. Manuel do Leado, o qual em atenção a isso foi instituido Parocho na mesma igreja por tempo de 15 anos, por decreto da Sagr Congreg. dos Bispos Regulares de 20 de Agosto de 1666, confirmado pelo Papa Clemente 9.^o pela Bulla Religionis zelus de 20 de Agosto 1667.

1670 — 21.^a A Igreja de Madre de Deus de Pomburpá foi fundada para collegio dos meninos, que aprendessem a ler, escrever, contar e cantar, os outros bons costumes por Luzia da Madre de Deus, Terceira de S. Francisco, que fez doação dela á Ordem em 11 de Junho de 1604, e igualmente doou ao dito Collegio a fazenda anexa, para que do seu rendimento se fizessem as despesas necessarias, pelos anos de 1670. No tempo em que Francisco Antonio da Assumpção foi Reitor da dita Igreja, fez este á

custa da esmola das suas missas e officios, e de outras esmolos das fideis. as casas fronteiras do rio sem concurso algum dos fregueses.

1662.—22.^a A Igreja de N. Senhora do Mar de Oxel foi fundada no ano de 1662, com a esmola do Padre Pedro Francisco, Clerigo Secular, e outras esmolos, sendo Provincial Fr. Manuel do Lado, que concorreu com o retabulo e mais paramentos, que tirou do Convento de Goa, no que o imitaram os mais Prelados seus successores. No ano de 1685, o Provincial Fr. Ignacio do Rosario reparou a ruina, que a igreja ameaçava, com esmolos tiradas do mesmo Convento, que os Religiosos, adquiriram de missas e officios; successivamente os reitores lhe augmentaram a reparação com esmolos, levantando um o frontispicio, fazendo outro as celas, e outro pondo o sino, pois o que havia foi roubado pelo inimigo Sambagy.

1667.—23.^a A Igreja de N. Senhora do Socorro foi fundada pelos seus fregueses pelos anos de 1667; e reedificada pelos anos de 1763 á custa dos mesmos fregueses.

1678.—24.^a A Igreja do Bom Jesus de Nachinolé, ou Nachinorá foi fundada pelos anos de 1679 á custa dos Gancares da aldeia, que por ser muito pobre não se descuidou o Provincial Fr. Pedro da Purificação de ajudar aos ditos Gancares, dando um retabulo do Convento de Goa por preço mui limitado; e o Padre ex-Definidor Fr. Carlos dos Remedios administrou a architectura em que era entendido, poupando muitas despesas aos Gancares.

Quanto ás Capelas e Pensões que administrava a guardiania do Convento do Espirito Santo, vê-se que o respectivo livro foi escrito em 1832, dizendo-se na sua 1.^a página que as referidas Capelas e Pensões foram extraidas do livro velho.

Esse livro começa por mencionar as seguintes obrigações:

Está esta Comunidade obrigada a cantar, de três em tres meses, um officio solene com missa cantada pelas almas dos Bemfeitores, que vem a ser 4 officios por ano.

Está tambem obrigada a cantar um officio solene por ano com missa cantada, pelas almas dos Defuntos, cujas missas se reduziram por concessão Apostolica a maior estipendio, tendo sido confirmada esta redução pelo Primaz com fundamento na diminuição dos rendimentos.

Capelas e Pensões

«Paga a nossa Provincia 120 xs., juros de 2.500 xs. que deixou nosso Irmão Sindico Domingos Rodrigues de Talcheira para se cantarem tres officios por ano de 3 nocturnos com todos . . . , a saber: o 1.º aos 6 para 7 de Janeiro, dia em que faleceu, o 2.º a 5 de Maio, e o 3.º no 1.º de Setembro. Declara-se que tomou a Provincia este dinheiro p.^a beneficiar o palmar de Valverde, por um assento da Definição, e contribuir a esta Guardiania 40 xs. cada officio.

Satisfeita até 1835

«Paga Luis Eufemiano de Bragança 50 xs. como herdeiro ou administrador de Paulo Pereira, o qual deixou nos seus bens sitos em Chinchinim, como consta do seu Testamento registado no Cartorio da Provedoria-Mór, para sustento dos Religiosos, e vence a 29 de Maio.

Satisfeita até 1832.

«Paga Antonio Francisco Gomes, de Benaulim, f.º de João Francisco Gomes 33 xs., juros de 600 xs. sem onus para ajuda da festa do Serafico Patriarca S. Francisco, e vence a 11 de Junho

«Paga a nossa Provincia 13 xs. e meio para se dizerem 23 missas por certa tenção e vence a 20 de Fevereiro.

«Acha-se parado na nossa Provincia um fundo pertencente a esta Guardiania, que são 760 xs., desde 4 de Novembro de 1831 até hoje.

Aos 19 de Fevereiro de 1834 levou o medico João Coutinho, morador em Margão, sobre os penhores de ouro que ficam na Comoda da Guardiania 500 xs. do sobredito fundo; a 22 de Março do mesmo ano levou Vantú Xette ourives, morador em Naroá, 760 xs. sobre os penhores de ouro e prata, que ficam na comoda da cela da Guardiania.

Tenho receitado 80 missas desta penção, das quais 62 são do ano findo aos 22 de Março passado, e 18 pelo ano corrente.

«Paga a Santa Casa da Misericordia 107 xs., 4 tgs. e 30 reis para se dizer 192 missas e fazer um officio por alma de Agostinho Diniz e vence a 15 de Fevereiro.

«Paga o Licenciado Antonio João Fernandes de Noronha, morador em S. Matias 250 xs., ganhos de 5 000 xs., que são do fundo das Capelas da Guardiania deste Convento, cujo dinheiro é distribuido da maneira seguinte:

200 xs. são para 54 missas por muitos defunctos e 330 missas de varias capelas; 40 xs. são para vespervas e festa da Piedade e 10 xs. para a cera da Porciuncula. Vence a 19 de Junho.

«Paga a nossa Provincia 12 xs. para despesas da Enfermaria sobre o fundo de 274 xs., 2 tgs. e 57 reis sem onus. Vence a 12 de Março.

«Paga a aldeia de Morombim pequeno 150 xs., juros de 3.000 xs. sobre escritura feita nas notas do Tabelião I.^o Pedro do Rosario e Sousa, a fl. 25, cujo treslado fica no arquivo da Guardiania; dos juros de 2.500 xs. para se dizerem 210 missas pela maneira seguinte: 80 por uma defunta, 75 por um defuncto, e 55 por tenção de Domingos Rodrigues de Talcheira, e dos juros de 500 xs. p.^a se fazer novena e festa de S. José, com a missa da festa de 3 Padres e uma rezada em louvor de Madre de Deus no mesmo dia por tenção do devoto. Vence a 27 de Abril.

«Paga João Salvador Cotta, morador em Loutulim, 50 xs., p.^a se dizerem 61 missas a saber: 51 de todas as sextas feiras do ano de N. S. do Palle, e 10 por tenção de Rozalia de Ramos. Vence a 20 de Abril e está parada desde o ano de 1810.

«Paga Antonio Manuel Fernandes e sua mulher Arcangela Violanta de Mendonça, moradores em Verêm, juros de 1.000 xs. sobre um palmar, a qual deram por uma escritura tabeliosa e vence a 26 de Agosto

«Paga José Devoto 155 xs., juros de 3.100 xs. para se dizerem 304 missas por varias tenções.

«Paga Filipe Ferreira, morador na Piedade das Ilhas de Goa 156 xs., tres tangas e 45 réis por uma escritura de cessão do Convento contra os mercadores e comp.^a, para se dizerem 260 missas por tenção. Vence no mez de Fevereiro.

«Paga a Ordem Terceira 102 xs p.^a se fazer a festa da Rainha Santa Izabel e p.^a cantar um officio e missa no primeiro semidobre depois da festa pelos Terceiros defunctos, porém actualmente se pagam 30 xs. para festa, officio e 15 para 30 missas.

«Paga Caetano Antonio Peres, em nome de seu Pai Bernardo Peres da Silva por escritura solene feita nas notas do Tabelião Vicente Manuel Pereira a 22 de Dezembro de 1828, 31 xs., tres tangas e 51 reis, juros de 635 xs., 2 tangas p.^a se dizerem 51 missas. Vence a 22 de Dezembro.

«Paga Babi Poi, morador em Panelim, palmar Jambo. 75 xs. p.^a se dizerem 50 missas, e cantar um officio com sua missa por um defuncto. Vence aos 12 de Dezembro e fica parada desde o ano de 1809 por se perder a varzea hipotecada, sita em Camorlim.

«Paga José Barreto, do Socorro de Bardez um xerafim de pensão para azeite da alampada da Enfermaria.

«Paga a Confraria da Penha de França 110 xs. para se dizerem 220 missas por alma de Antonio da Silva da Tavora pelo seu tesoureiro. Vence no fim de Dezembro e está parada desde 1827.

«Paga José. João Monteiro, morador em Candolim, 27 xs. para se dizerem 54 missas por uma defunta. Vence no fim de Dezembro.

«Paga o mesmo José João Monteiro por Pedro Paulo Vás, morador de S. Matias, 100 xs., juros de 2.000 xs. para se dizerem 200 missas por alma de Domingos Rodrigues de Talcheira. Vence a 19 de Junho.

«Paga o Administrador do palmar de Mitra, Caranzalem, 30 xs. para se dizerem 60 missas por muitos defunctos. Vence no fim de Dezembro e está parada desde 1816.

«Paga a nossa Provincia 20 xs. para se cantarem 4 missas, a saber: em louvor do Santissimo Sacramento, S. José, pelas Almas, e por S. Francisco Xavier, deixadas por José Devoto sobre um fundo, que administra a Provincia.

«Paga Guilherme da Costa 100 xs., juros de 2.000 xs., que levou aos 6 de Agosto de 1831 para se dizerem 200 missas de varias capelas.

«Paga D. Antonio José Carcomo Lobo 150 xs. p.^a se dizerem 254 missas, a saber: 200 por Domingos Rodrigues Talcheira e 54 por muitos defunctos. Vence no mez de Abril e tem-se cobrado desde 1796, daí para cá está em litigio.

«Paga o mesmo D. Antonio José Carcomo Lobo 40 xs. para festejar a festa de N. Sr.^a da Piedade.

«Está este Convento obrigado a satisfazer 2 officios cantados com suas missas e 40 rezadas pelo legatario das lojas do Pelourinho, que em outro tempo se alugavam por 120 xs., dos quais 100 p.^a 2 officios e 20 para 40 missas, mas agora se satisfaz conforme as rendas.

«Paga Antonio Franco Belico como Administrador da Ilha de Manuel da Motta por Josefa Sofia de Sousa em 2

quarteis por ano e em cada um 162 xs., 2 tangas e 30 réis, juros de 5 000 xs. que tomou a esta Come. a 6 $\frac{1}{2}$ % para se dizerem 250 missas a metade por um defunto e a outra metade por muitos defuntos; e o segundo quartel paga em 15 de Novembro, esta penção se acha em litigio.

«Paga aos 6 de Fevereiro o Intendente Geral da Marinha 60 xs. a esta Come. por ir fazer o altar e festa das Chagas na Ribeira.

«Paga aos 2 de Julho a Santa Casa da Misericórdia 60 xs. para ir a Come. assistir ás vespervas e Padres para ir cantar a missa da Festa de Santa Izabel.

«Idem paga a mesma Santa Casa de Misericórdia p.* solenidade da festa do N. S. P. S. Francisco

«Idem mais 10 xs. paga a mesma Santa Casa da Misericórdia p.* ajuda do Santo Sepulcro.

«Aos 25 de Novembro dá o Nobre Senado desta Cidade a esta Comunidade 50 xs. para os Religiosos irem em Come. ás Vespervas e a Missa da festa de Santa Catarina e destes 50 dão-se 10 xs. aos Religiosos que vão ao altar no dia da Festa.

«Idem paga o mesmo Nobre Senado desta cidade 20 xs. a saber: 10 p.* ajuda do Santo Sepulcro e 10 para solenidade ou festa do N. S. P. S. Francisco.

Do mesmo livro consta mais o seguinte :

«Aos 3 de Janeiro de 1785 foi concedida pelo Capitulo Provincial uma sepultura perpetua a Francisco da Costa de Ataíde e Teive, sua mulher e seus legitimos descendentes na Capela da Mãe de Deus de Pallo.

«Idem no mesmo dia se concedeu uma sepultura a Dom Christovão do Carcomo Lobo, sua mulher e seus legitimos descendentes na capela da Porciuncula.

«Idem se concedeu no mesmo acto e dia uma sepultura a João Baptista tenente do mar e Patrão-mór e sua mulher e seus legitimos descendentes na capela das Chagas.

Uma página de pedra em Bandorá

É sabido de todos que se dedicam ao estudo da História a importância considerável da Epigrafia. E, porém, forçoso confessar que em Goa, se as inscrições portuguesas teem tido ardentes cultores, as maratas, canareses e arabes, espalhadas a esmo pelo nosso território, jazem ainda quasi desconhecidas do público ilustrado português. No número destas conta-se uma página de pedra que existe á pequena distância do templo hindu de Sri Naguexa, na aldeia de Bandorá, do concelho de Pondá.

A página, de que nos ocupamos, é escrita em caracteres devanagaris e na lingua marata, tendo a data de 1335 da era de Xalivahana. Dessa página transladamos o seguinte interessante trecho (*):

“स्वस्ति श्री शालिवाहन शकु १३३५ वरिषो अद्य महाराजाधिराज परमेश्वर श्री वीरप्रताप देवराय महाराय विजयानगरी सुखसत्कथाक्रीडा विनोदे सकळ राज्य प्रतिपाळत असते काळी त्यांचा प्रतिहस्तु गोवे सिंहासनी धर्माधर्मविचारपत्र नंजण गोसांवी राज्य कराते काळी....”

O que vem a ser em suma :

«Hoje, em 1335 da era Xalivahana, reinando o *maharajadhiraja* Devarai em Vijaianagar e governando o seu lugar-tenente Nanjana Gossanvim em Goa ...»

(*) *Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, Vol. XXIII, n.º 64, 1909.

Deduz-se dêsse trecho :

1.^o Que em 1335 da era Xalivana, isto é, em 1413 da era cristã, reinava em Vijaianagar ou Bisnagar o rei Devaraia.

2.^o Que nesse ano Nanjana Gossanvim era o governador de Goa que fazia parte dos domínios de Vijaianagar.

¿Quem é, porém, êste rei Devaraia?

Na introdução da Chronica dos Reis de Bisnaga, manuscrito inédito do século XVI publicado pela benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa em 1897, o ilustre investigador David Lopes dá uma lista dos reis de Vijaianagar, depois de confessar que nela «ha bastantes lacunas». Nessa lista figuram dois homônimos de Devarai ou Devaraja, um reinando em 1406-1412 e outro em 1422-1447. * Presumimos que deve ser o primeiro dêstes a que se refere a inscrição acima mencionada e o qual, segundo a opinião corrente (*), reinou até ao ano 1412 ; porém, a inscrição marata de Bendorá considera-o trono ainda em 1413. Há, portanto, fundadas desconfianças quanto ao ano da morte de Devarai I.

PANDURANGA PISSURLENCAR.

(*) David Lopes, *Op. cit.* ; Robert Sewell, *The Forgotten Empire* ; Surya Narain Row, *The never to be Forgotten Empire* ; Sar Dessai, *Mussalmani riassata*, etc.

VÁRIA VARIORUM

O Marquês de Pombal e a administração pública

O que pensavam a seu respeito os
embaixadores estrangeiros

O Marquês de Pombal teve, claro, de momentos escuros na sua obra de administrador, mas se é certo que alguma cousa fez, também é verdade não ter isso frutificado.

Impunha pelo terror, caía mal, o receio passava:

A iniciativa das indústrias não se lhe pode attribuir em toda a sua extensão. Em 1753, muito antes d'ele tentar qualquer passo neste sentido, o conde de Baschi, ministro de França—conforme assevera o visconde de Santarém na sua obra notável—propunha para *desencaminhar os trabalhadores* da fábrica de sêdas que um homem de Braga fundara havia vinte anos. O governo ensaiaria também novos planos, mas como se vê, não fôra o creador dêsse impulso.

Nunca havia dinheiro nos cofres no tempo em que tanto chegava do Brasil. Em 1754 os rendimentos públicos estavam assim conglobados:

Frota do Brasil.....	3.000:000	de cruzados	
Frota da Baía	1.200:000	»	»
Frota de Pernambuco	600.000	»	»
Tabaco (contrato).....	2.200:000	»	»
Alfândega	1.000:000	»	»
Tabaco	100:000	»	»
Contrato de vinhos e azeites	200:000	»	»
Imposto sobre as casas.....	400:000	»	»
Diamantes	600:000	»	»
1% das frotas	200:000	»	»
Casa da Índia	300:000	»	»
Total	9.800:000	»	»

apesar-disto estava sempre vasio o Erário.

No período do terramoto, vieram auxílios de fóra; taparam-se com êles as primeiras necessidades; soffrera-se um choque rude, era verdade, mas também, não se podia negar, em estadista de tanto vulto a falta de economia.

Se soubesse amealhar, mais facilmente se teria acudido a tudo, se tal decidisse não haveria dificuldades, como as que sempre apontaram os residentes estrangeiros na Côrte portuguesa. Já passara a catástrofe, e em 1759 o embaixador conde de Merle fala tanto da miséria, como dela falara o conde de Baschi:

«O descontentamento contra o governo vae sempre augmentando; é mísero o estado da Fazenda e El-Rei não tem dinheiro nem crédito. Não se paga a ninguem e os soldados de serviço á porta do conde de Oeiras pedem esmolas a quem vae visitar o ministro. O comércio está n'uma situação tão desagradável, que até os inglezes se queixam; toda a nobreza protesta e não admira que a faminta vida que toda a gente leva obrigue os portuguezes a revoltar-se contra o governo. O Rei appareceu no dia da procissão do Corpo de Deus, e quem o viu achou-o mais mudado e triste, de-certo pelo cuidado que lhe dava o estado do seu Reino».

Já se tinham sequestrado os bens dos Távoras e a fortuna da Companhia de Jesus e quando, no outono, o Rei quiz ir caçar, o conde de Merle participava ao seu governo:

«E' tal o apuro de dinheiro em que se vive, que o Rei,

para ir jornadear a Villa Viçosa, teve que se servir da quantia das vendas de moveis e mais objectos, pertencentes aos jesuitas, e se a frota do Rio não chega em breve o commercio de Lisboa fica para sempre arruinado».

Tal era a situação.

* * *

Passam os anos, e êsse estadista, sempre preocupado com fidalgos rebeldes e jesuitas misteriosos, não sabe coalhar o dinheiro do país.

«No decurso de quinze dias os paquetes ingleses levaram de Portugal um milhão e quinhentos mil francos em metal; e todos os quinze dias sai um que leva de quinhentas a oitocentas mil libras. Dura isto todo o anno e a riqueza das frotas do Brasil passam sucessivamente de Portugal para a Gran-Bretanha, dando-se ainda o caso do constante aumento da divida d'aquelle paiz a êste».

O homem que os historiadores diziam sempre pronto a bater o pé ás nações, inimigo da Inglaterra, a ponto de, tendo residido em Londres muitos anos, não conseguir falar inglês, collocava-se na sua dependência, como provam os documentos do Arquivo de França, mananciais necessários para refazer a história de Portugal.

Num dêles, bastante elucidativo, lê-se:

«Os negociantes inglezes reclamaram junto do seu embaixador, lord Knowles, ácerca do seu comércio. Foi acolhida com frieza a representação, pois o lord não trazia ordens em tal sentido. Não sei o que os ingleses poderão pedir, visto levarem tudo: ouro, diamantes e mercadorias, com o que deviam estar contentes».

Não se melhorava em administração; o dinheiro entrava sempre mas os resultados não se viam. Em Junho de 1772 entraram 7.000.000 de cruzados na nau dos quintos, dos quais dois milhões e meio eram para o Erário, além de um milhão de diamantes. Pois a-pesar-de tantos valores o estado do país era o seguinte, conforme claramente o narra o marquês de Cleremont Amboise, então representante da França em Lisboa:

«O exercito compõe-se de 32.000 homens de linha, a marinha de 12 navios de guerra que apodrecem no porto. E' lamentavel que uma nação coberta de gloria, ao abrir os caminhos desconhecidos aos outros povos, se encontre em semelhante decadência. A agricultura produz grão para consumo apenas de alguns meses, para Inglaterra exportam-se uns 40.000 toneis de vinho: as lãs são muito curtas para se poderem utilizar no fabrico do panno. A justiça é uma confusa complicação de leis. A educação apesar dos esforços do Marquez, não progride após a expulsão dos jesuitas, tendo já retirado para Italia a maioria dos professores contratados».

A maior parte da nobreza vivia ainda, dezassete anos depois do terramoto, em barracas de madeira e andava se a construir casas *mal distribuidas e sem elegância*.

Entrava cada vez mais dinheiro, sempre mais dinheiro. Em 1773 vinham cincoenta milhões e meio de cruzados, sendo três para o Erário com mais um milhão de diamantes. Tudo isso, porém, era apenas uma leve tintura de ouro no Tejo que parecia devolvê-la mal passavam as naus inglesas, como declara a *Gazete de França*:

«O Rei vê com grande sentimento a sahida do ouro, todos os anos exportados dos seus Estados. A balança do commercio pendê para beneficio dos ingleses e seria bom contrariar os seus interesses; alguns foram presos, outros ficaram arruinados com o sequestro dos bens, sendo obrigados a sair do Reino».

Sempre a violência brutal, suprimindo a falta de engenho administrativo; sempre a garra do imposto, estendendo-se em convulsões singulares, como marcam os analistas contemporâneos do ministro, depois tão enaltecido.

O govêrno determinara lançar um imposto de 2%, sobre o ouro exportado, mas com isso o comércio nacional não lucrava coisa alguma. Não havia trigo, era necessário comprá-lo no estrangeiro e o dinheiro de que as naus vinham abarrotadas continuava a sair implacavelmente ante a imprevidência, a falta de tacto, o quasi desleixo de quem em tudo superintendia e tanto que a mais ninguém deixava os cuidados e os encargos.

E era tanto assim que ainda antes da absorção de po-

deres pelo primeiro ministro, os estrangeiros declaravam, segundo o visconde de Santarém :

«Não se podia negar que tinha talento, mas ou porque se achava desajudado na secretaria ou por ser desconfiado, preferia fazer tudo por suas próprias mãos, ou porque folgava mais do que devia, desperdiçava o tempo em conversações, o que era certo era que se não podia alcançar d'êle nenhum despacho; que se esquecia de tudo quanto se lhe dizia, o que dava motivo a muitas queixas».

Noutro ponto acrescentava :

«Que ele trabalhava, mas imaginava trabalhar ainda mais do que fazia, que até então não tinha encontrado no seu caminho o menor obstaculo, bem que existissem contra elle muitas maquinações e intrigas e que o padre Gouveia, que no precedente reinado havia estado á testa dos negócios, ia ganhando bastante terrenos».

Tratava-se de frei Gaspar de Gouveia, morto súbitamente de apoplexia, tio do duque de Aveiro e está talvez n'esse morto parte da génese da tragédia de Belém.

*
* *
*

O marquês de Pombal, apresentado como reformador emérito, se tentou praticar alguma cousa, a fim de reprimir a torrente de ouro que alastrava para além-fronteiras, não o conseguiu. A sua administração pública está bem longe de ser impecável, quanto mais modelar.

O que tentou fazer, dá-lo-emos também quando chegar o momento de se explicar porque aceitamos de bom grado a sua estátua, mas primeiro era preciso mostrá-lo em plena verdade, desembaraçado do barrete frígio e do avental maçónico e também um pouco do seu génio reformador.

Quási no fim do reinado, quando D. José com a boca torcida, depois do ataque se ficava a meditar dias inteiros no fundo dos seus quartos, cujas janelas, dá-lo a tradição, Pombal vira subir para o ar azul os negros rolos de fumo do cadafalso de Belém, as naus vinham entrando sempre, com muito ouro nos seus flancos, á volta do Brasil, cubi-

çadas pelos corsários, aguardadas avaramente pelo Marquês. Só uma fragata trouxera vinte milhões de libras tornezas e cinco milhões de diamantes. Era formidável.

O Rei já não gastava como nos tempos em que estava em Palma e andava nas caçadas, mas nem por isso havia mais administração. Mal se imagine o que foi o sequestro dos bens dos jesuitas e das grandes casas de Aveiro, Távora, Atouguia, das melhores do reino, as quantias fabulosas que tudo isso representou; mal se calcula também a quanto subiu a soma das naus dos quintos, os éditos tirados ao contratador geral dos diamantes, todo êsse delúvio e ouro correndo lés a lés do reinado como um Pacto maravilhoso e que o Marquês de Pombal acompanhou desde que o Rei nasceu para a vida pública até essa hora em que se ia finir,* relembrando alucinadamente tudo quanto não fizera, mas que deixara praticar por inércia, por terror ou por complacência.

O tesouro comportou quantias fabulosas, mas parece não terem sido bem aplicadas ante os resultados nulos que todos os contemporâneos constataam e que a posteridade não pode também acatar se não atravez de um exame profundo e minucioso.

O que se desenvolveu nesse reinado foi efêmero baseado sobre o terrível. O que era a agricultura, o exército, a marinha, a educação, as relações com os países estrangeiros, os representantes das potências então o disseram e nos seus países se arquivou.

O Marquês de Pombal em toda a sua vida de ministro — que foi longa, vinte e cinco anos — só teve uma preocupação: manter-se no poder.

Tentava só agora refazer o exército, torná-lo forte, mas chegava tarde, no fim do ano de 1777 em que D. José ia expirar.

Quizera mobilizar vistosamente algumas tropas e esperava com elas continuar a ser o arbitro no reinado seguinte, mas já as corujas piavam sobre os tectos de Ajuda e os amigos do Marquês agourando mal de tais pronúncios, iam procurar lugares onde os vissem longe da sua companhia.

O Rei morreu em Fevereiro, mas ainda em Janeiro o Marquês de Blosset, enviado francês, escrevia ao conde de Vergennes, presidente do conselho:

«O estado de Portugal tem semelhança com a Dina-

marca, mas é muito difficil tratar as cousas porque o ministro, Marquez de Pombal, faz espalhar pelos seus numerosos commissários e adherentes um grande número de factos falsos».

Os numerosos adherentes do Marquês?! ..

Onde estavam elles quando D. José se recolheu aos aposentos onde o ministro já não poudé entrar? Blosset o diz, nestes termos, apontando um d'elles:

«O cardeal da Cunha, que tanto devia a Pombal, mostra-se já ingrato».

Vingava-se naturalmente do tempo do seu poderio quando, ao vê-lo constantemente atraz de seu irmão Paulo de Carvalho, dizia: *Eis aqui S. Roque e o seu cão..*

Ia cômear o período da expiação do válido. Mas antes, é necessário mostrar o que pretendeu fazer: a conspiração urdida para não cair.

Se tem vencido, decerto haveria mais sangue ainda na História de Portugal.

ROCHA MARTINS.

Agostinianos no Oriente

Havia na Congregação Agostiniana de Goa uma lei, proibindo o ingresso e a profissão religiosa na Ordem «aos naturais da India, mestiços e castiços». Os portugueses, porém, vindos da metrópole e residentes no Oriente, tinham aberto o convento.

Essa lei foi, em os primeiros anos, observada pela Província de Lisboa com máximo escrúpulo e esmero. Assim, tendo a Congregação de Goa ponderado á Província a conveniência de se revogar essa proibição, permitindo aos *naturais* da India a admissão na Ordem, foi-lhes isso negado pelo Definitório em 1616. Nem mesmo foi permitido admitir, por excepção, dois nativos, que os religiosos de Goa haviam recomendado á Província. Não dispensaram, «por se não abrir porta aos naturais da terra; se esses

quizessem ser *donatos*, podellos hão admitir, mas para Religião não pareceo bem».

Não tardou, porém, revogar-se essa proibição. Assim, por carta datada de Lisboa, a 2 de Abril de 1619, o Provincial Fr. Egídio mandava admitir « os mestiços e castiços, comtanto que nenhum delles tenham vivos parentes chegados gentios, como avós ou thios, irmãos do pae ou mãe ». Quanto aos naturais da terra, o Reitor Provincial Fr. João de Abranches lhes permitiu serem admitidos na Ordem, por sua carta de 20 de Março de 1620.

Apesar, porém, de tudo isto, os frades reinóis procuravam manter a sua superioridade étnica, negando aos seus irmãos, filhos da Índia, e pelo só facto de serem tais, as prelaturas maiores, as quais elles consideravam seu exclusivo e apanágio.

Temos disto um exemplo. Em 1715, julgando se humilhados pela sujeição a um, que, conquanto irmão na Ordem, tivera, todavia, a *fatalidade* de nascer na Índia, dirigiram á Provincia uma representação contra Fr. Feliciano da Natividade, a quem não queriam reconhecer como *Vigário Provincial Absoluto* da Congregação no Oriente.

A Provincia, porém, longe de fazer a vontade aos reclamantes, lhes reprimiu o orgulho com a seguinte resposta, que, aliás, não foi nenhum favor :

« Pelo que toca a representação que se nos faz, para que o Padre Fr. Feliciano da Natividade não tenha os prévilégios de Vigário Provincial Absoluto... não achamos fundamento a êsse requerimento... Salvo se o fundamento dessa supplica consiste em que o dito Padre he filho da Índia, e como tal, inhabil para esse lugar. Mas esse fundamento he nenhum, porque nenhum ha para se dizer que os Religiozos filhos da Índia tem por esse titulo inhabilidade alguma para os lugares e dignidades da Ordem, ou seja na Índia, ou fóra della : porque pela sua profissão tem igualmente direito que os mais Religiozos da Provincia de Portugal para todos os lugares da Ordem e ainda para o Generalato.

« Nem se deve attender a que dizem alguns, que El-Rey Dom Pedro por Decreto seu ordenara que os ditos filhos da Índia não fossem mais eleitos em Vigários Provinciaes dessa Congregação, porque, *além de que esse Decreto não seria racional*, he moralmente certo que tal Decreto não houve nunca, porque se houvera, havia constar delle no

Cartorio desta Província, o que todavia não consta, sem embargo do que agora se fez para isso exactissima diligencia ...

«Não se nos offerece mais dizer a Vossas Paternidades : só lhes recomendamos muito, assim a observancia dos mais preceitos, com especialmente o da caridade reciproca, que nosso Padre (S. Agostinho) na sua Regra tanto nos encomenda, advertindo que essa caridade fraterna se offenderá muito pondo em questão se os Relligiozos filhos da India podem ou não podem ser eleitos no lugar de Vigario Provincial, porque além de que o podem ser, o suscitar essa questão he fazer a esses Relligiozos huma grave injuria, a dar-lhes occasião a que fação divisão de Reinos, e que huns e outros vivão dezavindos e desgostozos e que tenham desculpa para pertenderem separar-se da Província e tenção para o fazerem : da qual tenção esperamos que fiquem livres vendo que todos são tratados como Irmãos que somos todos ...»

Esta carta, cscrita em Lisboa a 27 de Março de 1717, é assinada pelo Provincial Doutor Fr. Teodósio da Cunha, e Definidores, Mestre Fr. Tomás Peixoto, Fr. Francisco de Melo, Mestre Fr. Pedro Portocarreiro, e o Ex-Assistente Geral da Espanha Presentado Fr. Francisco de Faro, e Fr. Manuel de Azevedo.

PE. F. X. VAZ.

SONETO

Na mão de Deus, na sua mão direita,
Descançou afinal meu coração.
Do palácio encantado da Ilusão
Desci a passo e passo a escada estreita.

Como as flores mortaes, com que se enfeita
A ignorancia infantil, despojo vão,
Depuz do Ideal e da Paixão
A forma transitoria e imperfeita.

Como criança, em lóbrega jornada.
Que a mãe leva no collo, agasalhada,
E atravessa, sorrindo vagamente,

Selvas, mares, areias do deserto . . .
Dorme o teu somno, coração liberto,
Dorme na mão de Deus eternamente.

Anthero de Quental.

Bibliografia

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

- Anais do Club Militar Naval.
- Anuário do Seminário de Rachol.
- Arsenais e Sífilis, crítica do tratamento abortivo, por Themas de Mello Bruquer.
- Auto do Fisico, por Jerónimo Ribeiro, conforme a impressão de 1587 e publicado por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, por Francisco Maria Esteves Pereira.
- Crónica da Ordem dos Frades Menores—(1209-1285)
- Vols. I e II—por José Joaquim Nunes.
- Depois do Terremoto—Vol. II—por G. de Matos Sequeira.
- Historia de la Ciudad de Ceuta, escrita em 1648 por D. Jerónimo de Mascarenhas, publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa e sob a direcção de Afonso de Doruelas.
- Privilégios de Estrangeiros em Portugal (Inglêses, Franceses, Alemães, Flamengos e Italianos), por Victor Ribeiro.
- Relação da Embaixada a França em 1641, por João Franco Barreto, reimpressa com notícias e documentos elucidativos—por Carlos Roma do Bocage e Edgar Prestage.
- Revista Militar.
- Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, por Cristiano José de Senna Barcelos.

- Boletim da segunda classe da Academia das Ciências—Fasc. I, II e III.
- Boletim Biográfica da Academia das Ciências—Vol. II.
- Discurso recitado pelo Presidente da Academia Dr. Virgílio Machado e Relatório dos trabalhos da mesma Academia pelo Secretário Geral Adriano Augusto de Paiva Vidal—Coimbra 1918.
- Jornal de Ciências, Matemáticas, Físicas e Naturais—Tomo I e II.
- Revista Académica (mensal, científica, literária e artística—Nova Goa—An. I, n.^{as} 1 e 2.
- O Instituto de Coimbra*.
- CA America* (revista industrial) vol. I, n.^o 1—Nova York.
- Bulletin mensuel des institutions économiques et sociales* (Rome).
- Lusa*, de Viana-do Castelo.
- A Águia*, Porto.
- Boletín de la Real Academia de la Historia*, Madrid.
- Journal of the Royal Asiatic Society*, straits branch.
- O Ultramar*, Margão—India.
- CA Terra*.
- O Debate*, Nova Goa.
- O Oriente*, Lourenço Marques.
- O Crente*, Nova Goa.
- CA India Portuguesa*—S. Tomé—India Portuguesa.
- Tribuna*, Calangute—Goa.
- Vidiaprassar*, Pondá—Goa.
- O Nacional*, Nova Goa.
- Renovação*, Santa Cruz—India.
- O Liberal*, Vila de Mapuçá.
- O Português*, Nova Goa.
- Notícias*, Margão.
- O Oriente*, Lourenço Marques.



Archaeological Library,

59195

Call No.

446.905/O.P

Author—

Title— O Oriente Português.
Volume XLV 1919

Date of Return